

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Fabio Martinez Serrano Pucci

“Viver outramente”: moradia, condições de vida e a produção da alteridade dos bolivianos em
São Paulo

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo

2016

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Fabio Martinez Serrano Pucci

“Viver outramente”: moradia, condições de vida e a produção da alteridade dos bolivianos em São Paulo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Vêras.

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo

2016

Banca Examinadora:

A todos que não se contentam com a primeira resposta que lhes vem à mente, que buscam ir além do que está dado e se permitem rever seus caminhos quando sua intuição lhes assinala outro, ainda que para isso tenham que abdicar das certezas e respostas que esperavam encontrar – disso se trata o trabalho do cientista.

Esta dissertação obteve bolsa da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) – Processo nº 2014/21387-3.

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Este bolsista também teve o apoio da FUNDASP (Fundação São Paulo), que concedeu desconto parcial nas semestralidades referentes à vigência da bolsa FAPESP.

AGRADECIMENTOS

Para estes agradecimentos, citarei uma reflexão feita pelo meu *Sensei*¹ de Aikido², Fernando Rosario de Sousa.

Quando montamos um quebra-cabeça nos deparamos com a seguinte questão: qual a peça mais importante para a sua montagem? Costuma-se dizer que são as peças do contorno, mais retas, pois servem de moldura para o resto da montagem. Mas será isso mesmo?

*Seguramente a peça mais importante do quebra-cabeça é a caixa, pois nela está a figura que servirá de modelo, de referência para a montagem. Olhando para a caixa, ainda que as peças estejam em uma bagunça inicial, podemos separar por cores, podemos ver que grupos de tonalidade ficam mais em que canto de cada lugar da imagem que está representada no quebra-cabeça. Na maior parte das artes, inclusive no Aikido, a tampa é o seu Sensei, é aquele que treina há mais tempo, é aquele que nasceu antes, é exatamente isso que significa a palavra Sen-sei, em japonês, nascido antes. (Sensei Fernando Rosario de Sousa)*³

Assim, gostaria de agradecer imensamente à professora Maura Pardini Bicudo Vêras por ter sido a melhor caixa de quebra-cabeças possível. Ao longo da montagem da dissertação, recorri inúmeras vezes à Professora Maura quando senti que as ideias estavam bagunçadas. Seus conselhos e contribuições me ajudaram sempre a organizar essas ideias, formando em minha mente a imagem da capa, aquela figura do que seria a minha dissertação, quando ainda não era nem mesmo um projeto de pesquisa concebido. Desde então sua produção acadêmica e sua incansável participação na leitura de meus textos me serviram de modelo (de figura da caixa) e foram fundamentais no sentido de agrupar as peças do quebra-cabeça e colocá-las em seu adequado lugar, chegando a formar, finalmente, a tão esperada figura da caixa do quebra-cabeça. Por isso o dedico, agora montado, à Professora Maura.

¹ Termo que designa o Mestre, aquele que treina há mais tempo.

² Uma arte marcial japonesa.

³ Informação verbal em vídeo, disponível em: <<https://sites.google.com/site/aikidonavidavidanoaikido/reflexoes-do-sensei-fernando/por-que-agradecer-aos-grandes-mestres-relacao-entre-aikido-e-quebra-cabecas>> Acesso em 6 mai. de 2016.

Aos professores arguidores do exame de qualificação, Oswaldo Mário Serra Truzzi e Dulce Maria Tourinho Baptista, pois suas indicações resultaram na aquisição de novas peças, enriquecendo este quebra-cabeça.

Ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa de mestrado concedida à realização dessa pesquisa.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, pelo apoio dado à realização desta dissertação.

À Secretaria Municipal de Saúde e aos Comitês de Ética da Secretaria Municipal de Saúde e da PUC-SP, que autorizaram a pesquisa de campo nas Unidades Básicas de Saúde.

Ao Marcos Aurélio, do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, pelo apoio técnico concedido.

À Simone, do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde, pelo apoio técnico concedido.

À Wendy, da Pastoral dos Migrantes, que me concedeu uma ajuda inestimável ao me colocar em contato com diversos compatriotas bolivianos, facilitando o acesso a indivíduos e instituições que foram fundamentais para a realização dessa pesquisa.

Ao Samuel, Paola e Patrícia, da Pastoral, pela ajuda que deram na pesquisa de campo.

Ao Padre Edélcio Ottaviani, pela ajuda que me deu em estabelecer contato com Wendy e com a Pastoral dos Migrantes.

Ao Padre Marcelo Monge, da Caritas e da Pastoral, que me recebeu muito bem e me ajudou com os contatos da pesquisa de campo.

À Eva, da creche no Brás, que me ajudou a entrevistar algumas mães bolivianas.

Ao Dr. Alfredo Balderrama, que me colocou em contato com alguns bolivianos da Associação Folclórica Kantuta.

Aos coordenadores do Programa Escola da Família que me ajudaram a entrevistar os bolivianos em suas respectivas escolas.

À Meire e à Juliana, gerentes das Unidades Básicas de Saúde em que realizei a pesquisa de campo, por terem disponibilizado um pouco de seu tempo para me dar informações sobre os bolivianos atendidos ali e me colocar em contato com os agentes de saúde.

A todos os agentes de saúde que gentilmente me concederam entrevista e me acompanharam na visitação de oficinas de bolivianos.

Ao Édson, da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde, que ajudou muito na viabilização do pedido de autorização junto à Secretaria de Saúde e que apoiou no contato junto às UBS.

A todos os entrevistados que expuseram parte de suas vivências e que agora ilustram esta dissertação.

A minha namorada, Paula, por tantas vezes ouvir atentamente meus planos e angústias relativas ao andamento desta dissertação.

Aos meus pais, Mauro e Marta, por todo apoio dado na realização desta dissertação.

“Surpreender-se, estranhar, é começar a entender. É o esporte e o luxo específico do intelectual. Por isso sua atitude gremial consiste em olhar o mundo com os olhos dilatados pela estranheza. Tudo no mundo é estranho e é maravilhoso para umas pupilas bem abertas. Isso, maravilhar-se, é a delícia vedada ao futebolista e que, ao contrário, leva o intelectual pelo mundo em perpétua embriaguez de visionário. Seu atributo são os olhos em pasmo. Por isso, os antigos deram a Minerva a coruja, o pássaro com os olhos sempre deslumbrados.”

(José Ortega y Gasset)

RESUMO

PUCCI, Fabio M. S. (2016). **Viver outramente:** moradia, condições de vida e a produção da alteridade dos bolivianos em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Este é um projeto construído a partir da preocupação com as condições de vida dos bolivianos no Município de São Paulo. O principal objetivo é identificar, analisar e estabelecer relações entre a constituição de territórios bolivianos na cidade, as diferentes soluções precárias de moradia da pobreza e os níveis de atendimento desse contingente nos serviços e políticas sociais. Por hipótese diretriz, a exclusão do mercado formal de habitação, do atendimento pelas políticas sociais e as relações de alteridade para com eles estão relacionados com a indocumentação, o trabalho subcontratado no ramo da costura – que condiciona a moradia precária –, ao tempo de permanência no país e as diferenças de hábitos e cultura desses imigrados. Utilizaram-se os seguintes referenciais teóricos: Norbert Elias, Sayad, Truzzi, Castells, Sennet, Muniz, Patarra e Vêras. Para essa pesquisa combinaram-se métodos quantitativos e qualitativos. A estatística foi relevante no levantamento empírico dos dados que foram coletados, e foi a base para o mapeamento da cidade de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, identificando os territórios com importante presença boliviana. Houve, então, seleção intencional dos endereços de bolivianos e dos diferentes grupos que convivem com eles – como é o caso dos seus vizinhos brasileiros e dos agentes de saúde presentes nos bairros estudados (Brás e Grajaú) – para a realização de entrevistas. A escolha dos distritos, Brás e Grajaú, se justifica por se tratarem de concentrações distintas de bolivianos, tanto nas estratégias de acesso à moradia – no Brás sobressai o aluguel de cortiços, enquanto o Grajaú é mais propício à aquisição da casa própria – quanto à fuga dos estigmas associados à cultura boliviana – no Brás são mais estigmatizados. No entanto, essa fuga dos estigmas se traduz em estratégias individuais de integração, os impedindo de alterar as estruturas étnicas e as relações de poder entre os grupos. Por fim, o atendimento dos agentes de saúde é melhor adaptado aos imigrantes no Brás, ainda que ali a sua presença nos postos não seja bem vista pelos vizinhos. Assim, são necessárias políticas de combate à discriminação para que essa integração seja plena.

Palavras chave: Imigração, Bolivianos, Cidade, Moradia, Políticas Sociais, Alteridade.

ABSTRACT

PUCCI, Fabio M. S. (2016). **Living differently:** housing, living conditions and the production of the otherness of Bolivians in São Paulo. Dissertation (Master's Degree in Social Sciences), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

The major motivation behind this project is the concern for the living conditions of Bolivians in the Municipality of São Paulo. The main aim is to identify, analyze and establish relations among the formation of Bolivian territories in the city, the different, yet precarious housing solutions, and the levels of access to social policies and public services these immigrants have. The main hypothesis is that the lack of documentation, the length of stay in the country, the informal working agreements in the clothing industry and the different habits and culture of these immigrants lead to the precarious housing conditions, the exclusion from the formal housing market and social policies and the production of the otherness. The following theoretical references were used: Norbert Elias, Sayad, Truzzi, Castells, Sennet, Muniz, Patarra and Vêras. Both quantitative and qualitative methods were combined for this research. Statistics were relevant for the empirical data collected, which served as the basis for mapping the city according to the specific objectives of the research, resulting in the identification of important Bolivian territories. Consequently, with a view to conducting the interviews, the addresses where the Bolivians and the different groups of people they live with were selected – which is the case of their Brazilian neighbors and the community health workers in the surveyed districts (Brás and Grajaú). The choice of the selected districts was made taking into account the distinct concentrations of Bolivians they comprise, both in terms of strategies for the access to housing – in Brás, they generally rent tenements, while in Grajaú they are more likely to buy their own homes, as well as their strategies of dissociation from stigmas related to the Bolivian culture – in Brás they are more stigmatized. Nonetheless, the dissociation from these stigmas results in individual strategies of integration, which prevents them from altering the ethnic structures and power relations among the groups. Lastly, the service of the community health workers is better adapted to the immigrants in Brás, despite the fact that their neighbors do not welcome their presence in the local health centers. Thus, a full integration of these immigrants requires the adoption of policies to combat discrimination.

Keywords: Immigration, Bolivians, City, Housing, Social Policies, Otherness.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Porcentagem de trabalhadores que trabalham no próprio domicílio - Bolivianos e MSP	37
Gráfico 02: Renda dos bolivianos e MSP no trabalho principal	38
Gráfico 03: Tempo de moradia dos bolivianos no Município de São Paulo	40
Gráfico 04: Pirâmide etária dos nascidos na Bolívia, residentes no MSP	42
Gráfico 05: Nível de instrução do boliviano no MSP	43
Gráfico 06: Condição do trabalhador boliviano e do MSP	45
Gráfico 07: Condição do trabalhador boliviano por tempo de permanência no MSP...	46
Gráfico 08: Índice de necessidades básicas insatisfeitas - El Alto (Bolívia).....	124

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por Distritos – Censo 2010	
.....	61
Mapa 02: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por Distritos – Censo 1991	
.....	269
Mapa 03: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por Distritos – Censo 2000	
.....	270

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: População de estrangeiros residentes no Município de São Paulo em 2000 e 2010	40
Tabela 02: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo (Região Centro e Sul), por distrito, segundo o Censo 2000 (IBGE)	63
Tabela 03: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo (Região Centro e Sul), por distrito, segundo o Censo 2010 (IBGE)	64
Tabela 04: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por distrito, segundo o Censo 2010 (IBGE)	208
Tabela 05: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por distrito, segundo o Censo 1991 (IBGE)	271
Tabela 06: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por distrito, segundo o Censo 2000 (IBGE)	274

LISTA DE SIGLAS

APS – Atenção Primária à Saúde

CAMI – Centro de Apoio ao Migrante

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CEU – Centro Educacional Unificado

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

ESF – Estratégia Saúde da Família

ETEC – Escola Técnica Estadual

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FUNDASP – Fundação São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEI – Microempreendedor Individual

MSP – Município de São Paulo

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SINCRE – Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1. Objetivos da pesquisa.....	25
1.2. Procedimentos de coleta/ metodologias utilizadas.....	27
2. OS BOLIVIANOS EM SÃO PAULO	31
2.1. Emigração para São Paulo: origens e percalços do trajeto	31
2.2. O caso dos “recém-chegados”: a difícil adaptação ao país	35
2.3. Estimativas sobre a presença e perfil dos bolivianos em São Paulo	38
2.4. Ocupação e condições de trabalho	44
2.5. A imbricação entre trabalho e moradia	56
2.6. O acesso aos serviços sociais de saúde	59
2.7. A espacialização dos bolivianos em São Paulo	60
3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA	65
3.1. Imigração e Redes	65
3.2. Alteridade, Identidade e Interculturalidade.....	69
3.3. Habitação, Segregação e Territorialidade	79
4. AS CONDIÇÕES DE MORADIA DOS BOLIVIANOS EM SÃO PAULO	83

4.1. O tempo de moradia enquanto um “divisor de águas”	83
4.2. A Conjugação Trabalho-Moradia	86
4.3. A coabitação involuntária	90
4.4. Os arranjos de custeio de aluguel/salário e a sublocação de imóveis no bairro do Brás	93
4.5. Especificidades dos bolivianos nas formas de habitar no bairro do Grajaú..	104
4.6. Residente permanente, mas uma moradia para sempre provisória: das dificuldades encontradas pelos bolivianos na hora de alugar ou comprar uma casa e do significado da casa própria.....	108
4.7. A questão da (in)segurança	117
5. O ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO E SAÚDE	123
5.1. O acesso à saúde e à habitação na Bolívia	123
5.2. A desigualdade de acesso aos serviços de saúde e habitação	128
5.3. O ponto de vista dos agentes de saúde da Estratégia Saúde da Família	136
5.4. Como os vizinhos brasileiros veem o acesso do boliviano à Saúde e à Moradia	141
5.5. A participação dos bolivianos em movimentos sociais.....	145
6. AS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE COM A VIZINHANÇA	149
6.1. A importância das redes sociais	149

6.2. Evitando os estigmas associados aos bolivianos: uma alternativa de integração à sociedade receptora.....	153
6.3. A escolha das periferias como uma forma de se afastar dos estigmas dos quais os bolivianos são alvo no centro	158
6.4. A difícil sociabilidade: notas sobre a convivência entre brasileiros e bolivianos nos bairros estudados	165
6.4.1. A “concorrência desleal”	166
6.4.2. O estigma da “falta de higiene”	169
6.4.3. A censura às festas bolivianas: a questão da bebida e dos assaltos	170
6.4.4. O estigma da cultura indígena.....	175
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
APÊNDICE A - Tabela 04: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por distrito, segundo o Censo 2010	208
APÊNDICE B - Termo de consentimento Livre e Esclarecido	211
APÊNDICE C - Termo de consentimento Livre e Esclarecido (versão para SMS)	212
APÊNDICE D - Roteiro de entrevista com os “vizinhos”, colegas de trabalho e empregadores dos bolivianos.....	214
APÊNDICE E - Roteiro de entrevista com os bolivianos sobre moradia, sociabilidade e acesso aos serviços públicos.....	217

APÊNDICE F – Roteiro de entrevista com os profissionais de saúde.....	232
APÊNDICE G – “Raça de Bronze”: Entrevista com Rodriguez	238
APÊNDICE H – “Os Desclassados”: Entrevista com Maria	260
ANEXO A - Mapa 02: localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por distritos, Censo 1991	269
ANEXO B - Mapa 03: localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por distritos, Censo 2000	270
ANEXO C - Tabela 05: localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por distritos, Censo 1991	271
ANEXO D - Tabela 06: localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por distritos, Censo 2000	274

1. INTRODUÇÃO

A imigração é um fenômeno muito caro à história de São Paulo, sobretudo desde a segunda metade do século XIX (VÉRAS, 2003a). As primeiras colônias de imigrantes – de espanhóis, italianos e portugueses – vão se firmar nos bairros do Belém, Brás, Bom Retiro, Pari, Mooca, Lapa e Ipiranga, ao longo das “orlas ferroviárias”, onde se concentrava a indústria têxtil e alimentícia (ROLNIK, 2001).

No período do pós-Segunda Guerra até 1980 há um declínio no número de imigrantes estrangeiros e o aumento do número de migrantes nacionais nesses bairros, como os nordestinos e os mineiros. (SOUCHAUD, 2011; ROLNIK, 2001; VÉRAS, 2003a). Além disso, os novos ramos da indústria nacional se afastam dessas antigas zonas industriais, procurando se localizar na periferia da capital e nos municípios limítrofes contíguos às estradas de rodagem (SINGER, 1977). Assim, a partir da década de 1960 (ROLNIK, 2001), ganha maior importância o ramo da confecção⁴ (SOUCHAUD, 2011). Em meados da década de 1970, os coreanos já estão definitivamente debruçados sobre a atividade do comércio de roupas, no setor atacadista, principalmente no bairro do Bom Retiro, mas também no Brás (VÉRAS, 2000). Mais recentemente, no entanto, nota-se principalmente a presença de imigrantes bolivianos nesses bairros.

Os primeiros bolivianos chegam ao país na década de 1950, basicamente jovens que vinham para estudar ou trabalhar e depois permaneciam no país (SILVA, 1997). Esse processo aumenta na década de 1970 – com a oferta de trabalho originada pelas obras do regime militar –, e torna-se mais intenso na década de 1980, quando os bolivianos, na procura por melhores condições de vida, chegam para ocupar a mão-de-obra não qualificada no setor das confecções dos antigos bairros operários de São Paulo (SILVA, 1997).

Estima-se que em 2005 o número de bolivianos era da ordem de 80 mil (SILVA, 2005). Segundo consulta que realizamos com a Polícia Federal, durante o período de 2006 a 2012, mais 73.377 bolivianos ingressaram no Brasil portando vistos. Em São Paulo, ainda

⁴ A diferença entre as fábricas tradicionais e as confecções não é tanto o seu tamanho quanto “o fato de a oficina ser subcontratada, por uma loja, por uma magazine, por uma grande marca.” (SOUCHAUD, 2011, p. 72).

segundo a Polícia Federal, há 59.526 nacionais da Bolívia efetivamente registrados no SINCRE – Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros.

Com efeito, o número de bolivianos tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas. Em 1991, eles eram em número de 4.518 no município de São Paulo (1,88% dos estrangeiros presentes na cidade), em 2000 passaram para 7.723 (3,95% dos estrangeiros), e em 2010, finalmente, havia 21.680 bolivianos na cidade (14,3% dos estrangeiros), segundo os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente.

Quanto à distribuição espacial na cidade de São Paulo, três roteiros evidenciam-se: centro, norte/leste e periferias. O primeiro permanece nos bairros centrais (Bom Retiro, Brás, Pari e Belém), outro que se estende do anel intermediário para a região norte e leste (Casa Verde, Vila Guilherme, Vila Maria, Vila Medeiros, Jaçanã, Cangaíba, Vila Jacuí e Penha), principalmente em distritos contíguos ao Município de Guarulhos. E finalmente um terceiro eixo que se estende às periferias, principalmente da região leste (distritos de São Rafael e Lajeado) e da região sul (distritos de Cidade Dutra e Grajaú).

Os fatores explicativos da presença de bolivianos nos bairros centrais são: presença do setor produtivo da confecção têxtil, espaços de sociabilidade e lazer específicos para eles, disponibilidade de cômodos a preço acessível (cortiço) para aluguel e maior oferta de equipamentos e serviços públicos. Já a presença de bolivianos nas periferias se deve à ampliação do setor têxtil com a subcontratação da mão de obra desses imigrados (XAVIER, 2010), à maior disponibilidade para aluguel de casas e à maior presença de lotes para construção de casa própria.

Esta dissertação centra-se no estudo tanto de um bairro central (Brás, por concentrar grande contingente de bolivianos e abrigar um importante espaço de sociabilidade desse grupo, a Rua Coimbra) quanto de um distrito periférico (Grajaú, por ter havido um importante aumento de bolivianos nessa região e por ter se formado uma “ilha” com importante contingente desses imigrados nessa região).

A frequência relativa de bolivianos, em 2010, é de 0,08% no Grajaú, em relação à população total desse distrito (Censo Demográfico). Esse distrito não somava nenhum boliviano em 2000, passando a ter 281 em 2010, segundo a mesma fonte. Já a frequência relativa de bolivianos no Brás, em 2010, é de 2,64%, em relação ao total desse distrito,

contando com o número absoluto de 262 bolivianos em 2000 e passando a 772 em 2010 (Censo Demográfico).

A literatura nos tem mostrado que os bolivianos vivem em condições habitacionais muito precárias. O IBGE utilizou no Censo de 2010 múltiplos critérios para avaliar a adequação ou não de um domicílio⁵. Na cidade de São Paulo, dos 11.253.504 habitantes em 2010, 7.237.446 (64,3%) vivem em moradias adequadas. Já dos 21.680 bolivianos que viviam na cidade de São Paulo em 2010, apenas 8.988 (41,5%) vivem em moradias adequadas.

Em 2010, a média de moradores por dormitório nos domicílios dos bolivianos que vivem no município de São Paulo é 2,62, enquanto para a população média da cidade esta taxa é de 2,16 moradores por dormitório⁶, segundo o Censo Demográfico de 2010. Ainda segundo essa fonte, dos 15.812 bolivianos que tem alguma ocupação no município de São Paulo, dois terços (67,7%) trabalha no próprio domicílio. Segundo a literatura a respeito (SILVA, 1997; ILLES, TIMÓTEO & FIORUCCI, 2008; DORNELAS, 2009), nota-se que a conjugação dos espaços de trabalho com o de moradia é potencial causador de conflitos entre os moradores, gerando casos de promiscuidade, convivência forçada e até mesmo danos à saúde dos trabalhadores e moradores.

Entendo que é oportuno e pertinente sublinhar que o aluguel também se constituiu em um problema para os bolivianos. A formalidade exigida pelos contratos, os altos preços cobrados e a resistência de alguns proprietários são alguns dos problemas encontrados. Isto leva a que esses imigrantes busquem por alternativas. A mais comum é buscar o apoio dos parentes, porém a literatura tem mostrado que alguns desses imigrados têm o desejo de se tornar independentes, buscando outros locais de moradia (XAVIER, 2010). Assim, as pesquisas sobre o assunto (XAVIER, 2010; PUCCI, 2011) nos tem mostrado uma maior presença de bolivianos em ocupações, cortiços e favelas. Em pesquisa de iniciação científica (PUCCI, 2011), foram entrevistados moradores de uma ocupação no centro de São Paulo. Eles relataram, na ocasião, que pagavam apenas 50 reais para viver ali.

Grande parte dos imigrantes está excluída do mercado formal de locação e isto traz implicações também para sua vida profissional, pois se vêm impedidos de sair do ramo da confecção, já que essa lhes dispõe um lugar para viver. A alternativa a essa dependência do

⁵ O IBGE “considera como adequado o domicílio particular permanente com abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica, coleta de lixo direta ou indireta e com até dois moradores por dormitório.” (IBGE, 2004, s.p.).

⁶ O IBGE (2004) considera adequados os domicílios com até 02 moradores por dormitório.

padrão, não obstante, também é custosa, já que se traduz na escolha de comprar um lote nas periferias, alugar um espaço em cortiços ou ainda viver em ocupações. Assim, esse é um problema de relevância social, já que ao imigrante é negado o direito de ter um endereço residencial.

Segundo o Censo 2010, o boliviano gasta, em média, R\$ 764,00 pelo aluguel de moradia, o que corresponde a 60,1% de sua renda no principal trabalho⁷. Das 4.805 unidades domiciliares na cidade de São Paulo cujo responsável é boliviano, 77,3% são alugadas, enquanto 22,3% adquiriram ou financiam a casa própria. A fonte não especifica se esse aluguel é pago pelos próprios moradores bolivianos ou se eles recebiam o valor do aluguel como parte integrante do salário⁸.

Vemos na literatura que têm sido muito estudadas as dificuldades de adaptação desses imigrados às políticas sociais de educação (PONTEDEIRO OLIVEIRA, 2013; MAGALHÃES, 2010), das políticas de saúde (AGUIAR, 2013; AGUIAR & MOTA, 2014; KHOURI, 2010; MARTES & FALEIROS, 2013; MARTINEZ, 2010; SILVEIRA, 2014). Porém, há deficiência de estudos que se debrucem sobre as políticas sociais e/ou as condições de moradia dos bolivianos na cidade. Adota-se a hipótese de que a precariedade dos serviços públicos em seu país de origem os leva a buscar nossas políticas sociais. Assim, por um lado, esta dissertação ocupa-se desse assunto.

Por outro lado, esta dissertação aborda um assunto não tão explorado entre os estudos sobre a territorialidade dos bolivianos em São Paulo, já que os estudos que se debruçaram sobre esse assunto privilegiaram os bolivianos concentrados em Guarulhos (APARECIDA DA SILVA, 2012; OLIVEIRA AGUIAR, 2009), e na região centro, norte e leste de São Paulo (XAVIER, 2010). No entanto, não conhecemos estudo que tenha focado especificamente sobre os imigrados bolivianos que começam a habitar a região sul. Além disso, tais análises têm como base os dados do Censo de 2000, enquanto esta dissertação se baseia no Censo de 2010.

⁷ Sobre a renda no principal trabalho, ver o Gráfico 02, em apêndice.

⁸ Segundo o IBGE, em suas notas metodológicas relativas ao Censo Demográfico de 2010, considerou-se o domicílio como “alugado” quando “o aluguel era pago por um ou mais moradores”, mas também quando “**o empregador (de qualquer um dos moradores) pagava, como parte integrante do salário, uma parcela em dinheiro para o pagamento do aluguel.**” (Grifos nossos). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Familias_e_Domicilios/censo_fam_dom.pdf> Acesso em 22 de ago. de 2014.

Também se tomou conhecimento de apenas um trabalho sobre a questão da moradia entre os bolivianos em São Paulo (SIMONE, 2014), centrado nos bairros do Brás e Belenzinho, mas não se deu a conhecer até o momento algum trabalho que se debruce sobre a questão da moradia no bairro do Grajaú.

A esse conjunto de problemas também se soma a questão da alteridade (VIDAL, 2012; PUCCI, 2011, 2013; BAENINGER & SIMAI, 2000) e da convivência entre bolivianos e brasileiros. A literatura nos tem mostrado que esses imigrados são tidos por “invisíveis” pelos brasileiros (PUCCI, 2011). Além disso, tem sido ressaltado que os bolivianos são taxados por parte de brasileiros como sujos, baderneiros, índios, traficantes e escravos (PUCCI, 2011).

Esse fenômeno também pode ser percebido nas interações entre esses imigrados e os brasileiros em escolas e hospitais públicos. A literatura (PUCCI, 2011) revela que existe um discurso de que esses imigrantes estariam disputando com os brasileiros por serviços públicos de educação, saúde e habitação.

Recentemente, durante os protestos de junho de 2013, muitos brasileiros reclamaram da má qualidade dos serviços públicos. Em uma pesquisa de opinião recente do instituto Data Popular (BULLA, 2014), os brasileiros se disseram insatisfeitos com os serviços sociais de educação, saúde e transporte. Além disso, o brasileiro está pessimista com a economia do país, segundo o Datafolha (2014)⁹, pois existia a expectativa de que a economia iria piorar com o aumento do desemprego, alta nos preços e queda no poder de compra. Esse contexto, agravado em 2016, é propício ao desencadeamento de reações xenófobas.

Nesse sentido, faz-se necessário investigar como os paulistanos estão percebendo as diferenças e, mais especificamente, até que ponto eles veem os imigrantes como uma ameaça na disputa de recursos escassos, como é o caso dos serviços sociais. Se os paulistanos já estão insatisfeitos com os serviços públicos em si, como é que fica ter que dividi-los com imigrantes que em sua maioria estão indocumentados? Que relação isto terá com discursos xenófobos e que ressaltam as diferenças culturais?

Esta dissertação se ocupa, portanto, das condições de moradia dos bolivianos em São Paulo, da exclusão desse grupo das políticas sociais (principalmente as de saúde, por conta

⁹ Cf. DATAFOLHA (2014). “Avaliação econômica”. Disponível em <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/04/07/expectativas-economicas.pdf>>. Acesso em 13 de maio de 2014.

das políticas de habitação ainda serem muito incipientes no caso dos imigrantes), das redes sociais entre bolivianos e das relações de sociabilidade com a vizinhança.

Essa escolha se justifica pelo fato de que tem sido negada aos bolivianos uma condição digna de moradia, o que vem a se somar às demais formas de subalternidade a que esse grupo é submetido como é o caso da clandestinidade (do ponto de vista da legalidade), da exploração de sua mão-de-obra e da estigmatização de que esse grupo é alvo.

Em todos estes temas, adota-se a perspectiva comparativa entre o distrito do Brás e do Grajaú, buscando as especificidades e formas de habitar do boliviano em cada um deles.

No capítulo 2 contextualiza-se a inserção dos bolivianos em São Paulo, desde a sua trajetória da Bolívia ao Brasil até a inserção na cidade, considerando-se esta em seu sentido abrangente (a sua adaptação ao país, as condições de moradia, a sociabilidade, as condições de trabalho, a territorialidade e o acesso aos serviços sociais de saúde).

No capítulo 3 apresenta-se o quadro teórico que fundamenta nossa pesquisa. Ele pode ser dividido em três eixos: Imigração e redes; Alteridade, Identidade e Interculturalidade; e Habitação, Segregação e Territorialidade.

No capítulo 4 abordam-se as condições de moradia dos bolivianos, procurando compreender alguns fatores que influenciam nestas condições como: tempo de permanência do imigrante no país, conjugação de trabalho e moradia no mesmo espaço, coabitação involuntária, indocumentação, arranjos de custeio aluguel-salário, sublocação de imóveis no centro, formas de habitar no Brás e Grajaú, provisoriedade da moradia, significado da casa própria e insegurança.

No capítulo 5 tem como propósito estudar o acesso dos imigrantes bolivianos às políticas sociais de habitação e saúde. Para tanto se compara o acesso à saúde na Bolívia e no Brasil. Então, analisam-se as desigualdades de acesso aos serviços de saúde e habitação no Brasil, tomando como ponto de vista o olhar dos bolivianos, dos agentes de saúde e dos vizinhos brasileiros. Depois se analisa a participação dos bolivianos em movimentos de luta por direitos. Por fim, conclui-se com as principais diferenças no acesso às políticas sociais entre o Brás e o Grajaú.

No capítulo 6 tem por objetivo refletir sobre as relações de sociabilidade dos bolivianos com a sua vizinhança nos bairros estudados. Ele se inicia com uma apresentação da

importância das redes sociais para os bolivianos. Em seguida, apresenta-se a questão de como esses imigrados tentam evitar os estigmas associados ao seu grupo e como essa questão influencia na escolha de residir nas periferias (no caso, o Grajaú). Então, aborda-se em minúcias a difícil sociabilidade existente entre bolivianos e brasileiros nos bairros estudados. Por fim, compara-se a questão da sociabilidade entre o Brás e o Grajaú.

Nas considerações finais, enfim, é feito um balanço final dos principais resultados apresentados, passando pelas questões da moradia, do acesso aos serviços sociais, da sociabilidade e terminando com uma problematização sobre até que ponto é possível se vislumbrar no futuro uma integração dos bolivianos à sociedade receptora.

1.1. Objetivos da pesquisa

Como **objetivo geral** desta dissertação:

Procura-se apreender as questões da segregação e suas determinantes, a produção da alteridade e os problemas atuais de subcidadania, por meio da identificação, análise e estabelecimento de relações entre a constituição de territórios estrangeiros de bolivianos na cidade de São Paulo, das diferentes soluções precárias de moradia e dos níveis de participação desse contingente nos serviços sociais oferecidos pelas políticas públicas.

Já entre os **objetivos específicos** do trabalho estão:

1) Avaliar as semelhanças e diferenças entre diferentes maneiras de viver na cidade: as formas do boliviano de habitar no centro e/ou na periferia. Para especificar este objetivo, deverão ser contemplados os seguintes aspectos:

a) Verificar as condições de ocupação da moradia no inquilinato: a coexistência de moradia e trabalho no mesmo local, os arranjos de custeio de aluguel/salário e as dificuldades que eles encontram no momento de alugar casas e/ou espaços em cortiços, adquirir um lote, construir a própria casa e/ou ingressar em políticas sociais de habitação do governo.

b) Compreender em que medida esses problemas de acesso à moradia impedem os bolivianos de pleitear um novo trabalho e até que ponto a aquisição de documentos de residência no país e o tempo de permanência em São Paulo estão relacionados com a melhora desse quadro.

c) Analisar os problemas relacionados à coabitação involuntária entre indivíduos e famílias que dividem uma habitação com pouco espaço, bem como as complicações decorrentes da conjugação moradia/trabalho em um mesmo ambiente.

d) Indagar os bolivianos sobre os significados que a casa própria e o aluguel têm para eles, buscando em seu discurso especificidades em suas formas de habitar no centro e na periferia.

e) Reconhecer, no interior dos bairros escolhidos para análise, redes e espaços de moradia, trabalho e sociabilidade dos bolivianos, analisando que fatores eles levam em consideração no momento de definir sua vizinhança e territorialidade: até que ponto eles buscam uma vizinhança que tenha maior concentração de bolivianos ou não e em que medida eles procuram a assistência de amigos e familiares para fazer suas escolhas.

f) Destacar as impressões que os bolivianos causam, em termos da reprodução de sua cultura, nos grupos que com eles convivem – indicando ou não processos de segregação residencial, de formação de laços de sociabilidade com os brasileiros e a produção da alteridade.

2) Pesquisar até que ponto eles são beneficiários de políticas sociais de moradia e saúde como a Bolsa Aluguel, o Programa Minha Casa Minha Vida e o Saúde da Família.

a) Indagar aos bolivianos sobre como avaliam os serviços sociais no país, especialmente os de moradia e saúde, e se tais serviços estão localizados no entorno de suas moradias.

b) Avaliar até que ponto, segundo os bolivianos, há uma diferença de tratamento dada a eles no momento de participar de programas habitacionais e de saúde do governo.

c) Avaliar como os brasileiros – entrevistados na condição de vizinhos, patrões e colegas – veem o acesso dos bolivianos aos serviços públicos e políticas sociais.

3) Investigar até que ponto esses imigrados participam de movimentos sociais de luta pela moradia e saúde nos bairros escolhidos para análise, relacionando com o fato de serem ou não documentados.

1.2. Procedimentos de coleta/ metodologias utilizadas

A seguir descrevem-se os procedimentos usados na coleta de dados, na seleção do conjunto total de imigrantes entrevistados, bem como a metodologia definida.

Este projeto buscou não só descrever a realidade, mas também interpretá-la à luz das teorias que nos fundamentam. Selecionaram-se para a pesquisa dois distritos: um central (Brás) e um periférico (Grajaú). Essa escolha se justifica por se tratarem de concentrações distintas de bolivianos, o que implica que cada uma tenha sua especificidade. Procurou-se analisar as semelhanças e diferenças entre essas regiões no que concerne à qualidade e acesso à moradia, políticas sociais, movimentos sociais e sociabilidade com a vizinhança.

Adotou-se, como estratégia de inserção ao campo, o estabelecimento de contato com associações de moradores, com instituições religiosas (caso da Pastoral dos Migrantes), de assistência a imigrantes, organizações não-governamentais (ONGs) e as governamentais. Dentre as quais se podem uma creche no bairro do Brás, duas escolas do Programa Escola da Família (uma na região do Pari e outra na região do Grajaú) e duas Unidades Básicas de Saúde (UBS), uma no bairro do Brás e outra no Grajaú. Essas instituições foram fundamentais para obter um primeiro contato com os imigrantes bolivianos.

Ressalta-se que não há consequências pelo fato de parte da amostra de imigrantes pesquisados estar definida por uma pastoral ligada à igreja católica, pois esse contato foi utilizado para abordagem de apenas um segmento dos bolivianos entrevistados. Dos 22 bolivianos entrevistados, apenas 06 foram entrevistados por meio de algum contato da Pastoral. Mesmo entre esses seis entrevistados, apenas dois frequentavam as reuniões da Pastoral, os outros quatro foram contatos que conseguimos indiretamente por uma boliviana da Pastoral, mas que não frequentavam a mesma.

Assim, nosso conjunto total de entrevistados foi obtido da seguinte maneira: 04 entrevistadas que eram mães de crianças que frequentavam uma creche no bairro do Brás, 04 entrevistados por meio dos agentes de saúde do Estratégia Saúde da Família (tanto no bairro do Brás como do Grajaú), 06 entrevistados por meio da Pastoral dos Migrantes (no bairro do

Brás, sendo que apenas dois desses entrevistados estavam diretamente ligados à Pastoral), 06 entrevistados por meio do Programa Escola da Família (tanto no bairro do Brás como no do Grajaú) e 02 entrevistados em “outros” (um na apresentação do Instituto Credipaz, no Brás e outro na Feira Livre São José, no Grajaú). Portanto, considera-se que o grupo selecionado de imigrantes foi bastante diversificado e não interfere em nenhuma das questões pesquisadas.

Para realizar essa pesquisa combinaram-se métodos quantitativos com métodos qualitativos. Utilizou-se o método da estatística no levantamento empírico com os dados que foram recolhidos, bem como no mapeamento da região de acordo com os objetivos específicos. O levantamento estatístico deu a conhecer o número de habitantes bolivianos em cada bairro, sua concentração, a frequência com que alugam casas ou adquirem casa própria, bem como suas condições de moradia.

Esses são dados secundários em nossa pesquisa, mas o enfoque metodológico se concentrou nos métodos qualitativos, ou seja, nos dados obtidos mediante entrevistas semi-diretivas e formulários com perguntas estruturadas. Buscou-se abordar, por esses meios, diversos eixos que compõem a vida cotidiana dos imigrantes, principalmente a moradia, mas também o trabalho, o lazer, o acesso às políticas públicas e serviços sociais, a sociabilidade e as relações de alteridade.

Decidiu-se por entrevistar grupos heterogêneos de imigrantes, tendo em vista as diferenças de idade, tempo de permanência no país e sexo. Porém, houve um maior número de imigrantes que residem há mais tempo no Brasil. Isso se deu pelo fato de que esses imigrantes estão mais bem assentados e, por isso, utilizam mais as instituições por meio das quais se recorreu para chegar a eles. Os imigrantes recém-chegados, pela própria fragilidade de sua condição, dificilmente concordaram em conceder uma entrevista. E quando concedem, falam muito pouco. Assim, pode-se dizer que, embora os resultados da pesquisa apontem para condições precárias de acesso à moradia e às políticas sociais, eles espelham aqueles bolivianos que vivem melhor no país, dentre o conjunto desses imigrantes, pois são esses que vivem melhor que costumam conceder entrevistas com mais informações e mais tranquilidade.

No que tange às entrevistas com os vizinhos brasileiros, privilegiou-se aqueles que tinham maior proximidade com esses imigrantes, como é o caso de um árbitro de futebol e vizinho deles no Grajaú. A escolha por entrevistar esses vizinhos teve como objetivo

complementar o conhecimento sobre a sociabilidade desses imigrados nos bairros selecionados.

Também foram feitas entrevistas com os agentes de saúde da Estratégia Saúde da Família (ESF), pois muitas vezes atendem a esses imigrados em sua própria residência, o que nos ajudou a compreender o nível de acesso deles aos serviços sociais de saúde. Esses contatos foram de muita valia, pois por meio deles foi possível fazer visitas dentro das confecções no Brás, dando a conhecer melhor a sua realidade dentro das oficinas de costura.

Solicitou-se aos entrevistados, ao final da entrevista, que indicassem conhecidos seus que pudessem responder a pesquisa. Os nomes dos entrevistados foram mantidos em sigilo, usando-se pseudônimos. As entrevistas foram realizadas somente após esclarecer-se ao entrevistado sobre os objetivos da pesquisa e de obter-se o seu consentimento livre, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo modelo encontra-se disponível em apêndice¹⁰. Este mestrando dispõe dos termos livres assinados pelos entrevistados. Aplicou-se como estratégia de coleta o método “bola de neve”, ou seja, interromperam-se as entrevistas assim que foi atingido um “ponto de saturação”, “quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação.” (DESLANDES, 2011, p. 48).

Ao todo, foram feitas 17 entrevistas com bolivianos no bairro do Brás e 05 entrevistas com os bolivianos no bairro do Grajaú. A diferença do número de entrevistados entre os dois bairros reflete a maior dificuldade de se encontrar bolivianos para entrevistar no Grajaú, pois estão em número muito inferior que o de bolivianos no Brás e de forma dispersa. Também foram feitas 03 entrevistas com vizinhos nos bairros do Brás e 01 entrevista com um vizinho no bairro do Grajaú. Por fim, foram entrevistados dois agentes de saúde de uma UBS do Brás, dois agentes de saúde de uma UBS no Grajaú e uma enfermeira de uma UBS no Grajaú.

Ressalta-se que, para enfatizar descobertas atuais, foram utilizadas algumas entrevistas feitas anteriormente (PUCCI, 2011; PUCCI, 2013), com o intuito de complementar esta dissertação. A maior parte delas consiste em entrevistas feitas com vizinhos de bolivianos nos bairros do Brás e do Pari, em 2010 e 2011. Foi utilizada uma entrevista anterior de bolivianos,

¹⁰ Ao longo da pesquisa este modelo foi sendo aprimorado, o que resultou em uma segunda versão, posteriormente apresentada segundo as exigências feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde.

que consta com o nome de Jairo, com o intuito de complementar o fenômeno observado de que os bolivianos adotam o estigma contra o próprio grupo.

Todos os nomes usados na dissertação são fictícios (são utilizados pseudônimos), uma vez que o pesquisador se comprometeu a manter o nome dos entrevistados em sigilo.

Realizou-se contato com a Secretaria Municipal de Saúde, no intuito de entrevistar agentes de saúde da Estratégia Saúde da Família. Para tanto, nos foi informada a necessidade de pedir autorização ao Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde e ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, por meio da Plataforma Brasil. Também foi feita a impressão do projeto de pesquisa para assinatura da coordenadora da Atenção Básica à Saúde. Documento este necessário para entrar com o pedido pela Plataforma Brasil. O projeto foi considerado aprovado por ambos os comitês de ética, após adequar os escopo do projeto e o documento de consentimento livre e esclarecido no modelo exigido pelo Comitê de Ética da Secretaria Municipal da Saúde.

Trabalhou-se com uma UBS do bairro do Brás e uma UBS do bairro do Grajaú. Em cada uma das UBS foram realizadas ao menos duas entrevistas com agentes de saúde que atendem a imigrantes bolivianos, bem como visitas aos domicílios de alguns bolivianos junto a esses agentes de saúde. Nessas ocasiões entrevistamos alguns dos imigrantes visitados.

2. OS BOLIVIANOS EM SÃO PAULO

Este capítulo trata da inserção dos bolivianos em São Paulo, desde a sua trajetória da Bolívia ao Brasil até a inserção na cidade, considerando-a em seu sentido abrangente (condições de moradia, sociabilidade, condições de trabalho e acesso aos serviços sociais de saúde). Além disso, delinear-se-á o perfil desses imigrados.

Avança-se na discussão sobre a sua condição de trabalho, especificamente na questão da subalternidade, da informalidade e do empreendedorismo. Observa-se que esses imigrados têm maior presença no setor informal da economia, mais especificamente na economia étnica. Reflete-se sobre a relação desses imigrados com seus patrões, buscando, por diferentes pontos de vista, avaliar os níveis de autonomia e/ou dependência que se estabelecem entre ambos – bem como a presença ou não da exploração e/ou subalternidade envolvidas nesse ramo da economia. Também é dada especial ênfase à questão do tempo de permanência do boliviano em território brasileiro como uma variável fundamental para se compreender a heterogeneidade presente no interior desse grupo de imigrados, sendo os recém-chegados aqueles que têm os maiores níveis de precariedade e vulnerabilidade.

Então, analisa-se de forma introdutória a questão da moradia e a sua imbricação com a questão do trabalho, tema que será melhor desenvolvido posteriormente, no capítulo 4 da dissertação, à luz dos resultados obtidos na pesquisa qualitativa.

Por fim, aborda-se a questão do acesso à saúde desses imigrados (tema que retornará trabalhado no capítulo 5 da dissertação) e da espacialização no Município de São Paulo, descrevendo os padrões de ocupação do território municipal e introduzindo alguns dados estatísticos referentes aos distritos que foram escolhidos para a pesquisa de campo (o Brás e o Grajaú).

2.1. Emigração para São Paulo: origens e percalços do trajeto

A maioria dos imigrantes bolivianos que chegam a São Paulo provêm de La Paz, vêm diretamente da Bolívia e são de origem urbana (SILVA, 1997). Havia uma hipótese de que Corumbá-MS (cidade brasileira que faz fronteira com a Bolívia) seria uma etapa intermediária no processo migratório para São Paulo, porém ela foi refutada (BAENINGER & SOUCHAUD, 2007).

Embora não se estabeleçam em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, alguns bolivianos passam por essa cidade em uma das rotas que usam para chegar a São Paulo. O que se quer dizer com o parágrafo acima é que os bolivianos(as) que estabelecem residência em Corumbá não o fazem com o objetivo de depois se estabelecer em São Paulo.

Segundo uma pesquisa (XAVIER, 2009), atribui-se à cidade de El Alto¹¹, na Bolívia (Distrito de La Paz), o principal ponto de partida dos bolivianos que chegam à São Paulo. Xavier afirma que o perfil econômico da cidade, com foco no ramo da costura, seria um indício que favoreceria essa hipótese. No entanto, segundo levantamento empírico realizado na presente pesquisa, seja em conversas informais com bolivianos, seja em entrevistas formalizadas, constatou-se que muitos deles chegam aqui sem saber praticar a costura. Alguns deles aprendem a costurar somente quando chegam a São Paulo, por ser a única opção disponível de renda.

Em pesquisa recente, Freire da Silva (2009) diz que foram as mudanças no setor de confecções que impulsionaram o fluxo migratório de bolivianos para São Paulo, assim como de paraguaios também. Ou seja, eles se adaptariam ao mercado informal de costura em São Paulo, ainda que isso signifique aprender uma nova profissão. Ainda assim, leva-se um tempo para aprender a nova profissão e com alguma dificuldade:

“Porque a gente vem sim, mas sem saber costurar. Eles não querem ensinar a gente. Eles falam que para ensinar, eles perdem muito tempo ensinando, que perdem dinheiro, porque o tempo é dinheiro para todo mundo que costura, né. O tempo é dinheiro.”
(Laura, boliviana, costureira, moradora do Pari, há 15 anos no país, entrevistada em 2015).

¹¹ El Alto é uma cidade predominantemente urbana (97% da população). Três quartos (75%) de sua população são de origem aymará e cerca de um terço (33,3%) não é originária da cidade.

Assim, não há consenso de que os bolivianos já praticassem a costura antes de chegarem ao país, o que impõe uma limitação ao dado de que os bolivianos viriam de El Alto por já praticarem a costura. Não obstante, essa explicação da procedência de bolivianos vindos de El Alto permanece válida até que se encontrem fatos que expliquem melhor esse fenômeno.

Um elemento que está a favor da hipótese de Xavier (2009) é o de que um terço da população de El Alto não é originária dessa cidade. Esta é uma cidade fruto do êxodo rural na Bolívia, que se intensificou nos anos 1980 (SILVA, 1997). A cidade de El Alto, segundo Silva (1997), teve um crescimento populacional de 200% após a década de 1980.

Silva (1997) explica que esse crescimento foi impulsionado pela migração rural-urbana. Segundo Fernandez (2015), a migração campo-cidade na Bolívia foi impulsionada pelo esgotamento do campo e avanço do minifúndio. Após um primeiro momento de migração rural-urbana, para Silva (1997), ocorre uma segunda etapa, a migração urbana-urbana. Ela se caracteriza por movimentos migratórios que têm como origem cidades de médio porte e como destino cidades maiores, dentro do próprio país. Então, ocorre uma terceira etapa, que é o deslocamento dessas cidades maiores dentro da Bolívia para centros urbanos do exterior, notadamente Buenos Aires, Miami, Nova York e São Paulo (SILVA, 1997).

Seguindo esse raciocínio, é bem possível que El Alto seja uma cidade com o perfil que recebe migrantes das cidades de médio porte dentro da própria Bolívia, pois um terço de sua população não é originária da cidade. Além disso, é provável que ela tenha esse papel de intermediar os deslocamentos dos bolivianos que saem de seu país para centros urbanos do exterior.

Assim, se essa hipótese estiver correta, logo os bolivianos chegam a São Paulo com algum conhecimento da dinâmica urbana, ainda que essa dinâmica não seja a mesma de uma metrópole como São Paulo. Seguindo essa linha, os migrantes que chegam a São Paulo já teriam percorrido uma longa trajetória migratória dentro de seu próprio país. Isso quer dizer que os bolivianos advindos da área rural da Bolívia passam por um processo migratório dentro da própria Bolívia antes de se decidirem a imigrar para São Paulo. Portanto, os bolivianos que emigram a São Paulo são trabalhadores informais *aimarás* e *quéchuas*, que já haviam saído antes do campo para a cidade (na própria Bolívia) movidos pela necessidade (FERNANDEZ, 2015).

Segundo Silva (1997), a forma mais comum dos bolivianos chegarem a São Paulo é de trem por Santa Cruz (Bolívia) até a fronteira com o Brasil em Corumbá-MS¹². Cruza-se essa cidade de ônibus e se ingressa no país com um visto de turista, válido por um mês:

A Rota Corumbá se inicia com a emissão de documentos falsos pelos recrutadores e segue com o transporte de trem de Santa Cruz a Porto Quijarro, incluindo um serviço improvisado de hospedagem. O e/imigrante se depara com postos policiais, nos quais se declara turista e registra os documentos falsos. Passa por quatro inspeções até chegar a São Paulo, num percurso que leva 23 horas. (FERNANDEZ, 2015, p. 57).

De forma alternativa, alguns imigrantes utilizam outra rota, que passa pelo Paraguai e por Foz do Iguaçu:

Já pela Rota Paraguai, o e/imigrante chega a São Paulo em 11 horas, porém é considerada mais perigosa devido a muitos relatos de aliciadores de mão de obra que prendem os documentos dos e/imigrantes e não pagam pelos trabalhos realizados. A trajetória também se inicia com a emissão de documentos falsos em Santa Cruz, depois os viajantes seguem de ônibus para o Chaco Paraguai, onde se realiza o primeiro controle migratório. Chegam a Assunção e adquirem passagens para Ciudad del Este – Foz do Iguaçu. Ao desembarcar em Foz do Iguaçu, se hospedam e aguardam o horário do ônibus para São Paulo. (FERNANDEZ, 2015, p. 57).

Além disso, alguns imigrantes preferem cruzar a fronteira a pé ou de táxi. É mais raro o caso de bolivianos que chegam de avião, principalmente pelo custo da passagem (SILVA, 1997).

Ainda para Silva (1997), essa travessia se tornou um negócio rentável aos chamados “coiotes”¹³. Existem dois tipos de “coiotes”, os que somente cruzam a fronteira – e deixam os imigrantes livres para seguirem viagem sozinhos – e os que cruzam a fronteira e acompanham o imigrante até a oficina em que irá trabalhar em São Paulo (FERNANDEZ, 2015).

Os bolivianos costumam deixar altas quantias com os “coiotes” para realizar a travessia. Em algumas ocasiões, essa quantia é paga por algum compatriota que já vive no país e, depois, é transmutada em uma dívida. Dívida essa que é paga em forma de trabalho na costura (o compatriota que pagou a travessia torna-se o patrão):

¹² Alguns bolivianos permanecem em Corumbá-MS, mas como foi dito acima, essa cidade não se constitui em uma etapa intermediária para os imigrantes que chegam a São Paulo. Assim, os bolivianos que vão a São Paulo, em sua maioria, se limitam a cruzar essa cidade de ônibus, para então chegarem a seu destino final.

¹³ Termo que designa, na fronteira do México com os EUA, o agente intermediador do deslocamento ilegal de imigrantes, também conhecido no Brasil como “gato” (CAMPOS, 2009). Eles também são conhecidos como “atravessadores” (FERNANDEZ, 2015).

Quando há essa relação de dependência, evidentemente que uma... tem que cooperar com o patrão, com o dono da oficina. Porque é cobrada uma dívida. Essa dívida é cobrada não só monetariamente, no dinheiro que tem que pagar, mas enfim, também por esse serviço prestado dentro da oficina. (Sidney Antonio da Silva, “expert” e antropólogo, informação verbal¹⁴, grifos nossos)

Essas são situações que ultrapassam a fronteira de um mero serviço de travessia, para chegar ao que se designa como “tráfico humano”. Para ser caracterizado como “tráfico humano”, é necessário que esses bolivianos que atravessaram a fronteira sejam submetidos – mediante coerção, fraude ou força – a algum tipo de exploração ou abuso (CACCIAMALI; AZEVEDO, 2006).

Geralmente, o que leva alguns bolivianos a se submeterem a esse tipo de tratamento é o desejo de obter mobilidade econômica e social. A decisão de partir é quase sempre precedida por uma “visão idealizada da emigração” (SAYAD, 1998), visão essa transmitida pelos compatriotas que retornam, durante as férias, à Bolívia. Ao verem seus compatriotas com dinheiro, acabam idealizando apenas a face positiva da emigração, ignorando ou evitando prestar atenção aos aspectos negativos. Assim, muitos deles se submetem ao “tráfico humano” por desconhecerem a realidade de seus compatriotas que já vivem no Brasil, e por idealizarem a condição desses compatriotas seus, relevando apenas os aspectos positivos da emigração. No entanto, quando chegam ao Brasil, não é raro posicionarem-se como vítimas de falsas promessas feitas por aqueles compatriotas que disseram que encontraram aqui um Eldorado (SILVA, 2006).

2.2. O caso dos “recém-chegados”: a difícil adaptação ao país

¹⁴ Entrevista concedida ao autor pelo antropólogo Sidney Antonio da Silva, em Dezembro de 2010, no Centro de Estudos Migratórios (CEM), no bairro do Glicério, em São Paulo.

Muitos bolivianos relatam um sentimento de frustração ao chegarem ao Brasil, pois a realidade que encontram não é nem um pouco parecida com a descrita por seus compatriotas e pelos agenciadores de viagem. Quando chegam aqui não conhecem a língua portuguesa e acabam sendo confinados nas oficinas de costura. Muitas vezes são impedidos de sair dos locais onde estão morando e trabalhando, sob a ameaça da polícia ser chamada. Como afirma uma entrevistada:

*“[...] quando nós somos trazidos aqui para o Brasil, São Paulo, a gente não sabe o tipo de vida que nós vamos ter aqui. **Então, geralmente, eles amedrontam as pessoas falando que aqui não é fácil sair na rua, que nós podemos ser pegos pela polícia, por falta de que nós não temos documentos, né [...]** Como a gente não sabia falar o português naquela época, nós estávamos recém-chegados, nós não sabíamos o que falar, daí a gente tinha medo.”* (Laura, boliviana, merendeira, moradora do Pari, há 15 anos no país, entrevistada em 2015).

O medo e o desconhecimento de seus direitos fazem com que sejam alvos de toda sorte de chantagens. Esses imigrados acabam não recebendo pagamento por seu trabalho, ocasionando que alguns desses recém-chegados até mesmo fujam de seus locais de trabalho em busca de qualquer oportunidade que surja.

*“Solo que cuando vi aquí [quando chegou ao país] no era lo mismo. Todo lo que me habían prometido no era verdad. **Aí, me prohibían de varias cosas, que no podía salir a la calle. Que la policía me va a agarrar y me llevar preso.** Y estaba tres meses así, sin salir de acá. [...] Aquí no me han pagado. [...] Teñí que escapar de este lugar y he llegado aquí”* (Sérgio, boliviano, costureiro, morador da Luz, há 10 anos no país quando da entrevista, em 2011).

Para Sayad (1998), o imigrante tem um medo de ser expulso que se aproxima da irracionalidade. Esse fato é utilizado pelos donos de oficina para tolher os movimentos desses imigrados. O recém-chegado está privado do apoio de sua família, de comunicação com o ambiente externo (pois fica confinado na oficina) e ainda tem dificuldade para se adaptar ao novo estilo de vida na metrópole (SILVA, 1997). Como afirma Helen Hirye, o imigrante sofre

em sua chegada com uma “perda de referentes simbólicos de sua história e cultura” (HIRYE, 2006, p. 1), o que pode levar até à depressão.

No entanto, esses fatos são compensados pela presença de compatriotas e colegas de trabalho. Assim, aos poucos, o imigrante entra em contato com o ambiente externo e constrói suas estratégias de sociabilidade e sobrevivência (SILVA, 1997).

Via de regra, os recém-chegados são os que mais trabalham e os que menos recebem. É lugar-comum que os entrevistados com mais de 05 anos de residência no país se referiram à sua primeira habitação/emprego como sendo muito pior do que a atual. Isso ocorre por conta da grande vulnerabilidade a que está sujeito o imigrante recém-chegado, o qual é inserido de qualquer maneira no circuito da costura, vendo-se desprovido de toda sua humanidade.

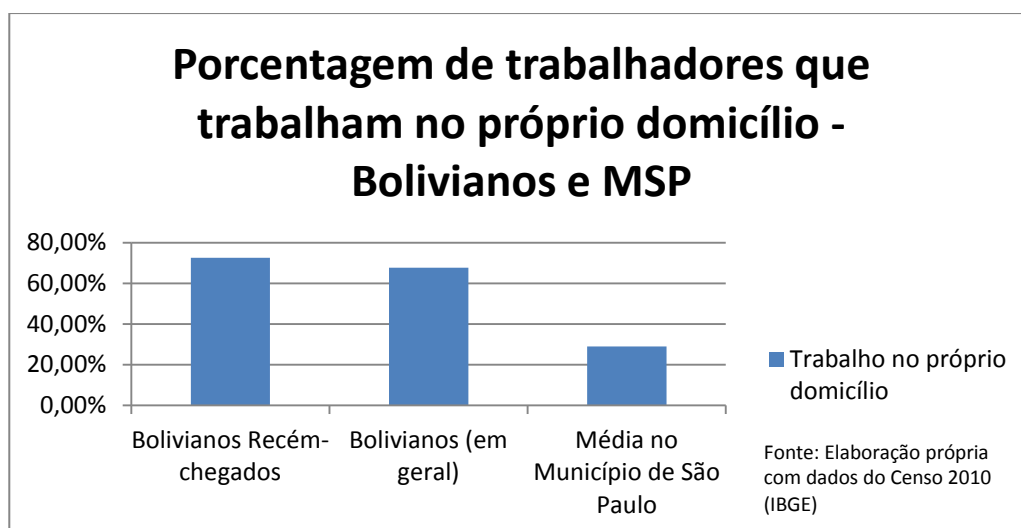


Gráfico 01

São considerados “recém-chegados” nesta pesquisa, aqueles bolivianos que chegaram há menos de 05 anos. Tendo como referência o Censo de 2010, considera-se o boliviano “recém-chegado” aquele que veio ao país depois de Julho de 2005. O gráfico acima mostra que a porcentagem (72,65%) dos “recém-chegados” que trabalham no próprio domicílio é maior do que a mesma taxa entre os bolivianos em geral (67,74%). Isso significa que, com o passar do tempo, alguns bolivianos deixam de trabalhar no próprio domicílio. Isto é, no entanto, uma exceção, já que a regra, mesmo para aqueles que já estão há mais de cinco anos no país, é trabalhar no próprio domicílio. Isso pode ser notado comparando-se com a taxa média do Município de São Paulo (MSP), onde apenas 29% da população trabalha no próprio domicílio.

Outra desigualdade entre os recém-chegados e os bolivianos que estão aqui há mais de cinco anos é a de renda (ver gráfico 02). O recém-chegado recebe, em média, R\$ 793,71 no trabalho principal, enquanto o boliviano em geral (considerando-se todo o grupo) recebe, em média, R\$ 1.280,28. No Município de São Paulo esse valor médio é de R\$ 2.086,85. O salário mínimo em 2010 era de R\$ 510,00.

Uma hipótese possível para esse fenômeno é o de que os imigrantes vão adquirindo traquejo ao longo dos anos, mediante a construção de estratégias de sobrevivência e sociabilidade, o que permite que possam barganhar melhores condições de trabalho e moradia. No entanto, essa melhoria de condições materiais não necessariamente se traduz em reconhecimento social (o boliviano ser reconhecido pelo brasileiro), nem em maior conhecimento, por parte do boliviano, de seus próprios direitos.

Assim, embora haja uma melhoria pecuniária e de condições de moradia, isso não quer dizer que ele deixe de ter condições de trabalho precárias, acesso à saúde e educação de qualidade, que seja reconhecido como um cidadão pelo poder público ou que deixe de sofrer discriminação por sua origem e etnia.

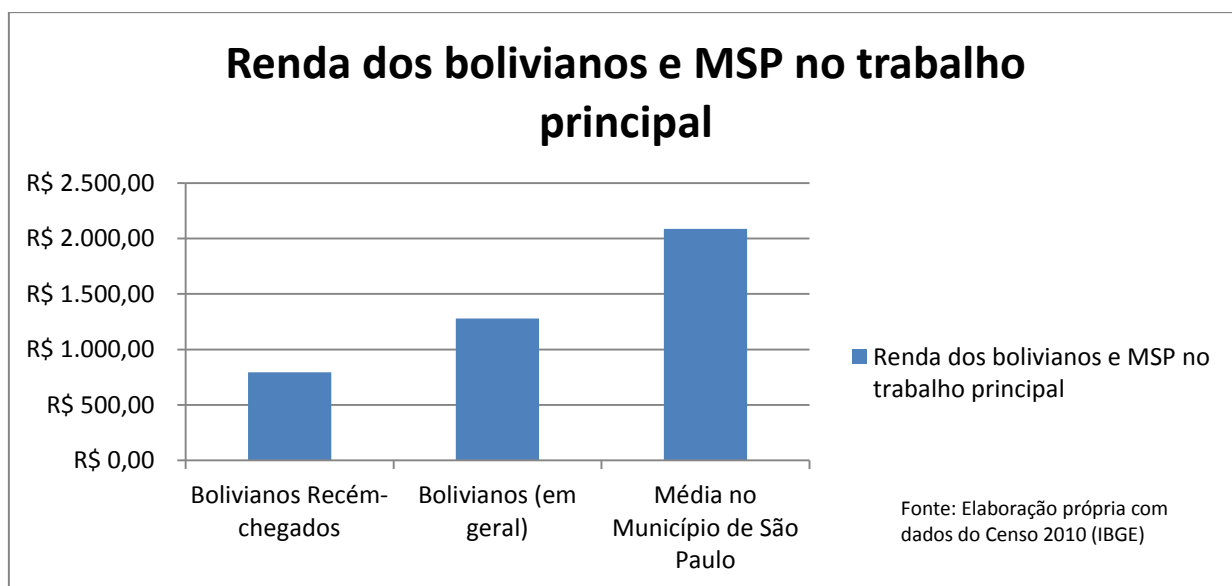


Gráfico 02

2.3. Estimativas sobre a presença e perfil dos bolivianos em São Paulo

As estatísticas quanto ao número de bolivianos em São Paulo diferem muito segundo a fonte que se adota. A Polícia Federal informou que, em junho de 2013, havia 59.526 estrangeiros bolivianos residentes em São Paulo¹⁵. A Pastoral dos Migrantes estimava, em 2010, entre 100 mil a 200 mil bolivianos. Já o Censo de 2010 (IBGE) identificou 21.680 bolivianos na cidade, dos quais 9.913 são “recém-chegados”.

Pode-se facilmente identificar as limitações no que se refere aos dados do IBGE ou da Polícia Federal. Os imigrantes tem medo de apresentar-se à Polícia Federal, e provavelmente ficam desconfiados do IBGE quando são abordados por um recenseador. Assim, acredita-se que as estimativas mais plausíveis sejam da Pastoral dos Migrantes. Como ela se refere ao ano de 2010, acredita-se que esse número possa chegar até 300 mil bolivianos. Segundo Fernandez (2015), as estimativas concedidas pelas instituições oficiais (Consulado da Bolívia, Polícia Federal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)) e instituições de apoio ao migrante (como a Pastoral dos Migrantes) são díspares, variando de 80 mil a 200 mil indivíduos.

Os bolivianos já se tornaram, desde o Censo de 2010 (IBGE), a segunda maior colônia de imigrantes em São Paulo (com 21.680 pessoas), perdendo apenas para os portugueses (que são 35.512). Segundo o Censo de 2000 (apud VÉRAS, 2003c), os bolivianos constituíam, dez anos antes, o quinto maior grupo de imigrantes, depois de Portugueses, Japoneses, Italianos e Espanhóis. Se em 2000 eles representavam apenas 3,95% do total de imigrantes no Município de São Paulo, em 2010 eles já constituem 14,3% do total de imigrantes nessa mesma região.

Como é possível notar na Tabela 01, houve aumento do número absoluto das nacionalidades chinesa e boliviana. O número de bolivianos quase triplicou. Esses dados demonstram que houve um aumento significativo de chegada de imigrantes bolivianos na última década, sendo possível considerar um “boom”, já que não se constatou aumento semelhante em nenhum dos outros grupos.

¹⁵ Dados obtidos no Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros – SINCRE. Data de emissão: 12/06/2013.

Nacionalidade	Censo 2000		Nacionalidade	Censo 2010	
	Nº Absoluto	%		Nº Absoluto	%
Portugueses	63.273	32,34	Portugueses	35.212	23,3
Japoneses	22.003	11,25	Bolivianos	21.680	14,3
Italianos	19.789	10,12	Japoneses	13.065	8,6
Espanhóis	13.779	7,04	Italianos	10.017	6,6
Bolivianos	7.723	3,95	Chineses	9.600	6,4
Coreanos	7.030	3,59	Espanhóis	7.891	5,2
Chineses ¹⁶	6.619	3,18	Coreanos	7.054	7,7

Fonte: Censo 2000 (IBGE apud VÉRAS, 2003c) e Censo 2010 (IBGE, elaboração própria).

Tabela 01 – População de estrangeiros residentes no Município de São Paulo em 2000 e 2010.

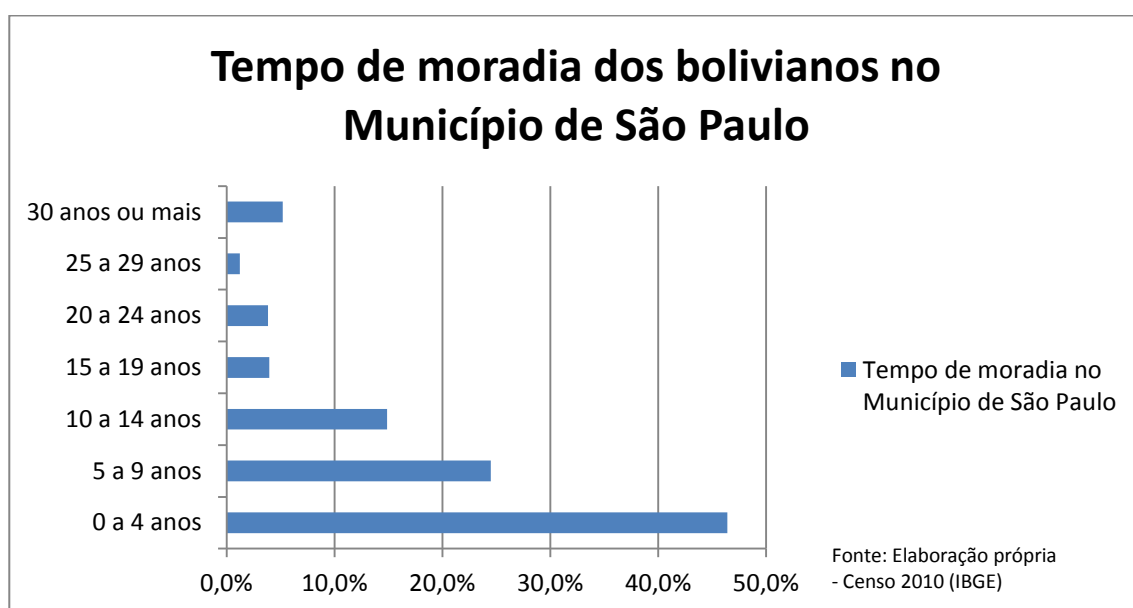


Gráfico 03

O Gráfico 03 revela que quase metade (46,4%) dos bolivianos no Município de São Paulo (MSP) tem menos de cinco anos de permanência no país (tendo o Censo de 2010 como referência). Outros 24,5% chegaram entre 05 a 10 anos e 14,9% entre 10 a 15 anos. Ou seja, 71% dos imigrantes bolivianos chegaram à cidade na década de 2000, o que corrobora os

¹⁶ Somam-se, aqui, os subgrupos “Chineses Continente” e “Chineses Formosa”, de modo a compor uma única nacionalidade e poder, assim, compará-los aos dados do Censo de 2010.

dados apontados na Tabela 01 e confirma a ideia de que houve um “boom” de bolivianos na última década, especialmente em seus últimos 05 anos.

Porém, esses dados podem incluir casos de imigrantes que tenham vindo para São Paulo, por exemplo, há 20 anos, tenham migrado para outro município ou para um país estrangeiro (a Bolívia, por exemplo), e depois retornado novamente à cidade de São Paulo. Nesse caso, considera-se apenas o período em que ele está no município desde o seu último retorno, ou seja, o período em que ele está vivendo ininterruptamente no Município de São Paulo. Não obstante essas limitações, os dados ainda indicam uma inegável intensificação nesse movimento migratório dos últimos 15 anos para cá.

Outro fenômeno que tem ocorrido é o de aumento da proporção de mulheres bolivianas em relação aos homens. Segundo Sidney da Silva (2003), esse processo indica uma *consolidação da imigração boliviana na cidade*. Pois, em geral, os homens viajam primeiro e, então, ao encontrar um ambiente propício para viver, trazem as suas esposas e filhos também. Na década de 1990, as mulheres representavam apenas 25,8% desse grupo (SILVA, 1997); em 2000 já representavam 44,9%. Na década de 2010, segundo o Censo, as mulheres representam 46,4% dos bolivianos que vivem no Município de São Paulo.

Apesar de os dados já em 2000 indicarem uma consolidação dessa imigração para São Paulo, o que se verifica é que, pelo contrário, esse movimento tem se intensificado cada vez mais nos últimos anos. No entanto, a proporção de mulheres continua a crescer, o que revela que a tese acima mencionada (SILVA, 2003) pode estar correta, ainda que não haja uma relação proporcional entre o aumento percentual de mulheres e a intensificação da imigração de bolivianos para São Paulo. Em geral, a migração de bolivianos é familiar. Há casos em que a mulher também viaja primeiro e o marido chega depois, como é o caso de um boliviano entrevistado para esta dissertação, Rodriguez. Assim, ainda que num primeiro momento a imigração possa parecer inteiramente individual (quando o indivíduo viaja sozinho), em um segundo momento ela se revela como uma estratégia familiar (SILVA, 1997). Nesse sentido, “a migração e o projeto de ascensão social que a motiva são, portanto, empreendimentos familiares” (E. DURHAM, 1978, p. 210 apud SILVA, 1997, p. 205).

No entanto, há também casos de boliviano(as) solteiros(as) que viajam ao Brasil, ainda que não seja a regra. Mas mesmo nesse caso eles viajam pra cá, buscam a ajuda dos conterrâneos e, logo em seguida, procuram ajudar seus parentes na Bolívia por meio de remessas (SILVA, 1997). Segundo o Censo Demográfico de 2010, 54,42% dos bolivianos

vivem em companhia de cônjuge ou companheiro, 7,94% já viveram antes em companhia de cônjuge ou companheiro (aqui estão os bolivianos que se divorciaram, mas também aqueles cujos companheiros e cônjuges estão morando na Bolívia) e 30,91% nunca viveu em companhia de cônjuge ou companheiro.

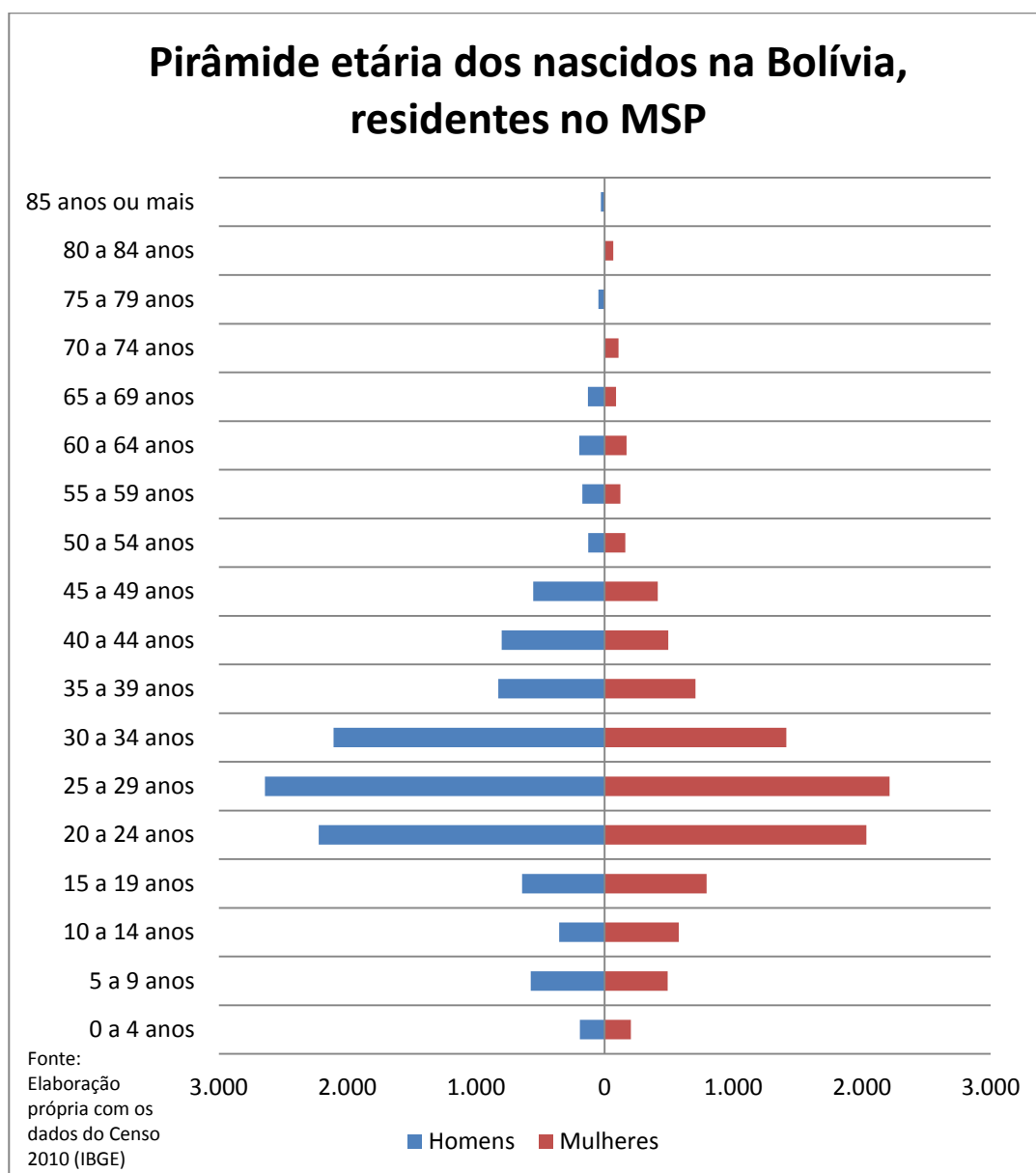


Gráfico 04

A pirâmide etária acima (Gráfico 04) revela que a maioria dos migrantes homens tem entre 20 a 34 anos. Já entre as mulheres, a principal faixa é de 20 a 29 anos. Trata-se, portanto, de uma imigração de pessoas jovens, que vem aqui para trabalhar e melhorar a condição de vida de suas famílias. No caso das mulheres, a vinda para ocupar o cargo de

doméstica também é frequente (SILVA, 1997). Mas, mesmo entre elas, predomina o ofício de costureiras.

A faixa entre 0 a 19 anos é bem mais estreita, pois a maioria dos filhos dos imigrantes bolivianos já nasceu no Brasil e, portanto, não aparecem nessa pirâmide etária. A hipótese para tais dados é a de que alguns bolivianos deixam seus filhos vivendo com parentes no país de origem, enquanto outros vêm para cá sem filhos, os quais acabam nascendo aqui, inclusive como uma estratégia para adquirir residência no país, pois a lei brasileira concede a naturalização aos pais de filhos nascidos em território nacional.

Segundo o Gráfico 05, a maioria dos bolivianos (42%) não tem sequer o nível fundamental completo. Uma parcela de 23% completou o fundamental, mas não tem o ensino médio completo. Outra parcela de 28% completou o ensino médio e/ou tem superior incompleto. Apenas 06% têm superior completo. Pode-se considerar a parcela “sem instrução e fundamental incompleto” como a mais vulnerável, que soma 42% do todo, dado esse que chama atenção. Além disso, 65% dessa população (cerca de dois terços) não completou sequer o nível médio, o que revela um baixo nível de instrução desses imigrantes. Esse nível de instrução provavelmente tem alguma correlação com o tipo de trabalho desempenhado, geralmente um trabalho que exige pouca especialização.

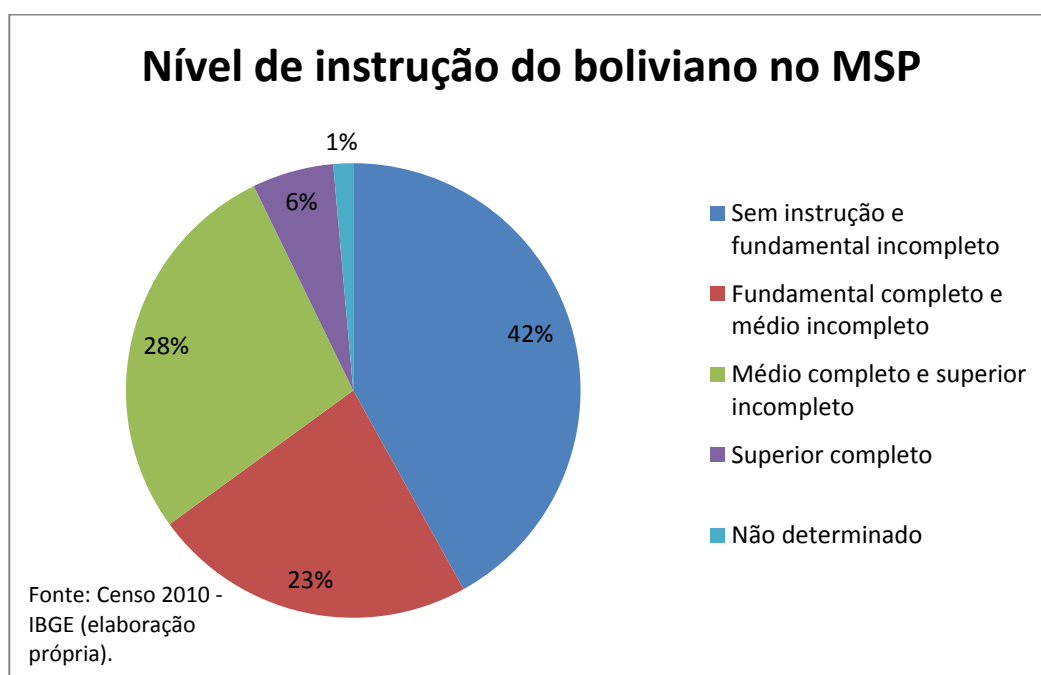


Gráfico 05

2.4. Ocupação e condições de trabalho

Conforme Sidney da Silva (1997), a maioria dos bolivianos que imigrava na década de 1990 se enquadrava como “mão-de-obra pouco qualificada”. Esse fato está de acordo com as referências de Sayad (1998), segundo a qual os imigrantes de países mais pobres costumam compor mão-de-obra sem especialização, ocupando aqueles postos de trabalho indesejados pelos indivíduos do país receptor. Ainda para esse autor, “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito.” (SAYAD, 1998, p. 54).

Não obstante, a condição desses imigrados na década de 2000 e 2010 ainda é esta: formam quadros de “operários sem especialização” (SAYAD, 1998), aos quais se associa o estigma da escravidão. Assim, “operários sem especialização” (SAYAD, 1998) é mais uma definição social do que técnica, pois se refere às implicações desse estigma à condição social desses imigrados.

A ocupação mais frequente entre os bolivianos no Município de São Paulo, segundo o Censo 2010, é a de “operadores de máquina de costura” (10.186 indivíduos), seguido por “preparação da confecção de roupas” (941 indivíduos), “vendedores ambulantes” (325 indivíduos), “comerciantes de lojas” (319 indivíduos) e “trabalhadores elementares da indústria de transformação” (225 indivíduos).

Como se pode notar, se tratam de profissões marcadas pela informalidade (caso da confecção de roupas em geral, principalmente para os trabalhadores situados na base da pirâmide; caso dos vendedores ambulantes, inclusive os brasileiros; e é o caso também de muitos comerciantes de lojas). Assim, mais uma vez, confirma-se a análise segundo a qual os imigrantes ocupam os postos indesejados pelos membros da sociedade receptora (SAYAD, 1998).

A maior parte dos bolivianos, como se pode notar no gráfico 06, trabalha por “conta própria”. Outros 43,5% são empregados, dos quais dois terços não têm a carteira assinada. Uma parcela ínfima de 1,2% é formada por empregadores. Trata-se, portanto, de uma condição de trabalho precária, com a maior parte vivendo na informalidade e sem direitos ou garantias que possam resguardar a segurança do trabalhador em períodos de crise.

Comparando-se a percentagem de bolivianos “conta própria” (54,8%) com a média do MSP (18,9%), percebe-se a dimensão da informalidade em que vivem. O mesmo vale para a proporção de “empregados sem carteira assinada” (28,9%) em relação à média do MSP (15,1%). Por outro lado, apenas 14,6% desses imigrados são “empregados com carteira assinada” contra 59,1% no MSP. Assim, conclui-se que a informalidade e precariedade das relações de trabalho são maiores entre os bolivianos do que para a população em geral.

É provável que o número de empregados sem carteira assinada esteja subestimado, uma vez que muitos bolivianos sem carteira assinada trabalham na informalidade (e a economia informal não costuma aparecer nos dados oficiais, como o IBGE), fazendo com que a realidade desses imigrados pareça menos precária do que realmente é.

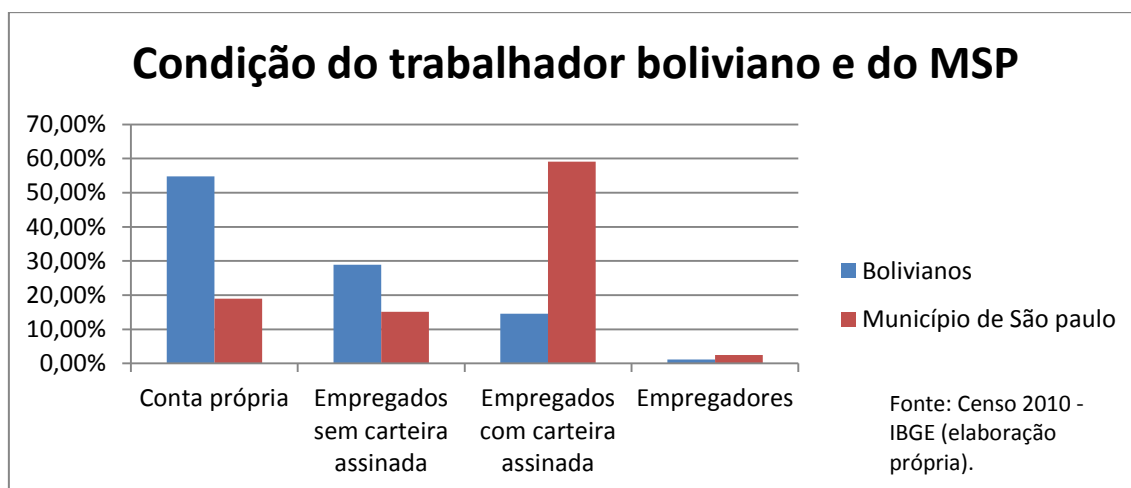


Gráfico 06

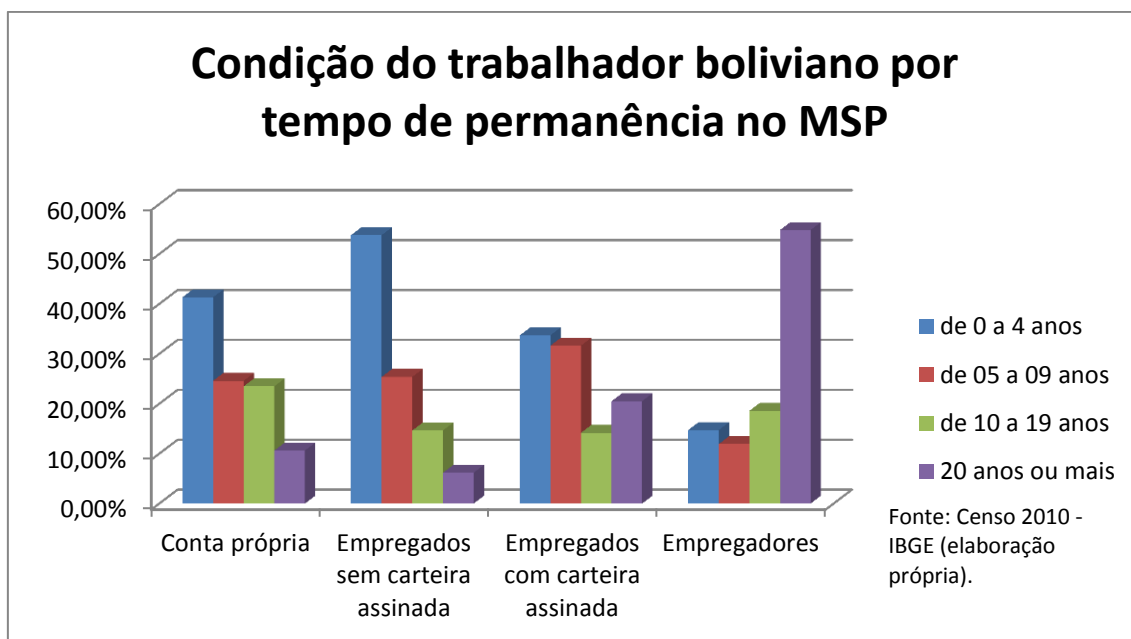


Gráfico 07

Entre os próprios bolivianos encontra-se o seguinte fenômeno: quanto maior o tempo de permanência no país, maior a proporção de bolivianos que são “empregadores” e menor a chance de ser um “empregado sem carteira assinada”. Entre os “conta-própria” observa-se o mesmo fenômeno que entre os “empregados sem carteira assinada”, porém de forma menos acentuada. Dessa forma, 53,8% dos bolivianos que trabalham sem carteira assinada está há menos de 05 anos no MSP, ao passo que apenas 6,2% desse tipo de trabalhador está há mais de 20 anos. Por outro lado, 54,8% dos empregadores é constituída por bolivianos que está há mais de 20 anos no MSP (cf. Gráfico 07).

O trabalhador “conta própria”, segundo o IBGE, se trata de “pessoa que trabalhava explorando seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado” (IBGE, 2010, p. 45). Assim, a maior parte dos bolivianos vive de seu próprio empreendimento, sem outras pessoas que trabalhem para eles. A dificuldade em manter um negócio funcionando com empregados é, provavelmente, a principal causa de tantos trabalhadores estarem por “conta própria”.

A baixa qualificação é outro fator que explica a presença desses imigrantes no setor informal da economia étnica, pois o trabalho por “conta-própria” é, entre as possibilidades de que ele dispõe, aquela que oferece maior possibilidade de mobilidade social a um indivíduo desqualificado profissionalmente (LIGHT, 2005). Pamplona argumenta no mesmo sentido: “Para alguns trabalhadores, o auto-emprego representa a saída possível; para outros, é a

melhor alternativa, a que lhes proporciona maior autonomia e maior remuneração para o seu nível de qualificação, habilidade e esforço.” (PAMPLONA, 2001, p. 274).

Segundo uma agente de saúde entrevistada, a maioria dos bolivianos trabalha por “conta-própria”:

Não, não tem patrão. A maioria dos meus [bolivianos atendidos pela entrevistada] não tem mais patrão. (...) são eles mesmos (...)Trabalham tudo junto mesmo, cada um faz uma determinada coisa: um costura, o outro corta, o outro arremata e embala e geralmente a esposa sai pra vender na feirinha de madrugada. (Pâmela, agente de saúde há 15 no bairro do Brás)

Segundo Pâmela, os bolivianos realmente trabalham por “conta-própria”, cada um cuidando de uma parte do serviço, por meio de uma divisão do trabalho. Cada oficina funciona, assim, como uma pequena fábrica. Os bolivianos atuam como sócios, mas não são autônomos, uma vez que o trabalho de um depende do outro para obter o produto final. No entanto, nem todos os bolivianos trabalham sem patrão, especialmente os recém-chegados. Mais da metade dos bolivianos “empregados sem carteira assinada” é constituído por imigrantes que chegaram ao país há menos de 05 anos (cf. Gráfico 07). Portanto, são eles que constituem em sua maioria os “escravizados”.

Ainda segundo Pâmela, os bolivianos não são mais explorados pelos compatriotas como eram há 15 anos atrás:

Não, exploração eu não vejo mais. (...)Foram melhorando, em vista do começo quando eu peguei 15 anos atrás, que eu ainda peguei uma situação de escravidão, né. Não, daqui pra cá já não tem mais isso. (...)Isso, as portas fechadas, o patrão saía e trancava, hoje já não tem mais isso. (...)eu fui explicando um pouco que não era assim, que eles não poderia trabalhar até tantas horas, que aqui no Brasil não era assim (...) [que os patrões] tinham que dar uma condição melhor de trabalho. Que eles tinham que se levantar um pouquinho da máquina pra se movimentar, pra não ter dor na coluna. Então, quando você for orientando, então eles começaram a entrar naquele ritmo, entendeu. (Pâmela, agente de saúde há 15 no bairro do Brás)

Ainda segundo a agente de saúde, já não existe mais situação de escravidão como há 15 anos quando ela começou a atender aos bolivianos em suas residências. Isso se deve, em parte, ao trabalho de conscientização desses patrões.

Esse entendimento é partilhado por Souchaud (2012):

Hoje, o nicho econômico dos imigrantes internacionais articula-se ao dispositivo específico da oficina, modelo de organização social e espacial da produção de vestuário. (...) Nos aspectos sociais, o mundo da oficina também mudou e multiplicam-se as oficinas registradas e o trabalho registrado. **As jornadas de trabalho diminuem e as condições de trabalho melhoram em comparação com períodos anteriores; a exploração da mão-de-obra, seja de maneira consentida ou forçada, tende, portanto, a diminuir**, em grande parte, em consequência da ação do Ministério do trabalho. (SOUCHAUD, 2012, p. 90, grifos nossos)

Segundo Martes e Faleiros (2016), tanto os **proprietários das oficinas**, quanto os **agentes comunitários de saúde** são facilitadores do processo de aproximação dos bolivianos aos serviços de saúde. Isso significa que outras pesquisas já detectaram esse trabalho de parceria entre esses dois atores e reconheceram a sua importância na melhoria de vida dos bolivianos.

Ao contrário do que se imagina, Martes e Faleiros (2016) defendem que os proprietários de oficina de costura costumam incentivar o acesso de seus empregados a esses serviços de saúde. Permitem, inclusive, contato com os agentes de saúde que fazem visitas domiciliares. O senso comum afirma, pelo contrário, que os patrões apenas querem explorar seus empregados, os impedindo de sair do trabalho por qualquer motivo, mas isso é, até onde essa pesquisa pôde avançar, uma realidade mais comum de ser encontrada há 15 anos.

Assim, pode-se dizer que em uma oficina de costura normalmente o vínculo que o boliviano tem com seu patrão é de autonomia, ainda que haja situações de escravidão, como nos foi relatado por muitos dos entrevistados. O mais provável é que essa situação de escravidão ocorra entre os recém-chegados, especialmente entre aqueles que trabalham como “empregados sem carteira assinada”.

Uma hipótese plausível para a agente de saúde pensar que existe menos situações de escravidão hoje em dia é que o patrão que permite a sua entrada não é o mesmo patrão que explora seus empregados, pois se os explorasse não permitiria a entrada dos agentes de saúde. Assim, os agentes de saúde não teriam acesso a esse tipo de oficina, o que explica o fato de eles desconhecerem situações de exploração mais explícitas.

Muitos bolivianos, não obstante, recusam a denominação “trabalhadores escravos”, pois acreditam que vivem melhor aqui do que em seu país de origem. Atribuem ao seu trabalho outro valor que o de exploração. Preferem ver o seu trabalho como um meio para atingir a tão sonhada ascensão econômica. Desse ponto de vista, a sua submissão a essas condições de trabalho degradantes é uma “ação social com relação a fins” (WEBER, 1946).

Segundo Patrícia Tavares de Freitas (informação verbal)¹⁷, apontar o boliviano como um trabalhador escravo significa privá-lo de sua agência, como se ele não pudesse fazer escolhas. Ela reconhece, no entanto, que há uma margem pequena de ação para esse sujeito, o que o impele a aceitar condições de trabalho degradantes muitas das vezes.

Essa questão nos remete novamente ao fenômeno dos trabalhadores “conta-própria” que se deve, entre outros, às dificuldades encontradas pelos patrões bolivianos em manter empregados.

Existem duas formas de se manter empregados. Uma é regularizar a sua situação com carteira assinada e procurar tornar a oficina de costura em uma “oficina modelo”¹⁸. Porém, há o problema da incidência de impostos e a burocracia para regularizar um empreendimento. O trabalhador regularizado custa muito caro ao empreendedor de pequenos negócios, o que muitas vezes inviabiliza o empreendimento. Se essa é uma realidade para o empreendedor nacional, para o empreendedor estrangeiro há ainda o agravante de ter que regularizar sua situação no país e passar por meandros burocráticos antes de abrir uma conta de banco, adquirir um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) etc.

Por outro lado, existe a possibilidade de o empregador manter os seus empregados na informalidade, o que ocorre na maioria dos casos. Entre os bolivianos, no entanto, há um agravante. Ocorre que muitos deles se aproveitam de outros compatriotas recém-chegados. O empregador paga o custeio da viagem do empregado e cobra dele essa dívida em horas de trabalho. Esse empregado acaba por viver em condições análogas à escravidão por meses e até anos, até que consiga pagar essa dívida. Acredita-se que esse seja o caso principalmente dos recém-chegados (que estão há menos de 05 anos no país) que trabalham como “empregados sem carteira assinada” (caso de 37,1% dos recém-chegados), que são mais vulneráveis e

¹⁷ Exposição oral realizada no seminário “Imigrantes: entre o acolhimento e a intolerância”, realizado entre os dias 18/01/2016 e 22/01/2016, no Centro de Pesquisa e Formação do SESC, na Rua Dr. Plínio Barreto, 285 – 4º andar – Bela Vista – São Paulo.

¹⁸ Definem-se dessa maneira aquelas oficinas em que há uma preocupação com a salubridade e a saúde do trabalhador.

dependentes do que os recém-chegados que trabalham como conta-própria (caso de 52% dos recém-chegados). Ao que parece, portanto, ainda que existam bolivianos vivendo em condições análogas à escravidão, essa não é a regra. Além disso, não se trata de uma relação de trabalho lucrativa, pois não há impessoalidade (em geral o empregado é um conhecido ou familiar do empregador), nem motivação por parte do empregado em continuar nessas condições.

Recentemente, diversas operações do Ministério Público tem coibido esse tipo de prática, estourando oficinas clandestinas onde há emprego de mão-de-obra análoga à escravidão. Têm sido aplicadas multas milionárias às grandes grifes. Esse dinheiro obtido por meio do pagamento das multas, por sua vez, tem sido revestido em campanhas pelo “trabalho decente”¹⁹.

Segundo Patrícia Tavares de Freitas (informação verbal)²⁰, a própria Pastoral dos Migrantes não quer que prendam os donos das oficinas de costura, pois acredita que a solução do problema não passe por aí.

A literatura sobre economia étnica (LIGHT, 2005), não obstante, nos afirma que dificilmente as políticas de austeridade contra as oficinas em situação irregular terão sucesso, principalmente se o seu objetivo for fechar todas as oficinas de costura que estiverem irregulares. Segundo Light (2005), isso ocorreu em Amsterdam e o resultado foi que as oficinas migraram para a Polônia, onde a regulamentação e a fiscalização eram menos rígidas. Além disso, um número expressivo de imigrantes em Amsterdam ficou desempregado, tornando-se assim um ônus para as autoridades.

Dadas essas dificuldades inerentes em se empregar mão-de-obra no ramo da costura, muitos bolivianos têm preferido trabalhar por “conta própria”. Muitos deles têm investido na capacitação profissional, oferecida por entidades de apoio ao imigrante, de forma a atingir clientes mais qualificados (PERRIN, 2015). Essa profissionalização, segundo especialistas consultados na matéria, é mais eficiente no combate ao trabalho análogo à escravidão do que a própria fiscalização do Ministério Público e a aplicação de multas às grandes marcas.

¹⁹ Relação de trabalho em que não haja exploração entre as partes.

²⁰ Exposição oral realizada no seminário “Imigrantes: entre o acolhimento e a intolerância”, realizado entre os dias 18/01/2016 e 22/01/2016, no Centro de Pesquisa e Formação do SESC, Rua Dr. Plínio Barreto, 285 – 4º andar – Bela Vista – São Paulo.

De fato, a aplicação de multas é revertida em campanhas em prol do “trabalho decente”. Mas há um entrevistado que afirma que essas campanhas aplicam dinheiro em manuais²¹ que se utilizam de uma linguagem pouco acessível ao boliviano (informação verbal)²². De modo que seriam campanhas “para inglês ver”. Como afirma uma entrevistada boliviana:

Eu não sei. Eu te confesso que eu não sei a fundo. Quanto que é esse dinheiro, como que é esse dinheiro. Eu não sei. Eu soube também isso, de que (...) o processo da Zara, esse dinheiro foi transferido para a Pastoral do Migrante e que veio pro CAMI [Centro de Apoio ao Migrante] (...) eles chamaram um técnico do trabalho para falar sobre oficinas que ajudam a construir aquele Oficina Modelo (...) Parece que era um fisioterapeuta europeu que veio falar sobre ergonomia [fala sobre como manter a postura correta na execução do trabalho de costura, no caso]. Como é que eles vão levantar a cada hora para fazer ginástica laboral? (Patrícia, boliviana, criadora de um projeto social de capacitação profissional para imigrantes).

Patrícia critica o fato de a campanha não atender à realidade do trabalhador boliviano. Para ela, as campanhas deveriam atingir os empregadores do ramo da costura, pois eles teriam o potencial para fazer alguma mudança.

As condições de trabalho dos bolivianos são complexas e exigem um olhar acurado por parte do analista. Há uma série de nuances, como o fato de que mais da metade dos trabalhadores bolivianos trabalham por “conta própria”. Uma nuance é a de que eles trabalham em “economias étnicas”.

Na economia étnica os grupos costumam recorrer à mão-de-obra familiar. As esposas e filhos costumam trabalhar sem receber remuneração em troca. Entretanto, não é possível afirmar que haja uma exploração no sentido marxista do termo, pois para haver lucro é necessário que haja mais-valia, o que não é o caso. A maior parte do lucro da industrial têxtil, segundo Light (2005), fica com as grandes indústrias e lojas, mas não com os proprietários de oficina: “Se a exploração existe na indústria da confecção, os empregadores dos imigrantes

²¹ Manuais informativos sobre os direitos dos imigrantes e manuais que explicam como obter uma “oficina modelo”.

²² Informação obtida em entrevista com um boliviano dono de um meio de comunicação, em 2013.

não são seus principais beneficiários.” (LIGHT, 2005, p. 655). Daí a inocuidade de se mandar prender todos os patrões das oficinas ou culpá-los pelas condições análogas à escravidão em que vivem muitos imigrantes.

Pamplona (2001) argumenta no mesmo sentido de que na economia informal – ou o trabalho do auto-empregado (ou conta-própria) – não há acumulação de capital:

As unidades produtivas informais não são plenamente capitalistas também porque a taxa de lucro não é a variável chave de seu funcionamento e sim o rendimento total de seu dono. A prioridade é a manutenção da família, preocupação com “retornos de investimento”. O principal objetivo destas unidades é criar emprego e renda para os envolvidos. Via de regra, não há acumulação. Quando isto ocorre, ela pode deixar de ser informal. (PAMPLONA, 2001, p. 164, grifos nossos).

Assim, vale dizer que esses imigrantes não constituem o “proletariado” como concebido por Marx para designar a classe trabalhadora na Inglaterra no século XIX, pois não estão empregados por ninguém; nem se enquadram como “burguesia”, pois não possuem funcionários. Estão inseridos, portanto, em um quadro mais complexo, no qual a exploração ocorre de forma mais sutil. Pode-se dizer que eles pertencem, portanto, ao “precariado” (STANDING, 2015).

O termo “precariado” pode ser definido como um “tipo ideal” (Max Weber), que combina o adjetivo “precário” com o substantivo “proletariado”. A principal característica do “precariado” é que ele é um trabalhador remunerado e não um assalariado. A diferença é que o trabalhador remunerado está abaixo do assalariado na “estratificação social” (Max Weber). A estratificação social é definida por diferentes óticas: classe, status e partido. A situação de mercado de um grupo é composta pelas seguintes dimensões. A classe econômica é estratificada segundo a situação de mercado de um grupo, entre os que podem adquirir mais ou menos bens (critério econômico). Os grupos de “status” ou estamentos são estratificados de acordo com “estilos de vida” especiais, entre aqueles com maior ou menor prestígio e honra (critério social). Já os partidos são estratificados de acordo com seus objetivos e causas, que podem ser pessoais ou ideais (critério político). (WEBER, 1967). Portanto, o “precariado” teria não só menos acesso a bens que os “assalariados”, mas também menos prestígio (critério social) e poder (critério político).

Pode-se dizer que o “precariado” é *sui generis* em termos de classe, pois não estabelece relações de contrato social como o proletariado (na qual se trocam garantias de trabalho por subordinação e lealdade), o que faz do “precariado” uma classe social sem

identidade (não estabelece vínculos solidários com a comunidade trabalhista), pouco ou nada engajada politicamente (não participa de greves e nem de sindicatos, por isso não tem garantia de representação), tornando-o vulnerável a toda forma de contingência. Por esse motivo, afirma-se que o “precariado” tem um “status truncado” (STANDING, 2015).

Como não se organiza sindicalmente e não faz greves, o “precariado” é mais vulnerável que o proletariado tradicional na relação com seus empregadores, não conseguindo organizar suas próprias pautas e demandas e tornando-o uma classe mais sujeitável na relação capital-trabalho. Boa parte dessa debilidade do “precariado” se deve à sua constituição fragmentária. Ele se constitui mais por empregos temporários do que pela estabilidade. Dessa forma, os vínculos que os seus membros estabelecem entre si também se tornam mais fragilizados. Segundo Pamplona (2001):

Este contexto de precarização do mundo do trabalho produz reações sociais mais individualistas, mais autocentradas e corrói as formas de inserção, mediação e identificação social que o trabalho permitiria. Trabalhadores terceirizados, por exemplo, não criam, ou têm grande dificuldade para criar, vínculos sociais sólidos no local de trabalho. A carência destes vínculos é particularmente cara aos trabalhadores de posição social inferior, já que estes laços ajudam a determinar possíveis trajetórias ocupacionais e sociais ascendentes. (PAMPLONA, 2001, p. 272).

Um bom exemplo desse vínculo fragilizado na classe do “precariado” é a condição do imigrante quando pertence à classe do “precariado” como muitos nacionais da sociedade receptora. No entanto, ao invés deles serem considerados como pertencentes a essa mesma classe, os imigrantes são demonizados pelo “precariado” formado pelos nacionais da sociedade receptora. Estes veem aqueles como os responsáveis por sua condição precária de inserção no mercado de trabalho. A isso se acrescenta a demonização por razões culturais, o que tem levado ao surgimento de pessoas que defendem desde políticas discriminatórias à violência xenofóbica. Nesse sentido, o imigrante (também pertencente ao “precariado”), tem sido colocado como bode expiatório pelos males que sofrem como um todo (razões essas que são muito mais complexas e nada tem que ver com os imigrantes, mas com a reestruturação produtiva no capitalismo (PAMPLONA, 2001)). Por esse motivo, ao invés de se unir, o “precariado” luta entre si, motivo pela qual é uma classe social que apresenta grande debilidade na relação capital-trabalho, quando comparada ao proletariado tradicional (STANDING, 2015).

Assim, é possível estabelecer paralelos entre a condição de ocupação dos bolivianos e o “precariado”, principalmente pelo fato de que esses imigrados não têm garantias trabalhistas

e não se organizam sindicalmente. Estão sempre trabalhando em bicos e vulneráveis às oscilações da economia. Isso faz com que tenham dificuldades em se estabelecer profissionalmente.

Não obstante, é preciso atentar para o fato de que muitos desses imigrantes estão se tornando empreendedores, se capacitando profissionalmente e buscando alternativas para inserir-se no mercado. Alguns estão regularizando a condição de seus funcionários, procurando o registro de um MEI (Microempreendedor Individual), adequando suas oficinas para oferecer maior conforto ao trabalhador, ou ainda se tornando camelôs e vendendo as próprias roupas que costuram.

É comum que os imigrantes sejam negligenciados pelos bancos no momento em que buscam crédito para seus empreendimentos, pois eles não podem provar que tem credibilidade, ou seja, que irão honrar as suas dívidas.

Isso faz com que tenham dificuldade em obter crédito para começar um empreendimento, ou ainda para financiar sua casa própria. Em geral trabalham no mercado informal e não tem como comprovar uma renda. No entanto, isso ocorre mais pela falta de confiança do que propriamente por discriminação (LIGHT, 2005).

Para mudar essa realidade, algumas modalidades alternativas de crédito estão sendo criadas. Uma delas é o microcrédito. Esses pequenos bancos que oferecem microcrédito procuram fortalecer o capital social de um pequeno grupo de microempreendedores para então assegurar que terão o seu investimento pago. Essas iniciativas fazem com que os imigrantes, antes desempregados, se tornem donos do seu próprio negócio.

Presenciou-se, durante a pesquisa de campo, a apresentação que um Instituto de Microcrédito fez aos moradores do bairro do Brás. Esse crédito volta-se a grupos de microempreendedores heterogêneos, ou seja, cada grupo é formado por pessoas com investimentos em áreas distintas da economia. Assim, enquanto um tem um empreendimento na área de alimentação (um carrinho de pipoca, por exemplo), outro investe na área de costura (caso dos bolivianos), enquanto outros ainda vendem revistas. As parcelas a serem pagas pelo grupo são semanais. Assim, quando alguém não consegue pagar a quantia necessária, um membro do grupo cobre o outro em sua falta (daí a recomendação de os membros do grupo ser formado por pessoas de empreendimentos distintos), resultando em maior confiança e

consciência grupal. Necessariamente há um líder em cada grupo, de modo a sanar os conflitos internos que possam surgir eventualmente.

É interessante notar que se trata de um microcrédito com acompanhamento mensal. O Instituto em questão tem parceria com uma incubadora da USP (Universidade de São Paulo), onde é oferecido curso de reeducação financeira aos participantes do projeto. Nesse âmbito, oferecem-se algumas informações úteis sobre como colocar o preço dos produtos, como abrir um CNPJ (pois isso resulta em menor custo para adquirir materiais, no caso de um costureiro, por exemplo).

A ideia do Instituto é que o crédito oferecido a cada grupo vá aumentando conforme se vai quitando as parcelas anteriores. Assim, no início é oferecido um empréstimo de R\$ 300,00 por mês a cada grupo. Devem ser devolvidos R\$ 306,00 (ou seja, ele paga 06 reais de juros pelo empréstimo). Na medida em que o grupo vai pagando essas parcelas, ele conquista o direito de receber R\$ 500,00, depois R\$ 1.000,00 e, finalmente R\$ 2.000,00, que é o teto. A ideia é que a pessoa vá, ao longo do seu projeto, desenvolvendo laços com os outros integrantes de seu grupo, ao passo em que desenvolve uma consciência financeira individual de seu próprio empreendimento.

Na ocasião da apresentação desse crédito pelo Instituto, verificou-se que uma boliviana resolveu juntar-se a um grupo e se tornar uma microempreendedora, sendo ela do ramo da costura. O projeto desse Instituto é interessante, na medida em que vai ao encontro do desejo do imigrante boliviano de se tornar independente, ou seja, de se tornar um trabalhador por “conta própria”.

Faz-se necessário, dessa maneira, buscar novas teorias que melhor se adequem à explicação de tantos imigrantes trabalhando por “conta própria”. Se por um lado pode significar precariedade de inserção no mercado, por outro lado pode ser um indício de estratégias alternativas pelas quais os bolivianos procuram lograr seus objetivos no país, quais sejam, melhorar financeiramente e se tornarem independentes.

Há uma tendência de maior flexibilização das relações trabalhistas no país – o que de fato implica em maior precariedade – e entre os bolivianos a tendência é ainda maior, devido a atuarem na informalidade. Avança-se na compreensão do fenômeno, não obstante, quando se obtém do próprio imigrante que valor ele atribui a sua condição de trabalho.

Pamplona (2001), em seu trabalho, reflete até que ponto o auto-emprego (ie: trabalho por conta-própria) é uma solução para a questão do declínio do emprego padrão ou, pelo contrário, em que medida é ele uma “alternativa precária”. Para fins metodológicos, o autor define auto-empregado “como componente da força de trabalho e não como um ‘empreendedor capitalista’” (PAMPLONA, 2001, p. 26).

Segundo Pamplona (2001), não é certo associar todos os casos de auto-emprego com a precarização, pois este se oferece muitas vezes não apenas como alternativa para sobrevivência, mas também como possibilidade de prosperidade e autonomia para o trabalhador.

Por outro lado, o mesmo autor alerta para o risco de se entender o crescimento do setor informal e do auto-emprego como um sinal de que o progresso da “capacidade empreendedora” dos indivíduos mais pobres irá resultar em uma “democracia econômica” e promover o desenvolvimento socioeconômico nos países subdesenvolvidos. Segundo o autor, as possibilidades disso acontecer são muito limitadas.

Assim, o autor conclui que “não é certo que o auto-emprego contribua para aumentar na RMSP [Região Metropolitana de São Paulo] a precarização do mercado de trabalho, mas é certo que ele contribui para aumentar sua polarização.” (PAMPLONA, 2001, p. 285). Por “polarização” entende-se o acirramento das desigualdades sociais no acesso ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, é preciso relativizar a ascensão social do boliviano pela via do auto-emprego e do trabalho informal. Ainda que isso se ofereça, em alguns casos, como possibilidade de maior autonomia e prosperidade, isso não quer dizer que acarretará uma “democracia econômica”, pois este trabalhador ainda será um componente da força de trabalho.

2.5. A imbricação entre trabalho e moradia

Como se analisou no início do capítulo, 67,7% dos bolivianos trabalham no mesmo ambiente em que moram. Essa percentagem é ainda maior no caso dos recém-chegados, 72,7% (cf. Gráfico 01).

Sidney Antonio da Silva sustenta que nem sempre o ambiente de trabalho e moradia são os mesmos, mas concorda que essa situação é mais comum entre os recém-chegados (informação verbal) ²³.

Para Sayad: “Mais do que em qualquer outra circunstância, trabalho e habitação estão, no caso dos trabalhadores imigrantes, numa estreita relação de mútua dependência.” (SAYAD, 1998, p. 74).

Assim, é muito comum que o imigrante dependa do seu trabalho para continuar com uma moradia. E, por outro lado, precisa viver naquela moradia, caso queira continuar trabalhando. Essa dependência, em geral, faz com que haja uma dificuldade por parte deles de mudar de trabalho. Uma vez que essa mudança gera uma necessidade dupla: obter um novo trabalho e um novo lugar para morar.

O trabalho é central na vida do imigrante (SAYAD, 1998). Como esse trabalho ocorre quase sempre em sua moradia, pode-se dizer que esta se constitui no espaço de maior centralidade na vida desse imigrante, principalmente quando ele está recém-chegado ao país. Eles costumam isolar-se nessas moradias, perdendo a comunicação com os vizinhos e o ambiente externo (DORNELAS, 2009). Esses imigrantes geralmente vivem em cortiços e, conforme chegam outros compatriotas, são feitos “puxadinhos”, de forma a acomodar mais pessoas. As máquinas de costura são amontoadas em um mesmo ambiente. Frequentemente esse ambiente é separado dos dormitórios. Outras vezes, o ambiente em que costuram se transforma em dormitórios a noite (SILVA, 1997).

As janelas permanecem fechadas, o que favorece a ocorrência de doenças respiratórias. Os trabalhadores costumam ouvir uma rádio boliviana enquanto costuram – o que torna o ambiente ainda mais isolado (DORNELAS, 2009). As instalações elétricas costumam ser precárias – aumentando a incidência de acidentes, como incêndios, por exemplo. Não há separação do ambiente de trabalho para o ambiente onde eles se alimentam

²³ Informação obtida em entrevista concedida por Sidney Antonio da Silva ao autor na Pastoral dos Migrantes, em Dezembro de 2010.

– o que também favorece a ocorrência de doenças. Não obstante, esse ambiente gera também problemas de coabitação e promiscuidade. (SILVA, 1997).

Segundo o Censo de 2010, a **média de moradores por dormitório** nos domicílios constituídos por bolivianos no Município de São Paulo é de **2,62**. Segundo o IBGE (2004), os domicílios considerados adequados podem ter, no máximo, uma média de dois moradores por dormitório. A média no município de São Paulo é de **2,16** moradores por dormitório (ainda assim, acima do indicado pelo IBGE), o que revela que o grupo de bolivianos vive mais em quartos superlotados do que a média entre os paulistanos.

Além disso, outro aspecto importante da moradia dos bolivianos é o seu “caráter provisório” (SAYAD, 1998, p. 78): “Residente provisório por definição, o imigrante só deve ser alojado provisoriamente; trabalhador pobre, só deve ser alojado pobremente”.

Eles podem ser considerados “nômades urbanos” (VÉRAS, 2003b), no sentido de que há uma rotatividade muito grande de habitação entre esses imigrados. Eles podem estar vivendo em cortiços, casas alugadas, ocupações ou até mesmo em favelas, mas há algo de específico em sua forma de habitar que é a provisoriedade. Dificilmente eles firmam uma residência fixa. Sua trajetória residencial é perpassada por diversos deslocamentos entre várias habitações provisórias e precárias.

Para o Censo 2010, das 4.805 unidades domiciliares na cidade de São Paulo cujo responsável é boliviano, 77,3% são alugadas, enquanto 22,3% referem-se a unidades próprias já quitadas ou por quitar. A fonte não especifica se esse aluguel é pago pelos próprios moradores bolivianos ou se eles recebiam o valor do aluguel como parte integrante do salário²⁴.

Entretanto, por ser a habitação um conceito amplo – que não se refere apenas ao abrigo, mas também à “inserção na cidade” (VÉRAS, 2003b) – faz-se necessário analisar os níveis de acesso desses imigrados aos serviços e equipamentos sociais, como é o caso da saúde.

²⁴ Segundo o IBGE, em suas notas metodológicas relativas ao Censo Demográfico de 2010, considerou-se o domicílio como “alugado” quando “o aluguel era pago por um ou mais moradores”, mas também quando “**o empregador (de qualquer um dos moradores) pagava, como parte integrante do salário, uma parcela em dinheiro para o pagamento do aluguel.**” (Grifos nossos). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Familias_e_Domicilios/censo_fam_dom.pdf> Acesso em 22 de ago. de 2014.

2.6. O acesso aos serviços sociais de saúde

A saúde, por ser um direito social universal defendido pela Constituição Federal, é garantida a qualquer pessoa que esteja em território nacional, esteja sua situação regularizada ou não. Assim, qualquer boliviano tem o direito de utilizar os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na prática, entretanto, não há um acesso pleno por parte dos usuários bolivianos, pois desconhecem seus direitos (por falta de informação) e têm medo de se expor. Não obstante, há a questão das diferenças culturais e da língua (AGUIAR & MOTA, 2014). Nem sempre os enfermeiros, agentes de saúde, atendentes e médicos entendem o espanhol, o *quéchua* e o *aimará*²⁵, o que faz com que haja dificuldade de comunicação com os pacientes. As diferenças culturais, por outro lado, implicam em barreiras no desenvolvimento das consultas e dos tratamentos, pois os bolivianos estão habituados a diferentes tipos de tratamento, com o uso de plantas medicinais, por exemplo. Assim, a questão da privacidade pode ser um complicador para a realização de um tratamento ginecológico, por exemplo.

Muitos entrevistados também relatam que o medo e a desconfiança dos bolivianos os impede de reclamar seus direitos quando estes não são respeitados. Assim, o desconhecimento da língua portuguesa e essa característica da personalidade desse povo poderia os levar a serem condescendentes com situações em que são desrespeitados em postos de saúde. Isso ocorre, por exemplo, quando são mantidos na fila por mais tempo que os demais pacientes.

Todos esses fatores contribuem para que, na prática, os bolivianos tenham muitas dificuldades em cuidar da própria saúde no país. Uma vez que estão no Brasil por causa do trabalho, ausentar-se deste para cuidar da saúde é malvisto pelo empregador e pode resultar em perda de rendimento (o principal objetivo deles), como afirma uma entrevistada boliviana no Pari, ao relatar que “tempo é dinheiro” para o imigrante. Assim, muitos desses imigrados contraem doenças nos espaços em que vivem e só procuram os serviços médicos quando o caso já é grave.

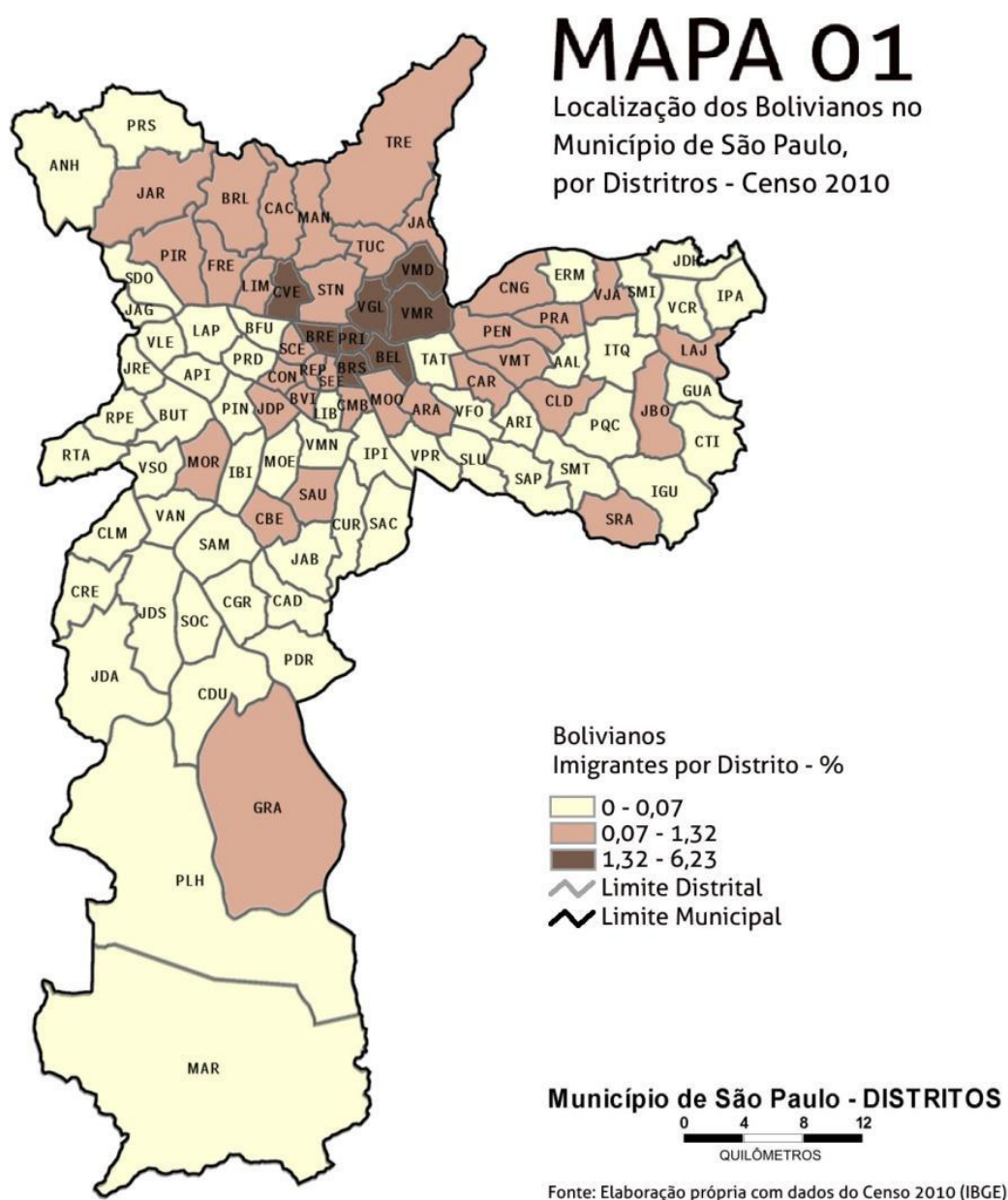
²⁵ O *quéchua* e o *aimará* são línguas indígenas ainda hoje faladas na Bolívia.

Algumas estratégias têm sido desenvolvidas para melhor atender às especificidades dos bolivianos no tocante à saúde. Uma delas ocorre dentro da Atenção Primária à Saúde (APS), dentro da qual se desenvolve a Estratégia Saúde da Família (ESF), que promove “uma ação orientada para o contato direto com a realidade de famílias e grupos de imigrantes reunidos no âmbito domiciliar e laboral, objetivando a melhoria do acesso aos serviços e da adesão aos cuidados em saúde” (SILVEIRA et. al., 2014, p. 102). No âmbito desse programa, inclusive, são contratados agentes de saúde bolivianos, no sentido de aprimorar o acesso a essas famílias e indivíduos bolivianos que necessitam de maior atenção.

Segundo Aguiar & Mota (2014), um dos atributos da APS é a “competência cultural”, que consiste na “capacidade do profissional e dos serviços de saúde de perceberem a diversidade de populações em seu território e desenvolverem conhecimentos capazes de estabelecer nexos de compreensão e interação” (AGUIAR & MOTA, 2014, p. 137). Essa competência torna-se fundamental aos serviços e agentes de saúde que lidam com os bolivianos, dada suas especificidades e diferenças culturais.

2.7. A espacialização dos bolivianos em São Paulo

É possível perceber que os bolivianos que vivem em São Paulo estão presentes em três eixos principais: centro, norte/leste e as periferias leste e sul. Ou seja, só não estão presentes na região oeste e sudoeste, as regiões mais ricas da cidade (VILLAÇA, 1999; MARQUES, 2005).



O eixo central constitui-se pelos bairros do Bom Retiro, Brás, Belém e Pari. Na década de 1990, segundo Vêras (2000, cf.: Mapa 02, em anexo), o Bom Retiro era o principal distrito com concentração de bolivianos. Na década de 2000, segundo o Censo (cf. Mapa 03, em anexo), já havia maior concentração desses imigrantes também nos distritos do Pari e do Belém, além do Bom Retiro. Em 2010, segundo o Censo (cf. mapa 01, na imagem acima), eles também já estão mais concentrados no Brás.

O eixo norte constitui-se de uma recente concentração de bolivianos principalmente nos distritos da Casa Verde, Vila Maria, Vila Medeiros, Vila Guilherme. Já o eixo leste é

formado pelos distritos de Cangaíba, Vila Jacuí e Penha, todos eles muito próximos do município de Guarulhos.

O eixo das periferias se estende à região do extremo leste (distritos de São Rafael e Lajeado) e do extremo sul (Cidade Dutra e Grajaú).

Os fatores explicativos da presença de bolivianos nos bairros centrais são: presença do setor produtivo da confecção têxtil, espaços de sociabilidade e lazer específicos para bolivianos, disponibilidade de casas para aluguel e maior oferta de equipamentos e serviços públicos. Já a presença de bolivianos nas periferias se deve à ampliação do setor têxtil com a subcontratação da mão de obra desses imigrados e à maior disponibilidade de lotes para construção de casa própria (XAVIER, 2010).

Esta dissertação centra-se no estudo de um bairro central (Brás, por concentrar grande contingente de bolivianos e abrigar um importante espaço de sociabilidade desse grupo, a Rua Coimbra) e de um distrito periférico (Grajaú, por ter havido um importante aumento de bolivianos nessa região e por ter se formado uma “ilha”²⁶ com importante contingente desses imigrados nessa região). A frequência relativa de bolivianos, em 2010, é de 0,08% no Grajaú, em relação à população total desse distrito (Censo Demográfico). Esse distrito não somava nenhum boliviano em 2000, passando a ter 281 em 2010, segundo os Censos Demográficos. Já a frequência relativa de bolivianos no Brás, em 2010, é de 2,64%, em relação ao total desse distrito, contando com o número absoluto de 262 bolivianos em 2000 e passando a 772 em 2010 (Censo Demográfico).

Nas Tabelas 02 e 03 (nas duas páginas seguintes) é possível visualizar a localização dos bolivianos no Município de São Paulo (região centro e sul), por distrito, segundo os Censos Demográficos de 2000 e 2010²⁷.

²⁶ No mapa 03, na página acima, é possível identificar essa “ilha” de presença boliviana na região sul, que não existiam nos Censos de 1991 e 2000 (mapas 02 e 03, em anexo).

²⁷ Para informações de todas as regiões do Município de São Paulo, ver a tabela 04 (Censo 2010, em apêndice), tabela 05 (Censo 1991, em anexo) e tabela 06 (Censo 2000, em anexo).

Tabela 02: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo (Região Centro e Sul), por distrito, segundo o Censo 2000 (IBGE)

Distritos	Total da população (A)	Nº Absoluto de bolivianos (B)	Frequencia relativa (B/A)
Região Centro			
Bela Vista	63190	66	0,10%
Bom Retiro	26598	685	2,58%
Brás	25158	262	1,04%
Consolação	54522	146	0,27%
Liberdade	61875	78	0,13%
Sé	20115	29	0,14%
República	47718	174	0,36%
Santa Cecília	71179	146	0,21%
Pari	14824	252	1,70%
Subtotal Centro	385179	1838	0,48%
Região Sul			
Santo Amaro	60539	28	0,05%
Campo Belo	66646	29	0,04%
Campo Grande	91373	26	0,03%
Campo Limpo	191527	30	0,02%
Capão Redondo	240793	57	0,02%
Cidade Ademar	243372	101	0,04%
Cidade Dutra	191389	60	0,03%
Grajaú	334289	0	0,00%
Moema	71276	21	0,03%
Itaim Bibi	81456	45	0,06%
Jardim Ângela	245805	0	0,00%
Jardim São Luís	239161	10	0,00%
Parelheiros	102836	10	0,01%
Pedreira	127425	17	0,01%
Marsilac	8404	0	0,00%
Vila Andrade	73649	0	0,00%
Socorro	39097	10	0,03%
Subtotal Sul	2409037	444	0,02%
Fonte: Dados do Censo Demográfico (IBGE) de 2000 apud Vêras (2003c)			

Tabela 03: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo (Região Centro e Sul), por distrito, segundo o Censo 2010 (IBGE)

Distritos	Total da população (A)	Nº Absoluto de bolivianos (B)	Frequencia relativa (B/A)
Região Centro			
Bela Vista	69460	193	0,28%
Bom Retiro	33892	1113	3,28%
Brás	29265	772	2,64%
Consolação	57365	47	0,08%
Liberdade	69092	20	0,03%
Sé	23651	26	0,11%
República	56981	126	0,22%
Santa Cecília	83717	302	0,36%
Pari	17299	1078	6,23%
Subtotal Centro	440722	3677	0,83%
Região Sul			
Santo Amaro	71560	0	0,00%
Campo Belo	65752	76	0,12%
Campo Grande	100713	62	0,06%
Campo Limpo	211361	103	0,05%
Capão Redondo	268729	53	0,02%
Cidade Ademar	266681	43	0,02%
Cidade Dutra	196360	96	0,05%
Grajaú	360787	281	0,08%
Moema	83368	18	0,02%
Itaim Bibi	92570	0	0,00%
Jardim Ângela	295434	40	0,01%
Jardim São Luís	267871	0	0,00%
Parelheiros	131183	45	0,03%
Pedreira	144317	0	0,00%
Marsilac	8258	0	0,00%
Vila Andrade	127015	37	0,03%
Socorro	37783	0	0,00%
Subtotal Sul	2729742	854	0,03%
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico (IBGE) de 2010			

3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo apresentar o quadro teórico que fundamenta nossa pesquisa. Ele pode ser dividido em três eixos: 1) Imigração e redes; 2) Alteridade, Identidade e Interculturalidade; e 3) Habitação, Segregação e Territorialidade.

É importante destacar que esses eixos estão estreitamente relacionados uns aos outros. Por exemplo, não se pode pensar a questão da “alteridade” isoladamente, sem compreender o fenômeno da “territorialidade”. Segundo Vérias (2003a), a questão da territorialidade articula-se com a da alteridade e da multiculturalidade, chamando atenção para a “dimensão espacial da cidadania” (VÉRAS, 2003a, p. 17). Ou seja, são nos territórios com maior concentração de imigrados onde surgem os preconceitos e a precariedade no acesso à moradia.

Assim, Vérias (2003a) cunha o conceito de “territórios da alteridade” para designar bairros e “pedaços” da cidade, geralmente populares, que recebem imigrantes que são objeto de discriminação. Eles se caracterizam pela degradação e pela pobreza. Nesse sentido, os “territórios da alteridade” (articulação dos três eixos da pesquisa) são os bairros que recebem aos imigrantes.

Portanto, pode-se dizer que a divisão em três eixos é apenas um recurso didático para melhor explorar os conceitos em questão. Na realidade empírica, os três articulam-se formando uma unidade indissociável.

3.1. Imigração e Redes

Para abordar a imigração apoia-se na teoria desenvolvida por Abdelmalek Sayad (1998), que estuda a imigração argelina para a França. Para o autor, a imigração é formada

por um duplo: por um lado temos o emigrante que saiu do país de origem e por outro o imigrante que chega a um país receptor que desconhece. São categorias indissociáveis.

Para o autor, a contradição constitutiva do imigrante se dá no sentimento de provisoriedade com que é vivida a sua imigração:

[...] não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento do [de] provisoriedade. (SAYAD, 1998, p. 45).

A “ilusão do provisório” (SAYAD, 1998), portanto, é coletivamente mantida e serve aos interesses da sociedade receptora. A sua estratégia consiste em nunca reconhecer esse imigrante como um integrante definitivo de seu grupo, ou seja, em nunca reconhecer o seu “status” de definitivo. Assim, ainda que esse imigrante viva *de fato* como um integrante definitivo da sociedade, ele nunca deixa de ter o “status” de provisório. Em outras palavras, nunca é reconhecido em sua condição de integrante definitivo da sociedade:

Residente provisório por definição, o imigrante só deve ser alojado provisoriamente; trabalhador pobre, só deve ser alojado pobremente. Entretanto, posto que o caráter provisório do imigrante e de sua imigração não passa de uma ilusão coletivamente mantida, ele permite a todos que se sintam contentes com a habitação precária degradada e degradante, que se atribui ao imigrante. Isso mostra a que ponto a dissimulação (*i.e., a ilusão do provisório*) que se encontra no próprio princípio da perpetuação da imigração é, aqui, necessária. E quando a imigração deixa, de fato, de ser provisória enquanto a habitação continua sendo esta, é ainda **a ilusão do provisório** que permite mascarar o paradoxo de uma habitação para sempre provisória. (SAYAD, 1998, p. 78, grifos nossos).

Ainda para o autor: “Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito.” (SAYAD, 1998, p. 54). Acrescenta: “Foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser.” (SAYAD, 1998, p. 55).

Sobre a moradia, o autor afirma que: “Mais do que em qualquer outra circunstância, trabalho e habitação estão, no caso dos trabalhadores imigrantes, numa estreita relação de mútua dependência.” (SAYAD, 1998, p. 74).

Por fim, Sayad faz uma reflexão sobre a aceitação do imigrante na sociedade receptora, afirmando que esta só ocorre quando o custo/benefício é positivo para ela. Ou seja, no momento em que as vantagens econômicas deixam de compensar o custo social e cultural

que a presença dos imigrantes impõe, então surge a hostilidade para com esse grupo – por meio, inclusive, de regulamentações mais duras.

Sobre as vantagens da migração tanto para o país de origem quanto para o de destino, apoia-se em Martine (2005). Para este autor, a vinda dos imigrantes reativa a economia local e gera mais empregos. Eles competiriam apenas com os trabalhadores menos qualificados do país de destino. Na medida em que se tornam produtivos, deixam de ser um ônus aos serviços públicos do país de destino (MARTINE, 2005).

No que tange às causas das migrações internacionais, apoia-se em Sassen (2010). Segundo a autora, as principais explicações para as migrações internacionais são os fatores de repulsão e atração, entre os quais se encontram principalmente a pobreza e o desemprego (repulsão) e as possibilidades de emprego e melhores salários (atração). No entanto, a sociologia se preocupa com a seguinte questão: “quando a pobreza *se torna* um fator de repulsão?” (SASSEN, 2010, p. 114; grifos do autor).

Ou seja, quais variáveis, quando combinadas com a pobreza e o desemprego, desencadeiam esse processo de repulsão? A resposta está nos laços que se estabelecem entre sociedade de imigração e emigração, que em um primeiro momento foi iniciado pelo recrutamento externo. No entanto, uma vez firmada uma comunidade de imigrantes, a rede de imigrantes tende a substituir o recrutamento externo, instaurando assim uma “migração em cadeia” (SASSEN, 2010).

Em relação à decisão de imigrar, existem três abordagens principais: a micro, a macro e a familiar. Segundo a abordagem micro (individual), o indivíduo faz uma análise racional e pondera sobre as perdas e compensações (principalmente as econômicas) que ele terá ao decidir migrar. Já a análise macro considera que o indivíduo está subordinado a uma “esfera histórico-estrutural ampla, capaz de suplantar os interesses individuais dentro do processo de decisão.” (MUNIZ, 2002, p. 3). Por último, “uma terceira abordagem tenta agregar as teorias neoclássica (micro) e histórico estrutural (macro) sob uma perspectiva domiciliar (ou familiar).” (MUNIZ, 2002, p. 3). Esta pesquisa se baseará nessa terceira abordagem, já que ela considera tanto aspectos micro como macro em sua análise.

Ainda sobre a decisão de imigrar, também se apoia em Patarra (2006). A autora afirma que existem teorias que explicam a imigração tanto como uma decisão individual quanto familiar. Ela ressalta a importância dos estudos teóricos da “sociedade em rede” de Manuel

Castells e das “cidades globais” de Saskia Sassen para compreender os processos migratórios contemporâneos.

Por fim, ainda sobre esse assunto, toma-se Silveira (2014) como referência. O autor destaca a importância da família e das redes sociais na decisão de imigrar, pois elas ampliam as possibilidades de entendimento dos processos migratórios – que permaneceriam ocultos se estudados sob o prisma das decisões individuais.

Para trabalhar com os conceitos de “redes” e “cadeias migratórias”, toma-se o texto de TRUZZI (2011) como referência teórica. Segundo Truzzi, “cadeia migratória” pode ser definida como “o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino” (Truzzi, 2011, p. 20).

Esses conceitos procuram dar conta de uma realidade na qual, cada vez mais, os imigrantes só se decidem pela imigração após obterem informações prévias das oportunidades e dificuldades enfrentadas na sociedade de destino. Assim, são conceitos que enfatizam “o papel ativo dos emigrados, já partidos, na sociedade de origem”. (TRUZZI, 2011, p. 23).

O conceito de “redes” viabiliza a análise da ação individual tendo como pano de fundo um “contexto social de referência”. Portanto, dentro desse contexto social, o indivíduo encontra diferentes possibilidades de conduta e interpretações que variam segundo a sua singularidade. (LEVI, 2001 apud TRUZZI, 2011).

Para SASAKI & ASSIS (2000), a importância das redes sociais consiste em absorver o impacto da chegada dos migrantes, que levam em conta outras escolhas que não apenas a racional a fins, mas também a racional com relação a valores ou tradição (para resgatar o pensamento de Max Weber, 1946). Essa abordagem ressalta os laços de parentesco, de amizade e de experiência de trabalho, o que pode ser relacionado à forma como os bolivianos chegam ao país.

Também se apoia em Saskia Sassen (1998) e sua ideia de que há um processo de “ruptura da estrutura tradicional do trabalho” (SASSEN, 1988 apud SASAKI & ASSIS, 2000, p. 9), gerando a informalidade, clandestinidade e novas formas de exploração no mercado de

trabalho, principalmente nos setores de baixa qualificação nas grandes cidades, como é o caso das oficinas de costura em São Paulo, em que trabalham os bolivianos²⁸.

Por fim, apoia-se também nas teorias de transmigração (SASAKI & ASSIS, 2000), que consideram que o imigrante não é apenas “temporário”, “de retorno” ou “permanente”, pois continuam a manter relações com a sociedade de origem, ainda que vivam no país de destino. Essa perspectiva pode ser interessante para entender os movimentos migratórios de bolivianos, na medida em que eles retornam para o país de origem nas festas, enviam remessas para seus familiares e mantêm projetos de vida no país de origem.

3.2. Alteridade, Identidade e Interculturalidade

A questão da alteridade é interdisciplinar e foi tratada já pela Filosofia, pela Psicologia Social, pela Sociologia, pela Antropologia, entre outras ciências (Véras, 2003a).

A alteridade, segundo Véras (2003a), se trata da “compreensão do outro” e é um conceito que teve dificuldades em produzir teorias, já que historicamente cuidou de questões “como as da diferença, do racismo, do preconceito, do poder” (VÉRAS, 2003a, p.31).

A “produção da alteridade”, segundo Jodelet, é *um processo de “construção, e até invenção, simbólica e material, pela qual se opera o deslocamento da diferença para a exterioridade.”* (JODELET, 2002, p. 48, grifos nossos). Véras (2003a) ressalta que a produção da alteridade está ligada aos “*estados de desigualdade*” (grifos da autora). Nesse processo se associam uma construção e uma exclusão. Entende-se que se faz uma construção identitária e uma exclusão do diferente.

A exclusão de que o “Outro” é alvo, aquele que não pertence ao grupo, se associa à construção material e simbólica que esse grupo faz por proteção. Quando percebe que pode ser confundido com outro grupo, esse passa então a querer se diferenciar. Esse outro grupo é

²⁸ Sobre as condições de trabalho do imigrante boliviano em São Paulo, ver Gráfico 01, em apêndice.

exteriorizado, alvo de estereótipos e desvalorização que tem suas manifestações práticas nas interações sociais (Jodelet, 2002). Essa questão é abordada por autores que estudam o chamado “interacionismo simbólico”, como Elias e Simmel.

Elias e Scotson (2000) estudam as relações de poder em uma pequena cidade com o nome fictício de Winston Parva. Ele fez o que se chamou de “estudos de comunidade”. Mas, apesar de ser um estudo microssociológico, Elias tentou dar uma validade geral aos resultados de sua pesquisa. Ele entende que as relações de poder encontradas nessa pequena cidade são aplicáveis a conjuntos mais amplos, pois se trata de uma produção da alteridade o que ocorreu ali. Essa pequena cidade estava dividida entre um grupo que se percebia e era reconhecido como os *estabelecidos* e outro que era formado por indivíduos e famílias que se percebiam e eram reconhecidos como *outsiders*.

Para tratar a questão da Alteridade nas relações de vizinhança remete-se, portanto, ao estudo de ELIAS & SCOTSON (2000): *Os estabelecidos e os outsiders*. Os *estabelecidos* formam um grupo que se vê e é visto como a “boa sociedade”. Ou seja, que reivindica a si serem melhores homens do que os *outsiders*. Esse grupo partilha de uma tradição em comum e possui muita influência. Já o grupo dos *outsiders* é formado por pessoas que são estigmatizadas por pertencerem a esse grupo. É um grupo que não tem uma memória e uma tradição em comum, o que os torna bastante desintegrados. Eles são considerados pelos *estabelecidos* como “marginais, sujos e desordeiros”. Ao analisar a maneira como os imigrantes veem a si mesmos e sua relação com a sociedade receptora, não perderemos esta *figuração* de vista.

A identidade é um conceito chave para entender a alteridade. Segundo Augé: “É sempre a reflexão acerca da alteridade que precede e permite toda definição identitária” (Augé apud Jodelet, 2002, 49). É no contato com o diferente que criamos uma identidade.

No que se refere ao conceito de “identidade”, remete-se a Hall (2011), Castells (1999) e Elias (1994).

HALL (2011) afirma que a identidade no iluminismo era centrada e imutável. Então, com o deslocamento do “sujeito do iluminismo” para o “sujeito sociológico”, a “identidade” passa a ser vista como relacional, dependente e incompleta (concepção de ELIAS, 1994), sendo formada na “interação” entre o Eu e a Sociedade. Por fim, na pós-modernidade, a

“identidade” se tornou contraditória, volátil, indefinida e múltipla, sendo formada e transformada continuamente.

Castells (1999) define “identidade” como: “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado.” (CASTELLS, 1999, p. 22)

Segundo este autor, a “identidade” pode ser classificada em três tipos: legitimadora, de resistência e de projeto. A “identidade legitimadora” é “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (CASTELLS, 1999, p. 24). A “identidade de resistência” é “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação” (CASTELLS, 1999, p. 24). Por fim, a “identidade de projeto” ocorre “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade.” (CASTELLS, 1999, p. 24).

Estas três formas de manifestação da “identidade” não são estáticas, mas dinâmicas. Uma “identidade de resistência” pode, em alguns casos, vir a tornar-se uma “identidade de projeto”. E esta, por sua vez, caso seja bem sucedida, tornar-se uma “identidade legitimadora”.

Neste estudo, analisa-se até que ponto a identidade boliviana é de “resistência” e em que medida delinea-se uma “identidade de projeto” que impulse esse grupo para uma posição de maior prestígio na sociedade. Para tanto, levar-se-á em consideração que existem diferenças no interior desse grupo de imigrantes, como as diferenças regionais, o tempo de chegada e as aspirações que eles têm para si e para seus filhos. Nesse sentido a reflexão sobre a “identidade de projeto” inclui o exercício de imaginar – por meio da realidade hoje observada – o que estarão fazendo as futuras gerações de bolivianos em São Paulo (os filhos dos que hoje estão imigrando).

Ou seja, cabe discutir até que ponto se vislumbra para as futuras gerações de bolivianos uma “identidade de projeto” capaz de fazer com que o grupo redefina sua posição na sociedade, tornando-os membros do grupo dos “estabelecidos”. Por outro lado, cabe discutir até que ponto se vislumbra para as futuras gerações de bolivianos uma “assimilação

segmentada”, segundo a qual eles permanecem como grupos marginalizados incapazes de ascender socialmente.

No entanto, o grupo de bolivianos é muito heterogêneo, sendo possível afirmar que existem muitas “identidades” em processo no interior desse mesmo grupo. Pode ser que um boliviano se considere como tal ao se relacionar com pessoas de outras nacionalidades, como os brasileiros e os coreanos, por exemplo. No entanto, quando se relacionam entre si, pode haver outros marcadores identitários, como o tempo de chegada ao país e a região da Bolívia da qual são originários.

Nesse sentido, para Elias (1994), a “identidade” é constituída a partir da relação com o *outro*: “Toda a maneira como o indivíduo se vê e se conduz em suas relações com os outros depende da estrutura da associação ou associações a respeito das quais ele aprende a dizer ‘nós’.” (ELIAS, 1994, p. 39). Assim, a síntese do pensamento de ELIAS (1994) é: “cada pessoa só é capaz de dizer ‘eu’ se e porque pode, ao mesmo tempo, dizer ‘nós’.” (ELIAS, 1994, p. 57)

É importante ressaltar que a “identidade” de um indivíduo, não necessariamente corresponde com a sua “individualidade”, esta entendida como “uma expressão que se refere à maneira e à medida especiais em que uma qualidade estrutural do controle psíquico de uma pessoa difere do de outra.” (ELIAS, 1994, p. 54).

É possível que diversas “individualidades” (ELIAS, 1994) coexistam em um grupo que mantém a mesma “identidade” (ELIAS, 1994) para todos os seus indivíduos. No entanto, também é possível que uma “individualidade” específica entre em conflito com uma “identidade”, como é o caso de indivíduos que não bebem álcool em sociedades que exigem esta prática como parte dos ritos que sustentam sua “identidade” (constatou-se esse conflito nas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa de campo com imigrantes bolivianos)

Quando isto acontece, a “sociedade” pode significar, para elas [para as pessoas em conflito com uma ‘identidade’], aquilo que a todas iguala, que barra o caminho da auto-realização ou do avanço da personalidade individual.” (ELIAS, 1994, p. 75).

A metrópole é espaço privilegiado para o desenvolvimento da individualidade, em contraponto à comunidade.

Para Simmel (1976), a metrópole “confere ao indivíduo uma qualidade e quantidade de liberdade pessoal que não tem qualquer analogia sob outras condições.” (SIMMEL, 1976, p. 18). Ela é um *locus* privilegiado para a diferenciação entre as pessoas, ou seja, para a manifestação de suas “individualidades” (ELIAS, 1994).

O indivíduo encontra na metrópole grupos e lugares específicos onde pode dar vazão aos seus talentos e excentricidades que não poderiam ser desenvolvidos em uma comunidade menor. Assim, ele “se torna membro de grupos bastante divergentes, cada um dos quais funciona somente com referência a um segmento da sua personalidade.” (WIRTH, 1976, p. 105).

Por outro lado, a metrópole é também o espaço da solidão, da reserva e da atitude *blasé* (SIMMEL, 1976). Em sociedades metropolitanas, os adultos sentem necessidade de ficarem sozinhos, “ou pelo menos de ficar a sós aos pares” (ELIAS, 1994, p. 108). Com tantos *estímulos nervosos* e diferenças culturais e sociais pululando, os indivíduos se veem obrigados a preservar a sua personalidade por meio da reserva (SIMMEL, 1976).

A justificação de personalidades e modos de vida divergentes tende a produzir uma perspectiva relativista e um **senso de tolerância de diferenças** que poderão ser encaradas como pré-requisitos para a racionalidade e que conduzem à secularização da vida. (WIRTH, 1976, p. 103-104, grifo nosso).

Assim, a cidade é, com efeito, “geradora potencial de tolerância e civilidade perante a heterogeneidade.” (FORTUNA & SILVA, 2005, p. 453).

O fundamento filosófico da tolerância surge da tentativa de resolver o conflito entre religião e política: “a ideia de tolerância, de um ponto de vista positivo, surgiu após a separação entre a religião e a política e a devida demarcação de suas competências e espaços de manifestação, passando a religião para a esfera privada e a política para a pública.” (CARLOS DOS SANTOS, 2010, p. 13).

A tolerância nos coloca o problema de como conviver com a diferença: “como então viver com o outro a não ser aderindo, ao mesmo tempo que ele, a um corpo de verdades doutrinárias elementares?” (BINOCHE, 2010, p. 18).

A tolerância, na idade média valorada pejorativamente como um vício, uma fraqueza, algo que se deve suportar, como uma doença ou uma infecção, passa a receber outro tratamento no iluminismo:

“A tolerância deixa de ser vício e passa a ser virtude: essa é a concepção que será explorada e divulgada no Século das Luzes e que será um dos sustentáculos da noção moderna dos direitos do homem, tema absolutamente central para o mundo contemporâneo.” (ALMEIDA, 2010, p. 175).

Há uma faceta positiva da tolerância, que se traduz em um princípio superior cuja obediência permite a preservação da sociedade civil (ALMEIDA, 2010).

Para Norbert Elias, no entanto, somos tolerantes menos por uma virtude do que por necessidade, ou seja, “por imperativo elementar da nossa adequação à civilização moderna e à cultura urbana.” (FORTUNA & SILVA, 2005, p. 453).

No contexto contemporâneo das diferenças na metrópole, a tolerância por necessidade corresponde, para Erving Goffman, na “indiferença civil” (FORTUNA & SILVA, 2005). Tolerar-se ao Outro na medida em que ele possa ser mantido subordinado e afastado do convívio.

Para Richard Sennett vive-se nas metrópoles uma “situação de tolerância negativa, na medida em que os indivíduos são impelidos a retrain-se perante o confronto direto das suas diferenças com os outros” (FORTUNA & SILVA, 2005, p. 454).

Esse retraimento perante as diferenças leva os indivíduos a abdicarem de uma experiência potencialmente enriquecedora, uma vez que:

“o terreno não familiar tem uma função positiva na vida de um ser humano. Essa função é a de acostumar o ser humano a correr riscos (...) [e a de ensinar] a mais valiosa de todas as lições humanas: a habilidade para colocar em questão as condições já estabelecidas de sua vida.” (SENNETT, 1988, p. 359-60).

Assim, surgem os seguintes problemas: “Por que, em um espaço em que todos são diferentes [a cidade], algumas diferenças [a dos imigrantes pobres] incomodam tanto?” (CAVALCANTI, 2005, p. 22). Em outras palavras: por que, na metrópole, um *lócus* potencialmente gerador de tolerância e aceitação das diferenças (FORTUNA & SILVA, 2005; WIRTH, 1976), encontra-se tanta “mixofobia”²⁹ (BAUMAN, 2009)?

A discussão pode caminhar no sentido de se compreender o que o *estranho* representa para nós e o que nos causa.

²⁹ Tendência a evitar ou se afastar da diferença.

Segundo Bauman (1999), o estranho nos causa certa perturbação: “ele traz para o círculo íntimo da proximidade o tipo de diferença e alteridade que são previstas e toleradas apenas a distância” (BAUMAN, 1999, p. 69).

Para Balandier (1999, p. 18), “É na proximidade que a diferença pode se converter em desvio máximo, propício à criação dos estereótipos depreciativos, dos rumores nefastos e das paixões portadoras de exclusões e violências.”

Já para José de Souza Martins (MARTINS, 1996), o “*estranho*” retorna em nossos sonhos, de forma ameaçadora, invadindo nossos lares, com um aspecto medonho.

Ainda que o *estranho* não seja para nós nem um pouco familiar (pelo menos não da maneira como nos são familiares os nossos amigos e os nossos inimigos), ele nos é, entretanto, *estranhamente familiar*:

O estrangeiro, estranho, diferente, é motivo de inquietação social, pois suscita a insuportabilidade sem afastar a familiaridade. Trata-se de um estranhamento *que não é novo ou alheio, mas familiar*, em que o estranho está em torno de nós, quando não, dentro de nós. Quando aceitamos o outro, o aceitamos na condição de semelhante. Se o Outro, no entanto, é diferente de nós, o rejeitamos, pois desejamos não *ser igual, mas semelhante a outro*. O Outro e o familiar caminham lado a lado na cidade, caracterizando o (i)migrante como uma *figura paradigmática do estrangeiro* (Koltai, 1998). (VÉRAS, 2000, s. p.).

Este Outro, o *estranho* (cujo paroxismo se encontra na figura do estrangeiro), nos suscita tanto a ameaça quanto a possibilidade do novo. Assim, é possível fazer a seguinte reflexão:

“[...] o Mesmo só se concebe e só pode definir-se em relação ao Outro, à multiplicidade dos outros. Se o mesmo permanece voltado para si mesmo, não há pensamento possível. Acrescente-se: não há tampouco civilização.” (VERNANT, 1988, p. 34).

Assim, se a metrópole é o território por excelência da alteridade, é nela também que ocorrem os processos de integração dos imigrantes à sociedade receptora e de “assimilação”, tema caro a esta dissertação. A “assimilação” é conceito que vem sofrendo muitas críticas desde a década de 1970, tendo a principal crítica a de que “quaisquer traços culturais remanescentes de um grupo [de imigrantes] eram interpretados como indícios de uma assimilação ainda incompleta em direção a um padrão dominante.” (TRUZZI, 2012, p. 528). Essas críticas fizeram com que o conceito caísse em desuso.

Para dar conta da limitação desse conceito, firmou-se então a ideia de “identidade étnica” que, segundo Ruth Cardoso (1972 apud TRUZZI, 2012, p. 529), “é uma forma de estabelecer contrastes e separar o ‘nós’ dos ‘outros’, enfim, situar o grupo dentro do conjunto de outros que compõem a sociedade.”

Então, passa-se a utilizar o conceito de pluralismo cultural. No entanto, esse enfoque tem algumas limitações, pois:

[...] colocou na penumbra processos sociais mais abrangentes, entre eles a questão de como tais grupos, de uma geração para outra, se integraram ao tecido social, seja despojando-se de parte de seus marcadores étnicos, seja habitando em bairros na capital ou em cidades do interior sem características étnicas, seja incrementando índices de exogamia, seja formando comunidades, sociabilidades e desfrutando de valores nos quais o crivo era mais racial ou por classe do que étnico, seja renegociando e redefinindo estas próprias categorias étnicas e raciais. (TRUZZI, 2012, p. 531).

No entanto, segundo Truzzi (2012), faz-se necessário resgatar o conceito de assimilação, em sua capacidade de recuperar a problemática relativa aos modelos de incorporação de imigrantes. É preciso fazer isso sem, no entanto, incorrer no que esse conceito pode carregar de etnocentrismo – quando considera um ponto padrão para o qual os imigrantes devem fatalmente caminhar por meio do processo de assimilação. Esse processo de assimilação, nesse novo conceito de assimilação, deve ser entendido como uma via de mão dupla: as minorias influenciando o *mainstream*³⁰ e vice-versa.

Nesta dissertação, problematizar-se-á até que ponto esses imigrados estão sendo “assimilados”. Ou seja, analisar-se-á em que medida eles também se tornarão, em longo prazo, membros do grupo dos “estabelecidos”.

Ainda segundo Truzzi (2012), existem três modelos de assimilação:

- 1) *Cruzamento de fronteiras*: É a assimilação que ocorre a nível individual, sem alterar a estrutura étnica e as relações de poder entre os grupos.
- 2) *Obscurecimento de fronteiras*: Ocorre quando há um processo de mistura racial em grande escala, entre grupos de igual poder. Ele leva a uma aproximação entre essas duas culturas, fazendo com que as fronteiras entre ambas se tornem mais tênues.

³⁰ “Mainstream” pode ser definido como “aquela parte da sociedade no interior da qual as origens étnicas e raciais apresentam um impacto menor sobre oportunidades ou trajetórias de vida dos indivíduos.” (TRUZZI, 2012, p. 536).

- 3) *Mudança de fronteiras*: Ocorre quando um grupo deixa de ser *outsider* para se tornar *estabelecido* (ELIAS & SCOTSON, 2000). É um processo lento e duradouro, que ocorre através das gerações. É o resultado final de uma “identidade de projeto”³¹ (CASTELLS, 1999) que teve sucesso.

Nesse sentido, cabe analisar até que ponto se dará um processo de “mudança de fronteiras”, tendo como resultado um maior “status” (WEBER, 1946) aos bolivianos em São Paulo. Por outro lado, cabe indagar em que medida não ocorrerá um processo de “assimilação segmentada”. Segundo Truzzi, “o modelo de assimilação segmentada enfatiza a consolidação de um determinado grupo como minoria prejudicada e marginal, impossibilitada de ascender socialmente” (TRUZZI, 2012, p. 547).

A imigração coloca para nós a questão da convivência entre diferentes. O “diálogo intercultural” suscita um debate muito complexo, pois envolve muitas particularidades. Segundo Stuart Hall (2003), “hibridismo” refere-se a “um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa”, mas que permanece sem uma decisão. (HALL, 2003, p. 74). Ainda segundo este autor, esse processo implica uma revisão por parte da cultura de seus próprios sistemas de referência, normas e valores.

Para abordar os temas do “racismo” e do “multiculturalismo”, apoia-se em WIEVIORKA (2006). Este autor nos permite distinguir entre o “racismo científico” e o “novo racismo”, que tem sido usado nos discursos de estigmatização para com os bolivianos.

Para Wieviorka, primeiro existiu o **racismo científico**, que tentava provar a superioridade de uma raça sobre a outra. Este sumiu consideravelmente após a Segunda Guerra Mundial.

Depois, se falou em **racismo institucional**. Nessa linha, a discriminação é feita sem atores e sem a necessidade de uma teorização ou de uma justificativa por trás. No entanto, esta explicação é limitada na medida em que os atores por trás da discriminação podem ser responsabilizados, como provou Bataille (1997 apud WIEVIORKA, 2006), no caso da discriminação contra imigrantes que não tinham acesso a empregos.

Por fim, surgiu o que o autor chama de **novo racismo**:

³¹ A “identidade de projeto” ocorre “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade.” (CASTELLS, 1999, p. 24).

[...] o “novo racismo” descreve diversos grupos a partir de suas particularidades culturais que os constituem como subconjuntos considerados inassimiláveis, perigosos e nocivos, prontos a espezinhar os valores morais da nação e a abusar dos sistemas que ela elaborou para assegurar a seus membros uma certa solidariedade. (WIEVIORKA, 2006, p. 169).

Aqui o princípio da diferença vale mais do que o da hierarquia. O “novo racista” tolera o diferente, mas somente na medida em que este se mantenha distante, segregado e excluído.

A imigração, ainda segundo o autor, “é o alvo e não a causa do racismo, um racismo dominado menos pela preocupação em explorá-la [a imigração] do que pela de desembaraçar-se dela ou de mantê-la à distância.” (WIEVIORKA, 2006, p. 175). Nesse sentido, se trata de um racismo diferencialista e segregacionista.

Para refletir sobre o preconceito por origem geográfica, apoia-se em Albuquerque Júnior (2012). Este autor afirma que definimos nossa identidade a partir do apontamento do “outro” como um inimigo. No entanto, quando não conhecemos ou vivemos distantes deste outro, acabamos tendo preconceito.

O preconceito de origem geográfica é o preconceito que advém do mero fato de uma pessoa (em uma posição de menor poder) morar em outro lugar taxado como “inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 11).

O estereótipo, por sua vez, “nasce de uma caracterização grosseira, rápida e indiscriminada do grupo estranho; este é dito em poucas palavras, é reduzido a poucas qualidades que são ditas como essenciais.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 13).

A formação histórica brasileira, que teve como forma de governo a Monarquia, nos levaria a nos ver como nobres e aristocráticos, enquanto veríamos os países vizinhos como “plebe, sem nobreza e sem sangue real.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 41).

Consideraríamos esses países como “republiquetas, sujeitas a todo tipo de desordem, corrupção e violência” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 48), ao passo em que nos definiríamos como um “povo pacífico e conciliador” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 60).

Em relação à Bolívia, a disputa entre brasileiros e bolivianos em torno da extração de seringueiras no território onde se localiza o Acre, teria tido como consequência os estereótipos que temos em relação aos bolivianos, “vistos como um povo feio, ignorante, traiçoeiro, preguiçoso, sujo, características que vêm a se somar, em nossos dias, aos de contrabandistas e traficantes de drogas.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 70).

Por fim, adota-se como referência Nogueira (2006). Segundo o autor:

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é *de marca*; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é *de origem*. (NOGUEIRA, 2006, p. 292, grifos do autor).

3.3. Habitação, Segregação e Territorialidade

Para abordar o tema da moradia apoia-se em Vêras (2003b). Conceitualmente, afirma a autora:

[...] a habitação deve ser entendida segundo seu amplo significado, não apenas como abrigo, mas como inserção na cidade, ou seja, como ocupação do espaço urbano com seus complementos de infra-estrutura, serviços, transporte, equipamentos sociais e paisagem. (VÉRAS, 2003b, p. 326).

A maioria da população que vive de salários não consegue adquirir habitação no mercado regular. Disso decorre o fato de que a “crise de habitação”, ou o seu “déficit”, “nada mais é do que a existência de grandes faixas populacionais sem meios para compra-la.” (VÉRAS, 2003b, p. 327). Assim, o que leva a isso é a escassez da produção de moradia, o encarecimento do custo de vida e o preço elevado da terra, acima do seu valor real (causado pela especulação imobiliária).

A produção de moradia – sob a ótica capitalista – se conforma às leis de oferta e procura e enfoca a “demanda solvável”, ou seja, aquela parcela que de fato tem condições de

quitar um imóvel em um período de tempo razoável (já que é um investimento de longo prazo). A ausência de intervenção do Estado causa um “estrangulamento das condições de reprodução da força de trabalho.” (VÉRAS, 2003b, p. 329). Portanto, como a iniciativa privada não consegue incluir a “demanda não solvável” no mercado de moradia, a participação do Estado se faz desejável, no sentido de ampliar a faixa de consumidores (VÉRAS, 2003b).

Para tratar a questão da ausência de direitos na cidade, especialmente no que tange à questão de moradia apoia-se na obra de Kowarick (2009). Para o autor, vive-se em um contexto de “fragilização da cidadania”, que pode ser entendido como a:

[...] perda ou ausência de direitos e [...] precarização de serviços coletivos que garantiam uma gama mínima de proteção pública para grupos carentes de recursos – dinheiro, poder, influência – para enfrentar intempéries nas assim denominadas *metrópoles do subdesenvolvimento industrializado*. (KOWARICK, 2009, p. 76, grifos do autor).

Assim, surge o processo de “desfiliação”, que significa: “perda de raízes e situa-se no universo semântico dos que foram desligados, desatados, desamarrados, transformados em sobrantes e desabilitados para os circuitos básicos da sociedade.” (KOWARICK, 2009, p. 86). A “desfiliação” é, nesse sentido, uma ruptura que se dá em relação às redes de sociabilidade primária, “dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependência fundadas sobre o pertencimento comunitário.” (CASTEL, 2012, p. 50-51).

Para pensar no status do imigrante enquanto um cidadão sem direitos, também se utilizará do conceito de “precariado” (STANDING, 2015). Uma maneira de descrever o “precariado” é como um “habitante”, ou seja, um cidadão de segunda classe ao qual se permite estabelecer relações comerciais, mas não se permite exercer a cidadania plena:

Na Idade Média, na Inglaterra e em outros países, um “habitante” era um estrangeiro a quem foi, discricionariamente, concedido pelo monarca ou governante alguns – mas não todos – direitos que eram automaticamente concedidos aos nativos ou cidadãos. Assim, em troca de pagamento, seriam concedidas a um estrangeiro “cartas patentes” que lhes permitiam comprar terras ou praticar algum tipo de comércio. (STANDING, 2015, p. 146).

Para tratar da questão dos significados da casa própria como “progresso material” e as suas origens conservadoras baseia-se na obra de Bonduki (1998). Segundo o autor, a casa própria tem uma origem conservadora, pois está associada à família e à moral cristã. Os cortiços, por outro lado, são espaços que favorecem uma conduta desviante e, portanto, facilitadores da formação e proliferação das “classes perigosas”. Deveriam, portanto, ser

erradicados. A casa própria, pelo contrário, era individual e, por isso, favoreceria a formação de famílias burguesas, mais preocupadas em obedecer a ordem, segundo a ética do trabalho e da moral burguesa.

Ainda para o autor, a aquisição da casa própria penetrou de tal maneira no inconsciente do trabalhador das chamadas “classes populares”, que se tornou o símbolo da dignificação do trabalho: “Para o trabalhador urbano, a casa própria simbolizava o progresso material. Ao viabilizar o acesso à propriedade, a sociedade estaria valorizando o trabalho, demonstrando que ele compensa, gera frutos e riqueza.” (BONDUKI, 1998, p. 84).

Já sobre as políticas sociais de habitação apoia-se tanto na obra de Bonduki (1998), quanto na de Vêras (1980), na qual a autora traça um histórico das políticas habitacionais e contextualiza a “crise de habitação”.

Há diversos processos envolvidos no que se denomina *segregação socioespacial*, e também muitas explicações para esse fenômeno. Tendo em vista esse amplo leque de sentidos para um mesmo conceito, utilizaremos aqueles que melhor expressam a condição em que vivem os bolivianos na cidade de São Paulo. Para tanto, trabalha-se com MARQUES (2005). Para este autor, “segregação” pode significar: total apartação e isolamento; desigualdade de acesso; e separação. A segregação pode ser tanto voluntária como involuntária.

Já a “territorialidade” é um conceito explicativo tanto para o processo de formação de identidades, quanto para a reprodução das desigualdades sociais, como ocorre, por exemplo, com a “estigmatização” (ELIAS & SCOTSON, 2000) daqueles que pertencem a um “território” associado à pobreza. Por outro lado, o “território” é também o espaço onde esses imigrantes se apoiam, tendo como amparo os laços de sociabilidade primária oferecidos por seus compatriotas. Esse conceito diz respeito também ao direito à cidade e à raiz. Para abordar esses assuntos adotam-se como referência as obras de Vêras (2003a), Santos (2007) e Carneiro (2009).

Segundo Vêras (2003a), o conceito de “territorialização” se refere:

[...] à ocupação de um determinado espaço por determinado grupo humano, constituído por algum critério social: etnia, raça ou cor, nacionalidade, condição socioeconômica, nível cultural e outros. (VÉRAS, 2003a, p. 23).

Utilizando-nos desse conceito podemos encontrar a interseção “entre *territorialidade* e *segregação socioespacial* e, de modo abrangente, *cidadania*.” (VÉRAS, 2003a, p. 23; grifo nosso).

Ainda segundo Vérias (2003a):

O etnocentrismo, presente em muitas atitudes inconscientes, tende a se manifestar diante das culturas estranhas e afastadas, exprimindo-se nas frases “hábitos selvagens”, “na minha terra é diferente”, por certa repulsa ante a diversidade, a alteridade. (VÉRAS, 2003a, p. 24).

Vérias (2003a) cita o caso da “territorialidade burguesa” explicando que a distribuição dos territórios por segmento social segue as “leis do mercado imobiliário”. Segundo a autora, é o caso de uma privatização do espaço promovido por grupos que podem ser identificados por critérios como os de estratos sociais ou etnias. Dessa maneira, se configura um verdadeiro “*apartheid* social”. (VÉRAS, 2003a, p. 25; grifo da autora).

Segundo Vérias (2003), “desterritorialização e desculturalização” são dois processos que mantêm uma relação dialética. Uma vez que o imigrante presente no país receptor “‘perde’ e ‘doa’ nova cultura, novo quadro de vida” (VÉRAS, 2003a, p. 26). Por isso que: “O território, [...], mais do que o espaço físico, é identitário, da memória, um ‘lugar’.” (VÉRAS, 2003a, p. 26).

4. AS CONDIÇÕES DE MORADIA DOS BOLIVIANOS EM SÃO PAULO

Este capítulo tem como objetivo abordar as condições de moradia dos bolivianos em São Paulo. Em um primeiro momento, procura-se comparar os bolivianos recém-chegados com aqueles que estão há mais tempo no país, incluindo a reflexão sobre a indocumentação como determinante da situação de precariedade e subalternidade. Então, aborda-se a questão da conjugação entre trabalho e moradia nas oficinas, aprofundando-se nos problemas que daí decorrem, como a superlotação de quartos, a coabitação involuntária, a promiscuidade e a falta de higiene.

Caracteriza-se, então, a forma pela qual se dão os arranjos de custeio de aluguel/salário, o funcionamento da sublocação de imóveis e a presença dos bolivianos nos cortiços do distrito do Brás. Por outro lado, caracterizam-se as especificidades da forma de habitar dos bolivianos no distrito do Grajaú, tanto por meio do aluguel como da aquisição da casa própria.

No item seguinte, reflete-se sobre como a questão da provisoriedade dos imigrantes bolivianos está implicada na questão da moradia, relacionando-a com a prioridade que esses imigrados dão ao aluguel em detrimento da casa própria. Transparece, então, qual o sentido que eles dão à casa própria, sentido esse que se articula diretamente com os desejos que esses imigrados têm de que seus filhos tenham estabilidade e se integrem à sociedade receptora. É por esse prisma que eles conseguem suspender, ainda que temporariamente, a “ilusão do provisório” (SAYAD, 1998).

Aborda-se, por fim, a questão da insegurança que, embora não aparecesse no projeto de pesquisa, surgiu como um fator explicativo da própria escolha dos bairros em que esses imigrados gostariam de viver.

4.1. O tempo de moradia enquanto um “divisor de águas”

Em geral, os bolivianos recém-chegados (aqui considerados aqueles que têm menos de 05 anos de permanência no país) apresentam as condições mais precárias de moradia e também as piores condições de trabalho. Isso significa que esses bolivianos costumam dividir suas moradias com outras famílias, o que implica viver no mesmo ambiente em que trabalham, compartilhar o banheiro e a cozinha com outras famílias, trabalhar mais horas em piores condições, ganhar salários mais baixos, trabalhar na ilegalidade etc.

São três os principais fatores que desencadeiam essas condições precárias: 1) a indocumentação; 2) o desconhecimento das redes sociais no país de destino; e 3) o desconhecimento da língua portuguesa.

Quando chegam ao país, os bolivianos dependem das redes sociais³² formadas por seus compatriotas para conseguir emprego, moradia e alimentação. Já o problema do desconhecimento da língua portuguesa também leva os recém-chegados a precisar de seus compatriotas para realizar as atividades mais simples. Assim, não podem procurar emprego com um brasileiro se não souberem o português. Isso limita muito as opções de trabalho do recém-chegado, que se vê obrigado a vender sua mão-de-obra para seu compatriota que vive no país há mais tempo, desencadeando situações de exploração em muitos casos.

A questão da indocumentação também é muito significativa e leva esses imigrantes a aceitarem piores condições de trabalho:

A pessoa que não tem documentação, a pessoa que fica ilegal aqui em Brasil, tem menor condição de trabalho do que a pessoa que é legal. Por quê? Porque a pessoa que não tem documentação tem que ir a trabalhar de ilegal. Tem que trabalhar mais horas. Tem que trabalhar ganhando menos salário, ganhando um salário menor. Trabalhar mais horas. Tem que deixar a família, as crianças solas, sozinhas. Porque tem que trabalhar para ganhar dinheiro. Em câmbio, a pessoa que tem documentação, que tem tudo direitinho, ela pode trabalhar em firma registrada com a lei do trabalhador aqui do Brasil, que são só 8 horas. Se ele quiser trabalhar pode fazer horas extras, mas a

³² A questão das redes sociais será trabalhada no capítulo 6, sobre sociabilidade.

pessoa que é ilegal não pode fazer isso. (Estela, boliviana, Médica, há 3 anos no país, Brás)

Segundo o depoimento de Estela, aqueles bolivianos que são documentados têm mais condições de buscar um trabalho melhor, com carteira registrada, em melhores condições etc.

Nesta pesquisa foram entrevistadas três famílias de bolivianos recém-chegados, dois com um ano de permanência e um com três anos de permanência no país. Todos eles residiam em moradias alugadas. Duas das três famílias compartilhavam a moradia com outras famílias, sendo que apenas uma compartilhava os banheiros e a cozinha; nenhuma compartilhava o quarto. Duas das três famílias tinham o aluguel formalizado em um documento assinado, enquanto uma tinha um contrato informal de aluguel (provavelmente o caso de um cômodo alugado na casa de um conhecido, pois o valor do aluguel relatado pela entrevistada era muito baixo, no valor de R\$ 100,00³³); essa última família estava há um ano no país.

Os chefes de duas das três famílias trabalhavam como “assalariados sem carteira assinada”, enquanto o outro trabalhava como “conta-própria”. Um dos entrevistados relatou que o patrão pagava inteiramente os seus custos com o aluguel, situação essa muito comum entre os recém-chegados, que ainda não podem arcar com aluguéis. Ele vivia há um ano no país. Por fim, uma terceira família pagava R\$ 1.500 de aluguel, e já trabalhava por conta-própria. Esta família já estava há três anos no país.

Portanto, as famílias com um ano de permanência no país são aquelas que não pagam aluguéis, ou pagam valores irrisórios (provavelmente por um cômodo na casa de um conhecido) e que trabalham como assalariados sem carteira assinada. Já a família com três anos de permanência já pagava um valor maior com o aluguel, ainda que compartilhasse a casa com a cunhada (provavelmente dividindo as despesas com o aluguel).

Dessas três famílias, portanto, apenas aquela com três anos de permanência tinha maior autonomia em relação ao patrão, enquanto as outras duas eram assalariadas e tinham menor autonomia.

A família com três anos de permanência relatou estar aguardando documento de permanência no Brasil. Das outras duas famílias uma também relatou estar aguardando um documento de permanência, enquanto outra relatou já possuir um documento provisório de permanência no país. Nenhuma delas, entretanto, afirmou já possuir um documento definitivo

³³ Preços de 2015.

de residência. Como vimos, essa situação está estreitamente vinculada ao fato de possuírem trabalhos informais.

Além disso, verificou-se que essas famílias tinham dificuldade em falar o português nas entrevistas, o que também as leva a trabalhar apenas com bolivianos. Como elas não falaram muito nas entrevistas, foi necessário recorrer a dados do formulário aplicado (não gravados em áudio, mas registrados em formulário) para descrever a sua condição.

É importante destacar que a aquisição da casa própria e a presença de bolivianos na condição de empregadores são muito mais comuns entre aqueles com mais de 10 anos de permanência no país.

Por fim, os bolivianos entrevistados em ambos os bairros julgaram a primeira moradia em que viveram quando chegaram ao país muito pior ou pior que a atual (75% dos entrevistados no Brás e 80% dos entrevistados no Grajaú). Esse dado confirma o que se falou acima acerca da precariedade da moradia dos recém-chegados.

4.2. A Conjugação Trabalho-Moradia

Segundo Sayad: “Mais do que em qualquer outra circunstância, trabalho e habitação estão, no caso dos trabalhadores imigrantes, numa estreita relação de mútua dependência.” (SAYAD, 1998, p. 74).

Assim, como a prioridade do imigrante é o trabalho – “Foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser. (SAYAD, 1998, p. 55).” –, a sua habitação acaba tendo que se adaptar à dinâmica do seu trabalho. Isso pode ser notado no depoimento de dois agentes de saúde da Estratégia Saúde da Família que fazem visitas periódicas às residências de bolivianos no bairro do Brás:

São meio precárias [as condições de moradia dos bolivianos], porque como eles moram no próprio serviço, eles não têm condições de se acomodarem bem. Eles têm que se acomodar de acordo com o local que a oficina oferece pra eles. Então é meio precária, né. (Omar, agente de saúde 1, Brás).

Olha, é uma casa que você entra, você mal consegue passar num corredor, porque além de bicicleta tem máquina de costura, tecido, saco de batata, saco de cebola e quando você entra pela sala principal, várias máquinas, são várias pessoas trabalhando ao mesmo tempo, você passando, você vai ao quarto, são dois quartos, aí tem várias divisórias. Às vezes com madeira e às vezes cortina de pano, onde tá um casal numa cama de casal, outra cama de casal, mais uma cama de casal e um pequeno espaço para o bebê dormir. Então, a maioria é assim. (Pâmela, agente de saúde 2, Brás).

A partir desses relatos é possível perceber a centralidade do trabalho na vida dos bolivianos. O espaço é ocupado prioritariamente pelas máquinas de costura e pelos tecidos, sendo o restante ocupado por demais necessidades como moradia, higiene e alimentação. As divisórias dos quartos são bastante precárias, geralmente feitas com pano ou com madeira. Não existe muita preocupação quanto à higiene, como pode ser notado no relato da agente de saúde 2, uma vez que os alimentos (sacos de batata e de cebola) são deixados no chão, junto ao ambiente de trabalho, com muita poeira. Assim, como nos afirma uma boliviana, a higiene nas oficinas acaba por ser descuidada:

É, o que eu mais vi incentiva, como eu falaria, a preguiça, a falta de higiene. Porque eles estão aí, eles se acordam para costurar. Então, para eles, tanto faz se arrumaram a cama, se varreram o chão, no final da jornada estão tão cansados que já vão dormir, pouco ligam para a higiene da casa. Tanto que qualquer oficina que você vai, você sempre vai ver: o chão sujo, a roupa por aqui, por lá. Eu acho que vai perdendo um pouco dá, quando você só foca o tempo no trabalho, trabalho, as outras coisas ficam esquecidas. Só você tendo tempo para trabalhar, que é o maior tempo. E tempo para dormir. Então

você aproveita o tempo para dormir e esquece do resto [da higiene].
(Maria, boliviana, modelista, há 15 anos no país, Brás)

Segundo esse relato, a centralidade do trabalho na vida desses imigrantes acaba levando a que se descuidem da organização da casa e da higiene.

A coexistência entre moradia e trabalho ocorre, geralmente, no momento em que o imigrante chega ao país. Nesse primeiro momento, é comum que ele dependa do lugar em que vive para trabalhar. Ou seja, caso consiga um novo emprego, também precisará arrumar outro lugar para morar. A maioria dos entrevistados – quando perguntados sobre essa primeira moradia em que viveram quando chegaram ao país – afirmou ser ela pior do que aquela em que vivem atualmente.

Exemplo disso é um casal que chegou a São Paulo e foi morar no bairro da Vila Maria, onde ficaram por dois anos. Eles reclamaram do excessivo número de pessoas vivendo em um pequeno ambiente e da falta de liberdade, ao ponto de não poderem sair para a rua. Tiveram que fugir, pois eram ameaçados por não ter documentos e não recebiam dinheiro suficiente para viver:

Pesquisador: *“E como que era a condição de casa lá a primeira vez que você morou?”*

Entrevistada: *“Ixi, lá você morava [com] 20, 25 pessoas, na sua casa. E, no mesmo lugar a gente tem que trabalhar, tem que dormir, ou seja, como fazer um trabalho muito estressante, muito cansativo, né. Aí nem mesmo você tem acesso a sair na rua, você não tem liberdade, né. (...)eu, como eu disse, eu sofri isso daí, eu tive que sair fugindo e assim, eu não conhecia, não falava, não fazia nada. Hoje, imagina, você com dois filhos, sem conhecer, sem saber, nem conhecer na esquina da casa, é muito ruim. Além disso, não te dão dinheiro. Fecham a porta. Eles falam assim, que sempre, se você sair na rua, a polícia vai te pegar, tudo isso daí é uma consequência que fica na cabeça da gente, né. Se você não consegue esquecer, né.”*
(Tamires, boliviana, trabalha como salgadeira, há 8 anos no país, moradora do Jardim Belcito, no Grajaú)

Em outro caso, uma boliviana veio ao país por intermédio de uma tia, mas ao chegar percebeu que a realidade era diferente. Assim expressou-se sobre a diferença entre a primeira e segunda moradia.

Pesquisador: *“Isso. Comparando com o lugar em que você vive agora, aquele primeiro lugar em que você morou quando chegou aqui era muito pior, pior (...)?”*

Entrevistada: *“Era, porque o moço que trouxe a gente nos fez morar em um porão, que ele tinha muitos bolivianos que também moravam aí. Que o porão estava dividido por papelão. Por papelão e (...), ali moravam como seis ou sete pessoas. No porão. Era tudo mofado. Muito bicho. (...) Foi a tia de meu marido que trouxe a gente pra Brasil. E ela que falou que ia nos dar um quarto para morar meu marido e eu. E não falou que íamos a compartilhar no porão com outras pessoas. Quando a gente chegou aqui, já foi diferente.” (Laura, boliviana, trabalha com marmitas, há 15 anos no país, moradora do Pari)*

No entanto, entrevistou-se uma boliviana que respondeu preferir a primeira habitação em que viveu, possivelmente por causa da precariedade de sua moradia atual. Ela ressalta algumas vantagens de se trabalhar no mesmo ambiente em que se vive:

Pesquisador: *“Comparando com esse lugar em que você está vivendo agora, esse aqui, né; aquele primeiro lugar em que você morou quando chegou no país, ele era muito pior, pior, ele era a mesma coisa, ele era melhor ou ele era muito melhor que aqui?”*

Entrevistada: *“Era melhor, porque você não tenía gastos. Porque ali dão comida, dão desayuno [café da manhã], dão tudo. Mas aqui você tem que trabalhar para poder pagar. Ou seja, você sai tudo. Sai comida, sai tudo de você [todos os gastos]. Aluguel. Mas quando a gente trabalha afora, assim, oficina, é melhor. Eu acho que fechando para trabalhar lá é melhor, porque eles pagam. Não tem gasto de comida, aluguel, luz, água. Não tem problema disso aí. Lo que*

trabalha, você cobra tudo assim.” (Andréia, boliviana, costureira e camelô, há 7 anos no país, moradora do Brás).

Portanto, embora a conjugação entre moradia e trabalho possa implicar em algumas privações (coabitação involuntária, muitas pessoas vivendo em espaços pequenos), ela também oferece algumas vantagens, como a própria moradia que é oferecida sem custos. Essas vantagens, entretanto, não se aplicam aos casos em que esse imigrante é privado de sua liberdade ou deixa de receber seu salário, como é o caso do primeiro relato acima.

4.3. A coabitação involuntária

A coabitação involuntária pode ser um problema para os adultos que vivem em quartos com 06 até 20 pessoas. Mas é um problema ainda maior para aqueles adultos que trazem suas crianças para morar com eles. Algumas oficinas até mesmo proíbem os migrantes de vir com as crianças. Em uma ocasião revelada por Rodriguez, a presença de uma criança causou um desentendimento que culminou com a sua saída da oficina:

Pesquisador: *“E o senhor já esteve alguma vez em alguma situação como essa [de coabitação involuntária]?”*

Entrevistado: *“Já sim. Já estive em uma situação como a que eu te falo. Porque eu morava na casa de um coreano (...). E morava minha esposa, eu e tinha um filho, o X. Então meu filho estava chorando, devia ser mais ou menos uma hora da manhã. E eu continuava costurando. E eu morava juntamente com outras famílias em um só quarto. Só separados por um pano. Então, aí eu fiquei chateado como pai porque meu filho estava chorando, tinha dois anos. E o coreano xingou o meu filho. Quase que ele bate. Não bateu, porque se ele batia, eu não sei o que acontecia. Mas ele xingou muito feio ao meu filho, que tinha dois anos. Aí eu briguei com ele. Eu briguei. Como*

que diz aqui no Brasil, eu saí na mão mesmo. Já não tinha medo. Mas ele pegou minhas dois mochilas que eu tinha e jogou pela janela, aqui no Brás, ele jogou pela janela e me mandou embora. Mas eu apanhei, mas também bati, naquele dia. E foi mais ou menos às três da manhã que eu não tinha para onde ir. Estava com meu filho, minha esposa e minhas duas malas na rua. E, na verdade, eu posso falar de peito aberto, eu odeio coreano, eu odeio coreano.” (Rodriguez, boliviano, dono de um empreendimento no Brás, há 33 anos no país)

Além dos desentendimentos que ocasionalmente surjam, a coabitação involuntária pode levar também a casos de abuso sexual, promiscuidade, falta de espaço para a intimidade de casais, entre outros. Segundo uma enfermeira no bairro do Grajaú, ela já presenciou o caso de uma boliviana que não sabia quem era o pai de seu filho, por conta da promiscuidade ocorrida nestes espaços, onde dois ou três casais compartilham o mesmo quarto:

É, esse que eu te falei, pra você ter uma noção, na equipe anterior que eu trabalhei, aqui mesmo na UBS, aconteceu de ter uma gestante. E a (...) me contou que ela não sabia quem era o pai. Porque disse que a noite ficava dormindo o pai, a mãe, aí mais dois ou três casais que eram filhos casados. Aí disse que era um tal de um com outro, aquela bagunça, porque fica tudo no mesmo ambiente e acaba nem mais sabendo quem era a mãe da criança [o pai da criança, no caso]. Sabia que era ali alguém de dentro. Mas você vê que é meio tumultuado. Por isso que tem problema de doenças sexualmente transmissível. Falta de higiene. É tudo bagunçado. Então, é comum. Quando você tem muitos num local, eles se aglomeram mesmo. (Rose, enfermeira, Grajaú)

Segundo essa enfermeira, o fato dessas famílias compartilharem o mesmo quarto contribuí não só para a falta de higiene, mas também para a promiscuidade e a proliferação de doenças sexualmente transmissíveis. Esse fato nos remete a um escrito de Bourdieu (2012), em que o autor se refere à coabitação involuntária:

Eu não tinha que fazer força para compartilhar do sentimento, inscrito em cada palavra, cada frase, e sobretudo no tom da voz, nas expressões faciais ou corporais, da evidência desta espécie de miséria coletiva que fere, como uma fatalidade, todos aqueles que estão amontoados nos lugares de rejeição

social, onde as misérias de cada um são redobradas por todas as misérias nascidas da coexistência e da coabitação de todos os miseráveis e sobretudo, talvez, do efeito de destino que está inscrito na pertença a um grupo estigmatizado. (BOURDIEU, 2012, p. 85, grifos do autor).

Para o autor, a coabitação e a coexistência entre os “rejeitados socialmente” torna a sua miséria mais difícil ainda de suportar. Ainda para Bourdieu (2012), um efeito da coabitação involuntária entre os “rejeitados socialmente” é a falta de solidariedade, no sentido de que os “rejeitados socialmente” não se apoiam mutuamente quando um deles cai – mas que, pelo contrário, uns puxam aos outros para baixo quando qualquer um deles ensaia algum movimento de ascensão. Em outras palavras, não permitem aos seus pares sair de sua condição de “rejeitados socialmente”.

No entanto, embora haja relatos de que existam famílias que dividem o mesmo quarto, isso parece ser mais a exceção do que a regra. Ao que parece, esta situação é cada vez mais incomum nas oficinas de costura em São Paulo:

Não, agora não vejo pessoas. Antigamente, quando eu morava no centro da cidade, faz uns quinze anos, existia isso [superlotação de quartos], mas acho que agora não. Porque por aqui é mais calmo. (Cláudio, boliviano, dono de uma confecção, bairro do Grajaú, há 20 anos no país)

No próprio quarto [refere-se às oficinas estarem no quarto e não na sala], antigamente sim. Agora é um pouco complicado. É demais raro de se encontrar. Agora, por medo da fiscalização, pela recomendação de que isso não é permitido, que fica no mesmo ambiente que as crianças. Então, se tem policiado um pouco mais. Se tem subdividido os quartos [com panos ou divisórias de madeira], coloca a oficina só na sala. (Maria, boliviana, modelista, há 15 anos no país, Brás).

Portanto, embora seja possível encontrar situações extremas como a descrita pela enfermeira do bairro do Grajaú, os demais depoimentos colhidos apontam no sentido de uma melhora nas condições de moradia do boliviano, no sentido de não haver mais superlotação de quartos como ocorria antigamente – quando não havia divisórias entre as famílias e as oficinas ficavam, algumas vezes, no próprio dormitório. Entretanto, isso não quer dizer que

não existam exceções, como aquela descrita pela enfermeira do bairro do Grajaú. Além disso, essas exceções são mais comuns entre os imigrantes recém-chegados do que entre aqueles que já se estabeleceram no país há alguns anos.

4.4. Os arranjos de custeio de aluguel/salário e a sublocação de imóveis no bairro do Brás

No bairro do Brás perceberam-se três estratégias usadas pelos bolivianos para adquirir moradia. A primeira é aquela em que o imigrante (geralmente o recém-chegado) trabalha diretamente na oficina do patrão, não precisando custear sua moradia e alimentação. A segunda estratégia é alugar uma casa e utilizá-la como base para fazer a própria oficina (nesse caso os custos com aluguel são os mais altos – entre R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00 –, além de o imigrante precisar custear as contas de luz, água, gás, além da própria alimentação). Por fim, a terceira estratégia consiste em alugar um cômodo de uma casa que já esteja alugada por um compatriota (um sublocatário). Nesse terceiro caso, o boliviano costuma pagar metade do valor de um aluguel (entre R\$ 500 a R\$800 para um cômodo dormitório mais um espaço para realizar o trabalho com a máquina de costura). Nesse terceiro caso o imigrante também precisa custear suas contas de gás, luz e água, bem como a própria alimentação.

Geralmente, no primeiro caso, estamos falando de um boliviano assalariado, recém-chegado à casa de seu patrão. No segundo caso, temos famílias que são ou empregadoras ou conta-própria. No terceiro caso, são mais famílias que trabalham por conta-própria do que assalariadas ou empregadoras.

A terceira estratégia (alugar um cômodo e/ou um espaço para costurar de um compatriota – que é um sublocatário) tem se tornado cada vez mais comum, pois segundo alguns dos entrevistados há escassez de oferta de imóveis para alugar no bairro do Brás (segunda estratégia):

Pra mim não foi difícil [alugar a moradia], porque a minha cunhada, minha ex-cunhada, então ela que veio me oferecer a casa [importância das redes sociais na hora de arrumar uma moradia]. Mas pro estrangeiro é muito difícil. Alugar casa [a segunda estratégia descrita] é quase impossível. Contanto que as pessoas que já alugaram casa, quando era mais fácil para o boliviano alugar, faz uns dez anos, eles continuam com as mesmas casas. E eles que subalugam [para] as pessoas que vêm aqui para trabalhar com o bairro, com o Brás. Aquelas pessoas não vão sair nunca das casas [as que chegaram há 10 anos]. Porque já estão há muito tempo, conhecem o dono, a imobiliária. Então, dificilmente saem. Pra gente alugar uma casa é quase impossível [daí a necessidade de subalugar]. (...) [mas] um cômodo só alugado [entenda-se subalugado], você encontra em todos os lugares, só que os preços são absurdos, vai de 400 até 600, 700 reais, um cômodo [apenas um dormitório]. (Maria, boliviana, modelista, há 15 anos no país, Brás)

Segundo Maria, há dez anos era fácil recorrer à segunda estratégia (alugar uma casa), mas isso tem se tornado cada vez mais difícil, uma vez que as famílias bolivianas que se estabeleceram há dez anos não querem abrir mão de suas casas alugadas. Assim, elas oferecem cômodos subalugados para os compatriotas recém-chegados, que, portanto, vivem em piores condições e arcam com preços de aluguel absurdos. As famílias que já estabeleceram há dez anos, dessa maneira, mais que compensam os gastos altos com preço do aluguel (em torno de R\$ 1.500 a R\$ 2.000,00), uma vez que se subalugarem um cômodo de sua moradia, já terão praticamente metade do valor do aluguel garantido. Portanto, essas famílias se valem de sua relação mais antiga com os proprietários dessas casas (brasileiros) e com as imobiliárias para suavizar seus custos com a moradia, ao passo que o imigrante recém-chegado necessita arcar com altos custos em troca de apenas um cômodo.

Não obstante, existem também casos de sublocatários profissionais. Até então, estávamos nos referindo àquelas famílias que há dez anos alugaram suas casas para criar suas próprias oficinas e depois, num momento oportuno, alugaram um ou dois cômodos para compatriotas recém-chegados, com o intuito de suavizar seus próprios custos com o aluguel. Pode-se, até então, dizer que há benefício para os dois lados, uma vez que o recém-chegado tem dificuldade em encontrar moradia para alugar no Brás e, graças a esse compatriota

estabelecido há dez anos, pode recorrer ao subaluguel de um cômodo, caso contrário teria que morar em outro bairro.

No entanto, existem bolivianos que se “especializaram” no ramo do subaluguel (aí então não estamos mais falando de famílias que oportunamente alugam cômodos de suas casas para suavizar os custos com aluguel). Esses “empresários do ramo” alugam grandes galpões, que depois são divididos em vários cômodos (entre dez a doze), alugados cada um por R\$ 800,00. Conseguem, então, tirar em torno de R\$ 8.000,00 por mês (menos aquela quantia que ele paga ao locador brasileiro), em um ramo que está sempre aquecido, pois a procura por oficinas no bairro pelos bolivianos é muito alta; quando um locatário deixa um cômodo, logo outro novo já estará o ocupando, dada a alta rotatividade do negócio.

No caso desses “especialistas” do ramo do subaluguel, já não se pode mais dizer que haja benefício para os dois envolvidos (sublocatário e locatário). Claramente há um maior benefício para o sublocatário que, sem precisar fazer nenhuma atividade que gere riqueza (são verdadeiros especuladores), consegue ganhar muito mais dinheiro que os demais compatriotas que trabalham de forma maçante para produzir peças de confecção, em condições de moradia muito precárias, como serão descritas mais adiante nesse tópico.

Como afirma uma vizinha do bairro do Brás, não são apenas esses sublocatários bolivianos que se beneficiam com essa situação. Os locatários brasileiros (aqueles que alugam esses galpões para esses bolivianos “especialistas” no ramo do subaluguel) também se beneficiam muito, pois desfrutam de um aluguel que é quase certo, por um valor acima do de mercado. Além disso, os bolivianos costumam pagar de quatro a seis meses de aluguel adiantado, o que para eles é muito vantajoso quando comparado a um locatário brasileiro, que muitas vezes não só não paga adiantado, como acaba atrasando o seu pagamento:

Que nem aqui [no bairro do Brás], tem um monte de, tem um senhor que tem “n” propriedades, aí ele só aluga pra boliviano. Por quê? Por eles pagam seis meses de caixa. Por quê? Sê alugou pra um casal, de repente ele loteia. E ele ganha em cima – o próprio boliviano – ganha em cima do patrício [caso dos sublocadores]. Mas pro proprietário, ele tá pouco se lixando, ele quer o dinheiro certo. Não, ele tá recebendo lá o aluguel dele, 4 mil reais, que são a maioria casas antigas e grandes. Ele recebe os 4 mil, mas o cara [o boliviano que aluga a casa do brasileiro e subloca para outros bolivianos]

ganha 8 [mil reais] em cima dele. Porque sobrealuga. Então, isso eu acho errado. Mas aí, meu filho, hoje em dia quem quer ganhar né. Isso aí eu discordo. (...) Então, isso é difícil. Não existe controle de nada nesse país. Por isso que tá desse jeito. Todo mundo, os antigos que moravam aqui saem fora, alugam pra eles e pronto. O pessoal quer o que hoje? Grana. Aí aluga e eles estão aí. (Roberta, vizinha brasileira do bairro do Brás, mora há 30 anos no bairro, aposentada)

Como pode se notar na fala de Roberta, há um ressentimento em relação a seus vizinhos que só pensam em ganhar dinheiro e, por isso, decidem se mudar de bairro e alugar suas casas para os bolivianos, uma vez que o retorno é quase certo e com um valor acima do mercado. Esse tema – do ressentimento por conta do que se sente como uma degradação do próprio bairro – será mais bem discutido no capítulo 6, quando se tratará da sociabilidade. No momento, o que nos interessa neste depoimento é o mecanismo pelo qual se opera o aluguel de um grande imóvel de um brasileiro para um boliviano que, então, o subloca para outros compatriotas. Como se pode notar no depoimento, essa é uma troca que favorece muito a ambos os lados (tanto ao locatário brasileiro, como ao boliviano que subloca o galpão para os seus compatriotas). Entretanto, se há dois beneficiários, é preciso que haja alguém perdendo nessa relação. Segundo essa vizinha, quem perde com isso é a vizinhança e o próprio bairro do Brás. É uma perspectiva a ser levada em conta (que será mais bem explorada no capítulo 06). Neste momento, refletiremos sobre a perspectiva de que o principal prejudicado nessa relação é o boliviano que subloca um desses quartos, pois está pagando um preço altíssimo por um simples cômodo de cortiço. Não existissem esses sublocadores³⁴, então esse boliviano pagaria um valor menor por uma moradia de melhor qualidade. Como se vê sem opções, o boliviano que busca uma moradia no Brás acaba sendo obrigado a recorrer a esse tipo de moradia.

Para ele, isso tem algumas vantagens, como a proximidade dos negócios (eles vendem as roupas produzidas em uma feirinha no centro da cidade) e a independência (não precisam trabalhar para um patrão). Entretanto, eles precisam arcar com os custos de água, luz, telefone, gás e alimentação, isso sem contar com a precariedade desse tipo de moradia, assunto que será aprofundado no fim desse tópico.

³⁴ Por “sublocadores” ou “bolivianos sublocadores”, compreende-se os bolivianos que alugam imóveis ou galpões com o intuito de dividir seu espaço em cômodos (que podem se destinar a oficinas de costura ou dormitórios) que, então, são alugados individualmente para seus compatriotas. Ou seja, é o ator responsável por encorticiar um imóvel que ele alugou de um brasileiro, em geral.

Passamos, agora, a refletir sobre as diferentes formas de relação que existem entre um patrão e um empregado bolivianos e como isso se reflete no tipo de moradia escolhido por eles.

Entre as diferentes formas de se estabelecer relações entre patrão e empregado existem as que incluem moradia e as que não incluem. Quando recém-chegados ao país, os entrevistados relatam viver na moradia do patrão, a qual é cedida a eles. No entanto, isso pode implicar ou não em um custo “extra” ao trabalhador, a depender do acordo feito entre eles.

A maior parte dos entrevistados trabalha por conta própria, o que facilita a sua independência em relação ao patrão. Mas, por outro lado, isso significa assumir mais responsabilidades, seja por adquirir uma moradia, seja por obter uma fonte de renda, com a qual possam pagar as próprias contas e o custo do aluguel.

A maior parte dos entrevistados custeia o próprio aluguel diretamente com a imobiliária, sem ter nenhuma ajuda de custo do patrão, no caso dos que são assalariados. Essa é a principal condição encontrada entre bolivianos que vivem no país há mais de cinco anos, especialmente porque se tratam de profissionais autônomos, em sua maioria.

No entanto, entrevistou-se uma imigrante cuja moradia era sublocada por um boliviano (caso típico de um especulador, descrito acima) que, por sua vez, mantinha uma relação direta com o proprietário do imóvel (brasileiro). Trata-se de um galpão alugado por esse boliviano, com dois andares. O andar de baixo foi repartido em pequenos ambientes de trabalho, com divisórias de madeira, para servir como oficinas de costura aos inquilinos. A parte de cima, por sua vez, também foi dividida em cômodos, repartida com divisórias de madeira, para servir como moradia. No andar de cima também estavam os banheiros e as cozinhas. Os cômodos e oficinas podem ser adquiridos separadamente ou ainda em conjunto. O patrão dessa entrevistada não custeava a moradia, razão pela qual ela precisava trabalhar como autônoma, vendendo as próprias peças como camelô. O dono do galpão, como verificado na entrevista, apenas subloca os cômodos e oficinas, não sendo ele o responsável por empregar os inquilinos das oficinas repartidas no andar de baixo (ou seja, ele é literalmente um especialista no ramo do sublocar imóveis). Além dos custos do aluguel, em torno de R\$ 800,00; os inquilinos precisam custear água e luz também.



Figura 1: Imagem do andar de cima do galpão, no bairro do Brás, dividido em cômodos com a função de dormitórios.

***Pesquisador:** “Como é que é realizado o pagamento do aluguel? Aí tem algumas opções. Você paga diretamente ao proprietário, você paga para uma imobiliária ou é outra forma de pagamento?”*

***Entrevistada:** “Eu pago a (...). Ele que deu o aluguel, como eu falei, ele que dá o aluguel para nós e nós que pagamos a ele [ou seja, o boliviano sublocador paga o aluguel e subloca os cômodos para os seus “inquilinos”]. E ele que paga ao dono [ao dono brasileiro, que também se beneficia da situação].” (Andréia, boliviana, costureira e camelô, há 7 anos no país, moradora do Brás).*

***Pesquisador:** “E ele [o boliviano sublocador] não é o dono, ele que aluga [do dono do imóvel, um brasileiro]; e aí ele aluga pra vocês [bolivianos trabalhadores].”*

***Entrevistada:** “É. Ele mora aqui mesmo [o boliviano sublocador], mas ele que aluga para nós. Não sei como que ele paga, não sabemos,*

a gente, quanto ele paga [desconhecimento do quanto o boliviano sublocador ganha com sua especulação]. Quanto realmente é o aluguel dessa casa, a gente não sabe.”

Pesquisador: “Você conhece o proprietário [o brasileiro dono do imóvel]?”

Entrevistada: “Não, ninguém conhece, só ele [o boliviano sublocador]. Ele fala que é caro, mas a gente não sabe. Ele fala (...) é um preço de tanto assim. A oficina é tanto, lá em cima é tanto. A gente tem que pagar a ele, né. Não tem jeito. Pra falar de desconto, não tem, porque não é dono. Ele fala que é esse preço mesmo [ou seja, o desconhecimento do brasileiro dono do imóvel faz com que o boliviano sublocador justifique os valores cobrados por ele, evitando que os bolivianos trabalhadores barganhem um valor menor]. É assim, então tem que pagar mesmo.”

Pesquisador: “Quando você aluga lá em cima [onde estão divididos os dormitórios], automaticamente você aluga aqui embaixo [onde estão divididos os espaços destinados às oficinas de costura]?”

Entrevistada: “É. Isso.”

Pesquisador: “Dá para você alugar só ali em cima, ou alugar só aqui embaixo?”

Entrevistada: “Pode ser. Se a gente, se eu não tivesse oficina, nem máquinas, eu alugo só em cima, só pra morar.”

Pesquisador: “Entendi. E fica mais barato?”

Entrevistada: “Mais barato. Agora, aqui a gente tem que (...) alugar sim para oficina. Tem que pagar luz, água, tudo assim.”

Pesquisador: “E quanto que tá mais ou menos esse aluguel?”

Entrevistada: “Aluguel está de R\$800,00 a R\$900,00.”

Pesquisador: “Aqui em cima, considerando tudo né?”

Entrevistada: “Tudo [o quarto, cozinha e banheiro em cima e a oficina embaixo].”

Esses quartos e oficinas (sublocados) são muito procurados pelos imigrantes por quatro motivos. O primeiro deles é a facilidade de se fazer o negócio, sem a necessidade de haver fiador, pois não há um contrato assinado formalizando o negócio – ao contrário do que ocorre quando o negócio é feito diretamente com as imobiliárias. O segundo motivo é o preço do aluguel, bem mais acessível do que os valores encontrados na região do Brás, geralmente em torno de R\$ 1.500,00. Assim, ele é uma forma mais econômica de se localizar no centro, local privilegiado para a venda dos produtos feitos na oficina. Um terceiro motivo, é que pelo fato de o locador ser boliviano, não há resistência de sua parte em alugar para estrangeiros – pois, como se verá a seguir, há uma dificuldade por parte do estrangeiro em alugar imóveis de locadores brasileiros. O quarto motivo, por fim, é a escassez de oferta de imóveis para alugar no bairro do Brás, fazendo desses cômodos sublocados a única opção disponível para o trabalhador boliviano que quer residir no centro da cidade.

Pesquisador: “Entendi. Que grau de dificuldade você encontrou para alugar essa moradia? Você considera que não houve dificuldade, foi um pouco difícil ou foi muito difícil?”

Entrevistada: “Foi muito difícil encontrar a oficina, porque aqui em Brás, maiormente, não tem vaga. Não tem quartos assim pra alugar. E, se tem, é em cima de R\$ 1.000,00; em cima de R\$1.500,00. É **muito** caro. Então, encontrar assim, algo econômico [mas também muito

precário], é com muita sorte.” (Andréia, boliviana, costureira e camelô, há 7 anos no país, moradora do Brás).

Pesquisador: “Com quais das seguintes dificuldades você se deparou ao alugar essa moradia? Burocracia? Exigência excessiva de documentos. Preço do aluguel. Os donos dos imóveis não gostam de alugar para os estrangeiros, dificuldade de conseguir uma bolsa aluguel do governo, não há oferta de imóveis nos bairros em que você gostaria de morar, você depende da moradia em que vive atualmente, pois trabalha ali.”

Entrevistada: “Eu trabalho aqui. Eu dependo dessa casa, porque é mais perto para mim ir a vender na rua. Eu dependo também, a firma é mais perto, que eles trazem serviço [vantagens de se viver e trabalhar no centro, perto dos negócios]. Porque a gente, tem longe, tem em Penha, mais pra lá [para o lado leste]. Mas é mais caro (...). É mais barato o aluguel [na Penha], mas a firma não traz assim [mas o retorno também é menor], como traz aqui [no centro].”

Pesquisador: “Então, eu vou perguntar: você encontrou essa dificuldade de burocracia, no caso eles exigiram muitos documentos para você alugar aqui a casa?”

Entrevistada: “Muito, muito. Brasileiro exige muito documento. Mas aqui [no lugar em que está] não exigiu não [uma vez que isso favorece bastante o negócio do dono de imóvel brasileiro e do boliviano sublocador].”

Pesquisador: “O preço do aluguel foi um problema?”

Entrevistada: “É, não. Para mim está bom o preço [o boliviano sublocador não ganha exatamente na unidade, o seu lucro especulativo advém do atacado, pois ele aluga de dez a doze unidades de uma só vez.]”

Pesquisador: “Os donos dos imóveis tinham algum problema em alugar para os estrangeiros?”

Entrevistada: “Não, porque ele também é boliviano. Ele alugou de um brasileiro para boliviano. É boliviano que aluga para nós. [a principal razão para não haver problema de alugar são justamente os lucros auferidos nesses negócios]”

O problema dessas moradias – encortiçadas – é que elas oferecem um alto risco aos seus moradores. O principal risco é o de incêndio, pois a fiação é precária e o material predominante (as paredes e as escadas) é a madeira. Além disso, por se tratar de um galpão, não há ventilação, o que contribui para casos de doenças como a tuberculose. Não obstante, o local é de moradia, fazendo com que as crianças que ali vivam tenham o risco de se ferir com as máquinas de costura em operação.

Andréia afirmou que o local tem ausência de fornecimento de água (ocasionalmente), os encanamentos são precários, a instalação elétrica é precária, não há a disponibilidade de telefones (para emergências, por exemplo), a parede é toda feita de madeira e apresenta rachaduras, existe infiltração de água, o material do teto é inadequado e, por fim, ainda existe infestação de insetos e ratos. Além disso, pelo fato de os quartos serem pequenos e muito próximos uns dos outros, existe o problema da coabitação involuntária e da promiscuidade. Segundo Vêras (2003b), pode-se tentar definir os cortiços da seguinte maneira:

Tentando evitar definições, embora operacionais, que acentuem um ou outro traço presente na configuração *cortiço*, trazemos aqui a ideia cerne de seu nome: cortiço, tecido cheio de casulos e celas, colmeia, moradia coletiva. Diferentes fontes bibliográficas atribuem ao cortiço, pois, o caráter de habitação coletiva, ou seja: uma ou mais edificações no mesmo lote, com índice excessivo de ocupação, deficiência de instalações hidráulicas e sanitárias; cômodos alugados e congestionados, com uso comum do banheiro e, eventualmente, de cozinhas; várias funções são exercidas no mesmo cômodo. Há coabitação involuntária e pouca (ou nenhuma) privacidade. (...) a vinculação ao bairro ou entorno, geralmente provido de equipamentos e serviços urbanos, e a economia de transporte parecem ter

marcado a alternativa cortiço de sua mais forte característica.” (VÉRAS, 2003b, p. 356-7, grifos do autor).

Assim, para entender o fenômeno cortiço é preciso compreendê-lo sob uma abordagem multifacetada: as “estratégias de sobrevivência da população”, “condições de localização urbana que atrai essa população” e a “história de cada imóvel [...] e de cada edificação” (VÉRAS, 2003b, p. 357).

Os traços distintivos do cortiço são o *inquilinato* – “muitas vezes chamado de ‘inquilinato selvagem’, dada a ausência de formalização de contratos e consequente falta de amparo legal a seus moradores” –, o *caráter coletivo* de utilização de um endereço (com a divisão de um domicílio em subunidades, cada uma delas ocupadas por uma família) e a consequente *coabitação involuntária* (ver capítulo 4 (seção 4.3) desta dissertação). (VÉRAS, 2016, p. 112).

Os moradores de cortiços optam por esse tipo de moradia por conta do aluguel ser mais acessível, pela localização próxima aos locais de oferta de emprego (economia de transporte) e por conta do mercado imobiliário formal para locação ser excludente pela exigência de documentação (VÉRAS, 2016).

O aluguel dos cortiços tem encarecido muito e, além disso, tem havido a exigência de estabilidade no emprego e de fiador (VÉRAS 2003b). Ora, essas condições não podem ser atendidas pelos imigrantes bolivianos que chegam ao Brasil recentemente, o que faz com que eles tenham que recorrer aos cortiços sublocados por bolivianos.

Os cortiços, na área central, são de três tipos: os que são concebidos para este uso, os que foram adaptados e aqueles presentes em bairros onde eles contrastam com seu entorno (VÉRAS, 2003b). No caso dos bolivianos, o principal tipo encontrado em nossa pesquisa é o daqueles imóveis que foram adaptados para se tornarem cortiços (quer em bairros populares ou não), imóveis cujos donos brasileiros - que vão morar em outros bairros - alugam para bolivianos especuladores que, então, sublocam o imóvel com o intuito de oferecer cômodos separados para seus compatriotas.

Segundo Simone (2014), as “oficinas-cortiço” ocupadas pelos bolivianos costumam ter uma função residencial anterior, que depois é alterada para atender às especificidades do modo de habitar dos bolivianos, cuja principal característica é a sobreposição de atividades domésticas e de trabalho no mesmo espaço.

Por fim, conclui-se que esses cômodos de cortiço são uma das poucas opções disponíveis para aqueles bolivianos que querem continuar a residir no centro, sem depender de um patrão (caso dos recém-chegados, que moram com o patrão e não arcam com os custos nem de moradia e nem de alimentação; mas, por outro lado, não possuem autonomia em seus negócios).

Assim, para aquele boliviano que quer se “independentizar”³⁵ (XAVIER, 2010) sem deixar de usufruir dos equipamentos urbanos disponíveis no centro da cidade, esses cômodos de cortiço parecem ser uma das únicas opções disponíveis. Como se viu, entretanto, isso incorre no custo de ter que pagar as próprias contas e ter de residir em uma moradia algumas vezes ainda mais precária que aquela anterior.

É por esse motivo, entre outros, que muitos bolivianos têm optado por residir em bairros periféricos. Nesta pesquisa abordam-se as especificidades de residir dos bolivianos no bairro periférico do Grajaú, na zona sul.

4.5. Especificidades dos bolivianos nas formas de habitar no bairro do Grajaú

Segundo um vizinho entrevistado no bairro do Grajaú, a maioria das casas dos bolivianos é alugada:

A moradia deles. A maioria alugada. Poucos têm casa própria. As residências não são muito grandes. (...) Eles conseguem montar um galpão para funcionários. E eles colocam funcionários bolivianos só entre eles mesmos. (Daniel, vizinho Grajaú, fiscal de caixa, viveu 13 anos no bairro)

³⁵ “Tornar-se independente significa, nesse contexto, ser dono das próprias decisões, autônomo, não depender de outras pessoas, a não ser de si mesmo – ainda que essa situação seja forjada pelas circunstâncias encontradas no processo de migração e não necessariamente desejada.” (XAVIER, 2010, p. 175).

Dos cinco bolivianos que foram entrevistados no bairro, apenas dois afirmaram que residem em casas alugadas. No entanto, estamos falando de famílias que vivem de 08 a 20 anos no país, que geralmente possuem casa própria. Das famílias que pagavam aluguel, uma pagava o valor de R\$ 500,00 por mês e a outra de R\$ 600,00 por mês. Valores esses que representam, portanto, um terço do valor pago em um aluguel no bairro do Brás, onde um aluguel está de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00.

As famílias que alugavam consideraram que foi um pouco difícil conseguir o aluguel e elegeram como a principal dificuldade o preço do aluguel. Uma delas residia próximo à área onde foi construído o a estação de trem Terminal Grajaú. A área se valorizou e ela teve que se mudar para outro bairro do Grajaú. A outra família residia próximo ao CEU (Centro Educacional Unificado) Vila Rubi (no Grajaú), próximo ao Hospital do Grajaú. Quis alugar uma casa na mesma região, mas o valor era alto e não havia muita oferta, então foi morar no bairro Castro Alves (também no distrito do Grajaú).

Outra família que decidiu adquirir uma casa própria viu que o preço era alto próximo às estações de trem, e resolveu viver no bairro Jardim Três Corações (também no Grajaú), próximo à represa Billings. Entre os que adquiriram casa própria, portanto, o preço também influencia na escolha do bairro, o que faz com que busquem locais mais afastados das estações de trem, ainda mais afastados do centro da cidade. Um dos bolivianos entrevistados no Grajaú tinha casa própria no distrito de Parelheiros. Segundo esse entrevistado, que já residiu na Pompéia, a sua atual casa é melhor que a primeira moradia em que viveu (na Pompéia), embora ache o bairro pior:

Bom. O seguinte: o bairro era melhor [Pompéia], mas a gente dividia o quarto, não era assim confortável. Mas o bairro era muito bom. Padarias, clubes. É perto do Parque Antártica, eu frequentava lá. Era bom o bairro. Mas propriamente a moradia era assim, um quarto, né. Hoje em dia é muito melhor. Eu moro em uma casa de 90m². Meu filho tem o seu quarto. A casa [no atual bairro] hoje em dia é muito melhor. Lá [na Pompéia] eu compartilhava um quarto, né. Não era minha casa. Mas o bairro era muito bom, com certeza. (Ademar, boliviano, residente no distrito de Parelheiros, marceneiro, há 28 anos no país, casado com uma brasileira).

A família que hoje vive próximo à represa Billings decidiu comprar uma casa já construída, sendo que ainda paga prestações no valor de R\$ 1.300,00 até quitá-la. Já esse boliviano residente em Parelheiros decidiu comprar um lote e ir construindo a casa aos poucos, por meio da chamada “autoconstrução”, que pode ser definida:

[...] como “uma ‘solução’ habitacional encontrada pela própria população demandatória, sobretudo a de baixa renda, enfatizando-se a denominação ‘autoconstruídas’, isto é, a maneira pela qual são edificadas, de forma parcelada, à medida que seu dono/usuário consegue recursos financeiros e mão-de-obra: recursos financeiros para adquirir materiais, pagamento de mão-de-obra para terceiros e recursos humanos para a consecução da casa, feita geralmente à noite, nos fins-de-semana ou nas férias.” (VÉRAS, 2003b, p. 354).

A “autoconstrução” é uma solução do déficit habitacional que acaba fazendo surgir novos problemas, como a precariedade das habitações, construída em horário fora do expediente do trabalhador e sem o conhecimento “sobre técnicas construtivas, à seleção e à utilização inadequadas de materiais” (VÉRAS, 2003b, p. 355). Além do desconhecimento das normas e posturas legais “no que se refere a lotes, implantação e projeto” (VÉRAS, 2003b, p. 355).

Em nossas entrevistas feitas com os bolivianos, vizinhos e agentes de saúde no bairro do Grajaú, não foi feita nenhuma afirmação de que haja divisão de cômodos por um sublocatário, como ocorre no bairro do Brás.

Mas foi possível notar que alguns brasileiros constroem cômodos nas periferias somente com o intuito de alugá-los. Essa é uma modalidade do encorticiamento na periferia (VÉRAS, 2003b). Uma situação como essa foi encontrada no bairro Castro Alves, no Grajaú. Segundo uma agente de saúde que atua na região:

É uma viela, mas como é terreno próprio, mas é bem precário, sabe, assim, o proprietário construiu uns dois, três cômodos e aí eles [os bolivianos que alugam os cômodos] moram meio que amontoados.
(Queila, agente de Saúde, Grajaú)

Segundo Vêras (2003b), a construção de cômodos em lotes irregulares visando à locação é uma prática muito comum nas periferias. Como se pode notar, portanto, os bolivianos têm se tornado inquilinos desses cômodos.

A diferença desses cômodos para aqueles cômodos sublocados no Brás é que, no caso dos cômodos encontrados no Grajaú, os inquilinos tinham sua própria sala de estar, bem como a chave de sua própria casa que dava para a rua, diferente do que ocorria nos galpões encontrados no Brás, onde o acesso para todos os cômodos se dá por uma entrada em comum a todos.

Um vizinho do bairro do Grajaú relatou existirem galpões na região, mas não soube informar com precisão se eles são alugados e sublocados, da forma como ocorre no Brás:

Não eram muito grandes. Eles [os galpões] não eram grandes. Tinham bastante máquinas de costura. Bastante, eu vou falar o físico, vou falar tudo. Tinha um galpão bonitinho, tipo uma garagem de uma casa ou uma fabriquinha assim. Aí é cheio de máquina de costura. Dessas máquinas. São cheios de tecido, são muitos tecidos. Sabe, muito tecido pra eles estarem fazendo a medida e pra estar fabricando. Aí esses tecidos ficam tudo encaixotados. Aonde vão elaborar os desenhos para fazer as roupas, os calçados, essas coisas. Pra depois armazenar e transferir. Não é muito grande. Também, possivelmente é alugado o galpão, também é alugado, não é próprio.
(Daniel, vizinho Grajaú, fiscal de caixa, viveu 13 anos no bairro)

Portanto, no bairro do Grajaú há forte presença de casas alugadas, inclusive de cômodos que são construídos com esse intuito. Existem galpões que são alugados, para se tornarem espaços onde os bolivianos trabalham. E também existe grande presença de casas próprias. A maioria das casas próprias, como se pôde notar, estão localizadas nas regiões do extremo sul do Grajaú e também em Parelheiros, principalmente pelo menor preço dos imóveis na região.

A única exceção encontrada foi a de um boliviano que é empresário no ramo da confecção e que tem duas casas próprias, uma na zona leste e outra no Grajaú, em frente ao galpão que serve como oficina de costura, no qual ele emprega outros quatro bolivianos. Segundo esse boliviano, a casa da zona leste foi comprada com o primeiro andar pronto, enquanto o segundo andar ele mesmo construiu (mais uma forma de “autoconstrução”), enquanto a casa no Grajaú ele já comprou a casa construída. Essa é a única exceção encontrada porque a sua casa do Grajaú não está localizado no extremo sul, mas em uma região bem localizada próxima à estação de trem do Terminal Grajaú. Esse é um caso de um

boliviano que já está há 20 anos no país, é dono de uma oficina de costura e emprega outros quatro bolivianos. Isso, portanto, lhe permitiu adquirir duas casas próprias.

Assim, a possibilidade de realizar uma “autoconstrução” da própria casa e os preços mais baixos são fatores que favorecem a aquisição de uma casa própria nos bairros periféricos em detrimento dos bairros centrais. A “autoconstrução” permite que a casa seja construída aos poucos, de acordo com o rendimento obtido a cada momento, enquanto as prestações de uma casa própria e o valor de um aluguel precisam ser quitados todo mês em um valor preestabelecido. Em outras palavras, a “autoconstrução” permite maior flexibilidade aos bolivianos na aquisição da casa própria, o que é interessante tanto do ponto de vista econômico, como de escolha de vida (pois o retorno para a Bolívia sempre se mantém uma possibilidade, como se verá nos tópicos seguintes).

Por fim, notou-se que a maior parte dos bolivianos não teve as periferias como um primeiro local de residência. A maior parte deles chegou ao país e foi morar em bairros centrais, tendo vindo morar no Grajaú alguns anos depois de trabalharem em outras oficinas. Esse dado aponta para o fato de que a opção por morar nas periferias se oferece como uma alternativa para aqueles imigrantes que querem sair da casa dos patrões e se “independentizar” (XAVIER, 2010), mas que não estão dispostos a arcar com os custos de se viver em um cortiço. A escolha, portanto, parece ser entre viver em um bairro melhor (caso do centro) ou uma moradia melhor (caso das periferias).

Não obstante, foi possível acompanhar o caso de uma boliviana que veio a residir direto no bairro do Grajaú, sem ter passado pelo centro, mas isso ocorreu porque um amigo de seu esposo lhes ofereceu uma casa no Grajaú, que vieram a alugar. Assim, essa foi uma exceção à regra.

4.6. Residente permanente, mas uma moradia para sempre provisória: das dificuldades encontradas pelos bolivianos na hora de alugar ou comprar uma casa e do significado da casa própria

A principal dificuldade enfrentada pelos bolivianos no momento de alugar uma casa é – como foi dito acima – a burocracia. São exigidos fiadores e documentos a que os bolivianos só recentemente têm tido acesso. No entanto, os bolivianos têm dificuldade em conseguir um fiador. Para resolver essa dificuldade, alguns locadores permitem, alternativamente, que se adiante o depósito de quatro aluguéis, de forma a que se tenha uma garantia contra prejuízos causados pelos estrangeiros:

Pesquisador: *“Eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre essa discriminação imobiliária. Como que é isso?”*

Entrevistado: *“Bom, se você quer alugar uma casa. Geralmente, aqui no Brasil, ou aluga uma casa para moradia ou aluga uma casa comercial. Ou é residencial ou é comercial. Mas nós bolivianos, que trabalhamos em casa, alugamos a casa para trabalhar e para morar. Ou seja, que muitas imobiliárias, [vamos dizer], a maioria, não aceita isso. A discriminação começa em que eles pedem fiador. E fiador, até para quem é brasileiro, está bem difícil aqui. Então, eles comecem por aí. É boliviano, tem que ter fiador. Agora, o boliviano, (...), de algumas imobiliárias, nós temos que dar um depósito. Às vezes de três meses ou de quatro meses de aluguel [adiantado]. Então nós trabalhamos bastante, o aluguel vale 2 mil reais, nós bancamos aluguéis e damos 8 mil reais. Ou seja, é uma garantia. Porque nós não conseguimos facilmente um fiador. Essa é a discriminação nas imobiliárias.”* (Rodriguez, boliviano, dono de um empreendimento no Brás, há 33 anos no país)

Então as imobiliárias, os mesmos (...) casas subiram muito o aluguel. E quando você vai alugar eles põe todas as travas possíveis. Eles pedem fiador com duas casas. Já com uma casa ninguém quer ser fiador de ninguém. Imagina com duas casas. E para um estrangeiro, é uma dificuldade enorme. Aí eles vem se aproveitar da gente, porque aí eles exigem de três a quatro, hasta cinco aluguéis que você tem que dar. E esse dinheiro é perdido, porque na hora que você sai eles

falam de tudo, que você quebrou isso, quebrou aquilo. (Maria, boliviana, modelista, há 15 anos no país, Brás)

A peculiaridade dos bolivianos – a conjugação moradia e trabalho – é algo com o qual as imobiliárias não estão acostumadas a trabalhar, o que leva a um engessamento nas negociações com esses imigrados. São exigidos fiadores, mas de acordo com os depoimentos essa é uma exigência desleal para com eles, o que faz com que tenham que aceitar a condição de adiantar de três a quatro aluguéis (isso também acontece com os brasileiros locatários). Segundo a boliviana do segundo depoimento, esse dinheiro acaba às vezes sendo retido pelas imobiliárias, com a justificativa de danos que teriam sido feitos ao imóvel. Percebe-se, portanto, que as imobiliárias usam de todas as garantias possíveis para preservar o seu negócio, enquanto os bolivianos acabam aceitando condições injustas, como adiantar um dinheiro que nem sempre é devolvido.

Para aqueles que vão financiar uma casa própria existe também uma dificuldade em conseguir crédito imobiliário dos bancos. Por ser um investimento em longo prazo, exige-se comprovação de renda, o que a maioria dos estrangeiros não tem, por trabalharem como autônomos. Assim, embora tenham condições *de fato* de pagar um financiamento em longo prazo, lhes é negado *de direito* o acesso a esse crédito.

Pesquisador: *“Com quais das seguintes dificuldades você se deparou ao adquirir a moradia? Eu vou ler a dificuldade, aí você fala se teve ou não teve esse problema. Teve dificuldade de acesso ao crédito imobiliário?”*

Entrevistada: *“Um pouco, porque o fato de nós sermos estrangeiros, o banco não acredita em você. Que você pode pagar, você que é capaz de assumir a dívida, assim.”* (Tamires, boliviana, trabalha como salgadeira, há 8 anos no país, moradora do Jardim Belcito, no Grajaú)

Marido da entrevistada: *“Mesmo se a gente tem documento permanente aqui, mesmo assim o banco rejeita, assim. Porque você é estrangeiro. Seria bom se você fosse acolhido, né. Mas estrangeiro um pouquinho (...).”* (Valdir, boliviano, trabalha como salgadeiro, há 8 anos no país, morador do Jardim Belcito, no Grajaú)

Pesquisador: “Vocês conseguiram o crédito no fim das contas?”

Entrevistada: “Conseguimos, mas assim. Quando a gente está procurando a casa, um monte de vezes quando a gente ia lá na imobiliária. Tem uma imobiliária aqui, no Parque América. Assim que a gente entrou, ele falou assim: “Você quer [o] que?”. Aí eu falei: “Eu to procurando casa”. [Ele respondeu:] “A gente só tem acima de 500 mil”. Assim, de cara, né. Assim, como pra falar pra gente, né, que a gente não poderia ceder a essa casa de 500 mil, né. Mas ele não sabe, o nosso potencial, não sabe, como que a gente faz para ganhar nosso dinheiro. Aí eles meio que barram a gente, né. Assim, que a gente não pode, ou não merece ganhar, ter uma casa bonita, né.”

É comum que os imigrantes sejam negligenciados pelos bancos no momento de oferecer crédito, pois eles não podem provar que tem credibilidade, ou seja, que irão honrar as suas dívidas. Isso faz com que tenham dificuldade em obter crédito para começar um empreendimento, ou ainda para financiar sua casa própria. Em geral trabalham no mercado informal e não tem como comprovar uma renda. No entanto, isso ocorre mais pela falta de confiança do que propriamente por discriminação (LIGHT, 2005).

Outro motivo para o banco e a imobiliária lhes negarem crédito é o fato de a iniciativa privada e as construtoras se interessarem mais por empreendimentos de elevado padrão, que trazem maior retorno financeiro, como é o caso dessa imobiliária que só oferece opções acima de R\$ 500 mil. Aquela parcela da população com renda mais baixa, entretanto, também demanda moradia. Demanda essa que não é suprida pela iniciativa privada, daí a razão pela qual se denomina a demanda das classes de menor renda por moradia como “demanda não-solvável” (VÉRAS, 2003b).

Véras (2003b) afirma que um dos pontos de estrangulamento dos mecanismos de financiamento é a exigência que eles fazem de renda e estabilidade no emprego, o que afasta a maioria dos demandantes de habitação popular – como é o caso dos imigrantes bolivianos.

“A produção de habitação no Brasil tem sido feita, pois, dentro das regras do mercado capitalista, abrangendo, no máximo, a metade da população, o que é de fato a demanda solvável.” (VÉRAS, 2003b, p. 329).

A ausência de intervenção do Estado causa um “estrangulamento [d]as condições de reprodução da força de trabalho.” Dessa forma, como a iniciativa privada não consegue incluir a demanda não-solvável no mercado de moradia, a participação do Estado se faz desejável, no sentido de ampliar a faixa de consumidores.

Com dificuldade de pagar os aluguéis elevados e de adquirir moradia própria, grande parte destes consumidores são estimulados à prática da autoconstrução (como vimos no item anterior), ou então a buscar bairros mais afastados.

Portanto, a produção de moradia – sob a ótica capitalista – se conforma às leis de oferta e procura e enfoca a “demanda solvável”, ou seja, aquela parcela que de fato tem condições de quitar um imóvel em um período de tempo razoável (já que é um investimento de longo prazo) (VÉRAS, 2003b).

Além disso, há uma particularidade no caso dos imigrantes bolivianos. Não só muitos deles constituem uma camada social que pode ser incluída como “demanda não-solvável”, como muitos deles acabam sendo vistos como mão-de-obra temporária, razão pela qual não teriam motivos para ficar no país por muitos anos e se comprometer a pagar uma dívida de longo prazo, segundo o ponto de vista dos bancos e das imobiliárias, que trabalham com esse tipo de previsão no momento de conceder o crédito.

O crédito imobiliário é negado aos bolivianos mesmo quando mostram que têm um documento permanente no país, como afirma acima o marido da entrevistada. Isso nos remete à “ilusão do provisório” descrita por Sayad:

“[...] essa contradição fundamental, que parece ser constitutiva da própria condição do imigrante, impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse ‘provisório’ possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse ‘definitivo’ jamais seja enunciado como tal.” (SAYAD, 1998, p.46).

No caso desse casal de bolivianos, a sua condição é de fato definitiva, pois possuem um documento de residência no país. Mas esse definitivo nunca pode ser enunciado como tal, pela imobiliária, por exemplo, que lhes constrange ao duvidar de seu potencial em conseguir

quitar um imóvel. O contraste entre a situação definitiva de fato (materializada no documento de residência permanente) e a provisoriedade de direito (lhes são impostas dificuldades para conseguir adquirir a casa própria, símbolo da estabilidade) só é mantido porque o boliviano, em seu íntimo, acredita ainda ser ele um provisório, daí a “ilusão do provisório” (SAYAD, 1998).

Ainda segundo a entrevistada acima, a imobiliária desconhece a forma como ela ganha dinheiro, duvida de seu potencial, pressupõe que ela não vá ter condições de ter acesso àquela casa. A discriminação que o boliviano sofre, portanto, é aquela segundo a qual eles devem morar *provisoriamente* – lhes é negado crédito imobiliário e nem sequer podem alugar como qualquer brasileiro comum (apresentando um fiador), lhes sendo necessário adiantar o pagamento de quatro parcelas de aluguel – e aquela segundo a qual eles devem viver *pobrememente* – como afirma a entrevistada acima, eles são barrados pelas imobiliárias; é como se não pudessem ou merecessem habitar uma casa bonita, mas apenas uma casa miserável. Este fato também foi percebido por Sayad:

Residente provisório por definição, o imigrante só deve ser alojado provisoriamente; trabalhador pobre, só deve ser alojado pobrememente. Entretanto, posto que o caráter provisório do imigrante e de sua imigração não passa de uma ilusão coletivamente mantida, ele permite a todos que se sintam contentes com a habitação precária degradada e degradante, que se atribui ao imigrante. Isso mostra a que ponto a dissimulação (*i.e.*, **a ilusão do provisório**) que se encontra no próprio princípio da perpetuação da imigração é, aqui, necessária. (SAYAD, 1998, p. 78, grifos nossos).

Tal situação só poderia ser mudada se os bolivianos se conscientizassem em seu íntimo de que estão definitivamente no país, mas muitos ainda sonham com o retorno. A situação no país é sempre vista como provisória, pois são muitos os que afirmam que estão aqui para trabalhar, juntar seu “dinheirinho” e voltar para sua terra. Muitos pensam assim, mas começam a constituir família e formar raízes com o lugar e, quando percebem, esse retorno já não é mais possível. Mesmo assim, o retorno é ainda sonhado por eles e a “ilusão do provisório” é mantida na medida em que eles continuam a ver no trabalho a única justificativa para sua permanência no país. Assim, muitos alegam não participar de movimentos de luta por moradia por conta de não ter tempo, pois se dedicam muito ao trabalho. Não a toa, um entrevistado afirma que o boliviano é uma “raça de bronze”, pois idolatra o trabalho:

Entrevistado: *“Porque nós aqui, na América do Sul, nós somos conhecidos como raça de bronze, porque gostamos de trabalhar. Se*

você fizer alguma pesquisa por aqui, você não vai achar um boliviano que seja preguiçoso. O boliviano gosta de trabalhar mesmo.”

(Rodriguez, boliviano, dono de um empreendimento no Brás, há 33 anos no país)

Essa “ilusão do provisório”, por outro lado, é também mantida pela sociedade receptora. Segundo os vizinhos que entrevistamos, não deve ser negado de forma alguma ao boliviano o acesso à saúde e à educação. No entanto, quando se trata de políticas sociais de moradia, existem ressalvas. Afirma-se que é necessário dar prioridade ao brasileiro. Essa atitude revela até que ponto jamais pode ser enunciado o estado do boliviano como residente definitivo, simbolicamente materializado na aquisição da casa própria.

São muitos os casos de bolivianos que adquiriram casa própria em São Paulo, principalmente aqueles que estão há mais de 20 anos no país. No entanto, ela não parece ter o mesmo significado que tem para os brasileiros, como símbolo de progresso material e enraizamento.

Como aqui não é meu país, a gente sempre se considera menos que os brasileiros. Porque não é minha terra aqui. Então sempre tenho esse pensamento de voltar. Mesmo eu estando bem aqui no país, meu pensamento sempre é de voltar. De eu voltar pra lá. Mas tem coisas que também não dá. Eu tenho meu filho, por causa que minha filha tem 18 anos, então não quer voltar. Por causa, disso, você tem que acompanhar o desenvolvimento dele, os estudos, essas coisas. Eu sou obrigado a ficar, por causa disso. (Cláudio, boliviano, empresário, bairro do Grajaú, há 20 anos no país)

Esse relato demonstra que o retorno ao país de origem permanece sempre como uma possibilidade – deixada temporariamente de lado por conta das situações cotidianas que emergem em grande número (FERNANDEZ, 2015). Pois, mesmo após a aquisição da casa própria, os bolivianos que entrevistamos seguem trabalhando muito e continuam a almejar o retorno para seu país, apesar de alguns reconhecerem ser isso apenas um sonho.

Portanto, a “ilusão do provisório” não permite aos imigrantes ver em sua casa própria um símbolo de prosperidade material, um fim em si. Para eles o fim em si continua a ser o próprio trabalho e o retorno, ainda que apenas uma ideia, continua a habitar seu inconsciente.

O significado da casa própria para eles é ambíguo, assim como é ambígua a sua própria condição de imigrantes. No momento de adquirir uma casa própria eles titubeiam, são movidos por duas forças contrárias: uma que lhes leva a sempre considerar uma possível volta; outra que é sempre uma necessidade imediata, a de lidar com as demandas que a realidade impõe (como ter que buscar um lugar para morar e fugir do aluguel).

Como não abandonam essa “ilusão da volta ao país”, os imigrantes vivem no país de destino “como um provisório que se eterniza e impede os projetos de alguma importância” (CHAMPAGNE, 2012, p. 105). Assim, a decisão de comprar uma casa própria pode ir se arrastando e se arrastando, até que se deem conta de que seus filhos estão grandes e que sua vida criou raízes aqui. Nesse sentido, a presença dos bolivianos nos cortiços se deve a essa dificuldade em se decidir pela casa própria:

A experiência da oficina-cortiço evidencia que o enraizamento (em terras brasileiras) não faz parte do projeto migratório dos bolivianos. O objetivo está em trabalhar no Brasil e em gastar o mínimo possível, de maneira a conseguir juntar o capital necessário para algum projeto futuro, provavelmente em seu país. Neste sentido, o cortiço continua a atuar como habitação de transitoriedade, que se move e aglutina os tempos em sua materialidade e em sua biografia. (SIMONE, 2014, p. 210).

O enraizamento em terras brasileiras só passa a fazer parte do projeto futuro dos bolivianos quando eles se preocupam com seus filhos. Esse fenômeno transparece significativamente quando se analisa o significado que a casa própria tem para esses imigrados.

O significado da casa própria, para os bolivianos de primeira geração, tem um sentido de estabilidade, desde que eles projetem essa estabilidade para a segunda geração de imigrantes, ou seja, para os seus filhos. Eles desejam uma estabilidade para seus filhos e não para si próprios, uma vez que dificilmente deixaram de ver a si mesmos como provisórios (ainda que isso seja uma ilusão). Portanto, a decisão de adquirir uma casa própria é um gesto altruísta, tendo como alvo as futuras gerações de imigrantes, que sempre lembram aos membros da primeira geração, pela sua própria existência, o quão ilusória é a ideia do retorno e do provisório.

Aí, esse é trabalho de estilista. Aí, se cobra muito mais. O meu dia de estilista é 500 reais, o dia. Então, aí eu comecei a pensar. Eu estou fazendo trabalho de estilista? Então eu vou estudar para estilista. E seja o que Deus quiser, eu vou fazer isso. E com esse dinheiro vou

comprar uma casa. Pra que minha filha tenha estabilidade. Para que nunca mais tenha que pensar, “eu vou mudar de bairro ou vou fazer isso”. Uma vez que você tenha uma casa, você não vai se mexer (...), aí você só vai ter que pensar se vai comprar um carro ou que ônibus você vai pegar para ir pra cá, para ir pra lá. A vida é mais simples. E eu quero dar essa estabilidade econômica pra minha filha. (Maria, boliviana, modelista, há 15 anos no país, Brás)

Maria, por exemplo, quer estudar para se tornar estilista e ganhar mais dinheiro, com o intuito de comprar uma casa própria e oferecer estabilidade à sua filha. Pois, segundo ela, a casa própria dá uma segurança e torna a vida mais simples. Algo parecido leva o seguinte casal também a almejar uma casa própria:

Porque a gente tem um sonho né. Que a gente sempre sonha em ter alguma coisa na vida. Três anos pra trás, (...)as casas estavam baratas, mas a gente não tinha condição de pagar. Hoje, depois que chegou o trem, quase quadruplicou o valor das casas. Antigamente uma casa era R\$ 50 mil. Agora custa R\$ 200 mil, R\$ 300 mil e R\$ 500 mil. Tem um sonho, mas não tem (...). Um dia comprar uma residência pra gente, pelas crianças. Não por nós. Eles perguntam por que a gente se mudou. A gente começou a falar que era por causa do aluguel. (Berenice, boliviana, costureira, há 17 anos no país, Grajaú).

Percebe-se que eles argumentam para os filhos que querem comprar uma casa própria para não ter que ser castigado pelo alto valor do aluguel. No entanto, isso é apenas uma parte da verdade. Eles afirmam que querem comprar a casa própria pelas crianças, ou seja, com o mesmo intuito que a entrevistada anterior. Assim, o motivo mais forte que leva os bolivianos a adquirirem a casa própria não é o infortúnio causado pelo preço do aluguel, nem terem sido levados a acreditar que deixaram de ser provisórios, mas simplesmente querer dar estabilidade aos seus filhos.

Portanto, o sentido que a casa própria tem para esses imigrantes aponta para um desejo deles de que os seus filhos venham a “assimilar-se” (TRUZZI, 2012). Ao dizer que querem adquirir a casa própria para seus filhos, revelam que desejam a estabilidade para estes. A estabilidade é, nesse sentido, um desejo de que os filhos venham a se integrar à sociedade

receptora, que eles sejam aceitos por essa sociedade. Ou seja, almejam que haja uma “mudança de fronteiras” (TRUZZI, 2012), que seus filhos venham a fazer parte da sociedade como “estabelecidos” e não como “outsiders” (ELIAS & SCOTSON, 2000). Almejam para seus filhos algo que reconhecem que não conseguirão atingir para si próprios. Nesse sentido, há um desejo de que seus filhos sejam vistos como brasileiros, não apenas como descendentes de bolivianos:

Pesquisador: *E você falou bastante da sua filha, o que você deseja para os seus filhos no futuro?*

Entrevistada: *Pra minha filha. Que ela seja aceita. Que ela se integre nessa sociedade. Ela é brasileira, pelo amor de Deus, discriminada em seu próprio país. Porque chamam a minha filha de boliviana. Bom, despectivamente [pejorativamente]. Minha filha é linda, é meiga, é tudo, inteligente. Aí falam, “você é muito linda, mas você é boliviana, né”. Aí minha filha vem assim, pê da vida, como falam. Fala, “mãe, eu não sou boliviana e o pessoal fala que eu sou boliviana”. “Então, tudo bem. Você tem vergonha de ser boliviana?” “Mas eu não sou boliviana”, ela disse. “Tudo bem filha, mas você é descendente de bolivianos, você não tem que sentir vergonha. Da próxima vez você fala: sou brasileira igual que você”. (Maria, boliviana, modelista, há 15 anos no país, Brás).*

Portanto, o sentido que dão os bolivianos à casa própria faz transparecer um desejo que têm de que seus filhos tenham estabilidade, que se integrem à sociedade receptora e sejam aceitos por ela. A “ilusão do provisório” deixa de ter vigência, portanto, quando a primeira geração vê uma perspectiva de estabilidade na segunda geração, estabilidade essa que não enxergam para si próprios, mas apenas projetando-a para as demais gerações (por meio da casa própria e do desejo de assimilação).

4.7. A questão da (in)segurança

Embora esse tema não estivesse colocado no projeto de pesquisa, ele será apresentado aqui, dada a relevância que tem para os bolivianos. Ao longo das entrevistas, quando perguntados sobre quais problemas ocorriam em suas moradias, muitos deles tocaram no assunto, ainda que não tivessem sido questionados sobre ele por este mestrando. Tal problema se revela ainda mais saliente na medida em que, quando perguntados sobre sua vida cívica e participação em luta por direito dos imigrantes, mais de um entrevistado rememorou a passeata em repúdio ao assassinato do menino Bryan:

Pesquisador: *“O senhor já participou de algum movimento de luta por moradia, saúde?”*

Entrevistado: *“Não, nunca participei.”*

Pesquisador: *“E algum movimento de luta pelos direitos dos imigrantes, alguma coisa assim?”*

Entrevistado: *“Sim, já participei de uma caminhada, se chama. Já participei sim, quando mataram o menino Bryan. Eu fiquei muito chateado. E eu caminhei daqui até a praça da Sé. Eu já participei sim.”*

Pesquisador: *“E como é que o senhor chegou a esse movimento?”*

Entrevistado: *“Cheguei pela mídia, né. A mídia que falou tanto. Coisa que mataram o menino Bryan. Todo mundo ficou revoltado. Então, eu também fiquei muito revoltado e eu caminhei. Eu caminhei procurando direitos, procurando que a justiça seja feita, como foi feita. Eu caminhei (...).”*

Pesquisador: *“E como o senhor acha que isso repercutiu para a imagem do boliviano no Brasil?”*

Entrevistado: “Olha, foi mais questão sentimental, porque a gente não conhecia o menino Bryan. Mas foi mesmo o fato de ter acontecido, como aconteceu, levou não só bolivianos à caminhada. Levou também muitos brasileiros. Nós caminhamos justamente com o ex-senador [refere-se à Eduardo Suplicy]. Que ele até acompanhou a gente. Então, nós caminhamos mais com o coração doído mesmo, pedindo justiça.” (Rodriguez, boliviano, dono de um empreendimento no Brás, há 33 anos no país).

Não à toa o problema da segurança é sempre lembrado por esses imigrados, pois muitos deles já foram vítimas de assaltos. O próprio entrevistado acima, conforme revelou, já foi assaltado duas vezes em frente de sua casa. A dificuldade em abrir contas no banco ou mesmo a ingenuidade leva a que muitos deles guardem dinheiro em casa, o que faz com que sejam vítimas de assaltantes, já previamente informados das condições financeiras da vítima. Por serem muito trabalhadores, os bolivianos acabam por acumular quantidade razoável de dinheiro:

Bom, antigamente, nós tínhamos guardado um dinheirinho. Hoje não mais. Nós lidamos com cartão de crédito, no banco. Hoje eu não tenho mais dinheiro em casa, vamos supor. Nós não guardamos o dinheiro em casa. (...) que o pessoal que chega, sempre guarda um dinheirinho com eles mesmos. E é aí que nós sofremos os famosos assaltos. E o pior que o ladrão é inescrupuloso. Ele não vê criança, não me pessoa maior. Ele simplesmente bate, dispara. O único problema que eu enfrento é a segurança. (Rodriguez, boliviano, dono de um empreendimento no Brás, há 33 anos no país).

Uma das entrevistadas relatou um caso em que foi assaltada por um grupo, tendo perdido todas as suas economias de muitos anos de trabalho. Os assaltantes ameaçaram retornar em outra ocasião para realizar o mesmo ato. O filho dela acabou sofrendo trauma psicológico por conta do episódio e deixou de frequentar a escola. Mais do que o prejuízo material em si – já muito relevante –, o trauma psicológico é o que mais causa danos, pois paralisa a vítima.

Pesquisador: “E quando aconteceu isso, qual foi a providência que você tomou?”

Entrevistada: “Entro em maio [o assaltante]. Aqui, que quando a gente estava. Tenía eu tudo guardado aqui. Eram tantos anos que eu estou aqui morando, seis anos. Tinha tudo guardado dinheiro aqui. Guardado dinheiro para levar a (...). Pensava em trabalhar até o fim do ano deste ano e voltar talvez para a Bolívia [o retorno possível, como uma saída sempre a mão, ainda que no fundo saiba esse retorno já não ser mais possível (Cf. Sayad, 1998)]. Porque a gente tem, tenho deudas alá [dívidas], tem que fazer muitas coisas, que a gente trabalha tanto para, que uma noite, entrou um malandro e levou tudo, tudo de nós. Levou tudo de lá. Não tinha nem um real para comprar para meus filhos. Então, eu cheguei tão desesperada aqui, que não sabia o que dar de comer para meus filhos. (...) E agora a gente está voltando a levantar, a trabalhar de novo. Eu pedi a psicóloga, pedi a tudo, porque eles [os filhos] estava, bem traumatizados [traumatizados] por isso. Porque entraram com arma, né. Meu filho, que desde esse dia, ele já não estuda mais. O meu filho mais velho, tem dezesseis anos. [o evento foi um assalto mesmo e teve repercussões psicológicas na família toda, especialmente no filho mais velho, ao qual ela disse que ficou traumatizado e deixou de frequentar a escola]. Então, há momento em que a gente acorda isso e é bem doloroso. Era (...) parecia. É algo feio. É uma coisa, quando a gente lembra, é algo doloroso. Que a gente trabalha tanto, tanto. Trabalha todas as noites, todos os dias, para ganhar um dinheiro e (...) eles chegam e levam tudo. Porque eles, malandro, está olhando boliviano que trabalha, né. Então, eles vêm e sempre estão em cima de boliviano. Já passou aqui a frente. Também entravam, entravam aqui. E eu tenho medo também que eles voltem, porque eles falaram que vão voltar. Eu tenho medo. Já passaram seis meses. Mas não passou [aconteceu] nada, mas sempre tem esse medo, medo de que algum dia eles possam voltar. Porque já voltaram a outra rua e eles falaram, não deram dinheiro, não encontraram dinheiro, nada e eles ameaçaram com levar a criança.” (Andréia, boliviana, costureira, há 7 anos no país, moradora do Brás).

Segundo ROSA (2009), o trauma é algo que “cai em cima do sujeito” sem que este tenha nenhuma possibilidade de prever ou reagir momentaneamente ao ocorrido. “A exposição traumática é dupla: por um lado, sua ocorrência é facilitada; por outro, os recursos necessários à elaboração do trauma encontram-se diminuídos, promovendo efeitos de dessubjetivação.” (ROSA, 2009, p. 6).

Ele é um instante que não se esquece, e que tem a temporalidade da ruptura. Ele se torna um real impossível de ser simbolizado, o que perpetua a angústia do sujeito. Ele evoca o encontro com o desamparo inicial, em um tempo onde o sujeito custava a se localizar, o que causa o sentimento “do estranhamente familiar”.

O sujeito vítima do trauma se mantém em silêncio e este “silenciamento” é mantido enquanto ele for impedido de realizar o luto subjetivo. Nestes casos, faz-se necessária a elaboração do luto face ao perdido. Para tanto, procura-se reestabelecer os processos metonímicos do sujeito. Em outras palavras, procura-se reativar a sua dimensão de sujeito desejante. Se bem sucedido, este processo levará a que este sujeito ressignifique o seu trauma. Não obstante, para que este processo ocorra é necessário um tempo de recolhimento.

Neste sentido, a estratégia da “clínica do traumático”³⁶ deve basear-se na ritualização do luto, ou seja, o luto precisa ser “inscrito e elaborado no nível coletivo”, sendo isto uma condição para que posteriormente o sujeito possa subjetivar este luto. (ROSA, 2009, p. 9).

No caso da boliviana entrevistada, ela ficou paralisada pelo trauma durante algum tempo, até que encontrou apoio de um padre de uma igreja da região. A partir daí, passou a receber ajuda e conseguiu reelaborar este luto a nível coletivo. Quando estava sozinha não conseguia superar o trauma. Para tanto foi necessária a escuta do padre e a sua inserção em um novo ambiente de sociabilidade. Ela passou a frequentar missas e a participar de um grupo religioso. Somente assim conseguiu elaborar o luto e seguir com a sua vida.

Entrevistada: *“Então, passou que eu fui à Igreja Y. Eu fui aí e eu estava tão desesperada Estava chorando. Porque, justamente, encontrei ao Padre X. Ele ajudou bastante a mim. Eu pedi ajuda para todos eles. São oito famílias que aconteceu isso [serem assaltadas na ocasião], mas passou comigo. Eu fiquei sem nada. [daquelas outras*

³⁶ Uma linha da psicanálise voltada ao tratamento de vítimas de traumas.

famílias] não roubaram nada. Mas de mim sim. Roubaram tudo de mim. Levaram tudo, mas ainda bem que não levaram as minhas máquinas. Levaram tudo que a gente tinha em cima. Então, eu pedi ajuda. O Padre X deu sua ajuda. O Padre X deu toda ajuda que a gente pediu para ele. Ele não pôs condições, não pôs nada. Desde esse dia que eu estou com eles. Eu conheci nova gente, novas pessoas, que eles apoiam a mim [o efeito traumático pôde ser revivido nessa nova gama de relações sociais, desencadeando um luto coletivo e a ampliação de suas redes de sociabilidade]. Sempre que qualquer coisa tem problemas, que eu vou a eles, porque eu sei que eles vão me acolher. Eles sempre acolhem as pessoas que têm esse problema.”
(Andréia, boliviana, costureira, há 7 anos no país, moradora do Brás).

5. O ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO E SAÚDE

Este capítulo tem como propósito estudar o acesso dos imigrantes bolivianos às políticas sociais de habitação e saúde. Ele se inicia com uma comparação das condições de acesso a esses serviços sociais na Bolívia com os do Brasil, principalmente a saúde, que dispõe de mais dados. Então, comparam-se esses serviços oferecidos no centro (distrito do Brás) com a periferia (distrito do Grajaú), bem como as diferenças no atendimento oferecido a brasileiros e bolivianos. Abordam-se as principais queixas dos bolivianos sobre o acesso à saúde. Depois se altera a perspectiva para a visão que os agentes de saúde têm do acesso dos bolivianos à saúde, nos ajudando a entender questões antes em aberto (mantendo a perspectiva comparativa entre Brás e Grajaú). Há então uma última mudança de perspectiva, para a visão que os vizinhos brasileiros têm sobre o acesso dos bolivianos aos serviços de saúde e habitação, revelando até que ponto toleram ou não a presença desses imigrados nesses serviços (também manteve-se a perspectiva comparativa). Por fim, se analisa até que ponto os bolivianos participam de movimentos e lutas por saúde, moradia e direitos dos imigrantes.

5.1. O acesso à saúde e à habitação na Bolívia

Os entrevistados pouco falaram sobre as políticas sociais de habitação na Bolívia. O que se pôde obter de informação útil é o fato de que, segundo um entrevistado boliviano, não há na Bolívia crédito imobiliário como ocorre no Brasil. Ou seja, lá não é possível financiar um imóvel em longo prazo. O mesmo ocorre com as mobílias e os eletrodomésticos, muito mais fáceis de serem adquiridos no Brasil por conta da compra por crédito.

Para compreender-se melhor o acesso à habitação na Bolívia recorreu-se então a dados estatísticos do Censo Boliviano:

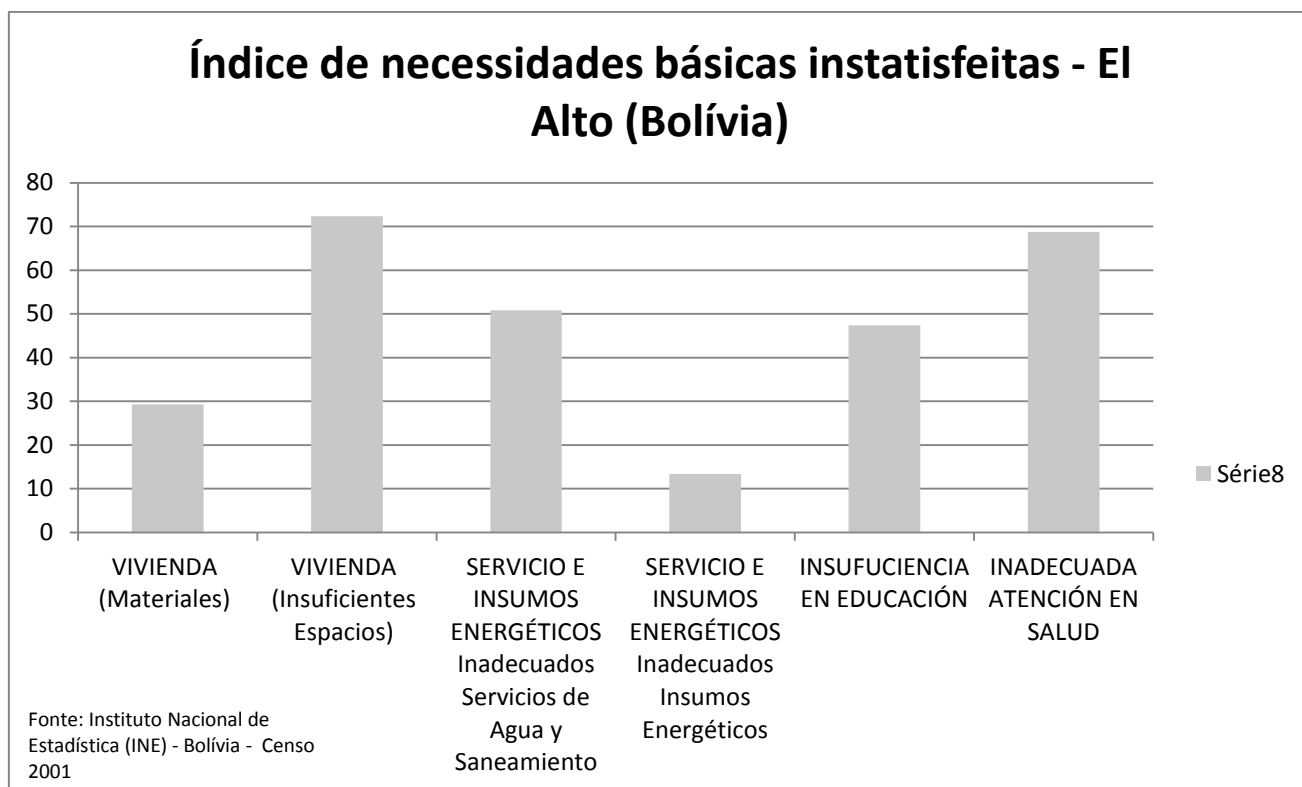


Gráfico 08³⁷

Segundo esses dados, 72,4% das moradias na Bolívia sofrem com o problema de não haver espaço suficiente e 29,3% com o problema de materiais inadequados para se morar. Além da questão estrutural da moradia, há também 50,8% de moradias com serviços de água e saneamento inadequados. O problema de acesso à água é um dos mais recorrentes na Bolívia e o acesso a ela pode ser considerado um luxo, como se verá abaixo na fala de uma entrevistada. Já para 13,4% das moradias na Bolívia há o problema de acesso à eletricidade, problema esse praticamente inexistente no Brasil.

Segundo uma boliviana entrevistada por Fernandez (2015):

“A minha casa em La Paz, onde passei a infância, era assim... La Paz é uma cidade no meio de 10 mil montanhas, então no meio de um buraco fica a cidade de La Paz. Então a gente morava bem na periferia, que era no alto de uma das Serras, e a nossa rua era toda de pedra, não era de paralelepípedo, era pedra mesmo. E até hoje lá na periferia as casas não têm banheiro, existem banheiros coletivos de região em região que as pessoas usam e têm chuveiro para tomar banho. Como faz frio, geralmente se toma dois ou três banhos na semana, não mais que isso, e em casa faz a higiene com toalha. Nossa casa era até grande, só que moravam três

³⁷ Os dados referem-se à cidade de El Alto, no Departamento Autônomo de La Paz, pois segundo Xavier (2009), é nesta cidade que se origina o maior fluxo de bolivianos para São Paulo. Note-se que a maior precariedade no país de origem se encontra nos serviços de saúde e de moradia (espaço insuficiente).

famílias. Eram três casas, uma na frente, uma no meio e uma no fundo, onde a gente morava. [...] E tinha um poço também. Pra nós era uma fartura, porque para os outros tinha que ir buscar na mina a água potável, que também era coletiva, com balde. E nós podíamos fazer as coisas em casa mesmo, lavava roupa, podia se lavar, tomava banho de bacia com uma casinha de lençol. Lá tem pouca água para a maioria das pessoas e não podem fazer o que nós fazíamos.” (Entrevistada Boliviana apud FERNANDEZ, 2015, p. 94).

A fala da entrevistada acima confirma o problema de fornecimento de água na Bolívia descrito pelos dados do Censo boliviano. Para metade da população existe insuficiência desse serviço. Ela também ressalta que os banheiros eram compartilhados e, embora sua casa fosse relativamente grande, eram compartilhadas com mais duas famílias. Por meio dessa descrição é possível imaginar a precariedade das moradias na Bolívia, parecidas ou até mesmo piores que as condições que encontradas em São Paulo entre os imigrantes recém-chegados.

Portanto, do ponto de vista da moradia, pode-se afirmar que os bolivianos conseguem, na maior parte dos casos, passado algum tempo de permanência no Brasil, obter melhores condições do que as encontradas em seu local de origem.

O gráfico 08 também aponta que 68,8% dos bolivianos têm acesso insuficiente aos serviços de saúde. Essa porcentagem alta só é equivalente ao problema da falta de espaços nas moradias. Explorar-se-á mais a fundo o funcionamento dos serviços de saúde na Bolívia, para compreender qualitativamente de que forma esses serviços de saúde são insuficientes para a maioria da população boliviana de El Alto.

O sistema de saúde boliviano é dividido em quatro setores: Público (30% da população acessa), Seguridade Social (27% da população tem acesso), Privado (10% da população tem acesso) e Medicina Tradicional (com 30% da população que a utiliza, por não ter outras formas de acesso à saúde) (OMS, 2004).

A principal queixa dos bolivianos em relação aos serviços de saúde do seu país é que lá eles são pagos. Não há gratuidade como ocorre no atendimento do SUS, no Brasil. Mesmo no setor público do sistema de saúde boliviano, existe a necessidade de pagar pelos serviços. Apenas os funcionários públicos, “amigados” dos detentores do poder, têm acesso ao setor de seguridade social do sistema de saúde boliviano (em outras palavras, o setor de seguridade social é corporativista). E somente os bolivianos com grande poder aquisitivo têm acesso ao setor privado. Assim, a maior parcela da população (60%) utiliza o setor público ou, quando não pode custear com seus preços (menores que o do setor privado), utilizam o setor da

medicina tradicional popular, ou seja, plantas medicinais utilizadas no próprio domicílio, sem orientação médica.

Segundo uma pesquisa sobre esse assunto: “A realidade [do acesso à saúde na Bolívia] relatada por nossos entrevistados era de falta de hospitais, filas longas e tratamentos pagos e caros.” (MARTES & FALEIROS, 2013, p. 356).

Alguns entrevistados na presente pesquisa confirmam essa versão:

Na Bolívia não existe hospital público de verdade. Porque o hospital que se chama de público é privado e tem que pagar pra ser atendido. E por questões de medicina eu vim pra cá, por causa do SUS. Meu tio já havia chegado aqui e ele falou pra minha mãe que (...) tratar aqui. Que existem mais especialistas aqui. Então, vim pra cá com minha mãe e agente fez um tratamento que é (...) há uns dois anos atrás. (Jairo, boliviano, estudante universitário, professor de informática e dono de uma oficina de costura).

Segundo Jairo, ele veio ao Brasil somente para fazer uma cirurgia pelo SUS, uma vez que aqui o tratamento e a cirurgia aqui são gratuitos e na Bolívia são pagos, mesmo no setor público.

Outra entrevistada afirma o seguinte:

Esse é o conceito que eu tenho do sistema público de Saúde [na Bolívia]. Ali, se você for pobre você não vai no médico. Porque não tem dinheiro para pagar. Você fica em casa, faz um chá [medicina local], a gente sabe muito de medicina natural lá. Por questões econômicas. Eu, que sou da classe pobre lá, que nunca teve casa, sempre morei de aluguel. Então, eu não sei o que, eu não cheguei a saber o que era médico até eu chegar aqui. Essa é a realidade dos bolivianos e ainda é assim. A gente que é carente não tem acesso a médico, como aqui, de graça. E, por isso, você vai ver, as pessoas que vêm aqui, às vezes vêm por indicação de algum familiar e precisam de operação. E eles falam: “vem aqui, que aqui vão te operar de graça”. E a pessoa vem. Fica esperando um, dois anos. Mas vai ser atendido de graça, eles pegam. Porque vão dar até o medicamento de graça,

então espera mais ainda, não tem problema. Agora, quem tem dinheiro fala: “ah, eu vou pra Bolívia, porque ali pago e me atendem na hora”. O que também é verdade. (Maria, boliviana, modelista, há 15 anos no país, Brás).

Maria confirma dois fatos analisados acima. O primeiro é que quem não tem dinheiro na Bolívia não pode acessar o setor público de saúde e, por isso, necessita recorrer ao uso da medicina popular. O segundo é o fato de que muitos bolivianos recomendam aos seus compatriotas o sistema de saúde daqui, levando alguns deles a e/immigrarem tendo como motivação somente fazer uma cirurgia ou um tratamento (caso do boliviano, estudante universitário, acima). Assim, existem imigrantes que não vem por causa do trabalho, mas por causa dos tratamentos gratuitos de saúde. Esses imigrantes acabam ficando aqui por um ou dois anos, pois os atendimentos no SUS têm uma grande procura, o que leva a espera de 06 meses até um ano para ocorrer uma consulta. Depois, como se viu, alguns desses imigrantes acabam ficando por aqui, como é o caso do entrevistado acima.

Alguns problemas de saúde são frequentes na Bolívia como a alta taxa de mortalidade materna, a tuberculose, além da violência familiar (OMS, 2004). A taxa de mortalidade materna na Bolívia, por exemplo, é três vezes maior que no Brasil³⁸ (MARTES & FALEIROS, 2013).

No caso da mortalidade materna, por exemplo, muitas mulheres decidem ter os filhos em sua própria casa (setor da medicina tradicional), ao invés de buscar orientação médica (setor público), uma vez que ter filhos nos hospitais públicos acarretará em custos maiores do que as famílias podem pagar. Isso explica essa alta taxa de mortalidade materna no país. E também explica porque o parto é um dos serviços mais valorizados pelos bolivianos em São Paulo, pois não há custos e o parto ocorre sem dor (MARTES & FALEIROS, 2013). Segundo uma assistente social de um hospital/maternidade no Brás, em 2008, 20% dos partos eram de bolivianos (informação verbal)³⁹.

Portanto, os bolivianos consideram os serviços sociais de saúde no Brasil melhores do que aqueles oferecidos em seu país, sendo inclusive um dos motivos pelos quais alguns desses imigrados decidem passar um ou dois anos no Brasil. Assim, o acesso à saúde em São Paulo

³⁸ Essa taxa é de **74,7** mortes para cada 100 mil nascidos, em 2005, no caso do Brasil; e de **229** mortes para cada 100 mil nascidos, na Bolívia, em 2003. (MARTES & FALEIROS, 2013, p. 359)

³⁹ Entrevista concedida ao autor em 04 de abril de 2011 com assistente social de um Hospital/Maternidade do Brás, quando da realização de Iniciação Científica (PUCCI, 2011).

ganha novos contornos para os entrevistados quando levados a fazer a comparação com estes mesmos serviços na Bolívia. Quando perguntados nessa perspectiva comparativa, costumam afirmar que o serviço do Brasil é bom, enquanto na Bolívia é ruim ou regular.

No item seguinte, avaliaremos as respostas dadas pelos bolivianos quando pedido para comparar o seu atendimento no Brasil com o atendimento dado aos brasileiros nesse mesmo serviço, mas sem comparar com a Bolívia. Quando isso ocorre, como se verá, costumam qualificar pior os serviços de saúde no Brasil, classificando-os como “ruim” ou “regular” (a mesma classificação que davam para os serviços de saúde na Bolívia).

5.2. A desigualdade de acesso aos serviços de saúde e habitação

Se no item anterior a perspectiva se baseava na comparação do acesso aos serviços na Bolívia com o acesso aos serviços no Brasil, nesse item a perspectiva se baseia na comparação entre o acesso aos serviços sociais no centro e na periferia do Município de São Paulo, por um lado, e entre o atendimento dado nesses serviços aos brasileiros e aos imigrantes bolivianos, por outro lado.

No que tange ao acesso à habitação, é muito recente a atuação das políticas públicas voltadas aos imigrantes bolivianos. Em 2013, na gestão Haddad no Município de São Paulo, foi criada a Coordenação de Políticas para Migrantes. Em dezembro de 2014, na ocasião do 2º Festival de Direitos Humanos, a Coordenação de Políticas para Migrantes disponibilizou o Crai (Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes), na Bela Vista, para que os imigrantes com documentação regular e residência no país se inscrevessem em Programas do Governo Federal, como é o caso do Programa Bolsa Família e do Minha Casa, Minha Vida. A inscrição é feita pelo CadÚnico (cadastro único para programas sociais do governo) e tem procedimento bem simples, necessitando apenas levar o CPF (MACHADO, 2014).

No entanto, por ser uma iniciativa muito recente, os entrevistados revelaram desconhecimento em relação ao acesso às políticas de habitação. Em relação à Bolsa Família,

uma entrevistada do Brás mostrou interesse e perguntou como se fazia para se cadastrar. Já no Grajaú, entrevistaram-se duas famílias que viviam de aluguel e tinham acesso à Bolsa Família. Uma dessas famílias, inclusive, havia tentado conseguir a Bolsa Aluguel, mas encontrou dificuldades e não obteve o benefício. Uma agente de saúde e uma boliviana entrevistada afirmaram que uma terceira família no Grajaú, que voltara à Bolívia por conta da crise econômica de 2015/6, também tinha acesso à Bolsa Família. Portanto, dentro do nosso conjunto de entrevistados, os bolivianos no Brás revelaram não ter acesso à Bolsa Família, enquanto três famílias no Grajaú tinham acesso à mesma.

Uma hipótese lançada é a de que, por ser o Grajaú uma região pauperizada, os vizinhos brasileiros dali tenham maior familiaridade com os trâmites para obter o benefício e, assim, tenham informado aos seus vizinhos bolivianos como se faz para obter tais benefícios.

Em relação ao acesso às políticas de habitação, apenas duas entrevistadas no Brás relataram haver usufruído de algum benefício. Uma entrevistada boliviana no Brás, cujo marido é brasileiro afirmou ter tentado participar do Programa Minha Casa, Minha Vida, mas o pedido foi negado com a justificativa de que o salário do marido era maior do que o estipulado para os beneficiários do programa. Essa entrevistada, no entanto, afirmou ter participado do CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) e avaliou bem o programa, uma vez que as parcelas são bem menores que o valor de um aluguel, além da vantagem de se ter acesso a uma casa própria. Ela já está há 25 anos no país. Uma segunda entrevistada no Brás afirmou haver participado do Programa da Caixa Econômica Federal chamado Construcard, que oferece financiamento para o beneficiário comprar materiais de construção com juros subsidiados. O pagamento da dívida pode se estender em até 20 anos (240 meses). Ela também avaliou bem o programa. Esta boliviana está há 26 anos no país.

A conclusão a que chegamos em relação às políticas de habitação é a de que o acesso aos Programas Federais é muito recente (data de dezembro de 2014), o que aliado ao desconhecimento dos imigrantes de tais políticas faz com que haja poucos beneficiários. Assim, somente os bolivianos com mais de 25 anos de permanência no país, dentro do nosso conjunto de entrevistados, é que afirmaram ter participado desses programas. Não obstante, existe a tendência de aumentar o número de imigrados que acessam esses serviços, especialmente a Bolsa Família entre os bolivianos que vivem no Grajaú.

No que tange às políticas públicas das Unidades Básicas de Saúde (UBS) voltadas aos estrangeiros, pode-se dizer que tradicionalmente são decididas por meio dos gestores locais de

cada UBS. Não há uma política pública vertical, formulada pela Secretaria Municipal de Saúde. No entanto, entre um dos objetivos da recém-criada Coordenação de Políticas para Migrantes do Município de São Paulo está o de desenvolver uma política pública vertical das UBS voltadas aos estrangeiros que residem no município. (informação verbal) ⁴⁰.

Entre uma das propostas da Coordenação de Políticas para Migrantes está a criação de “Postos de Atendimento Multicultural”: “No âmbito da saúde pública, implantar Postos de Atendimento Multicultural em bairros de concentração de imigrantes e enfrentar a discriminação sofrida pelos imigrantes e a falta de informação dos funcionários da área.” (CDHIC, 2012, s. p.).

Na saúde, eu enxergo no trabalho da Unidade Básica. Um dos preceitos da atenção básica que tem no Sistema Único de Saúde é a adequação à realidade local. Se a realidade local exige que eu tenha que discutir multiculturalidade com os próprios trabalhadores, eu tenho que discutir. (Patrícia, Boliviana, odontóloga, desenvolve um projeto social na Praça Kantuta).

Portanto, a Coordenação de Políticas para Migrantes tem tentado articular o poder público de modo a tornar as soluções locais encontradas por algumas UBS em soluções universais.

Por exemplo, a UBS Bom Retiro desenvolveu um trabalho local especializado no atendimento aos estrangeiros do bairro, com a contratação de bolivianos como agentes de saúde (AGUIAR & MOTA, 2014). Isso fez com que esta UBS se tornasse referência para as demais UBS onde há concentração de bolivianos. As soluções encontradas foram iniciativas dos gestores locais da UBS Bom Retiro. A Coordenação de Políticas para Migrantes poderia ajudar no compartilhamento dessas soluções locais, de modo a implantá-las em outras localidades.

Os bolivianos entrevistados se queixaram das longas filas de espera. Alguns afirmam ser esse um problema universal, que afeta todos os usuários das UBS. Outros afirmam que não, que por desconhecerem a língua portuguesa e serem menos comunicativos, os bolivianos seriam colocados no final das filas, propositalmente, uma vez que eles não manifestam suas

⁴⁰ As informações desse parágrafo foram obtidas na exposição oral do Prof. Dr. José Renato de Campos Araujo (USP) – estudioso da questão das políticas públicas para migrantes –, no Seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas”, realizado no Memorial da América Latina, em São Paulo, dia 12 de abril de 2016.

queixas diretamente aos funcionários das UBS, como fazem os brasileiros. Ou seja, como não “fazem barulho” pela demora no atendimento, seriam “esquecidos” e atendidos apenas depois que todos os outros usuários tivessem sido atendidos:

Tem vezes que (...). Tem pessoas aí que (...). Muitas vezes já. O atendimento na recepção tem vezes que elas mudam. Já vi. Não só comigo. Tem muitos patrícios meus que eles mudam a ordem. Tem pessoas que acham que a gente não entende. Aí eles querem maltratar as pessoas. Já vi isso. Fizeram o mesmo comigo, quando eu não conseguia falar direito, aí fizeram também comigo. (Laura, boliviana, trabalha com marmitas, há 15 anos no país, moradora do Pari)

Se essas queixas têm ou não fundamento, não cabe a esse trabalho dar a resposta. Cabe-nos registrar, no entanto, que muitos imigrados se queixam de uma diferença no atendimento dados aos bolivianos e aos brasileiros. O bom atendimento dependeria, em grande medida, da boa vontade do funcionário. Ou seja, pode depender de vários fatores como o humor do funcionário em um determinado dia, a sua vontade em atender estrangeiros etc. Houve relatos em que os bolivianos afirmam conhecer já os funcionários que os atendem melhor e, por isso, “torcer” para que sejam atendidos por aquele funcionário especificamente.

Entretanto, a maior parte dos entrevistados bolivianos afirmou que o atendimento dado a eles nas UBS é o mesmo que aquele dado aos brasileiros. Mas fizeram questão de qualificar esse atendimento dado a todos como ruim, principalmente por causa da espera, tanto a espera de meses para marcar uma consulta, como a espera de horas no dia da consulta:

A saúde é muito precária. Não vou falar somente do caso boliviano, [mas] do caso geral. Que nós temos um posto aqui, na rua X, que quando você vai, é uma pena, os bolivianos sentados, brasileiros sentados, mães com crianças de colo, todos esperando porque tem um médico lá em cima. Só um médico para atender umas 50 pessoas. Você chega e eles falam: você tem que estar às sete da manhã aqui pra ser atendido. Você vai lá às sete da manhã, marcam teu cartão e você é atendido às três da tarde. E as crianças passam fome, dormem. É um calvário a questão da saúde. O cujo está aqui na rua X. Na

minha casa, também, na Edu Chaves, no Jardim Brasil, a situação é a mesma. Outro dia (...), eu sofro de diabetes, né. Eu sofro do meu pé e eu fui, faz umas duas semanas, fazer um curativo. E eu entrei mais ou menos duas da tarde e saí umas oito da noite para fazer um curativo. Eu falei, não vou mais. Eu mesmo faço o curativo lá em casa, né. Igual, porque eu depender da saúde, eu vou morrer. (Rodriguez, boliviano, dono de um empreendimento no Brás, há 33 anos no país).

Porque o atendimento é muito precário. Eu já levei os meus filhos ao pediatra. Antigamente era programado, quando a criança nascia era uns 12 meses antes elas já agendavam para você. Até os 12 meses era bom, pelo menos acontecia a consulta. Depois, você não acha mais uma consulta, um dia. Se você marcar hoje, é para o ano que vem. Então, são seis meses de espera, não tem como esperar tudo isso. (...)E quando você vai na consulta, a médica nem olha pra cara dele, assim, não revisa a criança direito. Não adianta você perder seu tempo de marcar, passar na consulta que não dá em nada, não pede nenhum exame, não pede nada, nem uma coleta, então é uma perda de tempo. (Berenice, boliviana, costureira, há 17 anos no país, moradora do Grajaú).

Atendimento, não é bom não, pra mim não. Até para o brasileiro, para pegar um remédio, tem que esperar uma hora, duas horas, também. Seria bom, (...) o governo, porque a gente paga imposto, paga tudo. E a saúde, melhor, melhores médicos. Mais pessoas para te atender. (...) Falta muito. Se você for na consulta, o médico não aparece. Você chega lá e não tem pediatra. Eles falam que ligaram para você, mas não, mentira. Você chega lá, sete horas, com a criança, no frio, perdeu [a consulta]. (Berenice, boliviana, costureira, há 17 anos no país, moradora do Grajaú).

Alguns entrevistados com mais condições financeiras afirmaram que, apesar de não terem plano de saúde privado, recorrem a médicos particulares, principalmente quando se trata de atendimento para seus filhos, como um pediatra ou um dentista – uma vez que a espera para o atendimento por esses profissionais na rede pública é muito longa.

Pode-se notar que as reclamações em relação à espera nos postos de saúde são universais (atingem tanto brasileiros como bolivianos; e atingem tanto as UBS do Brás como as UBS do Grajaú). Mas uma análise mais atenta nos faz notar que há desigualdade de acesso entre brasileiros e bolivianos, e que o bairro em que se acessam os serviços de saúde também faz diferença:

Entrevistada: “De cinco, tem um aí, assim, que não gosta de boliviano. Porque eles falam que tem bastante boliviano indo ao posto de saúde. (...) então eles falam: “todo tempo boliviano”. **Porque, aqui no Brás, o que mais tem é boliviano. Agora, se a gente vai morar em outro lado, como não tem bastante boliviano, é bem atendido [pelos funcionários de saúde].** Já morei em Barueri. Então, ali, tem pouco boliviano. Então, no posto de saúde, ele trata bem. [a ideia de que a presença massiva de bolivianos é o que geraria o mau atendimento]. Ele gosta de nossos filhos, trata bem. Porque aqui acho que cansava a gente tanto ver, tanto boliviano, então, por isso que, eu penso, por isso que tratam mal.” (Andréia, boliviana, costureira e camelô, moradora do Brás, há 07 anos no país).

Andréia afirma que não é tão bem atendida nos postos de saúde por conta de haver muitos bolivianos no bairro do centro, o que já não ocorre em um posto de saúde distante, como em Barueri, por exemplo. Nesses bairros periféricos, em geral, os bolivianos são desconhecidos e, portanto, são menos estereotipados. Assim, quando se relacionam com as pessoas, as relações são mais cordiais e mais pessoalizadas (o boliviano é tratado pelo nome, e não por apelidos que remetam à sua etnia ou nacionalidade). Esses dados vão ao encontro das teorias segundo as quais a cidade seria geradora de tolerância, mas de uma tolerância negativa, que é o que ocorre com os bolivianos nos bairros centrais.

Esses imigrantes relatam inclusive que são mais bem atendidos nos postos de saúde da periferia do que nos do centro. Segundo esse casal entrevistado, há um médico boliviano que os ajuda a encontrar melhor atendimento. E, em um posto de saúde próximo a sua residência,

no Grajaú, há médicos cubanos que os atendem, por ocasião do Programa Mais Médicos⁴¹. Segundo eles, o atendimento é muito melhor do que o do médico brasileiro, em geral.

Pesquisador: “Quando você vai a um posto de saúde, você considera que é mais bem atendida que os demais, é atendida da mesma forma que os outros ou é pior atendida que os outros?”

Entrevistada: “Em meu bairro, no posto de saúde, lá tem médicas cubanas. Então, a gente consegue falar a mesma língua, né. A gente consegue (...).”

Marido da entrevistada: “Às vezes, a gente percebeu que o cubano, um pouco, atendeu melhor que o próprio brasileiro que ele (...).”

Entrevistada: “Ele é mais sensível, né, assim, brasileiro, assim, médico, ele nem mexe em você. Você sente assim o mal-estar.”

Marido da entrevistada: “Ele não liga, acho que ele não sabe, não sei, acho que não são bom preparados, mas o cubano acho que já sabe né. A gente foi um pouco melhor atendido no nosso bairro.”
(Tamires e Valdir, bolivianos, moradores do Jardim Belcito, no Grajaú).

Nesse sentido, revela-se que a eficácia do “Programa Mais Médicos” é um atrativo desse posto de saúde específico do Grajaú, o que já não ocorre atualmente com os postos do centro. Uma boliviana no Brás também afirmou que o atendimento melhorou em um período de 03 a 04 meses em que esteve uma médica cubana na UBS, que inclusive priorizava o atendimento aos imigrantes que ficavam horas na espera:

Veio uma cubana, acho que foram três ou quatro meses que a gente mais ou menos começou a retomar esse trabalho. Que ela, como era cubana, ela cuidava muito dos imigrantes. Começaram a tratar. Se ela via que começavam mandar a esperar ela: “não, essa mulher

⁴¹ O Programa Mais Médicos foi criado pelo Governo Federal com o intuito de preencher vagas em municípios e regiões pauperizadas e/ou de difícil acesso, vagas essas que não estavam sendo preenchidas por médicos brasileiros. Por isso, recorreu-se a médicos cubanos e estrangeiros, que vieram ao Brasil preencher essas vagas. Além disso, o Programa prevê melhoria da infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, expansão e aprimoramento da formação médica no Brasil. (cf.: <portalsaude.saude.gov.br>, acesso 31 mai. de 2016).

que passe pra frente”. E ela atendia. Mas agora não. (Maria, boliviana, modelista, há 15 anos no país, Brás).

Tanto no caso do centro como da periferia, o imigrante declara precisar ter sorte, pois há diversos postos de saúde espalhados pela cidade e o bom atendimento irá depender da presença ou não de um profissional mais qualificado e mais sensível às suas especificidades. Nesse sentido, o posto de saúde do Bom Retiro (AGUIAR & MOTA, 2014) oferece o melhor atendimento, uma vez que desenvolveu uma política pública local de preocupação com as especificidades dos imigrantes, o que ainda não ocorreu nos postos do Grajaú, e tem sido negligenciado no Brás:

Bem no começo do governo do Lula. Não, do governo Lula não. Mais da presidenta agora, da Dilma. Era muito bom. Os agentes médicos [agentes de saúde do Estratégia Saúde da Família] vinham em casa, vinham uma vez por semana, eles estavam pendentes [cientes] daquilo que você estava precisando. Não precisava marcar data, eles marcavam. (...) Os agentes médicos que iam e pegavam uma vaga pra você, faziam um serviço ótimo. De um tempo pra cá, eu não sei se, eu não acho que é o sistema, eu acho que são as pessoas. Os agentes médicos, no começo, eles queriam mostrar serviço e agora pra eles, tanto faz.(...) Na minha casa, se vem um agente do posto, vem uma vez por mês. E eu não conheço mais já. Estou há três anos morando lá e não sei quem é. Não sei o nome, não sei nada. (...) Então, foi muito bom no começo, mas agora está descuidado. (Maria, boliviana, modelista, há 15 anos no país, moradora do Brás).

A parte mais importante do atendimento à saúde é o trabalho desenvolvido pelos agentes de saúde da Estratégia Saúde da Família (ESF), pois é por meio desses agentes que se pode conhecer a realidade dos imigrantes e incentivá-los a acessar os equipamentos públicos de saúde. É por meio desses agentes que se tornou possível estabelecer parcerias com os donos das oficinas de costura para levar esses imigrantes às UBS. O ESF foi o diferencial que tornou a UBS do Bom Retiro uma referência no atendimento aos estrangeiros (AGUIAR & MOTA, 2014).

Nesse sentido, segundo o relato da boliviana acima, o Brás está sofrendo reveses na melhoria do atendimento dado aos imigrantes, pois o trabalho dos agentes de saúde –

designado pela entrevistada como “agentes médicos” – está se tornando cada vez mais negligente.

Portanto, faz-se necessário uma melhor adequação das UBS à realidade local, por meio de um atendimento mais específico aos estrangeiros. É preciso que eles não dependam da sorte ou de boa vontade para ter um bom atendimento. Para que isso ocorra, faz-se necessária uma política vertical que articule o poder público e as soluções locais encontradas por gestores.

5.3. O ponto de vista dos agentes de saúde da Estratégia Saúde da Família

No item anterior avaliou-se a visão dos bolivianos sobre os serviços de saúde. Nesse item analisar-se-á a perspectiva dos agentes de saúde.

Em relação à espera nos postos, uma agente de saúde afirmou o seguinte:

Consulta? Mas a consulta é pra todos na verdade. Tanto pra brasileiro quanto pra boliviano. Tá um pouco complicado mesmo. Mas também é muita gente, porque o brasileiro atende todas etnias. Tem angolano, tem boliviano, tem paraguaio, tem chileno, tem de Bangladesh, tem chinês. Tem todas. Então acaba todo mundo sufocando mesmo. E você vê que o posto é pequenininho, e às vezes o médico não tem sala pra atender. Então, acho que a maior dificuldade é o espaço físico. Não porque demora muito, mas se o espaço fosse maior. (...) Tem que ficar um correndo pra cá, um correndo pra lá, porque não tem espaço. Se o espaço fosse maior, eu acho que o atendimento seria melhor do que já é. Porque não é... Ninguém reclama desse posto, então seria melhor. (Pâmela, agente de Saúde no Brás, trabalha há 15 anos na região com imigrantes bolivianos)

O problema da espera, segundo a agente de saúde, ocorre por conta da falta de espaço físico na UBS em questão, mais do que por falta de médicos. Outro complicador, segundo a entrevistada, é que a unidade atende aos estrangeiros de várias nacionalidades, fazendo aumentar a espera. Interessante notar que ela diz que ninguém reclama desse posto, o que faz pensar que os bolivianos, apesar de incomodados com a espera, não apresentaram essa queixa a ela.

Uma das dificuldades em ser agente de saúde está na vontade de ajudar, mas não poder, o que gera um sentimento de impotência nesses profissionais. Isso ocorre, por exemplo, quando um paciente necessita de um atendimento mais célere:

Olha, na verdade o que mais marca é quando você não pode resolver o problema da pessoa. É o que te mais marca. Quando ele precisa de um encaminhamento, ele precisa dum médico especialista e não tem como você adiantar, não tem como pular na frente, não tem como você fazer nada e aquilo te desespera. (...) Que a gente vai, faz um serviço bonito na casa, aí quando chega aí depara com aquilo, aí a decepção é pros dois lados, você vai falar o que pra pessoa? “Eu tentei, mas não consegui, já não é mais minha parte”. Aí é outra autarquia, não tem nada a ver comigo. (Pâmela, agente de Saúde no Brás, trabalha há 15 anos na região).

Pâmela revela a sua insatisfação com o fato de fazer um trabalho impecável na ponta (vimos que para uma UBS ser referência no atendimento aos estrangeiros, o seu trabalho deve começar com o atendimento bem feito pelos agentes de saúde nas casas), mas depois esse trabalho não se traduzir em um atendimento eficaz, principalmente pela falta de infraestrutura. Esse “sentimento de impotência”, talvez, seja um dos fatores que leva alguns desses profissionais a se tornarem mais negligentes. Basta recordar da fala da boliviana no item anterior, que afirmava que os “agentes médicos” faziam um ótimo serviço, mas depois foram se tornando menos atenciosos. De certa forma, pode ser que tenham começado seu trabalho com muito ânimo, com vontade de “fazer um serviço bonito”, como diz essa entrevistada. Mas ao se deparar com a decepção de que esse trabalho não se traduziu em um atendimento eficaz na outra ponta, deve fazer com que se desmotivem a continuar fazendo um “serviço bonito”. E aqui não quero dizer que essa agente de saúde não continue individualmente a fazer um serviço bonito, mas apenas relacionar a perspectiva da boliviana no item anterior

com essa questão apontada por essa agente de saúde. O “sentimento de impotência” vai minando o desejo de fazer um bom trabalho nessa ponta, de uma forma coletiva (atinge a todos os agentes de saúde).

O problema é que não só o agente de saúde se desmotiva. O próprio imigrante se sente mais isolado e menos propenso a buscar os serviços de saúde e a cuidar de sua saúde.

Segundo os agentes de saúde, os bolivianos são retraídos e desconfiados. E precisam ser muito incentivados a buscar os postos de saúde. Há casos de bolivianos que vêm ao Brasil apenas para serem atendidos nas UBS, mas são exceções. A regra é eles virem buscar trabalho e, uma vez inseridos nessa lógica, nessa “roda viva”, não se preocuparem muito com a própria saúde. Assim, eles só buscam os serviços de saúde uma vez que são incentivados pelos agentes de saúde (daí a importância da parceria desses agentes com os donos das oficinas), quando seus filhos estão doentes ou quando eles próprios estão muito doentes:

E assim, você também não consegue contato com eles. Só aparecem quando não tá bem. Eles mesmos não procuram muito o serviço de saúde. Então, a maioria deles é assim, evita um pouco. Quem vem mais é a esposa e quando têm filhos pequenos, elas passam de vez em quando em consulta, mas não é que seja normal. (...) É que é complicado o seguinte. O acesso existe. Eles não vêm mais porque eles não querem. Ou por conta de trabalho. Porque acesso não é negado, de forma nenhuma. (Rose, enfermeira, bairro do Grajaú)

Portanto, isso desmistifica o senso comum que afirma que os bolivianos estão ocupando os serviços de saúde e “roubando-os” dos brasileiros. Como se pode notar, eles claramente não utilizam muito os serviços de saúde, apenas quando isso se torna absolutamente necessário. Pelo contrário, é preciso que eles sejam incentivados pelos agentes de saúde a fazer isso. Tome-se como exemplo o caso da vacinação:

Olha, vacina é um caso complicado. Porque você tem que insistir muito pra eles virem. Porque na Bolívia não sei se é um caso que eles não dão muito valor a isso. Porque quando chega aqui é difícil, você tem que ficar insistindo e insistindo. Quando não vem, você leva a enfermeira. Aí leva o auxiliar, aí leva a médica pra explicar, até eles virem. A partir do momento que eles tomam, aí elas não deixam

atrasar mais. Então, tem que insistir bastante. (Pâmela, agente de Saúde no Brás, trabalha há 15 anos na região).

Eles não vêm da Bolívia com essa cultura de vacinar os filhos. É preciso que haja insistência para que eles busquem esses serviços, para que se conscientizem da importância do mesmo. É preciso às vezes até seguir o ditado “se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé”. Ou seja, se eles não vão à UBS, a UBS precisa ir até eles. E no caso da vacinação isso é claro: no início do processo os agentes de saúde precisam levar enfermeiros e auxiliares até a casa desses imigrados, até que o hábito os faça se preocupar em buscar os serviços de vacina por conta-própria.

Além da vacinação, os bolivianos procuram muito os serviços de pediatria e de parto (MARTES & FALEIROS, 2013).

No entanto, mesmo quando procuram serviços de parto, o trabalho acaba entrando em conflito com o cuidado com a saúde:

Existem casos, por exemplo, que é muito comum acontecer: a mãe teve alta, a boliviana ganhou neném, a mãe teve alta e o bebê não porque precisa fazer um tratamento de icterícia ou tem sífilis ou tem alguma outra doença que a criança precisa ficar internada. A mãe quer ficar acompanhando o filho dela mas ela é cobrada pelo proprietário da oficina: “Você está indo visitar muito, está deixando de trabalhar” Muitas vezes o marido passa a trabalhar por ele e por ela. Ou senão eles fazem um esquema ao contrário. Vamos supor: você visita seu filho de tal hora a tal hora e o resto... (Zilda, assistente social de um Hospital/Maternidade no Brás).

Além desses serviços, mais relacionados aos cuidados com o nascimento e desenvolvimento das crianças (como vacinação, pediatria, ginecologia obstetrícia, grupo de gestante, planejamento familiar), os bolivianos também procuram serviços de ortodontia, cirurgia de hérnia (por conta da posição em que trabalham desenvolvem problemas na coluna), dermatologia, nutricionista (muitos se alimentam na oficina mesmo, de forma precária), psicologia e até mesmo homeopatia.

Em relação às doenças mais comuns, foram destacados os problemas respiratórios (por conta do trabalho em meio ao pó do tecido em ambientes onde não circula o ar, pois as janelas

são mantidas fechadas na maior parte das oficinas), a carência nos cuidados com a saúde dos dentes, a diarreia (principalmente nas crianças) e as doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis, por exemplo. As doenças menos comuns são a hipertensão e a diabetes (disseram que a cultura alimentar dos bolivianos, com muito uso de batatas, talvez seja a responsável pela baixa prevalência dessas doenças), segundo os agentes entrevistados.

Alguns bolivianos são acusados por seus vizinhos de ter trazido a tuberculose ao país, no entanto isso foi desmistificado pelos agentes de saúde, que não afirmaram não conhecer casos de tuberculose entre aqueles bolivianos que atendem. Assim, dois mitos (o de que os bolivianos usam muito os serviços de saúde e por isso os roubam dos brasileiros e o de que eles trouxeram a tuberculose ao país) já foram quebrados pelos relatos dos agentes de saúde.

A principal dificuldade colocada pelos agentes de saúde no atendimento foi a barreira da língua:

Bom, aí é difícil né. Porque eles, por exemplo, recém-chegados, ele não entende [a língua portuguesa]. Aí interfere demais, que vamos dizer numa conversa, uns 80% da conversa, dificulta. Aí os outros 20% é aquilo que ele consegue captar da conversa. (Omar, agente de Saúde no bairro do Brás, boliviano).

A única coisa que “pega” muitas vezes, que tem uma barreira muito grande, é o idioma. Que muitas não falam português. Tem pouquíssima compreensão do português. Eu me aproximei muito dos bolivianos porque eu falo espanhol. Porque eu quis aprender espanhol pra me aproximar delas. Eu fiz o curso com uma boliviana pelo consulado boliviano pra eu aprender a falar espanhol. (Zilda, assistente social de um Hospital/Maternidade no Brás).

A gente teve pela prefeitura aula de espanhol, há muitos anos atrás. Só que eu acho que não foi um curso assim, bem aprimorado. Eu acho que a prefeitura poderia melhorar, porque foi pouco tempo. Na verdade eu aprendi mesmo falando com uma boliviana, que eu falava

com ela, tinha uma boliviana que era agente comunitária. Eu falava pra ela: “não fala comigo em português”. “Fala em espanhol”. Então eu aprendi mais com ela do que na aula, porque foi pouco tempo. (Pâmela, Agente de Saúde no Brás, trabalha há 15 anos na região).

Apesar de haver iniciativas institucionais de fazer os profissionais aprenderem o espanhol, pode-se notar pelas falas que esse aprendizado é mais eficaz quando é do interesse do próprio profissional. Assim, a melhor maneira de solucionar a barreira do idioma é não só oferecer os cursos de espanhol aos funcionários, mas também fazê-los se interessar pela cultura boliviana e despertá-los para o desejo de conhecer uma nova língua.

Por fim, pode-se dizer que as diferenças de costumes não são impeditivas na comunicação, segundo os entrevistados, mas podem ser um tanto curiosas, como é o caso do seguinte costume:

E é muito interessante porque eles têm uma cultura descendente dos incas. Então, eles trazem muita cultura inca. Por exemplo, na hora do parto, a mulher não fica em posição ginecológica. Ela fica de cócoras. Sempre fica o marido ou alguém pra segurar o bebê. E aí, se é uma menina, a placenta eles enterram. Se for menina eles enterram a placenta na cozinha da casa e se for menino, na porta da casa. (Zilda, assistente social de um Hospital/Maternidade no Brás).

5.4. Como os vizinhos brasileiros veem o acesso do boliviano à Saúde e à Moradia.

Alguns vizinhos brasileiros entrevistados são contrários à presença dos bolivianos no sistema de saúde, uma vez que eles estariam tomando a vaga dos brasileiros:

A gente vai nos hospitais aí, só tem boliviano, cheio. A gente quase não vê brasileiro aqui na (...) posto [de saúde]. Você vai aí só vê

boliviano, boliviano, boliviano. (...) Eu acho que tinha que ter os hospitais pra nós brasileiros. Boliviano deve ir lá pra Bolívia. Tá cheio. E não é só boliviano não. Esses africanos aí também tá cheio, cheio, cheio. Esse povo que vem se refugiar aqui no Brasil. (Josefa, vizinha brasileira do Brás, há 07 meses no bairro)

Essa brasileira é contrária ao uso dos serviços de saúde pelos bolivianos e por todos os estrangeiros. Em sua opinião eles deveriam voltar à Bolívia.

Sim, sim. É igual ser humano né. Desde que não tire o lugar da gente. Eu concordo [que os bolivianos devem ser atendidos pelas Unidades Básicas de Saúde como qualquer brasileiro], por eles serem humanos. Mas eles acabam tirando o lugar dos brasileiros. Você vem no posto, aí 80% é boliviano. Ai eles vão, vão direto, marca todas consultas. Quando você vai marcar tem só no final do ano. (Roberta, vizinha brasileira do bairro do Brás, mora há 30 anos no bairro, aposentada).

Já esta vizinha considera que os bolivianos podem usar o sistema de saúde, desde que eles não tirem o lugar dos brasileiros. No entanto, logo em seguida, ela constata que eles acabam tirando o lugar dos brasileiros, afirmando que há 80% de bolivianos sendo atendidos nas UBS, o que é um exagero.

Discordo parcialmente [que os bolivianos devem ser atendidos pelas Unidades Básicas de Saúde como qualquer brasileiro]. Você tá tirando o lugar de uma pessoa (...) de uma pessoa que paga imposto (...) pra vir e não pagar imposto. Vem ilegalmente. Então eu acho isso errado. (Sílvia, vizinho brasileiro, morador do Brás, estudante).

Já esse vizinho afirma que os bolivianos só deveriam poder usar os serviços de saúde se pagarem os impostos e estiverem regularizados.

Sim [os bolivianos devem ser atendidos pelas Unidades Básicas de Saúde como qualquer brasileiro]. Aí, eu te falo, porque está no artigo 5º da Constituição de 1988, a saúde é pra todos e um dever do Estado. Então, todos. Independente da religião ou da nacionalidade. (...) não tem nenhuma emenda que fala “exceto estrangeiros”, então é

o dever de todos, um dever do Estado. Então, por isso que a gente tem que atender todo mundo. (Daniel, vizinho brasileiro do Grajaú, fiscal de caixa, viveu 13 anos no bairro).

Por fim, apenas um vizinho, no bairro do Grajaú, considerou que os bolivianos devem ser atendidos independentemente de estarem ou não pagando impostos, regularizados ou tirando o lugar dos brasileiros. Ele baseou o seu argumento no artigo 5^a da Constituição.

Portanto, pode-se considerar que na saúde não existe uma opinião unânime em relação aos bolivianos poderem usar ou não os serviços de saúde. Duas vizinhas no Brás mencionaram que quando vão aos postos só encontram bolivianos, o que ocorre por haver maior concentração desses imigrados nesse bairro. Já o vizinho que se mostrou mais tolerante está no Grajaú, onde a concentração de bolivianos é bem menor. Portanto, a maior concentração desses imigrados nos serviços de saúde está diretamente ligada à rejeição que sofrem por parte dos brasileiros.

Ressalta-se, no entanto, que mesmo os vizinhos no Brás se consideraram a favor de os bolivianos serem atendidos pelos serviços de saúde, apesar de considerar que eles “tiram as vagas dos brasileiros” (o que é controverso, pois, como vimos, eles só buscam os serviços de saúde após muita insistência dos agentes de saúde da ESF e somente em condições de saúde muito adversas), argumentando que eles são seres humanos e isso lhes dá o mesmo direito que qualquer um à saúde.

O mesmo não ocorre, entretanto, no que se refere ao acesso aos programas de habitação:

Aí é que tá. Olha, eu discordo parcialmente [de que os bolivianos devem ter acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida, como qualquer brasileiro], porque por ser imigrantes e não serem ilegais, como que eles vão concorrer pra uma coisa que é um programa para brasileiros, por ser do Brasil, então por isso que eu discordo parcialmente. Que nesse caso eu concordo só pra ser brasileiro. Que é um programa do Brasil, então não podemos colocar outra nacionalidade, no momento. (...) Primeiro vamos atingir a meta Brasil, depois vamos pensar em estrangeiros. Principalmente se ele estiver ilegal. Como que ele comprova que ele chegou? Assinou

algum papel? Pagou para estar aqui dentro? Não? Como que ele vai usar? (Daniel, vizinho brasileiro do Grajaú, fiscal de caixa, viveu 13 anos no bairro).

Nota-se que mesmo o vizinho do Grajaú, que argumentou a favor do uso incondicional dos serviços de saúde pelos imigrados, amparando-se na Constituição Federal, não defendeu que eles poderiam ter acesso aos programas de habitação. Vivem-se momentos de crise econômica (2015-6) e comentou-se na mídia que o Programa Minha Casa, Minha Vida sofreria cortes em 2015. Outro motivo é que esse entrevistado relatou estudar enfermagem, o que talvez o torne mais sensível à questão da saúde. De todo modo, ele argumenta que deve se dar prioridade aos brasileiros no Programa Minha Casa, Minha Vida, deixando os bolivianos com as vagas restantes, se houver.

De jeito nenhum [os bolivianos não devem ter acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida, como qualquer brasileiro]. Tem que dar moradia pros brasileiros que tão aqui. Tem muito brasileiro aí que não tem casa pra morar e boliviano morando bem aí, com emprego bom. Entendeu. Tem que dar preferência pros brasileiros que estão aqui, que são brasileiros. (Josefa, vizinha brasileira do Brás, há 7 meses no bairro)

Essa vizinha brasileira segue a mesma linha e se mostra totalmente contrária, seguindo a mesma posição que defendeu em relação aos serviços de saúde. No entanto, ela é incondicionalmente contrária à presença desses imigrados no Programa, mesmo que restassem vagas.

Sim [os bolivianos devem ter acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida, como qualquer brasileiro], desde que fosse em um lugar distante. Como eu acho também pra brasileiro, entendeu. (...) Então, eu acho que deveria de ter, já que você quer ficar no país, existir uma colônia. Cheia de lugares que existe por aí, vai lá, põe lá. E dá acesso, tudo. E não de repente vir e invadir. (Roberta, vizinha brasileira do bairro do Brás, mora há 30 anos no bairro, aposentada)

Já essa vizinha adota uma atitude curiosa. Ela é a favor de que os bolivianos possam participar desse Programa Federal, desde que eles sejam feitos em terrenos distantes. Percebe-

se claramente uma atitude segregacionista em seu discurso. Ela não se importa que o Estado financie a habitação dos bolivianos, desde que os retire do bairro do Brás, onde ela mora, e os mude para um lugar distante. Ela é a favor de uma “colônia” distante de imigrantes, o que pode até ser entendido como um gueto, no limite. É sabido, no entanto, que a segregação apenas faria aumentar a discriminação em relação aos imigrantes e, por isso, está longe de ser uma solução, apenas agravando o problema.

Discordo parcialmente [que os bolivianos devem ter acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida, como qualquer brasileiro]. Tipo, se ele tiver legalizado e pagando os impostos também, por que não? Ele contribui. (Sílvia, vizinho brasileiro, morador do Brás, estudante).

Por fim, esse vizinho mostrou-se indiferente em relação aos bolivianos participarem do Minha Casa, Minha Vida, concordando com isso desde que eles paguem impostos.

Portanto, pode-se dizer que os vizinhos são mais favoráveis aos bolivianos participarem dos programas de saúde do que dos de moradia, principalmente por questões de humanidade. Entre os vizinhos, os que estão em regiões com maior concentração de bolivianos colocam mais ressalvas na participação deles nos serviços de saúde. Já na questão da habitação, corre-se o risco de o discurso a favor dos imigrantes poderem ter uma “colônia” sua financiada pelo governo conter um germe segregacionista, que mais criaria um problema maior do que ofereceria uma solução.

5.5. A participação dos bolivianos em movimentos sociais

A questão da luta por direitos em movimentos sociais nos revelou que a maior parte dos imigrantes não participa desses movimentos, pois estão preocupados em trabalhar e construir alguma melhoria de vida individual:

Tem pessoas que não participam porque elas trabalham muito. Não tem condições. Aí ao mesmo tempo você se sente mais

responsável por participar. A pessoa que estaria trabalhando não tem condições. (Sarah, Boliviana, há 26 anos no país)

No entanto, observou-se que muitos deles participaram de uma marcha contra a morte do menino Bryan, uma criança boliviana que foi assassinada a tiros em um assalto na capital de São Paulo. Esse evento levou muitos bolivianos a irem às ruas e foi um evento traumático para a comunidade como um todo, pois muitos entrevistados recordaram-se dessa marcha. Três entrevistados mencionaram a participação na caminhada que houve de repúdio ao ocorrido.

Além disso, outro fator que intimida a participação dos estrangeiros em movimentos sociais e manifestações políticas é o próprio Estatuto do Estrangeiro, herança legislativa dos tempos de ditadura militar no país. O artigo 107 da lei 6.815/80 afirma o seguinte:

“Art. 107. O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado: [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

I - organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem;

II - exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a idéias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas de qualquer país;

III - organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo.”

Essa lei vai ao sentido de criminalizar a participação dos estrangeiros em manifestações políticas. Mesmo os estrangeiros já regularizados, se enquadrados por essa lei, podem sofrer a seguinte sanção:

“ Art. 125. Constitui infração, sujeitando o infrator às penas aqui cominadas: [\(Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81\)](#)

(...) XI - infringir o disposto no artigo 106 ou 107:

Pena: detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e expulsão.”

Não é demais recordar que, segundo o art. 12, inc. 2b da Constituição Federal, o estrangeiro residente no país somente será naturalizado após a permanência de 15 anos ininterruptos no país, sem condenação penal e desde que requeira a nacionalidade brasileira. Até se atingir esses requisitos, ele não terá nenhum direito político, como o direito ao voto, por exemplo. E como se viu, também não poderá participar de nenhuma manifestação.

Portanto, os bolivianos mais engajados nesses movimentos são aqueles com maior tempo de permanência no país, ou ainda aqueles de 2ª geração. Os demais preferem não participar, temendo retaliações.

Em nossa pesquisa, apenas duas entrevistadas afirmaram participar de movimentos de luta por direitos dos imigrantes, como saúde e habitação. Uma boliviana de 2ª geração afirmou que sua mãe (há 18 anos no país) participa de uma associação de luta por moradia:

Seria uma associação. Eu não sei o nome (...). Quem participa nesse momento é minha mãe. Mas é uma associação onde ela, você compra o terreno, eles conseguem um terreno e eles disponibilizam lotes. Aí você vai pagando cada mês. Mas não é nada do governo, governo. É assim da própria associação mesmo, porque eles vão atrás e tudo mais, consegue um lote. E aí você fala, “o espaço é tanto, o valor vai ser tanto, você quer?”. Não sei, aí você vai pagando, vai pagando todo mês. (Valéria, brasileira, filha de pais bolivianos que estão há 18 anos no país, vive no bairro do Imirm).

Essa associação descrita pela entrevistada está menos ligada a uma pressão para que o governo ofereça moradia, do que em buscar uma solução imediata para a questão, por meio do oferecimento de lotes. Não se sabe, entretanto, se esses lotes são regulares ou não (se são fruto de invasão de um terreno, de usucapião, se está em áreas de risco etc.).

Outra entrevistada (há 26 anos no país) afirmou participar de movimentos mais diretamente ligados à questão dos imigrantes em São Paulo, como a *Associação Kantuta* (responsável por cuidar da Praça Kantuta, ponto de encontro e lazer dos bolivianos aos domingos), *Marcha dos Imigrantes* (marcha anual que luta pela igualdade dos imigrantes, reivindicando a elaboração de um novo Estatuto do Estrangeiro e o direito ao voto para os estrangeiros, por exemplo), *Conferência Comigrar* (que tem como objetivo elaborar políticas públicas e diretrizes na área das migrações e do refúgio) e o *Projeto Social “Sí, Yo Puedo”*.

Um projeto social, sediado na Praça Kantuta, tem como objetivo formar jovens bolivianos de segunda-geração, para que consigam entrar em uma Escola Técnica Estadual (ETEC), passar em um vestibular e conseguir um emprego. Esse projeto vem ajudando filhos de bolivianos a diversificarem sua atuação profissional. São oferecidas aulas de disciplinas do ensino médio para preparar esses jovens que têm esses objetivos.

Mas o projeto não é restrito a jovens, também tem como alvo costureiras bolivianas que queiram encontrar melhores condições de trabalho:

Uma outra senhora também. Essa é bem legal também, que eu trouxe, ela está trabalhando de modelista, agora já com cinquenta e poucos anos, ela teve a curiosidade de trabalhar fora. Ela veio pro curso mais como uma coisa nova para se fazer. Porque os filhos dela já são adultos. Então, ela trabalhava em casa mesmo. Mas aí, depois do curso, ela conseguiu um emprego de costureira, registrado, bonitinho e agora ela está super feliz. (Patrícia, boliviana, fundadora de um projeto social).

Assim, há bolivianos participando de iniciativas que buscam alterar o contexto macroestrutural dos estrangeiros em São Paulo (direito pleno ao voto, mudança no Estatuto do Estrangeiro, elaboração de Políticas Públicas e Diretrizes Nacionais) e aqueles voltados a mudar o contexto micro (inserção em escolas técnicas, preparação para o vestibular, requalificação profissional etc.). Por fim, existem as associações folclóricas, que são movimentos culturais e visam manter viva a tradição e as danças bolivianas em São Paulo (cf. FERNANDEZ, 2015).

6. AS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE COM A VIZINHANÇA

Este capítulo tem por objetivo refletir sobre as relações de sociabilidade dos bolivianos com a sua vizinhança nos bairros estudados. Em um primeiro momento discute-se a importância das redes sociais, principalmente para o imigrante recém-chegado. Também se discutem alguns tipos de migrações que existe entre a Bolívia e o Brasil, destacando-se as redes de informações existentes entre imigrados e não imigrados.

Então, aborda-se a questão de como o boliviano procura se afastar dos estigmas associados ao seu grupo, assumindo o ponto de vista dos brasileiros como forma de se integrar na sociedade receptora (e repetindo os preconceitos contra sua própria origem).

O território boliviano, no caso identificado como o Brás, revela-se então como um entrave para a integração desses imigrados à sociedade receptora, o que os leva a buscar os bairros periféricos, como o Grajaú. Também se abordam as especificidades da discriminação contra os bolivianos nos bairros centrais, com destaque para a impessoalidade, os estereótipos e a tolerância negativa.

Por fim, analisa-se especificamente a difícil sociabilidade existente entre brasileiros e bolivianos nos bairros estudados, apresentando a perspectiva de vizinhos e comerciantes brasileiros, por um lado, e dos próprios imigrados bolivianos, por outro, em diferentes temáticas: concorrência, festas e diferenças culturais. Discute-se aí também a questão teórica que envolve estes assuntos.

6.1. A importância das redes sociais

A imigração de bolivianos para São Paulo tem duas características. A primeira é que alguns bolivianos vêm para São Paulo sazonalmente, na época de aquecimento da economia

no ramo da costura (geralmente entre outubro e dezembro) (FERNANDEZ, 2015). Esse primeiro tipo de migração pode ser chamado de “circulares”: “quando o indivíduo se desloca a um mercado por um determinado intervalo de tempo definido, ao cabo do qual ele retorna a sua origem” (TILLY, 1978 apud TRUZZI, 2011, p. 20).

A segunda característica é a daqueles imigrantes que migram após obterem informações de parentes ou conterrâneos já imigrados. Esse tipo de migração é denominado “migração em cadeia”: “que envolve o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino.” (TILLY, 1978 apud TRUZZI, 2011, p. 20).

Uma emigração *circular* pode, ao longo do seu desenvolvimento, ganhar características de cadeia. No caso desta, é importante a participação de parentes e conterrâneos como “agentes de propaganda” que intermediam uma corrente de informações entre a sociedade de emigração e a de destino.

Os conceitos de “redes” e “cadeias” migratórias procuram dar conta de uma realidade na qual, cada vez mais, os imigrantes só se decidiam pela imigração após terem obtido informações prévias das oportunidades e dificuldades enfrentadas na sociedade de destino. Assim, são conceitos que enfatizam “o papel ativo dos emigrados, já partidos, na sociedade de origem”. (TRUZZI, 2011, p. 23).

Este conceito destaca as relações de compadrio e a importância das informações para os fluxos migratórios. Aborda mais o microcosmo, analisando as estratégias familiares que engendram as migrações contemporâneas.

Há uma controvérsia no que se refere à maneira pela qual esta informação se dissemina. Alguns autores dizem que é pelo critério da proximidade (vizinhança). Outros afirmam que são os laços sociais fortes os principais canais de informação, no sentido de que o imigrante procuraria informações com alguém de confiança, independentemente de sua proximidade ou não. De um lado, a informação se disseminaria como uma epidemia e, de outro, com base em relações de confiança.

Uma entrevistada nos dá um exemplo de como funciona a “migração em cadeia”, segundo a qual a informação passa de parente a parente, seja pelo critério de proximidade (os parentes costumam estar próximos), seja pelo de confiança (costuma-se confiar nos parentes, pois os conhecemos melhor):

*É assim, tendo a confiança de que tem uma pessoa lá, e vai vindo. Eu vim com meu esposo. Meu esposo veio pela irmã. A irmã dele veio porque a tia dela veio. Não é que a gente vem a deriva, assim, “ah, eu vou no Brasil e ver o que acontece comigo”, não. E isso que, uma brasileira falou assim pra mim: “vocês bolivianos vêm porque sabem que aqui vão ser bem recebidos.” “Não, a gente não vem porque a gente sabe que os brasileiros vão receber bem a gente.” **A gente vem porque tem um boliviano que vai dar casa pra gente.** Senão a gente não viria, porque a gente tem medo, não fala português, não fala nada. **Então, um boliviano trás o outro. E essa é a cadeia de migração.** Aqui não é os Estados Unidos para falar: “oh, eu vou reunir o meu dinheiro e vou para os Estados Unidos e vou ver no que dá.” Não é assim. É diferente. (Maria, Boliviana, modelista, há 15 anos no país, moradora do Brás).*

A entrevistada afirma que a imigração para o Brasil é diferente da que se dá para os Estados Unidos. Para este não seria necessário conhecer conterrâneos já imigrados e seria possível uma motivação mais “aventureira”, enquanto para o Brasil seria arriscado imigrar sem conhecer ninguém. Isso revela que em sua imaginação o imigrante nos Estados Unidos não precisaria recorrer às redes sociais para encontrar oportunidades de trabalho – o que, no entanto, é um palpite um tanto arriscado e que pode estar bem longe da realidade. Além disso, Maria destaca que os bolivianos trazem um ao outro, por meio de relações de confiança e proximidade. Essa confiança é necessária para que o imigrante se sinta seguro de encontrar uma moradia e um emprego no momento em que chega ao país, do contrário estaria à deriva:

*Em verdade, se você tem alguém, alguma pessoa conhecida, alguém da família que já mora aqui no Brasil há mais tempo, você pode ter informação de fazer tudo legal e de fazer tudo direito. **Mas se você chega e você não tem onde morar, não conhece ninguém, não tem a comida, então você vai procurar gente de seu país.** Então, procura nas colônias bolivianas, onde tem um monte que precisa de costureiro, precisa de trabalhador. **Então oferecem pra você pagar, “eu vou pagar por terminar essa peça, por fazer essa peça, um real, ou cinquenta centavos de real”.** Porque você precisa onde morar e precisa que comer, então você vai ficar aí no trabalho, vai aceitar a*

proposta, mesmo que fossem dez centavos por peça, a necessidade obriga pra você ficar trabalhando. E você não conhece ninguém. Então por isso você termina fazendo o que eles querem. E eles terminam explorando o próprio compatriota boliviano. É assim que acontece. A realidade. (Estela, Boliviana, Médica, há 3 anos no país, Brás)

Segundo essa entrevistada, a migração “em cadeia” é importantíssima para que o imigrante se encontre em uma posição menos vulnerável no país de destino. Se ele imigra tendo um lugar seguro onde ficar, ele terá informações de como se legalizar e, portanto, terá mais acesso a serviços sociais e oportunidades de trabalho. Do contrário, se esse imigrante chega sem conhecer um parente ou outro conterrâneo, ele se vê em posição de maior vulnerabilidade. Vê-se impelido a buscar a colônia de bolivianos no país e a aceitar condições degradantes de trabalho, pois está necessitado de um trabalho e uma moradia. Assim, acaba sendo explorado pelo próprio compatriota.

Daí a ambiguidade das redes sociais de bolivianos: por um lado ela serve de ponto de apoio ao imigrante boliviano, desde que venha de um conhecido confiável, o que nem sempre é o caso:

Dois meses. É... Foi a tia de meu marido que trouxe a gente pra Brasil. E ela que falou que ia nos dar um quarto para morar meu marido e eu. E não falou que íamos a compartilhar no porão com outras pessoas. Quando a gente chegou aqui, já foi diferente. (Laura, Boliviana, trabalha com marmitas, há 15 anos no país, moradora do Pari).

Por outro lado, ela acaba levando a situações de exploração como a mencionada acima, em que um casal acaba tendo que dormir em um porão com outros desconhecidos, sendo que lhes haviam prometido um quarto privativo. A pessoa que lhes enganou, no caso, foi a tia do marido, o que mostra que nem sempre as relações familiares podem ser confiáveis.

Assim, muito embora o território de bolivianos sirva de apoio ao recém-chegado, nem sempre isso é verdade, pois ele pode significar também um entrave à integração desses imigrados à sociedade receptora, levando alguns deles, inclusive, a preferir residir em bairros

onde não há grande concentração de compatriotas (como será aprofundado nos próximos tópicos).

6.2. Evitando os estigmas associados aos bolivianos: uma alternativa de integração à sociedade receptora

Ao longo da pesquisa de campo foi possível perceber uma disputa dos bolivianos com os peruanos. Segundo um entrevistado, eles fariam baderna nos restaurantes, roubariam celulares e seriam malandros, enquanto os bolivianos seriam mais ingênuos e trabalhadores. Também se constatou que há frequentes desentendimentos entre bolivianos e coreanos; e entre bolivianos e paraguaios.

Entretanto, o fato que mais chamou atenção é o de que alguns bolivianos evitam o contato com seus próprios compatriotas, atribuindo-lhes qualidades negativas, afirmando que o boliviano não ajuda o outro boliviano que está necessitado, que o boliviano bebe muito e, por isso, preferem viver em bairros onde existam menos bolivianos. Fazem isso para não serem mal vistos pelos brasileiros, pois, segundo esses entrevistados, o mau comportamento de alguns bolivianos é generalizado aos olhos dos brasileiros, sendo eles (indivíduos bolivianos) também punidos pelas atitudes de uns quantos bolivianos.

A literatura já tratou sobre o assunto. Segundo BAENINGER & SIMAI (2010), os grupos estigmatizados internalizam o preconceito contra si mesmos e adotam o posicionamento do grupo dominante. Ainda segundo as autoras, de um ponto de vista psicológico, este fenômeno seria um caso de “auto-ódio”. A sua hipótese é a de que os imigrantes “podem sofrer de complexo de inferioridade tanto individual como coletivo” (BAENINGER & SIMAI, 2010, p. 18).

Portanto, “quanto mais poderoso o grupo a que se pertença, maior será o favoritismo intragrupo, ao passo que aqueles que pertencem aos grupos de menor poder demonstram mais tendências ao favoritismo fora do grupo.” (BAENINGER & SIMAI, 2010, p. 18). Exemplo

desse “favoritismo fora do grupo” pode ser encontrado na seguinte fala de um boliviano entrevistado:

Francamente, eu não gosto deles [dos bolivianos]. (...) Porque muitas vezes eles abusam da boa vontade dos brasileiros. E por esse motivo os brasileiros não gostam de ajudar eles. Por isso que eles falam mal deles. Eles abusaram. Os brasileiros deram uma mão e os bolivianos pegaram a mão inteira. E tem certas coisas que eu não gosto. Eu mesmo brigo com eles. Às vezes até um preconceito contra mim, eu falo “ah, esses bolivianos”. Eu sendo boliviano, eu tenho vergonha. (Jairo, Boliviano, estudante universitário, professor de informática e dono de uma oficina de costura).

Para ELIAS & SCOTSON (2000), esse sentimento de inferioridade provém da diferença de poder na relação *estabelecidos-outsiders*; e decorre da estigmatização de um grupo em relação ao outro. Para justificar a inferioridade do grupo dos *outsiders*, os estabelecidos apontam para os seus “piores” membros como exemplo (no caso, os bolivianos que bebem, por exemplo). Enquanto isso, a imagem que se faz dos “estabelecidos” é sempre construída pelo exemplo dos seus “melhores” membros.

Assim, esse fenômeno também pode ser visto como um processo de “*endofobia*, quando há rejeição às pessoas do grupo a que pertence, revelando um desejo de integração à sociedade receptora e indicando uma estratégia de fuga da discriminação.” (FERNANDEZ, 2015, p. 168, grifos nossos).

Mais um exemplo dessa tendência está na fala desse imigrante entrevistado:

Não [não é melhor viver em um bairro onde já vivam outros compatriotas], porque é muito (...), sabe, o boliviano [é] muito mal visto. Por fato de que um faz alguma coisa e apaga todo mundo já. Melhor um pouco ter distância. (Valdir, Boliviano, prepara e vende comida, morador do Jardim Belcito, no Grajaú).

Esse “favoritismo fora do grupo” é tão forte, que leva os bolivianos até mesmo a omitirem informações a seus compatriotas relativas a como dar início a um empreendimento. Assim, eles se veem impelidos a pedir tais informações aos brasileiros:

*Entre eles há rivalidades também. Porque agora tem um comércio ali na frente que eles tão montando. Aí eu falei pra uma moça [boliviana]. Ela veio pedir umas informações. Nossa, mas porque você não pede pro seu povo? Ah, mas porque eles não dão. Então, há uma rivalidade entre eles. Cada um quer subir mais rápido do que o outro também. Eu sinto isso também. Quando um monta uma coisa, o outro também... Ninguém quer dar uma informação. E nós brasileiros já somos unidos. Nessa parte... Um ajuda ao outro. Há uma união. Então, da parte deles eu acho que há uma certa desunião. Cada um quer crescer e quer construir o seu. **Então, eu acho que eles são um povo desunido. Por isso que há essa guerra de brigas. Que se eles fossem um povo unido, eles não se matavam entre eles.** Então, há um pouco disso, eu acho que há essa rivalidade. (Denise, comerciante brasileira no Brás)*

Desse relato se pode inferir que os bolivianos formam um grupo desarticulado, que concorre entre si, ao invés de se unirem em prol de seus interesses. Essa discórdia dentro do grupo perpetua a sua posição de *outsiders* e os leva a buscar soluções individuais de integração na sociedade receptora, por meio do afastamento dos estigmas relacionados aos bolivianos e do apoio irrestrito dado aos brasileiros. Segundo Galetti (1995), os bolivianos ainda não criaram “uma consciência de participação e cooperação, que garanta a todos uma condição de vida mais digna” (GALETTI, 1995, p. 142), como já ocorreu com os coreanos, por exemplo, ainda segundo a mesma autora.

A fala abaixo é mais um exemplo do “favoritismo fora do grupo”:

Pesquisador: *“É melhor viver em um bairro onde já vivam outros compatriotas bolivianos?”*

Entrevistada: *“Melhor, em vezes. Mas eu quisera morar donde não existam bolivianos (risos) [sintomático da rejeição para com o próprio grupo, apesar das vantagens que advém em usufruir das redes sociais existentes].”*

Pesquisador: “Você concorda totalmente, concorda parcialmente, é indiferente, discorda parcialmente ou discorda totalmente dessa afirmação?”

Entrevistada: “Qual é a (...). Parcialmente, né. Não concordo totalmente, parcialmente, é.”

Pesquisador: “Por que que você escolheu parcialmente, e não totalmente?”

Entrevistada: “Porque não totalmente. Há momentos em que, assim, bolivianos, há momentos em que não tem esse apoio. Quando a gente passa dificuldades, eles não estão aí. Então, yo não concordo muito de morar assim. Eu mais recebi ajuda de gente, assim, aqui, de brasileiros [mais uma vez a preferência pelos membros da sociedade receptora]. Brasileiros sempre me acolheram. Quando a gente teve problemas. Passei por muitas dificuldades. Eles sempre estavam ao meu lado. Mas boliviano, olha que você está passando dificuldades e dão a volta. Não es tanto assim com boliviano. **Nem tudo são, mas tem boliviano também que sente de você, que eles apoiam. Mas a outra parte não são assim. Que nem tudo somos de la Bolívia, são Santa Cruz, Cochabamba, diferentes lugares. De caráter e pensamento, nem todos são iguais. Então eu (...) parcialmente.**”

(Andréia, Boliviana, moradora do Brás, camelô e costureira, há 07 anos no país).

Nota-se que no início a boliviana afirma ser às vezes melhor viver onde já vivam outros compatriotas bolivianos, por causa da facilidade das redes sociais, mas depois ela pondera que preferiria morar onde não existam outros bolivianos, que é o caso dos bairros periféricos, como o Grajaú, estudado nesta dissertação.

É interessante notar que ela ressalta as diferenças regionais entre os bolivianos, segundo a cidade/província de origem, motivo pela qual há disputas internas entre eles. Essas disputas internas são tão fortes que, quando os bolivianos jogam futebol entre si, faz-se impraticável disputar a partida se o árbitro também for um boliviano, pois sua autoridade

sempre será questionada pelos jogadores. No entanto, quando o árbitro é um brasileiro, a situação é bem diferente:

Entrevistado: “Há quatro anos, conheci eles [os bolivianos], devido a amigos, foram conhecendo, eles precisavam de arbitragem, eles tentavam brasileiros e não conseguiam, até que eu me encaixei. Em 2011, eu comecei a arbitrar aqui. E aí, antes era 20, 30 times que tinha aqui. Agora se vê, tem 10, 12 times só. E há quatro anos eu faço esse projeto com eles. Que eles têm um problema entre eles, assim, eu vou dizer, questão do futebol. **Se tem um boliviano apitando contra eles, com eles, o que que acontece. Por falar o mesmo idioma, tudo, por mais que o rapaz apite direito, eles questionam tudo. E o brasileiro não, sê vê lá, eu apito, eles nem “tum”, acabou, morre o assunto ali.** Eles não ficam debatendo por eu não falar a língua deles, entendeu. Então, eles têm esse problema com eles, se [supondo que] ele conhece você, você é boliviano; e eu sou boliviano e estou apitando, então dou motivo [para discórdia]; é igual brasileiro com brasileiro. Se você é brasileiro e você está apitando jogo de brasileiro, vai reclamar, vai xingar, vai fazer isso, vai fazer aquilo, coisa que eles já não fazem comigo. Eles andam na linha, porque quando [eles] começam a falar [com] o tom alto de voz, [eu] já abaixa a voz e eles abaixam, entendeu?” (Daniel, brasileiro, árbitro de futebol dos jogos entre times bolivianos).

O entrevistado, por ser brasileiro, tem uma visão imparcial do jogo, o que o torna um parâmetro aceitável para decidir as disputas entre os times de bolivianos. O árbitro brasileiro (que no caso é o estrangeiro) tem, segundo SIMMEL (1983), uma visão mais objetiva do entorno. Os bolivianos já estão habituados com seus costumes e não podem perceber o motivo das disputas, já um árbitro brasileiro pode vê-los com mais objetividade. Os próprios bolivianos reconhecem isso e esse é o motivo pelo qual se dedicaram a procurar por esse árbitro com todo cuidado. Como afirma o autor:

A objetividade do estrangeiro é outra expressão desta constelação. O estrangeiro não está submetido a componentes nem a tendências peculiares do grupo e, em consequência disso, aproxima-se com a atitude específica de “objetividade”. Mas objetividade não envolve simplesmente passividade e afastamento; é uma estrutura particular composta de distância e

proximidade, indiferença e envolvimento. Refiro-me à discussão (no capítulo “Superordenação e Subordinação”) sobre as posições dominantes da pessoa que é um estrangeiro no grupo; **seu exemplo mais típico encontra-se na prática daquelas cidades italianas de requisitar seus juízes de fora, porque nenhum natural da cidade estava livre do enredamento dos interesses familiares e partidários.** (SIMMEL, 1983, p. 184; grifos nossos).

Portanto, o favorecimento dos bolivianos pelo grupo de fora está ligado a estes três fenômenos: um sentimento de inferioridade decorrente da posição desses imigrados como *outsiders*, a rivalidade existente entre os próprios bolivianos (estimuladas pelas diferenças regionais) e a objetividade que o brasileiro tem face à heterogeneidade constituinte desse grupo de imigrantes. Aos bolivianos é possível confiar segredos ao brasileiro (o estrangeiro no caso), segredos esses que devem ser guardados de pessoas mais chegadas (SIMMEL, 1983).

As diferenças entre os bolivianos são motivo de discórdia, mas quando se recorre a um brasileiro, há respeito e imparcialidade – também pela posição dominante que o brasileiro representa. Assim, os bolivianos procuram se aproximar dos brasileiros e se afastar dos bolivianos, como uma forma de obter uma integração na sociedade, mas uma inserção individual e não de todo o grupo (que mais compete entre si do que coopera).

6.3. A escolha das periferias como uma forma de se afastar dos estigmas dos quais os bolivianos são alvo no centro

Enquanto alguns bolivianos preferem viver em um bairro onde já morem compatriotas (por conta das facilidades que as “redes sociais” propiciam), outros tantos procuram distância destes mesmos bairros, ou seja, preferem viver ali onde não existam outros bolivianos. A generalização dos estigmas associados a esses imigrados é, segundo os entrevistados, maior nos bairros com maior concentração de bolivianos. Ou seja, nos bairros centrais. Nesses bairros, a impessoalidade faz com que um boliviano sofra mais com os estereótipos do que em bairros da periferia. Na periferia do Grajaú, segundo um casal entrevistado, prevalecem as relações pessoais, mais cordiais:

Pesquisador: “Tá certo. Quais são as vantagens que você acha daqui [do bairro Jardim Belcito, no Grajaú]?”

Marido da entrevistada: “A tranquilidade.”

Entrevistada: “Minha tranquilidade, meu sossego, que eu tenho aqui no bairro, que é ali no Jardim Belcito. É, né, onde a gente mora, porque no centro você acha muita discriminação, porque (...)”

Marido da entrevistada: “pra nós estrangeiros.”

Entrevistada: “Porque tem muito boliviano e o brasileiro já está enjoado de nós, né, está. Então, quando você chega lá no centro, você pede assim pra emprestar uma caneta, pede um favor, ninguém faz logo pra você. Aqui, você vai, você entra e ele para [o que está fazendo para] te indicar onde fica o endereço que você está procurando. A coisa que você está a fazer, ele para de fazer suas coisas para te ajudar.” (Tamires, boliviana, moradora do Grajaú).

A entrevistada afirma que no centro encontra indiferença e discriminação, enquanto nesse bairro da periferia há mais pessoalidade nas relações – ou seja, reconhecimento de sua singularidade – e mais tranquilidade. Os bolivianos não são discriminados porque não são conhecidos por seus estereótipos, mas pelas pessoas que são, ou seja, por sua singularidade. Uma das faces mais perversas do preconceito é anular a individualidade de uma pessoa e vê-la apenas segundo o grupo ou etnia a que ela pertença. Assim, o preconceito suprime toda singularidade do sujeito, o impedindo de ser criador de si mesmo:

“[...] a lógica da singularidade pura remete a pessoas desvinculadas de toda pertinência coletiva. O único fato tangível, desde então, é a produção de si, a construção de si como ser capaz de criar, de expressar, e, assim, de construir-se como ator individual da cultura – o artista, aquele que faz trabalhar seu corpo, o esportista etc. Para compreender essa pessoa, o ponto de vista do sujeito singular é o mais útil, o mais determinante.” (WIEVIORKA, 2006, p. 158).

Ao ver as pessoas pelo grupo ao qual pertence, deixa-se de ver a sua singularidade. É isso que ocorre com os bolivianos nos bairros centrais. Além disso, eles sofrem com os estereótipos. O estereótipo “nasce de uma caracterização grosseira, rápida e indiscriminada do grupo estranho; este é dito em poucas palavras, é reduzido a poucas qualidades que são ditas como essenciais.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 13).

Sendo reduzidos a poucas qualidades ditas como essenciais, os bolivianos acabam não podendo demonstrar sua singularidade nos bairros centrais, o que os leva a buscar os bairros periféricos, onde a interação com os brasileiros ocorreria com menos estereótipos.

Residir na periferia, além disso, é um fator que facilita a integração dos bolivianos com a sociedade receptora, pois aumenta a sociabilidade com os brasileiros. Esse mesmo fenômeno também já foi notado por estudiosos da migração em outros países:

Os autores [Albert e Nee] mostram, por exemplo, como, ao longo do tempo, a decisão de passar a residir em zonas mais afastadas do centro da cidade, favoreceu o relacionamento, como vizinhos, de grupos de origens étnicas e raciais diversas e, por consequência, a assimilação. (TRUZZI, 2012, p. 548).

As relações sociais no Grajaú são mais pessoais, o que faz com que o sentimento de pertinência seja maior entre os bolivianos que ali vivem do que aqueles que vivem no Brás. Há a percepção de que o bairro é tranquilo e de que se está distante das festas promovidas por bolivianos, que é a principal causa de sua imagem negativa no Brás. A relação com a vizinhança também é menos conflituosa.

Nas periferias, ao contrário do que ocorre no centro, os bolivianos estão dispersos e cercados de menos compatriotas e terminam por interagir mais com vizinhos “de origens étnicas e raciais diversas”. Já no centro, por haver maior concentração de compatriotas, existe a tendência de que eles se “acomodem” e se enclausurem na sociabilidade somente com os próprios bolivianos. Termina-se por ficar na “zona de conforto” e por se fazer uma “celebração do gueto” (SENNET, 1988):

Aquilo que precisamente se perde com essa celebração [do gueto] é a ideia de que as pessoas só podem crescer através de processos de encontro com o desconhecido. Coisas e pessoas que são estranhas podem perturbar ideias familiares e verdades estabelecidas; o terreno não familiar tem uma função positiva na vida de um ser humano. Essa função é a de acostumar o ser humano a correr riscos, [...] [a] enriquecer as suas percepções, a sua experiência, e de aprender a mais valiosa de todas as lições humanas: a habilidade para colocar em questão as condições já estabelecidas de sua vida. (SENNET, 1988, p. 359-60).

Nesse sentido, um ambiente onde há menos conformidade social e maior heterogeneidade é um estímulo para que se saia da “zona de conforto” e se questione essa “celebração do gueto”. Esse ambiente, ao que indica, seria formado pelas periferias, mais do que pelos bairros centrais.

No entanto, uma entrevistada relatou ter sido a única boliviana a morar em um bairro da periferia e não ter gostado da experiência, uma vez que os habitantes do bairro a viam como alguém “exótico”. Ela afirma preferir viver nos bairros centrais, onde pelo menos a diferença de fenótipo dos bolivianos já não causam surpresa e estranhamento aos habitantes, como afirmou a própria entrevistada:

*Porque acho que o brasileiro já acostumou um pouco com a fisionomia do boliviano [no centro]. Tem um pouquinho mais de (...). Não liga muito mais. **Quando você está um pouco longe, que eu morei também em bairro longe, você parece que chegou, sei lá, um fenômeno lá.** (...) Na Cidade Líder, perto do Parque do Carmo. (...) Não, que eu nunca mais voltei. Eu morei lá faz uns 10 anos. E foi pouco tempo também. **Tanto que eu era a única boliviana lá.** (...) Era oficina de costura de um brasileiro. A gente foi morar na garagem dele. Então, faz muito tempo lá. Mas, assim, **dava para ver a gente se preocupando quando um estrangeiro está perto. Tanto que os vizinhos daquela minha patroa brasileira vinham a todo tempo fazer pesquisa do colégio, querer saber de nossa vida, que nem quando você vai num circo e quer que os palhaços se mexam, vem a escutar o jeito de falar castelhano, um sotaque engraçado e é uma coisa que a mim me incomodou muito.** Que nessa oportunidade eu não sabia falar um piu de português. E era muito difícil pra mim. Muito. (Maria, Boliviana, modelista, há 15 anos no país, moradora do Brás).*

Já quando viveu nas periferias essa boliviana se sentiu muito diferente, o que a incomodou muito mais do que sofrer com os estereótipos e a indiferença do centro da cidade. Retomando a discussão do capítulo 3, o centro da cidade parece ter mais a característica da metrópole, onde os habitantes adotam a solidão, a reserva e a “atitude *blasé*” (SIMMEL, 1976) como formas de se preservar frente às diferenças. Com tantos *estímulos nervosos* e diferenças culturais e sociais pululando, os indivíduos se veem obrigados a preservar a sua personalidade por meio da reserva (SIMMEL, 1976).

A justificação de personalidades e modos de vida divergentes tende a produzir uma perspectiva relativista e um **senso de tolerância de diferenças** que poderão ser encaradas como pré-requisitos para a racionalidade e que conduzem à secularização da vida. (WIRTH, 1976, p. 103-104, grifo nosso).

Esse senso de tolerância (que é ambíguo, pois pode se configurar em uma “tolerância negativa”) e preservação da personalidade por meio da reserva parecem estar mais presentes no centro da cidade, onde Maria afirma se sentir menos incomodada com a intromissão e curiosidade dos demais habitantes em sua vida.

Assim, para Maria, é preferível viver em um ambiente de “tolerância negativa”, onde “os indivíduos são impelidos a retrain-se perante o confronto directo das suas diferenças com os outros” (FORTUNA & SILVA, 2005, p. 454).

No entanto, esse retraimento perante as diferenças leva os indivíduos a abdicarem de uma experiência potencialmente enriquecedora, e favorece o que se denominou de “celebração do gueto” (SENNET, 1988).

Como afirma Maria, ela prefere a segurança do conhecido a se aventurar por lugares desconhecidos:

Aqui [no centro], discriminada, não discriminada, já me conhecem e eu conheço a pessoa. Então, eu sei me defender [sabe se preservar perante as diferenças e os constrangimentos, efeito dos estereótipos], sei onde posso caminhar, onde não posso caminhar. Eu sei que na volta da minha casa tem boca de fumo. Eu sei que, sei lá, conheço os lugares ruins, conheço os lugares bons por onde caminhar. Se eu for em um outro bairro, pelo amor de Deus, eu não vou saber onde eu estou pisando. (Maria, Boliviana, modelista, há 15 anos no país, moradora do Brás).

Esse trecho mostra claramente como Maria prefere vivenciar a situação de tolerância negativa, sofrendo com os estereótipos do centro, a ter que se deparar com o desconhecido, onde talvez ela seja vista como alguém “exótica”, onde as pessoas possam lhe fazer perguntas ou demonstrar curiosidade por ela. Por um lado, ela se preserva com essa atitude, mas por outro acaba se privando de novas experiências por meio das quais poderia “colocar em questão as condições já estabelecidas de sua vida.” (SENNET, 1988, p. 360).

O centro é um lugar onde o preconceito que o boliviano sofre é mais impessoal, diferente da curiosidade que os vizinhos tinham por Maria quando ela era a única boliviana a residir na Cidade Líder (uma curiosidade mais pessoalizada):

*Aconteceu, que a gente quando passa pela rua, na rua, passa, eles falam: “ai, todos aqui bolivianos”. Eles devem de voltar a su terra [os brasileiros dizem], todos aqueles. **Então, eles não falam para você. Eles passam falando assim. Então, a gente não se sente mal, né.** Que está em algum lugar que não pode falar. Pegar a ela e falar: porque a gente está aqui, porque eu vim a trabalhar. Aí aqui mesmo em Bom Prato [restaurante popular]. Momento (...) vai comer a Bom Prato, para economizar. Então, o que falam aí. Entra brasileiro, “ai, aqui está cheio de bolivianos.”; “você tem sua terra, assim, que serve Bom Prato”, então, a gente escuta. **Eles não falam para você, olhando na sua cara, senão eles falam assim por falar.** A gente, eu já passei por muitas coisas assim. (Andréia, Boliviana, costureira e camelô, há 7 anos no país, moradora do Brás).*

Andréia, boliviana residente no Brás, afirma que a discriminação que sofre nas ruas é impessoal. As pessoas falam mal dos bolivianos generalizando, estereotipando, mas como ela afirma: “não falam para você, olhando na sua cara”. Depois ela afirma que “a gente não se sente mal”. De certa forma é um preconceito impessoal com o qual Andréia já se habituou a conviver e que não mais lhe afeta, uma vez que não é direcionado a ela como pessoa. Ela é capaz de continuar vivendo normalmente, apesar dessa discriminação. Isso, no entanto, não quer dizer que esse preconceito não incomode aos bolivianos, e que não desenvolvam formas de se defender, como afirma Maria:

*A maioria dos brasileiros pensa que os bolivianos não sabem falar o português, porque a gente fica quieta, fica calada, então eles começam a falar em português e bem na cara da gente. Ah, que o boliviano isso, o boliviano aquilo. Que porque não está em seu país e que são porcos, que são bêbados, que são baixinhos, que são estranhos, que são moreninhos, então ai você pega, vai pegando as coisas, vai escutando. Antigamente eu não entendia, como eu mal fala o português e aturava, aguentava, hoje em dia não. **Hoje em dia, quando eles estão começando, para eles não continuarem me magoando ou pra não chegar mais longe eu falo, “não, perai, que estou aqui, não faça isso que estou te entendendo, então me respeite.” Se você não gosta de algum boliviano, pode falar de***

algun estrangeiro, mas não fala “os bolivianos”. (Maria, Boliviana, modelista, há 15 anos no país, moradora do Brás).

Interessante notar como o mecanismo de defesa de Maria perante a discriminação impessoal é pedir que não generalize o preconceito, que não fale “dos bolivianos”, mas que fale de algum estrangeiro em particular, que pessoalize essa reclamação. Isso é um indicativo de que essa “tolerância negativa” pode sim incomodar aos bolivianos, demonstrando um desejo de ser reconhecido enquanto uma pessoa (por sua singularidade) e não por estereótipos. Esse incômodo é o principal motivo que os leva às periferias (no que se refere à dimensão da sociabilidade), pois ali são mais reconhecidos pelas pessoas que são do que pelos estereótipos.

Além disso, Maria se sente incomodada por conta dos brasileiros falarem mal dos bolivianos como se ela não estivesse ali, como se ela não fosse vista. Então, sua reação é contra-argumentar, demonstrando sua presença ali e fazendo valer sua singularidade.

O mecanismo de defesa de Maria é o de se personalizar, o de demonstrar a sua singularidade para aquele que profere a discriminação. Jairo, boliviano entrevistado, por outro lado, tem um mecanismo de defesa que vai ao sentido oposto:

Na rua sempre existe um preconceito. Prefiro evitar. Falam mal de mim. Finjo que não escuto e às vezes quando vêm brigar comigo eu finjo que não entendo português. Então, ficam na deles. (Jairo, Boliviano, estudante universitário, professor de informática e dono de uma oficina de costura).

Jairo prefere fingir que não é com ele e acaba reforçando a impessoalidade que é a principal característica do estereótipo. Maria afirmava que “A maioria dos brasileiros pensa que os bolivianos não sabem falar o português, porque a gente fica quieta, fica calada, então eles começam a falar em português e bem na cara da gente.”. Ora, essa é justamente a reação de Jairo perante a discriminação impessoal que ocorre nas ruas, o que, segundo Maria, apenas faria com que a discriminação se tornasse ainda mais impessoal e mais descarada, chegando ao ponto dos brasileiros proferirem desaforos na cara dos bolivianos, como se eles não estivessem ali.

Assim, para se desvincular dessa forma de discriminação que ocorre nas ruas, muitos bolivianos preferem viver em bairros onde não morem outros compatriotas, com os quais possam ser feitas associações que acabam por se constituir em estereótipos.

6.4. A difícil sociabilidade: notas sobre a convivência entre brasileiros e bolivianos nos bairros estudados

Nesse item pretende-se discutir a difícil sociabilidade entre brasileiros e bolivianos, adotando-se diferentes perspectivas, tanto a dos brasileiros, quanto a dos bolivianos:

É no interior de cada um dos grupos permanentes (vizinhos de bairro ou de prédio, colegas de escritório etc.), horizonte vivido de todas as experiências, que são percebidas e vividas, com todos os erros (principalmente de perspectiva), resultando do efeito da tela as oposições, em matérias de estilo de vida, sobretudo, que separam classes, etnias ou gerações diferentes. (BOURDIEU, 2012, p. 12).

Os conflitos entre vizinhos brasileiros e imigrantes bolivianos estão imbuídos de uma identidade social, ou seja, as relações individuais se dão por categorias como Nós e Eles, *Estabelecidos-Outsiders* (ELIAS & SCOTSON, 2000).

Os “Estabelecidos” conquistaram a muito custo o sonho da casa e, agora, veem o seu projeto sofrer com um processo de degradação e decadência. Custa a eles aceitar que terão de dividir a vizinhança com imigrantes bolivianos:

Que nem aqui [no bairro do Brás], tem um monte de, tem um senhor que tem “n” propriedades, aí ele só aluga pra boliviano. Por quê? Por eles pagam seis meses de caixa. Por quê? Sê alugou pra um casal, de repente ele loteia. E ele ganha em cima – o próprio boliviano – ganha em cima do patrício [caso dos sublocadores]. Mas pro proprietário, ele tá pouco se lixando, ele quer o dinheiro certo. Não, ele tá recebendo lá o aluguel dele, 4 mil reais, que são a maioria casas antigas e grandes. Ele recebe os 4 mil, mas o cara [o boliviano

*que aluga a casa do brasileiro e loteia para outros bolivianos] ganha 8 [mil reais] em cima dele. Porque sobrealuga. Então, isso eu acho errado. Mas aí, meu filho, hoje em dia quem quer ganhar né. Isso aí eu discordo. (...) Então, isso é difícil. Não existe controle de nada nesse país. **Por isso que tá desse jeito. Todo mundo, os antigos que moravam aqui saem fora, alugam pra eles e pronto. O pessoal quer o que hoje? Grana. Aí aluga e eles estão aí.** (Roberta, Vizinha brasileira do bairro do Brás, mora há 30 anos no bairro, aposentada)*

Como pode se notar na fala de Roberta, há um ressentimento em relação a seus vizinhos brasileiros, que só pensam em ganhar dinheiro e, por isso, decidem se mudar de bairro e alugar suas casas para os bolivianos, uma vez que o retorno financeiro é quase certo e com um valor acima do mercado. Os outros brasileiros, com condições de se mudar, foram para outros bairros, mas ela continua a viver ali. Percebe-se que ela atribui a degradação do bairro tanto a esses vizinhos, que “se venderam” e alugaram as suas propriedades aos bolivianos. Ela, por sua vez, precisa continuar a viver no bairro que passa a ver como “degradado”.

Os “estabelecidos”, com a chegada dos migrantes, viram ameaçados seu estilo de vida e a sua identidade grupal (já bastante sedimentados). Por isso, passaram a se reivindicar como humanamente superiores e a estigmatizar os recém-chegados. Isso funciona como um mecanismo de defesa grupal, no qual o que se está defendendo é uma identidade coletiva, um estilo de vida, uma tradição.

Os vizinhos “estabelecidos”, portanto, colocam a sua “indignação e protesto contra o fato de ser obrigado a suportar uma coabitação sentida como degradante, humilhante, com uma população degradada, desprezada, depreciada” (SAYAD, 2012, p. 36).

6.4.1. A “concorrência desleal”

Uma das manifestações de indignação dos vizinhos se dá na questão da concorrência econômica entre brasileiros e bolivianos. Essas reações acabam desencadeando situações de conflito na vizinhança, como essa descrita por uma brasileira filha de bolivianos:

É bem próximo daqui [no Pari] que existe um comércio, um lugar, onde os proprietários são brasileiros. E a casa ao lado é onde eu trabalho. Que é a casa dos bolivianos. E pelo simples fato deles serem bolivianos e praticarem a mesma coisa que eles, já é um motivo pra ter discórdia. Por exemplo, o bar realiza refeições, mas é refeição pras pessoas que vem [ao lugar]. Nós realizamos refeições e saímos daquele lugar pra vender. Então, não tem uma concorrência direta. É indiretamente. Isso é pelo simples fato, porque “ah, não, porque eu vou denunciar, porque vocês são ilegais, porque essa cozinha aí é imunda”, como dizem, “que essa cozinha não serve, que vocês tão fazendo um trabalho ilegal”. Então, “n” motivos pra isso. Então, tem vários, várias coisas. (Juliana, Brasileira, filha de bolivianos que estão há 18 anos no país)

Juliana relata como o bar vizinho ao local onde ela trabalha faz ameaças de chamar a polícia e denunciar a ilegalidade dos bolivianos. O simples fato de sua família ser boliviana e trabalhar no mesmo ramo é um motivo de discórdia, levando a atos de discriminação e ameaças. No entanto, Juliana desmitifica essa concorrência, afirmando que o local onde ela trabalha apenas realiza a comida para vender em outros locais. Portanto, não há concorrência direta.

Segundo Klineberg (1992), uma vantagem prática que se tem com o preconceito é a econômica. Ele é um fator importante que origina e aumenta preconceitos. O autor afirma que para os grupos que tem sinais muito visíveis, como os negros e os orientais (e os bolivianos, para esta pesquisa), as características físicas tornam fácil distinguir quem deve ser eliminado do campo da concorrência. O que leva o grupo dominante a estigmatizar o outro e eliminá-lo da concorrência é apossar-se dos cargos importantes e da riqueza. O grupo mais forte justifica a sua dominação alegando falsas características do grupo mais fraco ou afirmando que este último está sendo beneficiado de alguma maneira. Isso ocorre quando a brasileira ao lado do empreendimento onde Juliana trabalha ameaça chamar a polícia e denunciar a irregularidade

dos imigrantes. É uma forma fácil de eliminar a concorrência, sem que ela precise melhorar o seu próprio empreendimento e possa continuar acomodada.

No entanto, na visão de alguns brasileiros, os bolivianos estão em vantagem econômica, pois não pagariam impostos para realizar seus empreendimentos, o que acarretaria em uma concorrência desleal, como afirma uma comerciante brasileira:

*Olha, eu acho assim. Poderia [o governo] até dar [tratamento diferenciado aos imigrantes], mas que nem. Tem um caso assim, que eu passo... Hoje está se construindo coisas aqui, comércio. Então, há competição. Eles querem competir comigo que to aqui. Quer dizer, eu nasci aqui, eu pago imposto. (...) Ela [uma boliviana] abriu faz um mês um comércio na minha frente. Tudo que eu vendo ela quer vender. Então, ela veio aqui, quer abrir uma firma, ela pode até abrir uma firma. Só que eu to aqui, eu nasci aqui. Eu nasci aqui, eu sou daqui, sou do Brasil. Ela vai abrir uma firma, ela compra, ela vende, ele vai vender pro pessoal dela, brasileiros, tudo. Se ela vai embora amanhã, quem vai pagar os impostos? (...) **Agora, eu não. Eu to aqui, se eu não pagar o meu nome vai pro SPC [Serviço de Proteção ao Crédito], eu tenho firma, eu tenho que pagar imposto pro governo. (...) Vem ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], vem Fiscal, vem oficial de justiça, eles vão me achar porque eu to aqui, nasci aqui, eu tenho que pagar imposto. E eles, como é que fica a política deles? É isso que eu não consegui ainda... Entendeu?** (Denise, comerciante brasileira no Brás)*

Denise manifesta a sua inconformidade com o que seria uma concorrência desleal por parte dos bolivianos, uma vez que, segundo ela, os bolivianos não precisariam pagar impostos e poderiam voltar ao país com o dinheiro da empresa quando quisessem. Já ela, como brasileira, seria cobrada pelos fiscais da receita, os quais não poderia ignorar. Nesse sentido, sente-se desorientada e não sabe qual a melhor solução: se diminuir os impostos dos empreendedores brasileiros, ou cobrar devidamente os impostos dos bolivianos. Do jeito como a política é feita, afirma Denise, os brasileiros seriam prejudicados pelos imigrantes que abrem comércios como os dela. A reflexão de Denise é legítima, uma vez que ela aprofunda a compreensão sobre a concorrência e em nenhum momento culpa diretamente o imigrante pela

concorrência desleal. Diferentemente do caso de Juliana, relatado acima, ela não ameaça chamar a Polícia para eliminar a concorrência, mas se questiona sobre a insuficiência do Estado em tributar os bolivianos da mesma forma como faz com os brasileiros.

Nesses casos existe a tendência de os brasileiros culparem os imigrantes por sua desventura, o que é um engano, uma vez que não são os bolivianos os responsáveis pela concorrência desleal. Isso pode levar a reações xenófobas por parte dos brasileiros, que podem atribuir ao fenótipo boliviano um estigma de “ameaça nacional”, levando até mesmo a situações de agressão física e verbal, ainda que não haja concorrência direta, como no caso de Juliana. Esse fenômeno tende a se acirrar mais ainda em momentos de turbulência política e crise econômica. Como faz Denise em sua reflexão, é preciso coibir essa tendência e buscar as reais causas da desigualdade na concorrência.

Elias & Scotson (2000), entretanto, dizem que o conflito pelo poder entre os dois grupos não se reduz ao poder econômico. Eles ressaltam a importância da explicação marxista, mas defendem que há outros campos em disputa, como o reconhecimento social, por exemplo.

6.4.2. O estigma da “falta de higiene”

Outra censura que é feita aos bolivianos é a relativa à higiene. Segundo Elias & Scotson (2000), os “estabelecidos” fazem alusão à falta de limpeza dos *outsiders* e passam a associar isso com a inferioridade. Assim, o contato com eles contaminaria, pois a imundice, afirmam os membros do grupo dos “estabelecidos”, seria contagiosa.

É um povo trabalhador, mas não é um povo que se vê assim que não é um povo limpo, que veio pra somar e ajudar. Entendeu, eles assim, é difícil de ter amizade. São comunicativos entre eles, entendeu. A única coisa que eu admiro é o trabalho deles, agora, o resto, realmente, eles vieram só a não somar. Higiene zero. (...) Por

causa de higiene, de sujeira, de conservar o lugar que eles estão. Que isso você percebe diferença. Não que os brasileiros não tenham problemas, também tem, só que eles vêm pra um país que não é o seu, tem que somar com as coisas boas, não com as coisas ruins. Não venda seus maus hábitos. (Roberta, vizinha brasileira do bairro do Brás, mora há 30 anos no bairro, aposentada).

Tipo, eles são bem fechados e fazem, tipo, não são tão limpos, vai. Eles produzem muita sujeira, então, pra eles é meio que normal, sabe. Mas, sei lá. De vez em quando, tem muito costume diferente, tá ligado. Aí, isso que eu acho. (Sílvio, vizinho brasileiro, morador do Brás, estudante)

Eu acho que a questão de higiene também, né? Porque eles são um povo assim, que eles não gostam de tomar banho. Às vezes vem pessoas aqui que vestiu uma roupa e eu tenho que falar pra pessoa lavar a mesma roupa, porque é a natureza deles, né? Eles não têm esse costume, então ficam dias assim. Então, acho que esse é o problema também, da higiene. De costume assim, não tratar das pessoas. (Denise, comerciante brasileira no Brás)

As falas desses vizinhos ilustram essa questão da higiene. Atribui-se isso a uma diferença cultural, que justificaria evitar o contato com eles, pois o mesmo poderia ser contagioso. Assim, o contato entre brasileiros e bolivianos costumam se restringir a um “bom dia” e “boa noite”, revelando a sua polidez superficial.

6.4.3. A censura às festas bolivianas: a questão da bebida e dos assaltos

Os “estabelecidos” atribuem aos *outsiders* a qualidade de “anômicos”, ou seja, não observadores de suas regras grupais (dos “estabelecidos”). O contato não profissional com um membro dos *outsiders* pode causar um “contágio anômico”, além da perda do prestígio no grupo dos “estabelecidos”. “A anomia talvez seja a censura mais frequente a lhes [aos *outsiders*] ser feita; repetidamente, constata-se que *outsiders* são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros.” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 27).

Não há momento mais ilustrativo desse fenômeno do que a censura que os vizinhos brasileiros fazem às festas dos bolivianos. Eles são taxados de desordeiros, indisciplinados e se lhes culpam pelo aumento dos assaltos nos bairros, como confirmam os seguintes entrevistados:

*Tanto que aqui, aqui que tem a feira sábado e domingo. Após a feira, há muita discussão, bebidas, porque eles trabalham muito, mas também eles gastam muito com bebida. É o único meio de diversão que eles têm é a bebida. Então, eles varam a madrugada nessa rua até de manhã, na bebida. Gastam, compram, mas a qualidade de vida deles é muito inferior, porque o que eles ganham eles gastam. Tudo no bar, no bar. (...) E há outro teor de bebida lá também, é a mesma coisa ela falou [sua amiga boliviana]. Como agente vê aqui é lá, ela falou. Tudo bem comer na rua, beber, eles são trabalhadores. **Mas pra beber eles são muito, alto teor de bebida. Muito, e muita briga. Eles brigam, se matam entre eles. Já houve casos aqui de achar um morto, assim, sabe? Eles mesmos se matam, se esfaqueiam, muita guerra entre eles mesmos. Por causa de quê? Da bebida.** (Denise, comerciante brasileira no Brás)*

*Bom, vou falar aqui da feira, que é o que eu conheço, né? Que de dia de sábado essa feira é... Começa por volta da uma, duas da tarde e... Não tem hora pra acabar, e... Depois que passa das sete, oito horas, aqui é uma pouca vergonha e... Eles transam aqui na rua. O horário que for, eles tiram pra fora, mijam na rua na frente de qualquer pessoa, e... **Ficam muito bêbados, brigam muito, de facada.***

Isso é constante, toda semana, e... Que mais... Depois que passa esse horário, as crianças, não tenho noção da idade, mas aparenta serem crianças de sete, oito anos, começam a roubar eles aqui de faca, crianças brasileiras, né? Então, aqui eu acho uma pouca vergonha, aqui. (Eliza, vizinha, há dez anos no bairro).

É assim moço. Se for assaltado, se pelo menos reage, eles não conseguem agir porque eles tão sempre bêbados. Passa aqui pra fazer essa pesquisa amanhã à tarde. À tarde não, amanhã à noite. Nossa, já vi nego pegar boliviano aqui dentro, falando que era pra assaltar não, pegar aqui dentro. Mas também os caras vivem bêbado. Sê fala pro cara: levanta e dá a carteira, o cara dá e continua dormindo. (Gabriel, vizinho, há três anos no bairro).

É a sujeira que a rua tem. Eles fazem comida na rua. Outra coisa, eles são assaltados constantemente pelos brasileiros, porque aqui se formou uma quadrilha que roubam esses caras. Eles de noite bebem demais porque eles não têm outro divertimento. E nessa... Sábados de noite eles ficam aí enchendo a cara, depois sai na rua e deixam eles pelados. Sem roupa nenhuma. Isso é o mau. Eles trouxeram os bandidos para cá. Porque os bandidos sabem com quem rouba. E não pode gritar nada, porque eles até agora eles não tiveram, assim, liberdade, como qualquer brasileiro. Agora sim, depois que o Lula mandou naturalizar essa gente. Agora, eles tão ficando os donos da rua. (Marcondes, Vizinho brasileiro do Brás, aposentado, há 30 anos no bairro).

Ai meu deus, todo dia... Todo dia que eles fazem a maior farra, bagunçam e brigam, quebram garrafas, bebem, se jogam no chão aqui. Vêm outros, talvez brasileiros, sei lá, roubam eles. Eles tiram anel. É uma miséria. Não dá, depois das seis horas, não dá pra gente

abrir o portão sem... Quando já é sábado, domingo, é uma pouca vergonha. Fizeram banheiro aqui nessa costa da... Fizeram um banheiro porque eles vão aí no restaurante ou nos bailes, que tem dois salões de bailes e cobram um real para ocupar. Aí vem todo mundo aqui. Às vezes tem seis, sete, dez homens tudo encostado aí na parede. E que é uma vergonha. Eles não respeitam mulher, não respeitam criança, não respeitam ninguém. E a sujeira que causa. (Iara, vizinha, há 45 anos no bairro).

Segundo esses vizinhos brasileiros, os bolivianos costumam exagerar no consumo de bebidas alcoólicas em suas festas realizadas na Rua Coimbra, aos sábados. Há brigas constantes e, inclusive, episódios de facadas e assaltos, principalmente assaltos feitos por brasileiros menores de idade, segundo os entrevistados. Já houve até uma morte, segundo Denise.

Por conta desses episódios, os bolivianos se vêm na necessidade de se desvincular do comportamento dos compatriotas. Os bolivianos acabam interiorizando a ideia de que são “outsiders” e acabam vendo a si próprios como humanamente inferiores. Em nenhum outro caso aparece mais forte a questão do “favoritismo fora do grupo” do que no caso do estigma da bebida:

*Boliviano é bom ter amigo. Mas os costumes dos bolivianos não são muito saudáveis. Você vai lá no centro, você encontra muita (...). A cultura dos bolivianos é a bebida. E eu não concordo muito com isso. A bebida destrói a família, o lugar, o organismo. O meu pai morreu por causa disso, consequência da bebida. Então, eu não tenho muito gosto por isso. Beber socialmente, uma ou duas cervejas. Mas os bolivianos têm o costume de beber até cair. Isso não é bom para a vizinhança. Na minha rua eu sou respeitada. Se tem outra pessoa fazendo o contrário de mim, aí não (...). **Eles bebem, eles fazem barulho, desrespeitam as pessoas. E aí você fica mal [perante os olhos da vizinhança], junto com eles [os bolivianos baderneiros]. Generaliza. Já não é só eles. É você também. (...) A gente não vê isso [no Grajaú]. Lá [no centro] tem muitos bairros, muitas festas, você vê mais isso. Aqui não muito. Aqui só tem o futebol. E só no final de***

semana. Então você não percebe muito. Mas lá no centro é todos os dias. (Berenice, Boliviana, costureira, há 17 anos no país, moradora do Grajaú)

Berenice, boliviana, confirma que ainda que sejam poucos os “bolivianos baderneiros”, esse estigma acaba se generalizando para o grupo dos bolivianos como um todo. Para justificar a inferioridade do grupo dos *outsiders* são escolhidos os seus “piores” membros como exemplo (ELIAS & SCOTSON, 2000).

*Eu entendo eles [os vizinhos brasileiros], em certa parte. Algumas vezes, como eu disse. Os bolivianos são bem mal vistos. Eles bebem, enchem a cara e ficam ali... às vezes até se comportam como mendigo. Fazem suas necessidades na rua. Ficam jogados. **Perto da Coimbra existe um exemplo pelo menos. É uma rua bem suja. Eu sendo boliviano, eu não gosto de ir lá.** Mas o pessoal que vem pra cá, a maioria, até um ano atrás mais ou menos, era maioria tudo do, do interior da Bolívia. **Então, o pessoal não respeita mesmo. E, em certa parte eu entendo que sejam preconceituosos.*** (Jairo, Boliviano, estudante universitário, professor de informática e dono de uma oficina de costura).

Nesse exemplo, Jairo, um boliviano, admite o preconceito contra o próprio grupo, interiorizando a ideia de que os bolivianos são *outsiders* e “humanamente inferiores”. Segundo Elias & Scotson (2000), uma das estratégias mais eficazes é a interiorização da inferioridade que é feita pelos *outsiders*, pois isto causa um efeito paralisante em seus membros. Este efeito impede que eles reajam. A incapacidade de reagir ou de contra-estigmatizar revela o quanto a relação de poder entre os grupos é desigual.

Interessante notar que Jairo se refere aos “bolivianos baderneiros” como “do interior da Bolívia”, para justificar que ele não se enquadra nesse grupo. Ele mostra claramente que entende a posição preconceituosa dos brasileiros em relação aos bolivianos, mas não questiona o fato desse estigma ser generalizado para todos os bolivianos, mesmo os que não bebem e/ou não frequentam a Rua Coimbra.

6.4.4. O estigma da cultura indígena

Alguns vizinhos estigmatizam os bolivianos se referindo à cultura indígena. Esses vizinhos manifestam uma forma de “novo racismo”:

[...] o “novo racismo” descreve diversos grupos a partir de suas particularidades culturais que os constituem como subconjuntos considerados inassimiláveis, perigosos e nocivos, prontos a espezinhar os valores morais da nação e a abusar dos sistemas que ela elaborou para assegurar a seus membros uma certa solidariedade. (WIEVIORKA, 2006, p. 169).

O “novo racista” manifesta seu racismo de uma forma mais sutil, justificando que os bolivianos seriam inassimiláveis por causa das diferenças culturais, hierarquizando-as. Esse tipo de racismo é usado para justificar medidas como a segregação dos grupos estigmatizados. Segundo Pierucci, “a rejeição da diferença vem depois da afirmação enfática da diferença” (PIERUCCI, 1999, p. 27).

A fala abaixo é um exemplo desse tipo de racismo:

*Eles ainda estão com aquelas origens das **tribos indígenas** que eles são. Os maias, né, **origem dos maias**. Das tribos, né. (...) **povo de cultura indígena não tem o mesmo tipo de formação** – acadêmica – do que nós – você, que talvez seja um estagiário, como eu que já me aposentei e trabalhei muito na minha vida. (Valdinês, Vizinho do Pari, aposentado).*

A fala desse vizinho brasileiro revela um profundo desconhecimento em relação à cultura boliviana, que são descendentes de incas e não de maias. Além disso, ele procura justificar que os bolivianos são inassimiláveis por conta das origens indígenas que eles supostamente teriam.

*Porcos, muito porcos. Muito... E muito escravo. Eles são muito escravizados. Agente tem pena, mas infelizmente nós não podemos fazer nada porque eles estão prejudicando a gente. **Mas eles são sem cultura. Eles não têm um mínimo de civilização.** (Marcondes, Vizinho brasileiro do Brás, aposentado, há 30 anos no bairro).*

Marcondes é um vizinho que segue na mesma linha de afirmar que eles não têm cultura e civilização e, portanto, não poderiam ser integrados à sociedade receptora, mas sim mantidos afastados em condição de subalternidade. Ele chega até mesmo a negar um lugar para o boliviano, afirmando que este não tem cultura nenhuma, como se não tivesse nenhuma história.

Segundo Elias & Scotson (2000), entretanto, a diferença de raça não é o principal motivo de dessa forma de estigmatização. Ela é apenas um tipo específico de relação entre “*estabelecidos e outsiders*”. As diferenças de cor, etnia e nacionalidade só serviriam para reforçar os estigmas. A estigmatização é antes de tudo uma defesa grupal contra a perda da identidade, de um estilo de vida e de uma tradição por parte dos vizinhos. Para este autor, as relações de poder é que são relevantes nas relações *estabelecidos-outsideers* e não as diferenças culturais.

No entanto, no caso dos bolivianos, a diferença cultural acaba sim sendo um marcador de estigma, fazendo com que sofram os “estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família [que é o caso dos bolivianos de 2ª geração].” (GOFFMAN, 2008, p. 14).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos fundamentais na condição de vida do imigrante é o território e, em especial, a moradia como âncora desse lugar de vivência. Os territórios se constituem em uma “ponte” (WACQUANT 2004 apud SILVEIRA, 2014) para o imigrante, ou seja, “espaços de permanência e simultaneamente de passagem dos imigrantes que promovem sua adaptação às novas condições de vida em outro meio social” (SILVEIRA, 2014, p. 97). É nesses territórios que se dá a aprendizagem de elementos como a língua local, o acesso a serviços essenciais (como saúde e educação) e a formação de redes para inserção no mercado de trabalho.

Ao contrário do que muitos pensam, entretanto, os territórios bolivianos (e as redes sociais) nem sempre oferecem apoio aos bolivianos e nem sempre são benéficos à sua integração na sociedade receptora. Talvez sejam benéficos no caso dos bolivianos recém-chegados. Para o boliviano que já está há mais tempo no país, entretanto, estes territórios mais entravam do que favorecem a sua integração à sociedade receptora.

Nos bairros centrais, onde os bolivianos estão mais concentrados, sofrem maior discriminação, pois são visados mais por sua etnia do que por sua singularidade; nos bairros da periferia, as relações sociais são menos impessoais e mais cordiais, e o boliviano é mais visto por sua singularidade do que pelo estereótipo.

Uma vantagem do centro é a proximidade dos espaços de lazer oferecidos especificamente para os bolivianos, como é o caso da Praça Kantuta e da Rua Coimbra. Entretanto, os bolivianos das periferias sanam essa desvantagem criando o seu próprio lazer, pois organizam torneios de futebol que são disputados em quadras da região aos finais de semana. Esses eventos, inclusive, giram a economia da região, pois oferecem a possibilidade de alguns bolivianos produzirem comida e venderem aos seus compatriotas durante os jogos; sem contar que pagam uma quantia pela quadra, se essa for privada e custeiam um árbitro de futebol.

Daniel (vizinho brasileiro do Grajaú) confirma, inclusive, que nunca viu os bolivianos sofrerem discriminação nesses bairros, o que vai ao encontro da ideia de que eles procuram os bairros da periferia por serem menos visados.

Por outro lado, como afirma Maria, os bolivianos que vão viver nas periferias onde nunca viveram outros bolivianos acabam sendo vistos com certo “exotismo” pela vizinhança, o que a incomodou quando residiu na Cidade Líder. Maria prefere a indiferença e a tolerância negativa do centro a esse tipo de curiosidade invasiva.

Não obstante, o centro favorece o que se denominou de “celebração do gueto” (SENNET, 1988):

Aquilo que precisamente se perde com essa celebração [do gueto] é a ideia de que as pessoas só podem crescer através de processos de encontro com o desconhecido. Coisas e pessoas que são estranhas podem perturbar ideias familiares e verdades estabelecidas; o terreno não familiar tem uma função positiva na vida de um ser humano. Essa função é a de acostumar o ser humano a correr riscos, [...] [a] enriquecer as suas percepções, a sua experiência, e de aprender a mais valiosa de todas as lições humanas: a habilidade para colocar em questão as condições já estabelecidas de sua vida. (SENNET, 1988, p. 359-60).

Por outro lado, as periferias (como o Grajaú) favorecem o contato com grupos de origens étnicas e raciais diversas (e, portanto, não familiares), facilitando o processo de assimilação e integração à sociedade receptora.

O convívio com os brasileiros nos bairros centrais é difícil e marcado por conflitos de vizinhança que não favorecem a integração dos bolivianos. Assim, eles recorrem a estratégias individuais de inserção na sociedade receptora, seja pela inserção profissional em outro ramo, seja optando por residir em bairros mais afastados, onde aquele imigrante não é taxado de “bêbado, sujo, escravo”, entre outros preconceitos do qual são alvo quando vivem em bairros com grande concentração de compatriotas. A tentativa de inserção na sociedade receptora ocorre, para a maioria dos bolivianos que entrevistamos, por fora do grupo, ou seja, eles buscam se afastar da ideia pejorativa que se têm dos bolivianos, ao invés de valorizar o ser boliviano.

Este processo de assimilação individual, que ocorre sem alterar a estrutura étnica e as relações de poder entre os grupo é denominado de “cruzamento de fronteiras” (TRUZZI, 2012). As periferias, nesse sentido, se oferecem como um ambiente propício a esse “cruzamento de fronteiras”, uma vez que os bolivianos são menos conhecidos ali pelos estereótipos. Já uma “mudança de fronteiras” (TRUZZI, 2012) é um processo mais lento e duradouro, que ocorre quando o grupo social como um todo deixa de ser visto como

“outsider” para se tornar “estabelecido”. A “mudança de fronteiras” é um processo mais temporal do que territorial (ainda que seja possível que as periferias favoreçam mais esse tipo de integração do que o centro da cidade), ou seja, ele encontra um ambiente mais propício nas futuras gerações de bolivianos (brasileiros filhos de bolivianos). A viabilidade desse projeto será problematizada mais adiante.

Já é possível, portanto, delinear alguns motivos pelos quais alguns bolivianos dão preferência aos bairros periféricos para morar. Um eixo analítico é o acesso à saúde. Segundo os entrevistados, nas periferias há médicos mais sensíveis às diferenças culturais dos bolivianos, enquanto no centro, por haver maior concentração desses imigrados, são tratados com menosprezo por alguns profissionais e por alguns brasileiros que frequentam os postos de saúde (e que estão aborrecidos, pois também estão acessando um serviço precário, como é o caso das filas e da espera que enfrentam para serem atendidos). Enfim, o nível de estresse que as condições de saúde impõem aos profissionais e aos pacientes leva a que o boliviano possa ser colocado como bode expiatório da situação, o que é mais frequente nos postos de saúde do centro, onde estão mais concentrados.

Entretanto, os postos de saúde do centro estão mais preparados para lidar com as diferenças de língua e costumes dos bolivianos, especialmente no bairro do Bom Retiro (AGUIAR & MOTA, 2014). O Brás também trabalha com agentes de saúde bolivianos, mas a qualidade do atendimento nas residências vem diminuindo, segundo Maria (boliviana entrevistada). Há muita fila de espera para haver atendimento e não há espaço físico para comportar o número de pessoas que buscam os postos. Já na UBS visitada no Grajaú, não havia agentes de saúde bolivianos, o que torna o contato com esses imigrados mais difícil. Enquanto o agente de saúde boliviano (que foi acompanhado por este mestrando) no Brás entrava em todos os domicílios de bolivianos que atendia, o mesmo não ocorria com os agentes de saúde no Grajaú, que se detinham na porta da casa do boliviano atendido, sem adentrar o recinto. Além disso, fica mais fácil para o agente de saúde boliviano explicar quais medidas devem ser tomadas pelo imigrante para ele ter acesso à saúde, ou mesmo para o imigrante explicar ao agente de saúde de quais problemas está sofrendo no momento.

Nesse sentido, o Brás se apresentou como um espaço melhor preparado para receber esses imigrados, apesar de todas as dificuldades apontadas. No Grajaú, são diversos os postos de saúde e, para que haja um bom atendimento, é preciso que o imigrante tenha sorte de residir e frequentar um posto onde haja um médico mais sensível às suas especificidades,

como é o caso do casal que foi atendido por uma médica cubana. Uma das entrevistadas também afirmou que uma médica cubana passou um período de 03 a 04 meses na UBS do Brás, e que o atendimento aos bolivianos no período foi melhor. Esses dados apontam no sentido de que o Programa Mais Médicos está tendo eficácia em atender bem a esses imigrados.

No entanto, um médico pode ser transferido a qualquer momento. O que se faz necessário é uma política pública coordenada e vertical que compartilhe soluções locais e articule o poder público no sentido de oferecer um bom atendimento em todas as UBS.

Portanto, se por um lado no centro os bolivianos são mais acusados de tomarem o lugar dos brasileiros nos postos de saúde, por outro lado eles contam com agentes de saúde bolivianos, com os quais se comunicam melhor. Já nas periferias, pode ser que não haja esses profissionais bolivianos, mas também há uma maior probabilidade de o imigrante ser atendido por médicos cubanos, uma vez que o Programa Mais Médicos está mais focado em atender as periferias do que o centro. Além disso, no Grajaú também não há tantos vizinhos brasileiros hostis à inserção do boliviano nos serviços públicos, como ocorre no Brás.

Por fim, há uma diferença quantitativa na ordem de bolivianos atendidos por essas UBS. Na UBS Brás há 447 bolivianos atendidos, enquanto na UBS pesquisada no Grajaú há 09 famílias bolivianas sendo atendidas. No Grajaú, entretanto, existem mais de uma dezena de UBS, por ser um distrito muito extenso territorialmente. Assim, há muitas outras famílias bolivianas no Grajaú sendo atendidas por outras UBS, mas mesmo esse número somado (entre todas UBS do Grajaú) deve ser menor que o número de atendidos nessa única UBS que existe no Brás, pois escolhemos para a pesquisa aquela UBS do Grajaú que, dentre as que nos atendeu, a que maior número dispunha de famílias bolivianas atendidas.

Outro eixo analítico se refere à habitação. No Grajaú, eles encontram melhores preços (o preço da terra na periferia é muito mais baixo) tanto no aluguel (geralmente um terço mais barato que no centro), quanto no caso da moradia própria; menor carga de exigência burocrática (fiador e comprovantes de renda para financiamento de imóvel) para residir; menor fiscalização em relação às oficinas; menor discriminação das imobiliárias (pois no centro, dado o maior afluxo de interesse, os bolivianos alegam ser muito mais difícil a imobiliária aceitar fazer negócios com estrangeiros). Além disso, a disponibilidade de casas oferecidas para aluguel é muito maior nas periferias do que no centro, onde a principal opção

de residência para o boliviano que saiu da casa do patrão são os cortiços ou os cômodos alugados dentro de residências já alugadas por outros compatriotas.

Um terço dos entrevistados considerou "muito difícil" alugar um imóvel no Brás, enquanto nenhum entrevistado considerou "muito difícil" de alugar um imóvel no Grajaú. No Brás, os entrevistados que alugavam casas destacaram como principais dificuldades a burocracia (exigência de fiador, seguro-fiança e/ou depósito adiantado), o preço do imóvel, a discriminação imobiliária contra estrangeiros e, principalmente, a falta de oferta de imóveis (dois terços dos entrevistados relataram haver enfrentado esta dificuldade). Já no Grajaú, entre os que alugaram, a principal dificuldade obtida foi o preço do imóvel, além da dificuldade em obter Bolsa Aluguel.

Assim, o centro é a melhor opção para o boliviano que quer sair da casa do patrão sem deixar de ter acesso às benesses que este território oferece (proximidade dos negócios e infraestrutura). No entanto, o preço a pagar por isso é um custo elevado de aluguel em troca de péssimas condições de moradia. Já no Grajaú, é possível alugar uma casa pelo valor de um cômodo no centro (cerca de R\$ 600,00 por mês em ambos os casos). Nesse sentido, a escolha pelo Brás é a escolha por uma moradia precária, mas por um bairro bem equipado – uma das estratégias mais fortes da população encortiçada no centro (VÉRAS, 2016); enquanto a escolha pelo Grajaú dá maior importância à qualidade da moradia (mais espaço e privacidade) do que à qualidade do bairro.

Para as famílias com renda moderada que querem comprar uma residência própria, as zonas mais afastadas no extremo sul do Grajaú oferecem opções acessíveis. Também a compra de um terreno é uma opção recorrente, já que é possível construir a casa-própria aos poucos, conforme o dinheiro entra, sem necessitar se comprometer por meio de parcelas mensais com um banco ou uma imobiliária. A autoconstrução se oferece, portanto, como uma possibilidade mais flexível de aquisição da casa-própria (para o brasileiro também foi uma opção frequente nas periferias, notadamente nos anos 1970).

Assim, para o boliviano que deseja que seus filhos se integrem à sociedade receptora e, para isso, quer comprar uma casa-própria para lhes oferecer estabilidade, as periferias se revelam como uma opção mais acessível. No Brás, dos 14 entrevistados, apenas 02 tinham casa própria. Já no Grajaú, dos 05 entrevistados, 03 tinham casa própria. Esses dados reforçam a ideia de que o Grajaú é mais propício à aquisição da casa própria do que o Brás. Não houve diferenciais entre Brás e Grajaú no que se refere ao grau de dificuldade de adquirir

casa própria. Os problemas mais destacados foram o preço dos imóveis e a falta de oferta nos bairros em que gostariam de residir. Houve também reclamação quanto à burocracia e acesso ao crédito imobiliário. As informações revelam uma tendência e nexos lógicos, embora se ressalte que esta *não é uma pesquisa amostral*, motivo pelo qual os dados quantitativos obtidos apenas complementam os dados qualitativos, não tendo por isso a pretensão de serem generalizados para toda a população boliviana de cada bairro, ou mesmo outras regiões urbanas.

Ainda que as periferias se revelem mais propícias à aquisição da casa-própria, uma entrevistada afirmou que gostaria de comprar sua casa-própria no Brás, mesmo que seja uma casa menor do que se fosse construída nas periferias. A razão disso é que ela já conhece o bairro e se sente mais confortável ali.

Logo, enquanto alguns bolivianos permanecem no centro pela questão da segurança, outros afirmam o contrário, que buscaram o bairro do Grajaú para ter mais segurança. Os bolivianos entrevistados na periferia do Grajaú relatam a tranquilidade do bairro, enquanto no centro entrevistamos uma boliviana que foi assaltada a mão armada, o que trouxe consequências psicológicas para seu filho, além do prejuízo financeiro em si. Portanto, é fácil imaginar que os bolivianos sejam mais visados pelos bandidos nos bairros centrais, onde estão mais concentrados e chamam mais a atenção. Nas periferias, por serem desconhecidos, talvez não sejam tão visados.

Por outro lado, no centro os bolivianos estão mais próximos dos negócios, podem vender os seus produtos na Feira da Madrugada, ou ainda como camelôs. No centro há a possibilidade de se diversificar mais a atuação profissional do que na periferia. No entanto, os bolivianos nas periferias encontram trabalho em oficinas da região, seja em galpões alugados por seus patrões, seja em sua própria residência. No caso dos conta-própria, alguns não precisam nem sequer se deslocar ao centro para comprar tecido, uma vez que alguns fornecedores deixam o material diretamente no Grajaú com as famílias bolivianas (presenciou-se uma situação como essa durante uma entrevista com uma família no Grajaú). Assim, os bolivianos trabalham em sua própria residência e devolvem o material pronto ao fornecedor, recebendo um valor previamente combinado por peça produzida. Além disso, no Grajaú, algumas famílias bolivianas produzem as próprias peças por conta e as vendem para a vizinhança em sua própria residência. Assim, ainda que o centro tenha a economia mais

dinâmica, isso não quer dizer que os bolivianos no Grajaú não encontrem trabalho suficiente para sobreviver. Muitos deles, inclusive, nem sequer se deslocam para o centro para trabalhar.

Outra variável explicativa da escolha da região para morar é o tempo de migração, uma vez que os bolivianos encontrados no Grajaú costumam ser mais antigos de residência em São Paulo. Entretanto, há exceções, como é o caso dos bolivianos recém-chegados com parentes no Grajaú, o que os leva a ir morar direto na periferia. Por outro lado, há aqueles bolivianos que começaram sua trajetória morando no centro e, após constituir redes sociais nesses bairros com contrerrâneos ou brasileiros, não querem mais abrir mão desta comodidade. Assim, isso não se coloca como uma regra para todas as trajetórias de imigrantes bolivianos, mas como uma tendência que é seguida por alguns desses imigrantes, diversa daquela descrita tradicionalmente.

Os bolivianos recém-chegados são aqueles que apresentam maior vulnerabilidade social. Geralmente eles têm o aluguel e alimentação custeados pelo patrão. Dependem mais das redes sociais do que os demais bolivianos. Caso não contem com um contato prévio à imigração, aumentam as chances de serem explorados por compatriotas. Também não conhecem a língua portuguesa. Assim, esses são os imigrantes que mais necessitam do apoio dos compatriotas.

Além disso, entrevistou-se um vizinho brasileiro do bairro do Grajaú que morou 13 anos no bairro. Ele afirma haver cerca de 100 bolivianos na região. Essa concentração, segundo ele é recente (data de oito anos atrás). Esse vizinho afirma que na região a maioria tem casa alugada e poucos têm casa própria. Isso é um indício de que, apesar de ser um local propício para adquirir a casa própria, essa ainda não é a regra nas periferias.

Uma das hipóteses lançadas é a de que, possivelmente, o período que alugam as casas seja uma “experiência” antes de decidir pela compra do imóvel no local. Outra hipótese, complementar a essa, é a de que alugam a casa enquanto estabelecem as condições financeiras de adquirir a casa própria. De qualquer maneira, o próprio aluguel é facilitado nesse bairro, pelo preço ser mais acessível e haver menor exigência burocrática. E, apesar de ser mais longe do local onde negociam o produto de seu trabalho, muitos bolivianos têm constituído oficinas em galpões localizados no Grajaú.

Em ambos os lugares, os bolivianos parecem dar mais importância ao aluguel do que à compra da casa-própria, pois é possível desfazer-se de um aluguel facilmente, mas não de

uma casa própria. A “ilusão do provisório” (SAYAD, 1998) os leva a buscar uma moradia para sempre provisória, com exceção de quando pensam nos seus filhos.

O imigrante sempre almeja o retorno (SAYAD, 1998), o que o leva a viver no país de destino “como um provisório que se eterniza e impede os projetos de alguma importância” (CHAMPAGNE, 2012, p. 105). Nesse sentido, ele tende a postergar decisões importantes, como a aquisição da casa própria e a perpetuar uma moradia para sempre provisória, ainda que isso seja fruto de uma “ilusão do provisório” (SAYAD, 1998). Nesse sentido, “a experiência da oficina-cortiço evidencia que o enraizamento (em terras brasileiras) não faz parte do projeto migratório dos bolivianos” (SIMONE, 2014, p. 210). O cortiço atua, portanto, como “habitação de transitoriedade” (SIMONE, 2014), uma vez que não se pode enunciar o status definitivo do imigrante (nem pelo imigrado e nem pela sociedade receptora, que o admite apenas quando ele exerce as funções que ela rejeita, posteriormente defendendo sua expulsão em épocas de crise econômica) (SAYAD, 1998).

Se dependesse desse desejo de retornar, a casa própria não teria nenhum significado para o imigrante e seria sempre vista como uma moradia provisória, estando ele sempre de passagem. No entanto, o significado dado por esses imigrados à casa própria faz transparecer um desejo de que seus filhos (brasileiros filhos de bolivianos) obtenham estabilidade, aceitação e efetiva integração à sociedade receptora. A “ilusão do provisório” (SAYAD, 1998) é suspensão, por assim dizer, quando a primeira geração vê uma perspectiva de estabilidade na segunda geração, estabilidade essa que não enxergam para si próprios, mas apenas projetando-a para as demais gerações (por meio da casa própria).

Outro eixo analítico é a questão da identidade, alteridade e assimilação. O sentido que se dá à casa própria faz transparecer, então, um desejo por parte dos bolivianos de que haja uma “mudança de fronteiras” (TRUZZI, 2012), que é um processo lento e duradouro, que ocorre quando o grupo social como um todo deixa de ser visto como “outsider” para se tornar “estabelecido” (ELIAS & SCOTSON, 2000). Não desejam que – como eles – seus filhos também precisem “cruzar fronteiras” (TRUZZI, 2012), ou seja, que precisem insistir em um processo de assimilação individual, que ocorre sem alterar a estrutura étnica e as relações de poder entre os grupos (no caso entre brasileiros e bolivianos).

Esse processo de “cruzar fronteiras” nada mais é do que a tentativa dos indivíduos do grupo dos “outsiders” de se desvincularem dos estigmas associados ao seu grupo (estigmas esses que eles interiorizaram e que foram proferidos pelos “estabelecidos”), como uma

estratégia para obter aceitação social, a nível individual. Essa estratégia, entretanto, faz com que os bolivianos se tornem um grupo ainda mais desarticulado, dificultando ainda mais uma “mudança de fronteiras”.

Eles mesmos, entretanto, não se veem como “bolivianos”, pois as diferenças regionais são mais fortes. Somente se veem como “bolivianos” quando são taxados como tal pelos brasileiros. E sua primeira reação é afirmar, como faz Jairo, que os bolivianos “baderneiros” a que os vizinhos brasileiros se referem são os bolivianos do interior, o que não seria o caso dele.

Assim, os bolivianos têm recorrido a uma “identidade de resistência”, “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação” (CASTELLS, 1999, p. 24). No entanto, sua resistência é fragmentária, não apresenta um projeto de alteração das estruturas étnicas e das relações de poder entre os grupos. É uma resistência individual, sem um elo que fortaleça o coletivo.

Enquanto permanecer essa forma de inserção do boliviano na sociedade receptora, apenas se vislumbrará uma “assimilação segmentada”, que “ênfatiza a consolidação de um determinado grupo como minoria prejudicada e marginal, impossibilitada de ascender socialmente” (TRUZZI, 2012, p. 547).

Para obter a desejada integração da segunda geração de bolivianos à sociedade receptora – a chamada “mudança de fronteiras” – é preciso haver a elaboração de uma “identidade de projeto”, “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade.” (CASTELLS, 1999, p. 24). Se há algum lugar onde essa “identidade de projeto” pode ser vislumbrada, esse lugar é a segunda geração de bolivianos. Faz-se necessário, portanto, analisar a frequência e qualidade dos contatos que os filhos de imigrantes mantêm com brasileiros, bem como os níveis de educação formal, o ramo profissional em que atuam, a sua condição de moradia (em que bairros estão residindo e se estão morando em casas próprias) e que vínculos mantêm com a primeira geração de bolivianos, analisando até que ponto a segunda geração está mantendo ou não as tradições transmitidas pela primeira geração. Além disso, é natural que ao incorporar a moral, a ética, os valores e costumes da sociedade de destino, os bolivianos de segunda geração venham a ter conflitos com os da primeira geração. Faz-se necessário, portanto, também estudar estes conflitos em futuras pesquisas.

Há muitos argumentos que apontam no sentido de que os bolivianos estão se tornando *estabelecidos*, como a conquista de espaços de lazer para a prática de sua cultura, que é o caso da Praça Kantuta, por exemplo. Muitos bolivianos estão se tornando empreendedores bem-sucedidos. Eles também estão cada vez mais presentes nos bairros periféricos, o que pode favorecer a sociabilidade com grupos étnicos e sociais distintos, favorecendo sua assimilação e diminuindo a clausura dentro do seu próprio grupo.

Portanto, é provável que os bolivianos de segunda geração tenham – não só nos bairros periféricos – ao longo do tempo, maior autonomia que seus pais, podendo se estabelecer em ramos profissionais distintos e desfrutando de mais oportunidades. Isso pôde ser observado no caso de Rodriguez, um boliviano dono de um restaurante no Brás. Rodriguez tem quatro filhos, sendo um advogado, um administrador de empresas, um policial e o outro estudante de arquitetura. Ele já possui uma casa própria e três restaurantes. Pode-se notar que sua família já está assimilada ao país, tendo sido integrada à sociedade brasileira.

Rodriguez conta que os bolivianos foram muito explorados pelos coreanos nos anos 1990. Atualmente, no entanto, os bolivianos já estão assumindo esse lugar antes ocupado pelos coreanos, ao passo que novos grupos de imigrantes chegam ao país, como os refugiados haitianos e sírios, por exemplo. Assim, delineia-se um caminho de ascensão do boliviano, muito parecido com o que ocorreu com outros grupos de imigrantes que antes ocupavam o “escalão mais baixo” da “cadeia alimentar” do ramo de costura em São Paulo, como os judeus e os coreanos, por exemplo.

Maria, boliviana entrevistada no Brás, conta que os bolivianos estão expulsando os coreanos do ramo da costura, assim como os coreanos teriam feito antes com os libaneses. Interessante notar que ela vê isso como uma conquista (em seu discurso não são os coreanos que deixaram o ramo da costura para buscar algo melhor, mas foram os bolivianos que batalharam para buscar posições estratégicas dentro desse ramo econômico). Assim, o boliviano surge como um povo muito aguerrido quando trata de se integrar pelo labor. No entanto, isso parece insuficiente para levar a um processo de “mudança de fronteiras” e constituir uma “identidade de projeto”.

O sucesso de um indivíduo boliviano, como Rodriguez, oculta uma contradição fundamental, uma vez que ela serve como motivação para que os bolivianos recém-chegados, – e, portanto, mais subalternizados – aceitem continuar a ser explorados, com a esperança de que, algum dia, alcancem eles também essa condição de “estabelecidos”.

Os indícios apontam no sentido de que há ainda muitos obstáculos a se ultrapassar até que de fato eles obtenham uma “mudança de fronteira”. O principal desafio é a questão dos marcadores étnicos (fenótipo) que denotam a origem desses imigrados, levando a processos de discriminação, mesmo no caso de brasileiros filhos de bolivianos (os bolivianos de segunda geração). Isso nos foi revelado por Maria, boliviana do Brás, que afirma que sua filha (brasileira) é chamada de boliviana pelos colegas e se irrita com isso. A discriminação, portanto, se estende à segunda geração de bolivianos e entrava a sua integração à sociedade receptora.

Ainda que os bolivianos de segunda geração tenham boa formação e bons empregos, como é o caso dos filhos de Rodriguez, isso não necessariamente se traduz em uma integração plena à sociedade receptora. Para que isso ocorra, é preciso que o grupo dos bolivianos como um todo pratique menos a “celebração do gueto” (SENNET, 1988) e se sociabilize mais com os grupos raciais e sociais distintos, por um lado. Por outro, é preciso que sejam aceitos pelos brasileiros pelo que eles são, ou seja, que diminua a discriminação. As periferias aparecem como território privilegiado para a ocorrência desse fenômeno.

Além disso, há fatores estruturais e institucionais que podem favorecer a assimilação no sentido coletivo, como é o caso das políticas de combate à discriminação e incentivo ao crescimento econômico. Se muitos bolivianos diversificarem a sua inserção no mercado de trabalho, aumentarem a sociabilidade com outros grupos étnicos e raciais e as políticas de combate de discriminação tiverem sucesso, pode-se vislumbrar, em um futuro próximo, um processo de assimilação desse grupo de imigrados à sociedade receptora.

Há, portanto, indícios suficientes que apontam a possibilidade de a ocupação das periferias pelos bolivianos não reproduzir exatamente a forma como ocupam o centro, exatamente pelo fato de que um boliviano ir residir na periferia já pode significar em si um movimento no sentido de se integrar à sociedade receptora. E, como vimos, eles têm o desejo de que isso ocorra para os seus filhos. O caminho natural parece ser a aquisição da casa própria, e as periferias mais uma vez se revelam como lugar favorável para a realização desse desejo.

Se as periferias atraem bolivianos que têm o desejo de se integrar à sociedade receptora, então se pode esperar deles que tenham maior iniciativa em se integrar (pensando que residir na periferia já seria um primeiro passo), nos levando a crer que um bairro que

reúne bolivianos com maior iniciativa será diferente de um bairro onde os bolivianos cultuam a “celebração do gueto”.

Sendo assim, há esperanças de que haja sucesso na integração da segunda-geração de bolivianos à sociedade receptora, desde que se revertam os estigmas associados ao fenótipo boliviano e que esse grupo não se feche em si mesmo, condições essas que já começaram a ser trilhadas.

Os obstáculos e desafios naturalmente existem, mas os bolivianos demonstram ter a capacidade de enfrentá-los, como já fizeram muitas vezes, basta comparar a situação em que viviam há 15 anos com a de hoje. As condições de moradia melhoraram, conquistaram espaços de lazer na cidade, alguns se tornaram grandes empreendedores, outros estão residindo em bairros da periferia. Enfim, se tornaram mais conhecidos pela sociedade paulistana e estão deixando a sua marca na cidade. Esses são indícios de que já ultrapassaram muitos obstáculos e de que têm a capacidade de continuar a fazer o mesmo. No entanto, no Brasil prevalece o “preconceito de marca”:

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é *de marca*; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é *de origem*. (NOGUEIRA, 2006, p. 292, grifos do autor).

Assim, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, onde o preconceito é *de origem* (favorecendo a segregação dos grupos), no Brasil há um favorecimento das relações exogâmicas, no sentido de que isso poderia fazer com que os “traços físicos indesejáveis” fossem “desaparecendo” ao longo das relações entre etnias diversas (NOGUEIRA, 2006). Ou seja, enquanto nos Estados Unidos os grupos minoritários que se mantêm mais fechados são mais respeitados pela sociedade, no Brasil ocorre o contrário – os grupos que se mantêm mais fechados em si (é o caso dos bolivianos) acabam desfrutando de menor “status” (WEBER, 1967) do que aqueles que aceitam manter relações exogâmicas (o que talvez comece a ser o caso dos bolivianos no Grajaú, uma hipótese a ser estudada em futuras pesquisas). Vale dizer, nos Estados Unidos a “celebração do gueto” dos grupos minoritários (SENNET, 1988) é bem vista aos olhos dos “estabelecidos” (ELIAS & SCOTSON, 2000), enquanto no Brasil ela é mal vista.

Ora, o grupo dos bolivianos é sempre apontado pelos vizinhos como muito fechados. Isso é um indício de que não terão uma assimilação plena enquanto não adotarem o percurso

exigido pela sociedade brasileira, que é o percurso da exogamia e do “branqueamento”. A esse processo em grande escala de exogamia se dá o nome de “obscurcimento de fronteiras” (TRUZZI, 2012), que ocorre quando há um processo de mistura racial em grande escala, entre grupos de igual poder. Ele leva a uma aproximação entre essas duas culturas, fazendo com que as fronteiras entre ambas se tornem mais tênues. Como se assinalou na hipótese dos parágrafos acima, se esse processo ocorrer entre os bolivianos, é mais provável que aconteça nas periferias do que no centro.

Entretanto, dificilmente isso irá ocorrer em grande escala com o grupo dos bolivianos em poucas gerações, o que nos leva a crer que os brasileiros filhos de bolivianos ainda continuarão a sofrer com o “preconceito de marca”. Pois ainda que os bolivianos em São Paulo estejam se adaptando rapidamente à cultura do país, dificilmente a sociedade brasileira mudará repentinamente, abandonando todos os seus preconceitos e acolhendo a todos igualmente (brancos e não-brancos).

O “preconceito de marca” admite a absorção de alguns indivíduos dos grupos mais estigmatizados. Esses indivíduos são admitidos no círculo social da elite por suas qualidades individuais, mas isso não se traduz em uma “mudança de fronteiras” (e sim em um “cruzamento de fronteiras”). Assim, evita-se falar desses estigmas na frente desses indivíduos aceitos no círculo social da elite. Mas, em tempos de discórdia, humilha-se aquele indivíduo, recorrendo-se então a todos aqueles estigmas antes reprimidos. Portanto, ainda que na aparência exista uma integração dos grupos excluídos, ela é muitas vezes residual, parcial, o que aponta para a tendência de que, pelo menos ainda na segunda-geração, os bolivianos atinjam uma “assimilação segmentada” (TRUZZI, 2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Márcia E. (2013). **Tecnologias e cuidado em saúde:** a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o caso do imigrante boliviano e coreano no bairro do Bom Retiro – SP. Dissertação (Mestrado em Ciências). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.

AGUIAR, Márcia E. & MOTA, André (2014). Os imigrantes bolivianos e coreanos no bairro do Bom Retiro através das lentes do Programa Saúde da Família. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. (org.), **Saúde e História de Migrantes e Imigrantes:** Direitos, Instituições e Circularidades.– São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2014. pp. 133-54.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. (2012). **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar:** as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez.

ALMEIDA, Maria C. P. de (2010). Do vício à virtude: o artigo “Tolerância” da *Enciclopédia*. In: CARLOS DOS SANTOS, Antonio (org.). (2010). **O outro como problema: o surgimento da tolerância na modernidade.** São Paulo, Alameda. pp. 167-175.

ALVES, Ubiratan S. (2011). **Imigrantes bolivianos em São Paulo:** a praça Kantuta e o futebol. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade de São Paulo.

APARECIDA DA SILVA, Fabiana (2012). **Trabalho e (i)migração:** determinações do movimento migratório de bolivianos da cidade de São Paulo para Guarulhos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

AZEVEDO, Flávio Antonio Gomes de. (2005). **A presença de trabalho forçado urbano na cidade de São Paulo:** Brasil/Bolívia. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM), Universidade de São Paulo, São Paulo.

BAENINGER, Rosana & SIMAI, Szilvia (2010). Práticas discursivas da negação do racismo em São Paulo. In: ANPOCS, 35, 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2010.

BAENINGER, R; SOUCHAUD, S. (2007). **Vínculos entre a Migração interna:** o caso dos bolivianos no Brasil. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/celade/noticias/paginas/4/28454/RBaeninger.pdf>> Acessado em: 04 de set. de 2010.

BAENINGER, Rosana (2012). O Brasil na rota das migrações internacionais. In: BAENINGER, Rosana (org.), **Imigração Boliviana no Brasil**. – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/ Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. 316p. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/bolivianos/livro_bolivianos.pdf#page=10>. Acesso em 27 de agosto de 2014. pp. 09-18.

BALANDIER, Georges (1999). **O dédalo:** para finalizar o século XX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BARALDI, Camila et al. (2013). Informe Brasil. In: GAINZA, P. P. (coord.). **Informe Políticas Migratorias e Integración em América del Sur**. São Paulo: Espacio Sin Fronteras. Disponible en: <<http://www.cdhic.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Informe-Politicas-Migratorias-America-do-sul.pdf>>. Acesso 28 de julho de 2013.

BAUMAN, Zygmunt. (1999). **Modernidade e Ambivalência**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____. (2009). **Confiança e medo na cidade**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2009.

BINOCHE, Bertrand (2010). Religião privada, opinião pública. In: CARLOS DOS SANTOS, Antonio (org.). (2010). **O outro como problema:** o surgimento da tolerância na modernidade. São Paulo, Alameda. pp. 15-40.

BONASSI, Margherita (2000). **Canta, América sem fronteiras!:** imigrantes latino-americanos no Brasil. São Paulo: Edições Loyola.

BONDUKI, Nabil, (1998) **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP.

BOURDIEU, Pierre (org.), (2012). **A Miséria do mundo.** Petrópolis, RJ, Vozes.

BULLA, Beatriz (2014). **Brasileiro se diz insatisfeito com serviços públicos.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasileiro-se-diz-insatisfeito-com-servicos-publicos,1158006,0.htm>>. Acesso em: 20 de março de 2014.

CACCIAMALI, M. C; AZEVEDO, F. A. G. de. (2006). Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: A situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. **Cadernos PROLAM/USP.** São Paulo, vol. 1, ano 5, pp. 129-43. Disponível em <www.usp.br/prolam/downloads/2006_1_7.pdf> Acesso em 17 jan. de 2011.

CAMARGO DE OLIVEIRA, Gabriela (2012). **A segunda geração de latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

CAMPOS, Geraldo A. G. de. (2009). **Entre devires e pertencimentos:** a produção da subjetividade entre imigrantes bolivianos em São Paulo. 116f. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, Ciências Sociais. São Paulo.

CARLOS DOS SANTOS, Antonio. Problemas morais e engajamento político: Montesquieu e o tema da tolerância. In: CARLOS DOS SANTOS, Antonio (org.). (2010). **O outro como problema**: o surgimento da tolerância na modernidade. São Paulo, Alameda. pp. 103-118.

CARNEIRO, Sandra de Sá (2009). Tu mora onde? Território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT'ANNA, Maria Josefina G. (org.): **Cidade, olhares e trajetórias**, Rio de Janeiro: Garamond. pp. 219-239.

CASTEL, Robert (2012). **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes.

CASTELLS, Manuel. (1999). **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra.

CAVALCANTI, Leonardo (2005). Imigrante na Cidade: Paradoxos e Pleonasmos. **Travessia**. São Paulo, nº. 51, jan./abr.

CDHIC. (2012). **Propostas para uma Política Municipal de Migrações**. Disponível em: <<http://www.cdhic.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Propostas-CDHIC-ao-Governo-Haddad-politica-mun-migracao.pdf>> Acesso 30 de julho de 2013.

CHAMPAGNE, Patrick. (2012). Uma família integrada. In: BOURDIEU, Pierre (org.) **A Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ, Vozes. pp. 103-16

DATAFOLHA (2014). **Avaliação econômica**. Disponível em <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/04/07/expectativas-economicas.pdf>>. Acesso em 13 de maio de 2014.

DESLANDES, Suely F. (2011). O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES; Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.), **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes. pp. 31-60.

DORNELAS, Sidnei M. (2009) – Para sair do confinamento: a experiência das visitas às oficinas de costura de imigrantes bolivianos no quadro do projeto *Somos Hermanos*. **Travessia – Revista do Migrante**. São Paulo, nº. 63, pp. 20-5.

ELIAS, Norbert (1994). **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. (2000). *Estabelecidos e outsiders*. São Paulo, Zahar.

FAVARETTO, Júlia S. (2012). **Descolonizando saberes**: histórias de bolivianos em São Paulo. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo.

FERNANDEZ, Camila C. G. (2015). **Entre dois países, sonhos e ilusões**: trajetórias de e/imigrantes bolivianos em São Paulo (1980-2000). Tese (Doutorado em História) apresentada à PUC-SP – História – São Paulo.

FLICK, Uwe (2009). **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed.

FORTUNA, Carlos e SILVA, Augusto Santos (2005). A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural, In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (org.): **A globalização e as Ciências Sociais**, 3ª ed., São Paulo, Cortez Editora. pp. 419-474.

FREIRE DA SILVA, Carlos. (2008). **Trabalho informal e redes de subcontratação**: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____ (2009). Precisa-se: Bolivianos na Indústria de Confeções em São Paulo. **Travessia**. São Paulo, ano XXII, nº. 63, jan./ abr., pp. 05-11.

FREITAS, Patrícia Tavares (2009). **Imigração e Experiência Social**: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas.

GALETTI, Roseli. (1995). Migração de Estrangeiros no Centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. In: PATARRA, Neide (org.), **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 1ª edição. Vol. 1. São Paulo, FNUAP: 1995. pp. 133-43.

GOFFMAN, Erving. (2008). **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada . Quarta Edição. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC.

HALL, Stuart (2003). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik ; trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte : UFMG - Brasília : Representação da UNESCO no Brasil.

_____ (2010), El espectáculo del otro. In: RESTREOI, E.; WALSH, C. y VICH, V. (ed.), **Stuart Hall Sin Garantías**: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales, Bogotá, Envión Editores, pp. 419-446.

_____ (2011). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A.

HARVEY, David (1982). O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Revista Espaço e Debates**, n. 6, ano II, junho/ setembro de 1982.

HIRYE, H. M. Cursino de Moura (2006). **Estrangeiridade, invisibilidade política e vulnerabilidade psíquica: imigrantes bolivianos em São Paulo**. Ago. 2006. Disponível em: <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/anais2006/4.20.3.1.htm>>. Acesso em: 28 Set. 2010.

HUAYHUA, Gladys L. (2007). **Primeira e segunda geração de jovens imigrantes argentinos, bolivianos e peruanos em São Paulo**: um estudo psicossocial da identidade e aculturação. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

IBGE (2004): **Dimensão social**: habitação. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/habitacao.pdf> Acesso em 07 de abril de 2014.

IBGE, 2010. Descrição das Variáveis. In: **Microdados da amostra do Censo 2010**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/SP2-RM.zip> Acesso em 17 de jun. de 2015.

ILLES, Paulo; TIMÓTEO, Gabrielle L. S. & FIORUCCI, Elaine da S. (2008). Tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo. In: **Cadernos Pagu**, nº 31, Universidade de São Paulo. pp. 199-217.

JODELET, D. (2002). A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, Vozes. pp. 47-67.

KHOURI, Selma (2010). **Mulheres bolivianas em um Hospital Público em São Paulo**. Monografia (Especialização em Serviço Social). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB).

KLINBERG, O. (1992). **Psicologia social**. Trad. Victorino Perez. Mexico : Fondo de Cultura Economica.

KOWARICK, Lúcio. (2009). **Viver em risco:** sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34.

LEFEBVRE, Henri (1972). **O pensamento marxista e a cidade.** Povia de Varzim: Ed. Ulissea.

LIGHT, Ivan (2005). The Ethnic Economy. In: SMELSER, Neil J. & SWEDBERG, Richard (orgs.), **The handbook of economic sociology.** Princeton University Press, New York. pp. 650-77

MACHADO, L. (2014). Estrangeiro terá direito a Bolsa Família em São Paulo: medida valerá a partir da semana que vem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Cotidiano. 04 de dez. de 2014.

MAGALHÃES, Giovanna M. (2010). **Fronteiras do direito humano à educação:** um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARQUES, Eduardo. (2005). Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo & TORRES, Haroldo (organizadores), **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**, São Paulo: Editora Senac São Paulo. pp. 19-56

MARTES, Ana Cristina Braga; FALEIROS, Sarah Martins. (2013). Acesso dos imigrantes bolivianos aos serviços públicos de saúde na cidade de São Paulo. **Saúde soc.**, São Paulo , v. 22, n. 2, Junho 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de maio de 2014.

MARTINE, George (2005). A Globalização Inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, vol. 19, nº. 3, jul./set.

MARTINEZ, Vanessa N. (2010). **Equidade em saúde**: o caso da tuberculose na comunidade de bolivianos no município de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINS, José de S. (1996). **Desfigurações**: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole. São Paulo, Hucitec.

MASCARO, Laura D. M. (2014). Migrantes bolivianos: abordagem de direitos humanos ao direito ao desenvolvimento. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. (organizadores), **Saúde e História de Migrantes e Imigrantes**: Direitos, Instituições e Circularidades.– São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2014. pp. 199-226.

MASSEY, Douglas (1998). Economic Development and International Migration in Comparative Perspective. **Population and Development Review**, 14, pp. 383-413.

MUNIZ, Jerônimo O. (2002). Um ensaio sobre as causas e características da migração. In: **UFMG/Cedeplar/Demografia – Avaliação** (Componentes de Dinâmica Demográfica). Disponível em <http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf> Acesso em 08 de maio de 2014.

NOGUEIRA, Oracy (2006). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre as relações raciais no Brasil. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 19, n.1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>> Acesso em: 29. maio, 2016.

OLIVEIRA AGUIAR, Ana Lúcia (2009). **Os bolivianos na periferia de Guarulhos**. Iniciação Científica. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo.

OMS – ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (2004). OPAS – Organización Panamericana de la Salud. **Sistema regional de datos en salud – perfil de país**: resumen del análisis de situación y tendencias de salud – Bolívia. La Paz, 2004. Disponível em: <

<http://www.ops.org.bo/textocompleto/prensa/perfil-bolivia-2004.pdf>>. Acesso em 01 de mar. 2016.

PAES, Vanessa G. (2011). **Trânsito de identidades e estratégias de negociação familiar: deslocamentos populacionais entre a Bolívia e o Brasil**. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo.

PAMPLONA, João Batista (2001). **Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal.

PARK, Robert. Erza (1976). A Cidade: Sugestões para a investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.), **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar. pp. 26-67.

PATARRA, Neide Lopes. (2006). Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo. v. 20, n. 57, pp. 7-24.

PERRIN, Fernanda (2015). Linha nova; **Folha de São Paulo**. São Paulo, 24 mai. 2015. Cad. Mercado mpme [guia especial da micro, pequena e média empresa]. pp. 1-2.

PIERUCCI, Antônio Flávio (1999). **Ciladas da diferença**. São Paulo, Ed. 34.

PONTEDEIRO OLIVEIRA, Lis R (2013). **Encontros e confrontos na escola: um estudo sobre as relações sociais entre alunos brasileiros e bolivianos em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PRETURLAN, Renata B. (2012). **Mobilidade e classes sociais: o fluxo migratório boliviano para São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo.

PUCCI, Fabio Martinez Serrano (2011). A Inserção dos Bolivianos nos bairros do Bom Retiro, Brás e Pari e a Produção da Alteridade: como são vistos pela vizinhança. **Relatório Científico de Iniciação Científica**, São Paulo, CNPq. 316p.

_____. (2013). **Bolivianos em São Paulo: redes, territórios e a produção da alteridade.** Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D8902.dir/Pucci_trabajo_final.pdf> Acesso em 12 de mar. de 2014.

REZERA, Danielle N. (2012). **Gênero e trabalho: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo 1980 a 2010.** Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, Artur; GODOY, Marcelo; FUKUDA, Nilton. (2013). **Imigrantes engrossam luta por moradia na cidade.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,imigrantes-latinos-engrossam-luta-por-moradia-na-cidade,1024893,0.htm>>. Acesso em 07 de maio de 2014.

ROLNIK, Raquel (2001). **São Paulo.** São Paulo: Publifolha. – (Folha explica).

ROSA, M. D. et. alli (2009). A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. **Revista Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 12, n. 3, pp. 497-511, set. 2009.

SANTOS, Milton (2007). **O espaço do cidadão.** São Paulo: EDUSP.

SASAKI, Elisa; M.; ASSIS, Gláucia O. (2000). Teorias das migrações internacionais. In: **Anais do XII Encontro Nacional da ABEP.** Caxambu, outubro de 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf> Acesso em 11 de maio de 2014. pp. 01-19.

SASSEN, Saskia (1998). **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel Editora.

_____. (2010). **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre, Artmed.

SAYAD, Abdelmalek. (1998). **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____. (2012). Uma família deslocada. In: BOURDIEU, Pierre (org.), (2012). **A Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ, Vozes. pp. 35-52.

SENNET, Richard (1988). **O Declínio do Homem Público**: As tiranias da intimidade. Trad. Lygia Araujo Watanabe. São Paulo, Cia. Das Letras.

_____. (2012). **O Artífice**. Trad. Clóvis Marques – 3ª edição – Rio de Janeiro: Record.

SILVA, Sidney A. da. (1995a). Uma face desconhecida da metrópole: os Bolivianos em São Paulo. **Travessia**. São Paulo, nº. 23, set.

_____. (1995b). Migrações Laborais na América do Sul: o caso dos bolivianos. In: PATARRA, Neide (org.), **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 1a edição. Vol. 1. São Paulo, FNUAP, pp. 181-7.

_____. (1997). **Costurando Sonhos** – Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, Paulinas.

_____ (1998a). Clandestinidade e Intolerância: O caso dos Bolivianos em São Paulo. **Travessia**. São Paulo, n°. 30, jan./abr.

_____ (1998b). Costureiros hoje “oficinistas” amanhã? Indagações sobre a questão da mobilidade econômica e social entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1, 1998, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ed. IPARDES/FNUAP, pp. 383-94.

_____ (1998c). Imigrantes bolivianos que trabalham nas pequenas confecções de São Paulo: aspectos do seu processo de reprodução social. SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES ET ALII. **O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio - Desafios Pastorais**. 1a ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, pp. 175-90.

_____ (2003). **Virgem/Mãe/Terra: Festas e Tradições Bolivianas na Metrópole**. São Paulo: HUCITEC/ FAPESP.

_____ (2005a). **Bolivianos: A presença da cultura andina**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____ (2005b). “A Praça é Nossa!”: Faces do Preconceito num Bairro Paulistano. **Travessia**. São Paulo, n°. 51, jan./abr.

_____ (2005c). A Migração dos Símbolos: diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, vol. 19, n° 3, jul./set.

_____ (2006). Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Revista de Estudos Avançados da USP – Dossiê Migrações**. São Paulo, vol. 20, n° 57, mai./ago.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a12v2057.pdf>> Acesso em: 07 set. de 2010.

_____ (2007). Etnia, Nação e Regionalismos no jogo identitário entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. In: HEIDEMANN, Heinz D.; SILVA, Sidney A. Da (orgs.): **Simpósio Internacional – Coletânea de Textos – Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo, Humanitas, pp. 123-36.

SILVEIRA, Cássio et. alli (2014). Processos Migratórios e Saúde: uma breve discussão sobre abordagens teóricas nas análises em saúde dos imigrantes no espaço urbano. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. (organizadores), **Saúde e História de Migrantes e Imigrantes: Direitos, Instituições e Circularidades**. – São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2014. pp. 73-90.

SILVESTRI, Graciela. (2011) O caminho para a cidade: viagem e a condição estrangeira em relação ao transcurso espacial. In: LANNA, Ana Lúcia D. et. alli (orgs.), **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda. pp. 471-93.

SIMMEL, Georg. (1976). A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.), **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar. pp. 11-25.

SIMMEL, Georg. (1983). O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). **Simmel – Sociologia**. Trad. de Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 34. pp. 182-188.

SIMONE, Angélica dos Santos (2014). **Os cortiços na paisagem do Brás e Belenzinho, São Paulo: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo.

SINGER, Paul Israel (1977). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional.

SMELSER, Neil J. & SWEDBERG, Richard (orgs.), (2005). **The handbook of economic sociology**. Princeton University Press, New York.

SOUCHAUD, Sylvain (2011). Presença estrangeira na indústria das confecções e evoluções urbanas nos bairros centrais de São Paulo. In: LANNA, Ana Lúcia D. et. alli (orgs.), **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda. pp. 63-88.

_____ (2012). A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo?, In: **Imigração Boliviana no Brasil**, Rosana Baeninger (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/ Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. 316p. pp. 75-92.

STANDING, Guy (2015). **O precariado**: a nova classe perigosa. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

TIMÓTEO, Gabrielle L. S. (2011). **Os trabalhadores bolivianos em São Paulo**: uma abordagem jurídica. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

TODOROV, Tzevan. (1999). **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro, São Paulo, Ed. Record.

TRUZZI, Oswaldo (2011). Redes em processos migratórios. In: LANNA, Ana Lúcia D. et. alli (orgs.), **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda. pp. 19-38.

_____ (2012). Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 55, n. 2, pp. 517-553, 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Dec. 2015.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (1980). **A vida em conjunto**: um estudo da política da habitação popular. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. (coord.) (2000). **Estrangeiros na Metrópole**: espacialização, trajetórias e redes de sociabilidade dos imigrantes em São Paulo. Relatório de Andamento, São Paulo, CNPq.

_____. (2003a). **DiverCidade**: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo. São Paulo: EDUC. . pp. 323- 367.

_____. (2003b). Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais. In: CHAIA, Miguel e SILVA, Ana Amélia da (orgs.), **Sociedade, cultura e política**: ensaios críticos. São Paulo: EDUC. pp. 323-367.

_____. (coord.) (2003c). **Estrangeiros na metrópole**: a produção da alteridade, cultura e territórios em São Paulo. Relatório de Andamento da Pesquisa. São Paulo, CNPq.

_____. (2009). **Alteridade e Segregação em São Paulo**: habitações da pobreza e a produção do “OUTRO”, Vínculos e Rupturas. Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq, período 2010-2014.

_____. (2016). Segregação e alteridade na metrópole: novas e velhas questões sobre cortiços em São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR., Heitor (orgs.), **Pluralidade urbana em São Paulo**: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: Editora 34, FAPESP. pp. 111-140.

VERNANT, Jean-Pierre (1988). **A morte nos olhos**: figurações do outro na Grécia antiga. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Zahar.

VIDAL, Dominique. (2012). Convivência, alteridade e identificações: brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana (Org.), **Imigração Boliviana no**

Brasil, – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/ Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. 316p. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/bolivianos/livro_bolivianos.pdf#page=10>. Acesso em 27 de agosto de 2014. pp. 93-108.

VILLAÇA, Flávio (1999). Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, Maria Adélia A. et alli (orgs.): **Metrópole e Globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Ed. CEDESP.

WACQUANT, Loïc (2001). **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: REVAN.

WEBER, Max (1946). **Economia e sociedade**. México, Fondo de Cultura Económica.

_____ (1967). Classe, estamento e partido. In: GERTH, H., MILLS, W. (orgs.). **Ensaio de sociologia (ES)**. Rio de Janeiro: Zahar. pp. 126-137.

WIEVIORKA, Michel. (2006). **Em que mundo viveremos?** Trad. Eva Landa e Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva.

WIRTH, Louis (1976). O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.), **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar. pp. 90-113.

XAVIER, Iara Rolnik. (2009). A Cidade de El Alto e os Fluxos de Bolivianos para São Paulo. **Travessia**. São Paulo, ano XXII, nº. 63, jan./abr.

_____ (2010). **Projeto migratório e espaço**: os bolivianos na região metropolitana de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ZYGOURIS, Radmila (1998). De Alhures ou de Outrora ou Sorriso do Xenófobo.
In: KOLTAI, Catherine (org.) **O Estrangeiro**. São Paulo: Escuta. pp. 193-210.

APÊNDICE A

Tabela 04: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por distrito, segundo o Censo 2010 (IBGE)			
Distritos	Total da população (A)	Nº Absoluto de bolivianos (B)	Frequencia relativa (B/A)
Região Norte			
Anhanguera	65859	24	0,04%
Brasilândia	264918	214	0,08%
Casa Verde	85624	1252	1,46%
Limão	80229	226	0,28%
Santana	118797	273	0,23%
Tucuruvi	98438	248	0,25%
Vila Guilherme	54331	842	1,55%
Vila Maria	113463	1880	1,66%
Jaçanã	94609	700	0,74%
Mandaqui	107580	183	0,17%
Perus	80187	15	0,02%
Tremembé	197258	787	0,40%
Vila Medeiros	129919	2010	1,55%
São Domingos	84843	20	0,02%
Freguesia do Ó	142327	381	0,27%
Jaraguá	184818	331	0,18%
Cachoeirinha	143523	145	0,10%
Pirituba	167931	409	0,24%
Subtotal Norte	2214654	9940	0,45%
Região Oeste			
Butantã	54196	0	0,00%
Jaguará	24895	0	0,00%
Lapa	65739	30	0,05%
Perdizes	111161	37	0,03%
Morumbi	46957	70	0,15%
Pinheiros	65364	20	0,03%
Alto de Pinheiros	43117	0	0,00%
Jaguaré	49487	29	0,06%
Raposo Tavares	100164	20	0,02%
Rio Pequeno	118835	36	0,03%
Vila Leopoldina	39485	0	0,00%
Vila Sônia	108441	11	0,01%

Barra Funda	14383	0	0,00%
Jardim Paulista	88692	147	0,17%
Subtotal Oeste	930916	400	0,04%
Região Centro			
Bela Vista	69460	193	0,28%
Bom Retiro	33892	1113	3,28%
Brás	29265	772	2,64%
Consolação	57365	47	0,08%
Liberdade	69092	20	0,03%
Sé	23651	26	0,11%
República	56981	126	0,22%
Santa Cecília	83717	302	0,36%
Pari	17299	1078	6,23%
Subtotal Centro	440722	3677	0,83%
Região Leste			
Belém	45057	1600	3,55%
Vila Formosa	94799	0	0,00%
Vila Matilde	104947	359	0,34%
Tatuapé	91672	59	0,06%
Cangaíba	136623	1031	0,75%
Água Rasa	84963	120	0,14%
Aricanduva	89622	0	0,00%
Artur Alvim	105269	19	0,02%
Itaim Paulista	224074	0	0,00%
Itaquera	204871	120	0,06%
Jardim Helena	135043	51	0,04%
São Lucas	142347	0	0,00%
São Mateus	155140	6	0,00%
Mooca	75724	149	0,20%
São Miguel	92081	22	0,02%
São Rafael	143992	209	0,15%
Sapopemba	284524	67	0,02%
Vila Curuçá	149053	15	0,01%
José Bonifácio	124122	104	0,08%
Parque do Carmo	68258	0	0,00%
Vila Jacuí	142372	630	0,44%
Carrão	83281	153	0,18%
Cidade Líder	126597	172	0,14%
Cidade Tiradentes	211501	0	0,00%
Ermelino Matarazzo	113615	55	0,05%
Guaianases	103996	0	0,00%
Ponte Rasa	93894	256	0,27%

Lajeado	164512	350	0,21%
Penha	127820	950	0,74%
Iguatemi	127662	34	0,03%
Subtotal Leste	3847431	6531	0,17%
Região Sudeste			
Sacomã	247851	41	0,02%
Saúde	130780	151	0,12%
Cursino	109088	0	0,00%
Cambuci	36948	71	0,19%
Ipiranga	106865	18	0,02%
Jabaquara	223780	0	0,00%
Vila Mariana	130484	0	0,00%
Vila Prudente	104242	0	0,00%
Subtotal Sudeste	1090038	281	0,03%
Região Sul			
Santo Amaro	71560	0	0,00%
Campo Belo	65752	76	0,12%
Campo Grande	100713	62	0,06%
Campo Limpo	211361	103	0,05%
Capão Redondo	268729	53	0,02%
Cidade Ademar	266681	43	0,02%
Cidade Dutra	196360	96	0,05%
Grajaú	360787	281	0,08%
Moema	83368	18	0,02%
Itaim Bibi	92570	0	0,00%
Jardim Ângela	295434	40	0,01%
Jardim São Luís	267871	0	0,00%
Parelheiros	131183	45	0,03%
Pedreira	144317	0	0,00%
Marsilac	8258	0	0,00%
Vila Andrade	127015	37	0,03%
Socorro	37783	0	0,00%
Subtotal Sul	2729742	854	0,03%
Total	11253503	21683	0,19%
Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico (IBGE) de 2010			

APÊNDICE B**Termo de consentimento Livre e Esclarecido**

Estou ciente que a pesquisa “Viver ‘Outramente’: Moradia, Condições de Vida e a Produção da Alteridade dos Bolivianos em São Paulo” está sendo realizada com finalidade acadêmica e garantirá sigilo e privacidade das informações coletadas.

Estou esclarecido(a) sobre os objetivos e metodologia utilizados e concordo com minha participação na pesquisa.

São Paulo, dia ____ de _____ de _____.

Assinatura

APÊNDICE C

Termo de consentimento Livre e Esclarecido (versão para SMS)

Convido você a participar da pesquisa “Viver ‘Outramente’: Moradia, Condições de Vida e a Produção da Alteridade dos Bolivianos em São Paulo”, que está sendo realizada com finalidade acadêmica.

O objetivo da pesquisa é apreender as questões da segregação e suas determinantes, a produção da alteridade e os problemas atuais de subcidadania, por meio da identificação, análise e estabelecimento de relações entre a constituição de territórios estrangeiros de bolivianos na cidade de São Paulo, das diferentes soluções precárias de moradia e dos níveis de participação desse contingente nos serviços sociais oferecidos pelas políticas públicas.

O intuito é encontrar soluções macroestruturais aos problemas levantados. Portanto, as perguntas não visam a uma avaliação individual de seu desempenho, mas antes buscar elementos que apontem os caminhos de uma melhoria no atendimento aos imigrantes bolivianos.

Garanto o sigilo e privacidade das informações coletadas. Você tem o direito de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos.

Informo que haverá gravação de áudio durante a entrevista. Você está ciente de que a entrevista terá duração de 10 a 20 minutos. Haverá 20 questões divididas em 05 blocos. **A entrevista será realizada, obrigatoriamente, em local privado.**

Haverá um retorno dos resultados do estudo, quando de sua conclusão, caso seja de seu interesse acessá-lo. Você receberá uma via desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual está disponível meu contato.

Qualquer questão, dúvida, esclarecimento ou reclamação sobre os aspectos éticos dessa pesquisa, favor entrar em contato com:

- a) **Comitê de Ética em Pesquisas da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo:**
Rua General Jardim, 36, 1º andar. Telefone: 3397-2464 - e-mail: smscep@gmail.com
- b) **Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Sede Campus Monte Alegre:** localiza-se no andar térreo do Edifício Reitor Bandeira de Mello, na sala 63-C, na Rua Ministro Godói, 969 – Perdizes – São Paulo – SP – CEP: 05015-001 – Tel./FAX: (11) 3670-8466 – e-mail: cometica@pucsp.br

Qualquer questão, dúvida, esclarecimento ou reclamação quanto ao projeto, favor entrar em contato com:

- a) **Fabio Martinez Serrano Pucci** (Pesquisador Responsável):
São Paulo, dia ____ de _____ de _____.
-

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Agente de Saúde

APÊNDICE D

Roteiro de entrevista com os “vizinhos”, colegas de trabalho e empregadores dos bolivianos

Dados sobre o entrevistado

Há quanto tempo reside (trabalha) neste bairro?

O contato com os bolivianos

O senhor já viu bolivianos por aqui?

O senhor tem contato com eles no dia-a-dia?

Tem amigos bolivianos?

Nome	
Idade	
Sexo	
Estado civil	
Escolaridade	
Ocupação	
Bairro	

Qualificação e estigmas

O que o senhor acha dos bolivianos?

O que mudou no bairro depois que eles chegaram?

Eles são diferentes das pessoas daqui?

Como é a moradia deles?

Opinião

Os bolivianos devem ter o direito de manifestar as suas festas e danças na rua. O senhor concorda totalmente, concorda parcialmente, é neutro, discorda parcialmente ou discorda totalmente dessa afirmação?

Concorda totalmente ()

Concorda parcialmente ()

É neutro ()

Discorda parcialmente ()

Discorda totalmente ()

Se quiserem viver aqui, os bolivianos devem adotar os costumes dos brasileiros. O senhor concorda totalmente, concorda parcialmente, é neutro, discorda parcialmente ou discorda totalmente dessa afirmação?

Concorda totalmente ()

Concorda parcialmente ()

É neutro ()

Discorda parcialmente ()

Discorda totalmente ()

Os bolivianos estão tomando o emprego dos brasileiros. O senhor concorda totalmente, concorda parcialmente, é neutro, discorda parcialmente ou discorda totalmente dessa afirmação?

Concorda totalmente ()

Concorda parcialmente ()

É neutro ()

Discorda parcialmente ()

Discorda totalmente ()

Caso o imigrante boliviano não esteja regularizado, ele deve ser expulso do país. O senhor concorda totalmente, concorda parcialmente, é neutro, discorda parcialmente ou discorda totalmente dessa afirmação?

Concorda totalmente ()

Concorda parcialmente ()

É neutro ()

Discorda parcialmente ()

Discorda totalmente ()

Os bolivianos devem ser atendidos pelas Unidades Básicas de Saúde como qualquer brasileiro. O senhor concorda totalmente, concorda parcialmente, é neutro, discorda parcialmente ou discorda totalmente dessa afirmação?

Concorda totalmente ()

Concorda parcialmente ()

É neutro ()

Discorda parcialmente ()

Discorda totalmente ()

Os bolivianos devem ter acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida, como qualquer brasileiro. O senhor concorda totalmente, concorda parcialmente, é neutro, discorda parcialmente ou discorda totalmente dessa afirmação?

Concorda totalmente ()

Concorda parcialmente ()

É neutro ()

Discorda parcialmente ()

Discorda totalmente ()

APÊNDICE E

Roteiro de entrevista com os bolivianos sobre moradia, sociabilidade e acesso aos serviços públicos.

1. Tipo de unidade habitacional ocupada pelo boliviano:

Apartamento ()

Casa térrea/ sobrado ()

Cômodo de cortiço ()

Ocupação ()

Barraco em favela ()

Barraco isolado ()

Outros (especifique) _____.

2. Coabitação

a) Existem outras famílias vivendo nessa moradia?

Sim () Não ()

(Continuar apenas se a resposta for “sim”, caso contrário passar ao item seguinte, caso a resposta seja “não”, passar à questão “g”).

b) Essas famílias são de compatriotas?

Sim () Não ()

c) Quantas famílias vivem aqui?

d) Você compartilha o quarto com outras famílias?

Sim () Não () Não há quartos ()

e) Você compartilha o banheiro com outras famílias?

Sim () Não () Não há banheiros ()

f) Você compartilha a cozinha com outras famílias?

Sim () Não () Não há cozinha ()

g) Você conhece alguém aqui em São Paulo que vive em quartos superlotados?

h) Você já ouviu falar de alguém que trabalha com costura nesse tipo de ambiente?

i) Que consequência você acha que isso teve para o comportamento dele?

j) Você já esteve alguma vez em uma situação como essa?

3. Trabalho

a) Você realizou alguma atividade remunerada nos últimos 30 dias?

Sim () Não ()

(Continuar apenas se a resposta for “sim”, caso contrário passar ao item seguinte).

b) Qual a sua ocupação nessa atividade?

c) Qual a sua condição em sua ocupação?

Assalariado com carteira assinada ()

Assalariado sem carteira assinada ()

Conta própria ()

Empregador ()

Outro (especifique) _____

d) Você trabalha no mesmo ambiente em que mora?

Sim () Não ()

e) Se saísse do seu emprego atual, você teria que deixar sua atual residência e conseguir uma nova?

Sim () Não ()

4. Forma de ocupação da moradia:

a) A sua residência é:

Própria, já quitada ()

Própria, por quitar ()

Alugada ()

Cedida ()

Outros (especifique) _____.

(Questões seguintes deste item somente para quem respondeu “alugada” na questão anterior. Se for “própria”, passar ao item 5. Caso contrário, passar ao item 6.)

b) O aluguel está formalizado em um documento assinado?

Sim () Não ()

c) Como é realizado o pagamento de aluguel?

Diretamente ao proprietário ()

Imobiliária ()

Outros (especifique) _____.

d) O seu patrão participa de que forma do pagamento de aluguel mensal da moradia?

Fornece dinheiro extra, cobrindo **totalmente** os gastos com aluguel ()

Fornece dinheiro extra, cobrindo **parcialmente** os gastos com aluguel ()

O seu patrão paga o aluguel diretamente ao proprietário e/ou imobiliária ()

O seu patrão não custeia o aluguel ()

Outros (especifique) _____.

e) Que grau de dificuldade encontrou para alugar essa moradia?

Não houve dificuldade ()

Um pouco difícil ()

Muito difícil ()

f) Com quais das seguintes dificuldades você se deparou ao alugar essa moradia?

Burocracia (exigência excessiva de documentos) ()

Preço do aluguel ()

Os donos dos imóveis não gostam de alugar para estrangeiros ()

Dificuldade de conseguir uma bolsa aluguel do governo ()

Não há oferta de imóveis no(s) bairro(s) em que você gostaria de morar ()

Você depende da moradia em que vive atualmente, pois trabalha ali ()

Outros (especifique) _____

5. Casa própria

a) Que grau de dificuldade encontrou para comprar essa moradia?

Não houve dificuldade ()

Um pouco difícil ()

Muito difícil ()

b) Com quais das seguintes dificuldades você se deparou ao adquirir a moradia? Dificuldade de acesso a crédito imobiliário ()

Não há oferta de imóveis no(s) bairro(s) em que você gostaria de morar ()

Preço do imóvel ()

Burocracia (exigência excessiva de documentos) ()

Você depende da moradia em que vive atualmente, pois trabalha ali ()

Outros (especifique) _____

6. Trajetória residencial

a) Há quantos anos e meses você vive na atual moradia?

b) Você já morou em outro lugar aqui em São Paulo?

Sim () Não ()

(Continuar apenas se a resposta for “sim”)

c) Recorda-se do primeiro lugar em que você morou quando chegou aqui em São Paulo?

Sim () Não ()

(As questões seguintes se destinam somente para quem respondeu que “sim” na questão anterior, caso contrário passe ao próximo item)

d) Por quanto tempo você viveu naquela habitação?

e) Em que bairro ficava esta habitação?

f) Comparando com o lugar em que você vive agora, aquele primeiro lugar em que você morou quando chegou aqui no país era:

Muito pior ()

Pior ()

Mesma coisa ()

Melhor ()

Muito melhor ()

7. Condições de moradia.

Vou ler alguns problemas que são comuns acontecerem nas moradias. Por favor, me diga “sim” quando você ouvir um problema que existe nessa moradia em que você vive agora:

Serviços

Falta de fornecimento de água ()

Água inadequada para beber/cozinhar ()

Encanamentos precários ()

Ausência de coleta de lixo ()

Ausência de fornecimento de energia elétrica ()

A instalação elétrica é precária ()

Ausência de serviços de telefonia ()

Ausência de escoamento de esgoto ()

Presença de fossa séptica ()

Estrutura

Parede de tapume ()

Parede apresenta rachaduras ()

Há infiltração de água ()

O material do teto é inadequado ()

O piso é de terra batida ()

O material do piso é precário ()

Infestação de ratos e/ou insetos ()

Outros (especifique) _____

8. Aspiraões quanto à moradia

Na festa de Ekeko são compradas as Alasitas, como miniaturas de carro, de dinheiro, de casinhas e até mesmo de canteiro de obras (com cimento, pás e materiais de construção).

a) Você já participou da festa de Ekeko?

b) Que Alasitas escolheu?

c) O que te motiva a querer uma casinha/ canteiro de obras?

d) Se ganhasse essa casinha, onde a colocaria? Por quê?

9. Sociabilidade

a) É comum que ao viver em um país estrangeiro, os imigrantes levem algum tempo para fazer amizades ou conhecer novas pessoas. O senhor tem amigos próximos nesse bairro?

Sim () Não ()

(caso sim:) Você tem amigos próximos que sejam brasileiros?

Sim () Não ()

(caso sim:) Quantas vezes o senhor os encontra por semana?

b) O que você costuma fazer com seus amigos?

Futebol ()

Churrasco ()

Festas ()

Outros (especifique) _____ ()

c) Em quais bairros você costuma ir?

d) É melhor viver em um bairro onde já vivam outros compatriotas bolivianos.

Concorda totalmente ()

Concorda parcialmente ()

É indiferente ()

Discorda parcialmente ()

Discorda totalmente ()

e) Ao escolher essa vizinhança para morar, você procurou a ajuda de alguém? Quem?

Familiares ()

Amigos bolivianos ()

Amigos brasileiros ()

Outros (especifique) _____.

Não procurou ajuda de ninguém ()

f) Alguns brasileiros não recebem bem aos imigrantes nesse bairro. O senhor concorda ou discorda dessa afirmação?

Concorda () Discorda ()

g) O senhor conhece o caso de algum boliviano que já tenha sido mal recebido nesse bairro pelos brasileiros?

h) Alguma vez já aconteceu algo parecido com o senhor?

10. Acesso aos serviços sociais de saúde

a) Você já participou de algum programa de saúde do governo? Qual?

Programa Saúde da Família ()

Programa Remédio em Casa ()

Outros (especifique) _____.

Nunca participou de nenhum programa de saúde () **(pular para a questão “c”)**

b) Como você avalia esse(s) programa(s) de saúde?

Muito ruim ()

Ruim ()

Regular ()

Bom ()

Muito bom ()

c) Você tem cartão do SUS? (se “não”, pular para questão “g”)

Sim () Não ()

d) Como você avalia os postos de saúde do SUS?

Muito ruim ()

Ruim ()

Regular ()

Bom ()

Muito bom ()

e) Quantos minutos você leva caminhando para chegar ao posto de saúde mais próximo?

De 5 a 15 minutos ()

De 20 a 30 minutos ()

De 40 minutos a 01 hora ()

Entre uma hora a 02 horas ()

Mais de 02 horas ()

f) Quando você vai a um posto de saúde você é:

Mais bem atendido que os outros ()

Atendido da mesma forma que os outros ()

Pior atendido que os outros ()

g) Você utiliza plano de Saúde Privado?

Sim () Não ()

Se “não”, pular para o próximo item.

h) Há quanto tempo?

___ meses e ___ anos

i) Para que você usa esse plano de saúde?

11. Acesso às políticas de habitação

a) Você já participou de alguma política de habitação do governo? Qual(ais)?

Programa Minha Casa, Minha Vida ()

Programa Bolsa Aluguel ()

Outros (especifique) _____.

Nunca participou () **(Pular para o item seguinte)**

b) Como você avalia essa(s) política(s) de habitação?

Muito ruim ()

Ruim ()

Regular ()

Bom ()

Muito bom ()

c) Nesse programa de habitação você é:

Mais bem atendido que os outros ()

Atendido da mesma forma que os outros ()

Pior atendido que os outros ()

12. Movimentos de luta por moradia e/ou saúde

a) Você já participou de algum movimento de luta por moradia ou saúde?

Qual(ais)?

Movimento dos Sem Teto (MTST) ()

Frente de Luta pela Moradia (FLM) ()

Luta por direitos dos imigrantes ()

Outros (especifique) _____.

Nunca participou () **(Pular para o item seguinte)**

b) Como chegou ao movimento?

13. Documentação

É muito comum que os estrangeiros no Brasil tenham dificuldade de conseguir regularizar sua estadia. Qual sua condição aqui no país?

Tem um documento de residência definitivo ()

Tem um documento de residência provisório ()

Está aguardando um documento de residência ()

Está indocumentado ()

14. Balanço Final

a) Olhando para trás, você acha que valeu a pena ter imigrado para o Brasil? Por quê?

b) Existe alguma história que você queira compartilhar sobre o assunto que falamos aqui?

c) Das questões apresentadas acima, quais você achou mais difícil de responder? Por quê?

15. Dados Demográficos

OBS.: Os dados serão mantidos em sigilo

Nome	Estado	Tipo de	Se	Idade	Escolaridade	Ocupa	Tempo de
------	--------	---------	----	-------	--------------	-------	----------

	Civil	Parentesco	xo			ção	residência no país (desde a última mudança)

Bairro	Valor do aluguel	Valor da prestação da casa própria	Bolsa Família (S/N)	Bolsa Aluguel (S/N)

Obrigado por sua participação!

Campo de observações:

APÊNDICE F**Roteiro de Entrevista com os Agentes de Saúde do Estratégia Saúde da Família.**

Bairro da UBS:

Endereço da UBS:

Telefone da UBS:

Ocupação do entrevistado:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Estado civil:

**Há relatórios estatísticos do
atendimento?**

A – Perfil dos atendidos

A1 – Qual o perfil dominante dos imigrantes bolivianos atendidos?

Famílias com filhos ()

Indivíduos isolados ()

Ambos ()

A2 – Qual a faixa de idade dos bolivianos atendidos? **(Uma resposta não exclui as demais)**
Em que proporção percentual?

Crianças – faixa etária:

0 - 5 () () %

6 - 10 () () %

10 – 14 () () %

Adolescentes – faixa etária:

15 - 21 () () %

Adultos – faixa etária:

22 - 30 () () %

31 - 40 () () %

41 - 50 () () %

51 - 60 () () %

61 - 70 () () %

Mais de 70 () () %

A3 - Qual é predominantemente o sexo do atendido e em que proporção? **(Uma resposta não exclui as demais)**

Masculino () % Feminino () %

A4 - Qual a ocupação deles geralmente? E em que proporção? **(Uma resposta não exclui as demais)**

Assalariado com carteira assinada () () %

Assalariado sem carteira assinada () () %

Conta própria () () %

Empregador () () %

B- Atendimento específico de saúde

B1- De quais programas de saúde eles costumam participar? **(Uma resposta não exclui as demais)**

Remédio em Casa ()

Estratégia Saúde da Família ()

Outros (especifique)_____.

B2- Que serviços eles costumam procurar nessa UBS? **(Uma resposta não exclui as demais)**

Vacinação ()

Primeiros socorros ()

Pediatria ()

Violência doméstica ()

Mulher ()

Criança ()

Ginecologia Obstetrícia ()

Pressão ()

Questões respiratórias ()

Qual? _____.

Tuberculose ()

Doenças infecciosas ()

Qual? _____.

Acidentes de trabalho ()

De que tipo? _____.

Outros (especifique) _____.

B3- Quais são as doenças mais comuns encontradas entre esse grupo de atendidos?

C- Caracterização do bairro/ condições de moradia

C1- Qual é o tipo de unidade habitacional ocupada por eles?

Apartamento ()

Casa térrea/ sobrado ()

Cômodo de cortiço ()

Ocupação ()

Barraco em favela ()

Barraco isolado ()

Outros (especifique) _____.

C2- Como são, em geral, as condições de moradia dos bolivianos nesse bairro?

C3- Os dormitórios são compartilhados por mais de uma família?

C4- Como é o ambiente em que eles trabalham?

C5- Quais os problemas decorrentes deles viverem juntos em espaços pequenos?

C6- Vêm a sua memória algum caso típico dessas moradias que você tenha visitado?

Descreva-o.

D- Alteridade/ Interculturalidade

D1- O que você acha do imigrante boliviano ter acesso à saúde pública no Brasil?

D2- Você acha que eles são atendidos da mesma forma que um brasileiro?

D3- Quais dificuldades específicas você encontra no momento de atender um imigrante boliviano?

D4- De que maneira a diferença de língua interfere na comunicação?

D5- De que forma as diferenças de costumes interferem na comunicação?

D6- Em sua opinião, de que maneira o atendimento a esses imigrantes pode ser melhorado?

E- Balanço Final

E1- Existe alguma história que você queira compartilhar sobre o assunto que falamos aqui?

Obrigado por sua participação!

Campo de observações:

APÊNDICE G

A “raça de bronze”

Rodriguez⁴² é um líder comunitário boliviano. Originário de La Paz, ele está há 33 anos no Brasil. Tem quatro filhos. Ele estudava direito na Bolívia, mas resolveu vir “por amor”, como diz, atrás de sua esposa (na época sua namorada) que fugiu grávida do país. Quando chegou aqui moraram em um cortiço durante algum tempo, enquanto procurou emprego. Depois, viveu em outros lugares, como uma oficina de um coreano em que trabalhou com a família. Diz com orgulho que, à época, chegou a trabalhar dezoito horas por dia. Dedicou-se 16 anos ao ramo da costura e outros 16 ao ramo da alimentação.

Ele é uma pessoa sensível às desigualdades sociais e, em alguns momentos da entrevista, revela ser mais levado pelas emoções do que pela razão – como na ocasião em que um coreano lhe pediu uma encomenda de bermudas para o fim de semana, por meio de um bom pagamento. Mas ele foi viajar e seus funcionários não fizeram uma bermuda sequer e, para piorar, pediram as contas. Possesso, ele destruiu lâmpadas, máquinas e cadeiras. Tomou um porre, chorou, mas decidiu nessa época, junto à família, mudar de ramo. Hoje tem mais de três restaurantes e está muito bem estabelecido em São Paulo. Há seis anos, inclusive, adquiriu uma casinha num bairro da Zona Norte de São Paulo.

Como acontece com a maioria dos imigrantes, contou com a ajuda de toda a família para montar o negócio. Ele trabalhava no caixa, sua esposa cozinhava e seus filhos eram os garçons. Um de seus filhos inclusive nos revelou em conversa informal o seu grande respeito, admiração e gratidão pelo pai. Não vê o seu trabalho no restaurante como uma forma de exploração. Esse fenômeno – dos filhos de imigrantes verem seu trabalho não pago mais como um aprendizado do que uma exploração – já foi relatado antes na literatura sobre economia étnica⁴³.

⁴² O nome escolhido é um pseudônimo.

⁴³ “No caso das crianças, se elas tiverem sido exploradas, deveriam protestar quando alcançam sua maioridade, mas elas não o fazem. Pelo contrário, quando essas crianças se tornam adultas e são perguntadas sobre sua experiência como mão-de-obra infantil não paga no negócio de família dos seus pais, elas admitem a existência de longas jornadas de trabalho incessante. Entretanto, percebendo esse trabalho árduo como uma condição de sobrevivência da firma, essas crianças (quando adultas) não o denominam de exploração. Elas dizem que ajudar

Nesse sentido, a ascensão de Rodriguez se deu no ramo da economia que se costuma chamar de “economia étnica”⁴⁴. Ele aproveitou um nicho pouco explorado, as comidas típicas de bolivianos. Com a vinda de muitos imigrantes nos anos 1990, nostálgicos da culinária local, o seu negócio deu muito certo.

Ele é o pioneiro no ramo de culinária boliviana no país, mas passou a se envolver cada vez menos com os seus negócios – deixando-os ao encargo da família – para se envolver cada vez mais na política (não como deputado, mas como líder da comunidade boliviana). Ele se envolveu com políticos e ajudou a revitalizar um importante ponto de encontro dos bolivianos na cidade, tendo sido o presidente do lugar por um período de sete anos. Depois o lugar se tornou um importante ponto turístico. Rodriguez também se tornou presidente da Associação de uma rua que também funciona como ponto de encontro entre os bolivianos.

Ele frequentemente promove campanhas comunitárias para o batismo de bolivianos e é consultado para eventos que se refiram à comunidade boliviana. Tudo isso faz dele, segundo um de seus filhos que o ajuda no restaurante, um “expert” no que se refere ao seu povo, pois os conhece muito de perto.

Ele é um entusiasta do “ethos trabalhador” do povo boliviano, tendo o qualificado como “raça de bronze”. Pelo mesmo motivo, não acredita que o seu povo precise de Bolsa Família e de nenhuma espécie de assistencialismo do governo. Como empreendedor, acredita no trabalho e é da opinião de que o boliviano deve diversificar seus ramos de trabalho, não permanecendo apenas com o ofício de costureiros (no sentido de que a coletividade deve buscar outros ramos de trabalho, e não no sentido de que um indivíduo boliviano deve saber alguma outra profissão além da costura). Tem quatro filhos, sendo um advogado, um administrador de empresas, um policial e o outro estudante de arquitetura. Pode-se notar que sua família já está assimilada ao país, tendo sido integrada à sociedade brasileira (seus filhos são prova disso). Mas, não satisfeito com isso, esse líder procura buscar essa integração também ao seu povo.

‘foi o mínimo que elas poderiam fazer’ para pagar o auto-sacrifício e o trabalho duro de seus pais”. (LIGHT, 2005, p. 656, tradução nossa).

⁴⁴ “Economias étnicas permitem aos imigrantes e às minorias étnicas reduzir a sua desvantagem e exclusão, negociando os termos de sua participação no mercado de trabalho geral de uma posição de maior força.” (LIGHT, 2005, p. 650, tradução nossa).

No entanto, ele quer manter seus privilégios conquistados, é claro, com muito trabalho. Exemplo disso é a crítica que faz à atual Coordenadoria de Políticas para Migrantes, da Gestão Haddad, que autorizou os ambulantes a comercializarem na rua onde estão concentrados os seus empreendimentos, o que ocasionou uma redução de seus lucros. Além disso, se percebeu uma crítica aos peruanos, que foram colocados como baderneiros e malandros, ao passo que os bolivianos seriam ingênuos e honestos. Por fim, ele também colocou na entrevista o ódio que tem dos coreanos, inclusive relatando um episódio em que ele – quando ainda recém-chegado ao país com a esposa – foi expulso de uma oficina em que trabalhava por conta de uma discussão que teve com seu chefe coreano, causada pela irritação deste com o choro de seu filho, ainda pequeno.

Assim, ele procura criar um campo simbólico para o boliviano, como trabalhador e honesto, mas à custa de excluir os peruanos, os coreanos e os ambulantes. Sabe que conquistou relativo prestígio para seu povo e que para manter isso é necessário defender esse campo e, para tanto, faz críticas àqueles que são os atuais *outsiders*. Nada mais natural que isso. Esse processo revela como a assimilação dos bolivianos têm se dado da mesma forma como se deu a ascensão social de outros grupos de imigrantes, ou seja, pela afirmação de qualidades e características distintivas que justifiquem a posição de prestígio que o seu grupo detém frente aos demais.

Rodriguez, portanto, é alguém que, não satisfeito em obter a condição de estabelecido por meio do sucesso nos negócios de restaurantes, procurou estender essa condição a todo seu povo e, com esse intuito, alcançou muitas realizações – como é prova o ponto de encontro que ajudou a desenvolver, promovendo muito a cultura boliviana entre os paulistanos. No entanto, essa busca é ambígua, uma vez que para ser concretizada ela necessita reproduzir a exclusão de outros grupos étnicos, do qual o seu próprio povo foi e talvez continue sendo alvo desde que chegou a esse país.

Ele conta logo no início da entrevista que os bolivianos, em geral, e ele mesmo, em particular, foram muito explorados pelos coreanos nos anos 1990. Atualmente, os bolivianos já estão assumindo esse lugar antes ocupado pelos coreanos, ao passo que novos grupos de imigrantes chegam ao país, como os paraguaios e os haitianos, por exemplo. Assim, delineia-se um caminho de ascensão do boliviano, muito parecido com o que ocorreu com outros grupos de imigrantes que antes ocupavam o “escalão mais baixo” da “cadeia alimentar” do ramo de costura em São Paulo, como os judeus e os coreanos, por exemplo.

Assim, a história de Rodriguez nos indica que a inserção na sociedade paulistana se dá ao custo de muita labuta e de um senso de oportunidade a que se poderia chamar “empreendedorismo”⁴⁵. Característica essa que o entrevistado considera fundamental para o sucesso do boliviano em São Paulo. Se os elementos já estão dados, cabe ao “empreendedor” dispô-los de uma nova forma, como fez Rodriguez com seu restaurante.

Ele passou 16 anos trabalhando duro e só depois encontrou a “autossuficiência”⁴⁶ com a qual pôde se dedicar à política e à promoção da cultura de seu povo. Abriu caminhos que poderão ser trilhados por outros muitos bolivianos que – hoje ainda labutando em condições de subalternidade –, no futuro, serão bem sucedidos em incrustar ainda mais profundamente a cultura boliviana na brasileira.

Esse sucesso de um indivíduo boliviano, no entanto, oculta uma contradição fundamental, uma vez que ela serve como motivação para que os bolivianos recém-chegados, – e, portanto, mais subalternizados – aceitem continuar a ser explorados, com a esperança de que, algum dia, alcancem eles também essa condição de “estabelecidos”.

Entrevista com Rodriguez:

Pesquisador: (...) então, eu to aqui fazendo uma pesquisa sobre a questão da moradia, enfim, das condições de vida dos bolivianos aqui em São Paulo. O senhor mora aqui há bastante tempo já, né. E eu fiquei sabendo também que o senhor tem bastante relação com a comunidade boliviana há pelo menos uns 20 anos aqui, né. Como é que o senhor vê a questão da moradia aqui? Geralmente, como que é o tipo de moradia que o boliviano mora?

Entrevistado: Bom, primeiramente muito obrigado por vir aqui (...), meu nome é Rodriguez. Eu moro aqui há 33 anos. Tenho 04 filhos. Dois profissionais. Um advogado, um que é administrador de empresas, um arquiteto e meu último filho que ele é policial. Então, levei a vida um pouco dura aqui no Brasil. Eu sou casado, tenho a minha esposa Y. E pra complementar, sobre o que você quer falar, o direito a moradia de nossos bolivianos. Em sua maioria, nós bolivianos que migramos aqui pro Brasil, na maioria não somos gente rica. Porque gente rica fica na Bolívia. Eles têm muita coisa, então nós viemos a trabalhar. Muitos ficamos, que nem eu fiquei. Eu vim atrás de um amor, um amor que minha esposa, né. Eu vim atrás dela. Porque eu também estudava na Bolívia. Então eu estudava na universidade Z. Estava fazendo a carreira de direito, de onde parei por amor (...). Então, cheguei aqui no Brasil e foi difícil sim. Porque qualquer chega, o migrante, pelo menos o migrante boliviano, chega da Bolívia com uma mão atrás e outra na frente. Com aquela coragem. **Porque nós aqui, na América do**

⁴⁵ Para Schumpeter, “empreendedorismo consiste em uma tentativa de realizar uma nova combinação de elementos antes já existentes.” (SMELSER & SWEDBERG, 2005, p. 12, tradução nossa).

⁴⁶ Entende-se “autossuficiência” como a capacidade de sustentar a si próprio economicamente e ainda dispor de tempo livre para outras atividades.

Sul, nós somos conhecidos como raça de bronze, porque gostamos de trabalhar. Se você fizer alguma pesquisa por aqui, você não vai achar um boliviano que seja preguiçoso. O boliviano gosta de trabalhar mesmo. Gosta de (...). Tem as suas exceções, que alguns bebem. A bebida sempre faz parte de toda pessoa, né. Chinês, brasileiro, africano, colombiano, todo mundo bebe, né. Nós também gostamos de uma cervejinha. Mas uma pergunta que você faz, do tipo da moradia, convivência, geralmente, pela falta de documentação, faz uns 15, 20, 25 anos, era muito difícil ter uma documentação. Então, nós chegávamos. Na verdade, às vezes nós chegávamos por conta própria. Ou, às vezes, éramos trazidos lá da Bolívia, pela falta de condições econômicas. E nós chegamos a trabalhar. 90% ou 95% dos bolivianos chegam e trabalham no ramo da costura. Então, nós chegamos às casas de coreanos. No meu caso foi na casa de coreanos. Porque depois da última remessa lá nos anos 1990, 1995, já o boliviano surgiu [ascendeu] economicamente, colocou suas lojas de costura. E tinha bolivianos que chegavam, donde nossos próprios conterrâneos. E antigamente, nos anos 1990, a moradia para nós era muito difícil. Nós trabalhamos com coreanos. E eu digo de peito aberto mesmo, nós fomos, naquela época, muito explorados pelos coreanos. Chegamos a trabalhar até 18 horas por dia. Eu trabalhei 18 horas por dia no ramo de costura. E as consequências ficam. Na idade que eu tenho. Tenho 53 anos hoje e agora estou ruim dos pulmões. Eu não consigo enxergar, mas trabalhei muito. Trabalhei bastante. E a nossa condição de moradia. Nós chegamos na casa de um coreano e num quarto, vamos dizer, de 5x5m, tínhamos umas 8 a 10 pessoas dormindo. Nós não tínhamos opção. Porque tínhamos aquele medo de que a Polícia Federal vai pegar a gente e vai mandar embora para nosso país, de volta. Então, nós nem saíamos. Só era trabalhar e trabalhar. E a moradia era da máquina para nossa cama e da nossa cama pra máquina. Isso foi durante muitos anos. Isso foi por volta dos anos 1985, 1990, 1995. Hoje, boliviano, já é um cara mais liberal. Graças a Deus que governos, tanto de senhor Lula da Silva e senhor Evo Morales fizeram um convênio do Mercosul, aonde nós temos, os bolivianos pelo menos, temos direito à nossa documentação. Então, agora, a chegada dos bolivianos aqui pro Brasil já é mais facilitada. Já não tem mais tanto sofrimento como tinha antigamente. Impossível chega, já não chega diretamente pra costura. Agora temos também, você já deve ter percebido, chega gente profissional. Nós temos aqui nos hospitais muitos médicos. Médicos bolivianos, temos muitos dentistas, oftalmologia. Então, hoje a colônia boliviana, estamos chegando quase a um milhão de bolivianos aqui, pelo menos em São Paulo. E desse milhão, já estamos ramificados. Nem todos se dedicam à costura. No meu caso, eu trabalhei durante 15 anos em costura. 15 anos eu trabalhei. E eu trabalhei muito. Hoje, depois de tantos anos, como eu te falo, tenho meus filhos profissionais, tenho os meus negócios, tenho os meus restaurantes na rua X. É fruto do meu trabalho. Porque ninguém vem da Bolívia a montar um negócio direto. Sempre tem que, como se diz, tem que pagar o direito de piso mesmo, tem que trabalhar. Eu sei que nos dias de hoje, estamos no ano 2015, os nossos bolivianos, não somos tão explorados como éramos uns 20 anos atrás. Mas também sei que os mesmos coreanos, que continuam trabalhando na costura, eles trazem outros coreanos que continuam – nesses anos 2015 – sendo explorados pelos mesmos coreanos. Graças a Deus que nos salvamos, porque nós gostamos de trabalhar. Nosso tipo de moradia era esse.

Pesquisador: Hoje em dia o senhor vive aonde, que tipo de habitação que é: uma casa, um apartamento?

Entrevistado: Faz uns seis anos atrás, mais ou menos nos anos 2009-2008, consegui comprar minha casinha. Eu moro lá no Jardim Brasil. Eu moro em uma casa de três andares com dois dos meus filhos, que dois já casaram e saíram de casa. Eu vivo comodamente hoje.

Pesquisador: Entendi. Então o senhor... Existem outras famílias que vivem com o senhor nessa casa?

Entrevistado: Não, eu moro sozinho. Eu, os meus filhos e meus cachorros (risos). Mas já enfrentei, quando eu trabalhava com oficina de costura, eu já enfrentei, nós moramos na minha casa, que era alugada na época, nos moramos hasta 25 pessoas. Éramos totalmente apertados, porque a situação econômica estava muito girante mesmo. Eu lembro na época do senhor Fernando Collor, que eu fui pra ruína mesmo (risos). Então, tinha dinheirinho no banco, tinha dois telefones alugados, mas tudo foi pra baixo. Eu agradeço, como que eu cai na época economicamente, eu cai muito graças ao governo desse senhor alagoano, Fernando Collor.

Pesquisador: O senhor conhece alguém aqui, em São Paulo, que viva em quartos superlotados?

Entrevistado: Conheço sim, conheço sim. Porque nós temos aqui umas, pelo menos nos quarteirões aqui atrás, mas já são pessoas reservadas, que numa casa moram, é separado assim por madeira, e continuam morando em duas ou três pessoas, onde tem que dormir com a porta aberta para poder dormir deitado (risos).

Pesquisador: E o senhor já ouviu falar de alguém que trabalhe com costura nesse tipo de ambiente?

Entrevistado: Já, já. Agora, atualmente, têm muitos bolivianos que trabalham desse jeito. Sempre, de vez em quando, a Polícia Federal pega algum que dá queixa. E quando vão pra casa deles, eles encontram moradia miserável, vamos dizer. Até o dia de hoje, tem. Por quê? Pela falta de comunicação, pela falta de documentação. Então, eles têm medo e têm que aguentar qualquer coisa. Eles têm que aguentar qualquer coisa.

Pesquisador: Que consequência o senhor acha que isso teve para essas pessoas que vivem nessas condições?

Entrevistado: Bom, como eu disse no começo, nós somos um tipo de gente raça de bronze. Nós aguentamos! Aguentamos ao máximo! E continuamos aguentando, né. Consequências... Não causa nenhuma consequência mesmo... Simplesmente, que nós trabalhamos demais. Era bom chegar ao Brasil e poder trabalhar as oito horas, né. Mas nós trabalhamos **dezoito** horas! Dez horas a mais. Agora, na época, uno tinha uma máquina de costura e do lado estava o colchão, pra você dormir. Aí você acordava e continuava trabalhando. Mas isso, nos dias de hoje, muito pouco acontece. Consequências, simplesmente nos gusta trabalhar.

Pesquisador: E o senhor já esteve alguma vez em alguma situação como essa?

Entrevistado: Já sim. Já estive em uma situação como a que eu te falo. Porque eu morava na casa de um coreano (...). E morava minha esposa, eu e tinha um filho, o X. Então meu filho estava chorando, devia ser mais ou menos uma hora da manhã. E eu continuava costurando. E eu morava juntamente com outras famílias em um só quarto. Só separados por um pano. Então, aí eu fiquei chateado como pai porque meu filho estava chorando, tinha dois anos. E o coreano xingou o meu filho. Quase que ele bate. Não bateu, porque se ele batia, eu não sei o que acontecia. Mas ele xingou muito feio ao meu filho, que tinha dois anos. Aí eu briguei com ele. Eu briguei. Como que diz aqui no Brasil, eu saí na mão mesmo. Já não tinha medo. Mas ele pegou minhas duas mochilas que eu tinha e jogou pela janela, aqui no Brás, ele jogou pela janela e me mandou embora. Mas eu apanhei, mas também bati, naquele dia. E foi mais ou menos às três da manhã que eu não tinha para onde ir. Estava com meu filho, minha esposa e minhas duas malas na rua. E, na verdade, eu posso falar de peito aberto, eu odeio coreano, eu odeio coreano.

Pesquisador: E o senhor chegou a montar alguma oficina do senhor?

Entrevistado: Sim! Montei, montei depois do ano 2000. Eu montei uma oficina de costura e comecei a trabalhar. Eu consegui alugar uma casa, que queda aqui na [rua do Brás] X. E trabalhei no ramo da costura. Porque antigamente era muito difícil ter documentação. Claro que nós éramos perseguidos pelo Ministério do Trabalho. Éramos perseguidos pela Polícia Federal. E eu montei a oficina de costura.

Pesquisador: E aonde que ela ficava?

Entrevistado: Ela ficava na rua X, no Brás mesmo. Hoje, (...) não tenho nada de oficina de costura (risos)!

Pesquisador: Aí o senhor montou esse restaurante aqui quando, mais ou menos?

Entrevistado: Esse restaurante deve ter uns 15 anos mais ou menos. Uns 15 anos. Porque eu parei a costura. Porque se eu estou aqui há 33 anos, metade eu trabalhei em costura e metade estou com restaurantes. Ai um dia foi assim, eu vou te contar uma passagem que foi bem interessante, né. Eu peguei um trabalho de um coreano também. Ele falou, “tem que fazer bermudas”. “Tudo bem”, né, eu falei. “Eu vou me comprometer a trabalhar as bermudas”. E ele me deu quase uns dois mil pesos. Ele falou assim: “[fulano], essa bermuda eu já vendi e você está fazendo uma parte, mas eu já vendi”. “Eu quero essa bermuda para fim de semana”. E ele falou pra mim: “eu vou te pagar o dobro”. E eu falei, “tudo bem, se vai pagar o dobro, obrigado!”. Eu tinha entrado na costura, falou que o pessoal meu, que eu tinha oito costureiros e eu falei. Isso aconteceu nessa casa aqui. Eu falei: “o coreano quer as bermudas e ele vai me pagar o dobro e eu também vou pagar o dobro a vocês. Nós vamos ganhar dinheiro. Tudo bem?”. “Tudo bem”. Eu estou te comentando como que eu abri o restaurante, né. Aí eu saí, tive que viajar dois dias. Foi uma viagem na segunda e outra na terça, nosso coreano precisava na sexta-feira dos mil bermudas. Quando eu voltei, na terça-feira, não tinha mexido um pau, os costureiros. E eu cheguei. Eu falei, eu fiquei assustado, né, “que aconteceu? Por que não fizeram nada?” “Não, nós queremos falar com o senhor.”

“Tudo bem, o que vocês querem falar?” Não, é que a gente vai embora.” Foi um balde de água fria para mim. “Vai embora, tudo bem”. Aí eu aprendi uma coisa. Eu falei, “eu me comprometi com o coreano”. “Aí que está seu X [nome do entrevistado], o senhor que se comprometeu, a gente não se comprometeu. Aí eu fiquei muito chateado. Eles falaram: “a gente vai embora”. “A gente vai ficar hoje de noite e a gente vai embora de manhã”. Eu também estava bravo e eu falei: “não, vocês não esperam até amanhã não, vocês vão embora agora, vão embora agora.” E eles foram embora agora. Eu estava vermelho de raiva. Porque tinha o compromisso com o coreano. Ele tinha me pagado inclusive. Tinha me dado um adianto. Um adianto que ele me deu. Ou seja, a responsabilidade caiu sobre mim, por causa de meus funcionários. Aí eu fiquei tão chateado, que eu peguei as coisas deles e falei: “vai embora, vai embora, não devo pra ninguém, tchau!”. E, na verdade, eu saí e fui a beber, na terça-feira de noite. Fui a beber mesmo. Era tanta a minha raiva, porque em dois ou três dias eu não conseguia acabar sozinho dois mil peças. Eu não sabia o que fazer. Aí eu bebi. Eu voltei na quarta-feira de manhã. Eu peguei um daqueles pau de beisebol, eu entrei na minha oficina e eu desmontei ela. Eu desmontei ela. São quedo [sobrou] pedra sobre pedra. Eu quebrei máquinas, quebrei lâmpadas, cadeiras, quebrei tudo. Aí, minha esposa falou, na quarta-feira: “X, você viu o que você fez?” Quando eu entrei lá na oficina, eu fiquei assustado. Porque tinha passado um furacão por ali, eu fiquei assustado. Aí, foi na quarta de noite ou na quinta-feira, o coreano veio a pegar pelo menos umas mil peças. Não tinha uma peça feita. E o coreano ficou chateado. Eu fui um pouco covarde (...) na frente da minha mulher. Eu falei, “vai dar uma desculpa”. O coreano ficou muito chateado mesmo. Daí, levou o trabalho dele. Ele estava com raiva, ele tinha muita razão de estar com raiva. Aí eu falei, eu me abracei com minha mulher, a gente chorou junto. E foi difícil. Aí eu falei, “não quero mais saber de costura, não quero mesmo”. Aí fui ali na Santa, numa casa de compra e venda de máquinas e falei: eu estou vendendo tudo. Eu vendi tudo, como se diz, a preço de banana. Eles vieram e levaram tudo, a oficina completa. Que eu tinha, mais ou menos, umas doze a quinze máquinas. Vendeu tudo e eu não queria saber mais de coreano, nem de pessoal. Aí me pagaram em dinheiro, aí eu falei pra minha mulher: “que que a gente vai fazer?” “A gente só sabe costurar.” “Eu sei cozinhar”, falou minha mulher. “Ah, eu sei que você sabe cozinhar, mas você cozinha só pra gente”. “Vamos tentar um restaurante”. Aí, que nesse local aqui, eu coloquei três mesas. Com o dinheirinho que eu ganhei das máquinas eu fiz uma propaganda e foi o primeiro restaurante aqui na rua Y. Então, desse jeito eu fiquei (...), hoje eu tenho três restaurantes aqui. Na mesma rua, tem um, dois e três. Desse jeito, fiquei dono de restaurante. Eu agradeço muito à minha mulher à ajuda de meus filhos. Porque eles também trabalharam muito. Era eu na caixa, meu filho de garçom e minha mulher na cozinha. A gente batalhou muito. Continua batalhando.

Pesquisador: O senhor realizou alguma atividade remunerada nos últimos 30 dias?

Entrevistado: Se alguém me pagou?

Pesquisador: É.

Entrevistado: Nos últimos trinta dias eu estou doente. Que eu tenho diabetes e atacou meu pé. Nos últimos 30 dias eu não fiz nenhuma ação remunerada.

Pesquisador: Tá, não trabalhou...

Entrevistado: Não trabalhei mesmo (risos). Eu continuo com meu pé mal, ruim.

Pesquisador: Mas o senhor continua tocando aqui o restaurante.

Entrevistado: Ah, sim! Eu estou, meus filhos, tudo.

Pesquisador: Certo. Aqui o senhor emprega alguém? Tem algum empregado?

Entrevistado: Tenho, uma pessoa registrada sim.

Pesquisador: O senhor mora aqui também?

Entrevistado: Não, eu moro em minha casa, na Edu Chaves.

Pesquisador: Ah. A moradia do senhor, ela é própria?

Entrevistado: É própria sim.

Pesquisador: Já está pago?

Entrevistado: Já está quitada, tudo.

Pesquisador: Que grau de dificuldade que o senhor encontrou para comprar essa moradia?

Entrevistado: Na verdade, eu comprei aquela casa financiada. Não encontrei nenhuma dificuldade, porque quando tu não tem dinheiro, se abre as portas em todo lugar.

Pesquisador: O senhor, vou ler uma lista aqui e o senhor me diz se encontrou alguma dessas dificuldades. De não haver oferta de imóveis no bairro em que o senhor gostaria de morar.

Entrevistado: Não, eu gosto de morar onde estou.

Pesquisador: Encontrou alguma dificuldade no preço do imóvel?

Entrevistado: Eu achei barato. Hoje triplicou o preço.

Pesquisador: Encontrou algum problema com burocracia, exigência excessiva de documentos?

Entrevistado: Encontrei sim. Encontrei. Pelo fato de ser boliviano. Encontrei certa burocracia.

Pesquisador: Certo. E teve alguma outra dificuldade que eu não mencionei que o senhor encontrou?

Entrevistado: Não, não tinha não.

Pesquisador: Certo. Há quantos anos e meses que o senhor vive na atual moradia em que o senhor está agora?

Entrevistado: Mais ou menos uns cinco anos.

Pesquisador: Aí eu gostaria que o senhor se recordasse do primeiro lugar em que o senhor viveu aqui no Brasil, a primeira moradia.

Entrevistado: Ah sim, essa a gente não esquece, né.

Pesquisador: Por quanto tempo o senhor morou naquela habitação?

Entrevistado: Na verdade, quando eu cheguei, a minha esposa tinha vindo primeiro para o Brasil. Era o ano de 1983. Então, a gente namorou lá [na Bolívia], minha esposa engravidou. E como aquela cabeça de jovem, a pessoa não pensa direito. O único que ficou foi fugir de meu país. E minha esposa teve que fugir de lá, da Bolívia. Por medo, né. Porque estava grávida. Aí eu fiquei na Bolívia. Estava estudando para ser advogado. Aí meu filho nasceu. Meu pai descobriu que meu filho nasceu. Que ele falou: “vai atrás da sua mulher”. E graças ao meu pai estou aqui. Porque gostava de minha mulher. Ele me mandou aqui só com a passagem de ida, né. Quando eu cheguei, minha esposa tinha alugado um quartinho pequeno. Quartinho pequeno, como dizem aqui, tipo uma favela. Estava ela e meu filho. Ela trabalhava como empregada domestica, naquele ano de 1984. Ela veio em 1983, né. Em 1984 já tinha nascido meu filho, ela estava trabalhando de empregada e eu cheguei aqui. Eu cheguei em um quartinho pequeno, aqui na rua Q (no Brás), número Y. O prédio chama P, eu não esqueço não. Aí comecei a tocar a vida, porque no dia seguinte me falou: “Estou devendo aluguel, você já está aqui, muito obrigada por vir e tem que (...)”. Eu falei: “tudo bem, eu vou trabalhar”. Eu saí pra rua. Eu não sabia se ia pra cima, [ou] pra baixo. Eu não sabia falar português. E eu não conhecia nada. Fiquei que nem barata tonta. Mas eu não esqueço de morar lá, não.

Pesquisador: O senhor morou quanto tempo lá?

Entrevistado: No lugar eu morei por (...). Ela [a esposa] morou um ano, não, uns seis meses. Eu morei com ela outros seis meses, quase um ano.

Pesquisador: Ficava aqui na Celso Garcia.

Entrevistado: É.

Pesquisador: Comparando com o lugar em que o senhor vive hoje, aquele primeiro lugar que você morou era muito pior, pior, a mesma coisa, melhor ou muito melhor.

Entrevistado: Ele era muito pior. Hoje eu moro muito bem, mas naquela época não. A gente morava (...), eu me lembro que a gente tinha que compartilhar o banheiro. Não, foi muito difícil, eu lembro. Hoje eu moro bem. Tinha que dividir o banheiro [antes], tinha que dividir a cozinha. É, não, foi degradante mesmo.

Pesquisador: Entendi. Aí eu vou ler agora uns problemas que são comuns acontecerem nas moradias. O senhor, por favor, me diga sim quando ouvir um problema que existe nessa moradia que o senhor vive hoje.

Entrevistado: Ah, que eu vivo hoje.

Pesquisador: Falta de fornecimento de água?

Entrevistado: Não tem problema.

Pesquisador: Água inadequada para beber ou para cozinhar?

Entrevistado: Também não. No dia de hoje, estamos sendo cortados a água, que nós temos só 4 horas de água por dia (risos).

Pesquisador: Entendi. Encanamentos precários?

Entrevistado: Não. Os encanamentos são muito bons.

Pesquisador: Problema de ausência de coleta de lixo?

Entrevistado: Também não, o lixeiro passa todo dia.

Pesquisador: Ausência de fornecimento de energia elétrica?

Entrevistado: Também não. Graças a Deus nunca me cortaram a luz.

Pesquisador: A instalação elétrica é precária.

Entrevistado: Não, é bem feita.

Pesquisador: Ausência de serviços de telefonia?

Entrevistado: Também não. Nós temos telefone em casa.

Pesquisador: Ausência de escoamento de esgoto?

Entrevistado: Também não. Tudo certo.

Pesquisador: Presença de fossa séptica?

Entrevistado: Não tenho fossa séptica, não.

Pesquisador: Parede feita de tapume?

Entrevistado: Não, não tenho. Minha parede é só de tijolo.

Pesquisador: A parede apresenta rachaduras?

Entrevistado: Não.

Pesquisador: Tem infiltração de água?

Entrevistado: Também não.

Pesquisador: O material do teto é adequado?

Entrevistado: São telhas (...).

Pesquisador: O piso é adequado?

Entrevistado: É, porque eu mandei trocar o piso.

Pesquisador: Tem infestação de algum inseto, ratos, alguma coisa assim?

Entrevistado: Ratos não tenho. Não tenho ratos porque eu tenho gatos, né. Que se eu não tivesse gato, poderia ter rato, né. Mas eu tenho gato.

Pesquisador: Algum outro problema que eu não tenha mencionado?

Entrevistado: Segurança, seguridade. Falta de segurança. Que já fui assaltado duas vezes na porta de casa. Da minha casa.

Pesquisador: E recentemente têm acontecido casos de bolivianos que guardam dinheiro embaixo do colchão e depois são assaltados. Como que o senhor tem lidado com essa questão?

Entrevistado: Bom, antigamente, nós tínhamos guardado um dinheirinho. Hoje não mais. Nós lidamos com cartão de crédito, no banco. Hoje eu não tenho mais dinheiro em casa, vamos supor. Nós não guardamos o dinheiro em casa. (...) que o pessoal que chega, sempre guarda um dinheirinho com eles mesmos. E é aí que nós sofremos os famosos assaltos. E o pior que o ladrão é inescrupuloso. Ele não vê criança, não me pessoa maior. Ele simplesmente bate, dispara. O único problema que eu enfrento é a segurança. E parte da saúde, né.

Pesquisador: Bom, a gente vai falar da saúde logo, logo.

Entrevistado: Hum.

Pesquisador: Agora eu vou fazer uma pergunta da moradia. O senhor já participou da festa de Ekeko?

Entrevistado: Já participei. Aliás, na Praça X. Não sei se já ouviu falar da praça X. Eu fundei aquela praça. Que fica aqui no bairro de Canindé. E eu fundei no ano de 2002. E foi lá que se fez a primeira festa das Alasitas.

Depois passei a ser presidente dessa rua. Da rua Y. Onde eu também, eu trouxe um personagem da Bolívia, que representou aquele Ekeko e se fez Alasitas. Eu tenho muita ligação.

Pesquisador: O senhor já escolheu algumas alasitas, qual que o senhor escolheu?

Entrevistado: Escolher as Alasitas?

Pesquisador: Isso, vamos dizer, aquelas que são oferecidas...

Entrevistado: Miniaturas. Ah, sim. As Alasitas, no idioma *aymara*, quer dizer “comprar”. Alasitas és comprar. E agora, o que se vende, as alasitas, é uma ilusão.

Pesquisador: Então, estávamos falando das Alasitas. Geralmente, quais são as alasitas que os bolivianos escolhem?

Entrevistado: As Alasitas são uma crença. Alasitas significa, como te falo, comprar. E Ekeko, Ekeko é um personagem que é muito rico, na Bolívia. Ele existiu há muitos anos atrás. Então, a gente faz aquela festa das Alasitas. Que é muito grande tanto aqui, quanto na Bolívia. Porque se leva a fé. A fé da pessoa. Você quer ter, digamos um carro. Você compra um carro em miniatura e, se você tiver fé – isso já aconteceu comigo, com muito (...) – você consegue o carro. Não sei como, mas consegue. Carro, tudo documentado, mas porque você leva a fé. Então, isso se faz cada dia 24 de janeiro. Se você me pergunta se eu já comprei alguma coisa, as Alasitas em miniatura, isso eu já comprei. Eu já comprei muito. Casinha, tudo. Comprei restaurante. Pela fé (...) todas essas coisas.

Pesquisador: Agora eu vou falar com o senhor sobre a questão da sociabilidade nos bairros. É comum que ao viver em um país estrangeiro, os imigrantes levem algum tempo para fazer amizades ou conhecer novas pessoas. O senhor tem amigos próximos nesse bairro?

Entrevistado: Olha, eu moro aqui nessa casa há 18 anos. Que eu fiz a oficina de costura aqui, eu fiz o restaurante. E, na verdade, é 90% que são colegas meus. Eu sou bem conhecido na colônia boliviana. Por quê? Porque eu fui presidente de algumas instituições bolivianas. Então, por isso, eu sou muito popular. Inclusive, as Alasitas, dia da mãe, dia da criança, primeiro de maio, eu sempre faço eventos. Por isso que eu sou bem conhecido.

Pesquisador: O senhor tem amigos próximos que sejam brasileiros?

Entrevistado: Tenho, tenho um monte.

Pesquisador: Quantas vezes o senhor costuma encontra-los por semana?

Entrevistado: Eu sempre vejo eles. Sempre, a gente está caminhando junto. Pelo menos eu já me sociabilizei, como diz, né. Tenho um monte de amigos brasileiros.

Pesquisador: O que o senhor costuma fazer com seus amigos, por exemplo: futebol, churrasco, festas?

Entrevistado: Ah, faz mais ou menos uns 20 anos atrás, eu gostava de jogar futebol. Hoje não. Alguns brasileiros colegas meus já aprenderam a jogar um jogo da Bolívia, que chama *cacho*. Não sei se você conhece. É um copinho de couro com cinco dados. Então a gente se reúne entre seis e oito pessoas e começa a jogar *cacho* a tarde toda. Indiferente se boliviano ou brasileiro. A gente joga, toma cervejinha. E lá se faz as coisas com eles. Nos momentos livres, né. Chama *cacho*, com cinco dados. É um jogo bonito.

Pesquisador: Que bairros o senhor costuma frequentar em São Paulo?

Entrevistado: Eu frequento geralmente os lugares onde eu tenho que trabalhar. Eu frequento o Bom Retiro, o Pari, Canindé, Brás, Belém e o bairro onde eu moro que é o Jardim Brasil.

Pesquisador: É melhor viver em um bairro onde já viviam outros compatriotas bolivianos. O senhor concorda totalmente, concorda parcialmente, é indiferente, discorda parcialmente ou discorda totalmente?

Entrevistado: Eu sou indiferente. Sou indiferente mesmo. Tanto faz morar com ou sem.

Pesquisador: Ao escolher essa vizinhança para morar, o senhor escolheu a ajuda de familiares, de amigos bolivianos, de amigos brasileiros, ou não procurou ajuda de ninguém?

Entrevistado: Procurei na minha economia. Eu não sabia onde. Eu tinha um dinheiro. Eu queria comprar uma casa. Eu não recebi ajuda de ninguém, né.

Pesquisador: Alguns brasileiros não recebem bem aos imigrantes nesse bairro. O senhor concorda ou discorda dessa afirmação?

Entrevistado: Eu não posso falar de todos os brasileiros. Mas que hoje existe certa discriminação, como dizem dos bolivianos que chegam agora ao Brasil. Nós que moramos há muitos, então nós já botamos a boca no trombone, porque brasileiro já fala alto. Então o boliviano é meio (...), mais pacato, então ele fica mais calado. A cambio, nós, que já conhecemos tudo isso, somos de igual para igual com brasileiro. Mas que existe

discriminação, existe. Existe discriminação das imobiliárias, pelo fato de ser brasileiros. Existe discriminação nas escolas primárias. Existe discriminação nos postos de saúde. Existe discriminação.

Pesquisador: Eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre essa discriminação imobiliária. Como que é isso?

Entrevistado: Bom, se você quer alugar uma casa. Geralmente, aqui no Brasil, ou aluga uma casa para moradia ou aluga uma casa comercial. Ou é residencial ou é comercial. Mas nós bolivianos, que trabalhamos em casa, alugamos a casa para trabalhar e para morar. Ou seja, que muitas imobiliárias, [vamos dizer], a maioria, não aceita isso. A discriminação começa em que eles pedem fiador. E fiador, até para quem é brasileiro, está bem difícil aqui. Então, eles comecem por aí. É boliviano, tem que ter fiador. Agora, o boliviano, (...), de algumas imobiliárias, nós temos que dar um depósito. Às vezes de três meses ou de quatro meses de aluguel [adiantado]. Então nós trabalhamos bastante, o aluguel vale 2 mil reais, nós bancamos aluguéis e damos 8 mil reais. Ou seja, é uma garantia. Porque nós não conseguimos facilmente um fiador. Essa é a discriminação nas imobiliárias. Se você ligar, vamos supor, tem um cartaz aí: aluga-se a casa. E você fala, pelo telefone: “alô, quero alugar essa casa”. “Você é boliviano?”. “Sim”. Vai dizer: “Ah, desculpa, mas é que a casa já foi alugada.” “Puxa, que pena”. Aí com brasileiro, eles atendem bem. “Não, não foi alugada, quer visitar?” Visita com corretor. Essa é a discriminação que nós temos, pelo fato de não arrumar o fiador. Por isso que nós temos que bancar o dinheiro e dar o depósito.

Pesquisador: O senhor conhece o caso de algum boliviano que já tenha sido mal recebido nesse bairro pelos brasileiros?

Entrevistado: Já, tem um monte. Tem um monte aqui. Mais pelas imobiliárias, né. Mas nós não podemos generalizar. O brasileiro é boa gente. Brasileiro. Por isso que nós estamos aqui, pelo coração brasileiro. Mas tem certos brasileiros que não uns filhas da mãe, que não da para se copiar. Por isso que nós somos alvos de assaltos, alvo de discriminação. Mas tem brasileiro muito bom. Pelo menos, no meu caso, eu conheci brasileiros bons mesmo.

Pesquisador: Falar agora sobre a questão dos serviços de saúde. A questão da saúde.

Entrevistado: A saúde é muito precária. Não vou falar somente do caso boliviano, [mas] do caso geral. Que nós temos um posto aqui, na rua X, que quando você vai, é uma pena, os bolivianos sentados, brasileiros sentados, mães com crianças de colo, todos esperando porque tem um médico lá em cima. Só um médico para atender umas 50 pessoas. Você chega e eles falam: você tem que estar às sete da manhã aqui pra ser atendido. Você vai lá às sete da manhã, marcam teu cartão e você é atendido às três da tarde. E as crianças passam fome, dormem. É um calvário a questão da saúde. O cujo está aqui na rua X. Na minha casa, também, na Edu Chaves, no Jardim Brasil, a situação é a mesma. Outro dia (...), eu sofro de diabetes, né. Eu sofro do meu pé e eu fui, faz umas duas

semana, fazer um curativo. E eu entrei mais ou menos duas da tarde e saí umas oito da noite para fazer um curativo. Eu falei, não vou mais. Eu mesmo faço o curativo lá em casa, né. Igual, porque eu depender da saúde, eu vou morrer.

Pesquisador: O senhor já participou de algum programa de saúde do governo, como o Programa Saúde da Família ou o Programa Remédio em Casa?

Entrevistado: Sim, já participei, faz uns anos atrás participei sim, mas eu achei isso muito precário. Por isso que eu desisti. Eles têm, justamente, aquele Médico em Casa. Ele por exemplo, Médico em Casa, na época era assim. Você marcava uma consulta, o médico vinha na sua casa, o médico. Ele falava, “o que você tem?” Então ele falava, “tudo bem nós estamos em maio, eu vou voltar em novembro.” Ah, até lá meu. É muito precário.

Pesquisador: Como que o senhor avalia esse programa de saúde? Muito ruim, ruim, regular, bom ou muito bom?

Entrevistado: Ruim.

Pesquisador: Quantos minutos o senhor leva caminhando para chegar ao posto de saúde mais próximo?

Entrevistado: 10 minutos.

Pesquisador: Quando o senhor vai a um posto de saúde, o senhor acha que é mais bem atendido que os outros, é atendido da mesma forma que os outros ou é pior atendido que os outros?

Entrevistado: Sou atendido da mesma forma que os outros. Mas o problema de nós é o tempo que e eles demoram. Porque eu vi, justamente, hoje. Eu vi no Jornal Nacional, como é que o cara está esperando. Diz que (...) todo corpo. E ele teve que entrar lá e encontrou três médicos dormindo. Hoje vi, no Jornal Nacional, hoje vi no Jornal das 7 da manhã. Ele ficou chateado, porque tem tanta gente esperando e os médicos estão dormindo. Ele ficou chateado, ele filmou tudo.

Pesquisador: E o senhor tinha falado agora pouco sobre a discriminação que existe com os bolivianos na questão da saúde, como que é isso?

Entrevistado: Olha, nós somos todos tratados por iguais. Mas às vezes o governo dá remédios gratuitos. Então, aí se vê que quando o médico faz: “você precisa desse e daquele remédio”. Pro brasileiro ele fala, “bom, você vai buscar na farmácia do posto”. Agora, pra nós bolivianos, “você precisa de remédios e remédios, vai buscar na farmácia, compra!”. Essa é nossa discriminação.

Pesquisador: Acontece algum outro tipo de discriminação além dessa?

Entrevistado: Nós sofremos só disso. São bem atendidos, tudo. Mas nós temos que comprar nossos próprios remédios, coisa que pro brasileiro, o governo dá na farmácia.

Pesquisador: E isso é questão de lei ou é questão de má vontade do médico que está ali prescrevendo?

Entrevistado: Eu acho que é discriminação mesmo. Acho que é discriminação mesmo. Porque bem que digamos, aquela pessoa que é brasileira, também não tem condições econômicas para comprar o remédio, então manda pra farmácia do posto. Mas o boliviano tem condições, porque ele trabalha, então manda pra farmácia comprar. Mas nós também precisamos daquele negócio.

Pesquisador: O senhor utiliza plano de saúde privado?

Entrevistado: Não.

Pesquisador: Sobre a questão das políticas de habitação, o senhor já participou de alguma política de habitação do governo, como o Programa Minha Casa, Minha Vida ou o Bolsa Aluguel?

Entrevistado: Não, nunca participei.

Pesquisador: O senhor já participou de algum movimento de luta por moradia, saúde?

Entrevistado: Não, nunca participei.

Pesquisador: E algum movimento de luta pelos direitos dos imigrantes, alguma coisa assim

Entrevistado: Sim, já participei de uma caminhada, se chama. Já participei sim, quando mataram o menino Bryan. Eu fiquei muito chateado. E eu caminhei daqui até a praça da Sé. Eu já participei sim.

Pesquisador: E como é que o senhor chegou a esse movimento?

Entrevistado: Cheguei pela mídia, né. A mídia que falou tanto. Coisa que mataram o menino Bryan. Todo mundo ficou revoltado. Então, eu também fiquei muito revoltado e eu caminhei. Eu caminhei procurando direitos, procurando que a justiça seja feita, como foi feita. Eu caminhei (...).

Pesquisador: E como o senhor acha que isso repercutiu para a imagem do boliviano no Brasil?

Entrevistado: Olha, foi mais questão sentimental, porque a gente não conhecia o menino Bryan. Mas foi mesmo o fato de ter acontecido, como aconteceu, levou não só bolivianos à caminhada. Levou também muitos brasileiros. Nós caminhamos justamente com o ex-senador. Que ele até acompanhou a gente. Então, nós caminhamos mais com o coração doído mesmo, pedindo justiça.

Pesquisador: Sobre a questão da documentação, é muito comum que os estrangeiros no Brasil tenham dificuldade em regularizar a sua estadia. Qual que é a condição do senhor no país. O senhor tem documento de residência definitivo ou documento provisório?

Entrevistado: No meu caso, eu tenho filhos brasileiros. Eu não tinha documentos faz uns 20 anos atrás. Porque eu era um (...). Depois que tive documento, eu botei a boca no trombone. Eu tenho documentação permanente no Brasil. Eu e minha esposa. Meus filhos já são brasileiros. E hoje, pra nós está mais fácil tirar a documentação, com aquele acordo do Mercosul.

Pesquisador: E hoje, da comunidade boliviana, o senhor considera que a maior parte já tem documentação?

Entrevistado: Só não tem documento quem não quer.

Pesquisador: E quem tá chegando hoje, vamos supor, já consegue documentação.

Entrevistado: Consegue. Se ele chegar hoje e trazer a documentação que ele precisa, que a Polícia Federal pede, que não é difícil tirar, ele em uns 60 dias tem a documentação. Não terá, como nós temos, o permanente, mas pelo menos ele tem o provisório ou temporário. Mas ele tem documento.

Pesquisador: Olhando para trás, o senhor acha que valeu a pena ter imigrado para o Brasil?

Entrevistado: Olha, no meu caso, na época a situação política do meu país estava muito degradante. E eu saí – eu estava estudando lá. Minha esposa veio aqui. Minha namorada, na época, né. E eu falei: se lá no Brasil está bem melhor, eu vou pra lá. E eu vim pra cá. Eu não me arrependo. Mas se eu tivesse que sair hoje, nesse dia de hoje da Bolívia para o Brasil, eu não saia não. Porque hoje a Bolívia está bem melhor do que o Brasil. Mas eu já construí minha vida aqui, eu tenho que me adaptar aqui, eu vou ter que morrer aqui.

Pesquisador: Existe alguma história que o senhor queira compartilhar sobre o assunto que falamos aqui?

Entrevistado: Tem muitas histórias para te contar. Tenho muitas histórias para te contar. Digamos, qual história te contaria? Sobre o que queres saber?

Pesquisador: Sobre, por exemplo, a questão de que o senhor está à frente da inauguração da Praça X, da Comunidade Boliviana.

Entrevistado: Bom, isso faz um tempo atrás. Ano 2000 foi. A costura estava muito precária. Nós ganhávamos e apenas alcançávamos a pagar o aluguel. Porque os preços estavam muito baixos. Então, nós trabalhamos, trabalhamos e quanto mais trabalhamos, menos ganhávamos. Aí surgiu a ideia dessa senhora, Y, uma senhora que ela saiu a vender uns espetinhos bolivianos, feitos de coração de rés. Saiu a vender na rua. Então, ele ganhava o seu dinheiro aí. Aí que nós, bolivianos, íamos a comer lá. Isso foi quando na praça do Pari. E nós víamos uma forma de ganhar dinheiro. Aí que nós saímos a vender comida, vender salgados. Fazer algo que não fosse costura, porque a costura estava muito ruim. Então, daí, eu vou chegar à praça X. Aí tinha umas 30, 33 barracas. No ano do 2001. 33 barracas só de bolivianos. Eram clandestinas. Nós tínhamos que fugir do famoso “rapa”. E chegava o “rapa” e nós tirávamos as coisas e fugíamos. Foi muito tempo assim, até que chegou esse senhor, S, que ele é o amigo do Brás, hoje ele é meu amigo, né. Mas na época a gente brigou. Ele disse [pra mim]: “X, Você tem que sair daqui”, porque também na verdade, os bolivianos que chegavam lá na praça consumiam alguma coisa das 30 barracas. Eles bebiam muita cerveja. Eles bebiam, eles faziam xixi em qualquer lugar. Também era algo degradante. Aí a gente teve a ideia, que eu me tornei o presidente daquelas 30 pessoas. Eu fui o presidente. E aí me chamou S, a gente brigou. E inclusive pedi pro consulado me ajudar. O consulado falou, “eu não posso fazer nada”. Eu me senti sozinho. E eu falei, “tudo bem, eu vou me tornar político”. E aí foi a época do [prefeito Z], que ele chamou delegados para ver o orçamento participativo. Eu me candidatei, já tinha documentação tudo. E eu fui delegado do orçamento participativo. Então, eu tinha algum poder dentro da prefeitura. Então, eu aproveitei aquele certo poder que tinha enquanto delegado, aproveitei pra procurar uma praça, onde poder fazer a praça X, eu procurei por vários lugares e não consegui. Aí o S disse: “você tem que sair daqui, tem que sair, porque a festa junina está perto e vocês bolivianos prejudicam muito.” Na época eu percebi muita discriminação, mas fui forte, fui forte mesmo. Eu pedi ajuda da Igreja, mas não tive apoio de ninguém. Aí me tornei político, conheci alguns políticos, inclusive hoje é Ministro, o W. W estava na praça e eu disse, W, me ajuda. Ele me ajudou: “X, eu te ajudo, mas o que eu posso fazer?”. “Me ajuda a conseguir uma praça, porque é minha gente, olha.” E vinha pra trás e eu via tanto boliviano também. E aí, como eu trabalhava na prefeitura, eu acho que na praça e consegui a praça, a praça X. E eu me mudei da praça Y [antiga praça] que fica no Pari e eu me mudei para Canindé, no dia 02 de junho de 2002. Aí eu estourei um champanhe, porque eu tinha a praça, não era legalizada, porém já tinha ordem da prefeitura. É, me deu uma praça cheia de lixão, de tudo, mas era minha, né. A prefeitura, pelo menos, doou para nós bolivianos. Ah, vocês ficam aí. Ah, aí nós, como gostamos de trabalhar, pegamos pá, pegamos picareta, começamos a trabalhar a praça e olha, a praça é como é, né, um ponto muito turístico. Nós fomos com (...) e eu fiquei presidente da praça X durante 07 anos, depois eu saí e aí fico outro. E hoje a praça é como é. Mas eu fiquei na praça durante 07 anos. Eu fui o primeiro presidente lá e eu posso falar de peito aberto, que a praça X é minha filha (risos).

Pesquisador: E como é que o senhor vê hoje a questão da prefeitura agora ter aberto aquela Coordenadoria para os Migrantes e (...).

Entrevistado: Olha, eu brigo muito, atualmente, no dia de hoje. Eu brigo muito, porque nós aqui na Rua X, nós temos negócios, restaurantes, cabelereiros. 90% dos negócios daqui são bolivianos, na Rua X. Mas tem esse senhor que eu não gosto e eu gosto de falar nomes, porque eu não tenho como dizem, pelos na língua, né. Esse senhor R; que ele se tornou Coordenador das Feiras, alguma coisa. E ele liberou a feira da Rua X, liberou os camelôs para poder vender legalmente. Como ele está na política e o governo de K. é do partido X e o senhor U que é o subprefeito da Mooca, tiveram uma conversa entre eles e foi liberada, com muitas irregularidades. Hoje eu brigo, até hoje, continuo brigando. Porque nós, antigamente, trabalhamos nos restaurantes, nos novos negócios, podíamos ter lucro. Hoje, com a legalização da feira, hoje nós não lucramos nem 40% do que lucrávamos antigamente. Isso eu agradeço a esse senhor R. Que ele conseguiu desfazer nossa colônia. Ele vem aqui. Ele fala, eu falo: “não senhor, você é um cara que está com pele de ovelha, você sendo um lobo”. Então, eu brigo muito com ele e com um tal de P. Ele liberou isso aqui, que nós estamos perdendo muito graças a uma política corrupta que existe, porque não há nada a legalizar, é corrupta. Por isso que nós estamos chateados. Estamos lutando até hoje. Nós estamos lutando contra a política.

Pesquisador: Como é que o senhor vê algumas das iniciativas dessa coordenadoria de começar a dar acesso dos bolivianos ao Bolsa Família, agora que os bolivianos podem participar do Programa Minha Casa, Minha Vida, enfim, estão sendo feitos alguns programas sociais, né, como é que o senhor vê isso?

Entrevistado: Eu acho, por parte do governo, uma coisa bem feita, porque muito brasileiro precisa. O boliviano não te digo que não precisa, precisa sim, mas alguns que não querem trabalhar. Porque se sabe que aqui no Brasil está cheio de trabalho, está cheio de trabalho. Tem trabalho para todos. E nós, bolivianos, gostamos de trabalhar. Eu não quero discriminar e nem humilhar o governo, mas nós não queremos esmolas do governo. Porque nós sabemos trabalhar. Que o brasileiro precisa, precisa, porque tem muita gente que tem 06 ou 08 filhos e não tem nem moradia. Então, precisa. Nós bolivianos sabemos trabalhar. Existe uns quantos que são preguiçosos e não trabalham, vão atrás da Bolsa Família. Não que a gente nunca vai precisar. Vai precisar um dia, mas se vier trabalho, não precisa dessa esmola do governo.

Pesquisador: Teve uma questão que eu não mencionei, mas que eu acho interessante, é a questão da religiosidade. Tem muitos bolivianos que chegam aqui e depois eles acabam fazendo batismo. Acabam, enfim, ou entrando pra igreja pentecostal ou fazendo batismo na igreja católica. O que leva esses imigrantes a chegarem aqui e se batizarem quando chegam no Brasil. Porque que eles não tinham sido batizados antes na Bolívia e quando chegam aqui procuram esse tipo de serviço?

Entrevistado: Olha, porque antes a gente não ligava, hoje liga. A gente não ligava para essas coisas, porque se você vai, pelo menos na cidade de Santa Cruz, é uma cidade, vamos supor, tipo Piauí, onde a gente não precisa nem de documento. Não precisa. Então, quando a gente vem e imigra para o Brasil, ele apenas tira o RG. O

Carnê de Identidade da Bolívia para poder vir para o Brasil. Aí, não tem certificado de batismo, não tem nada de nada, só tem o RG dele. E aí a gente pergunta: “quantos anos você tem?” “Ah, eu tenho 20.” “Você foi batizado?” Muitos nem sabem se foi. Então, aqui, inclusive, eu fui um dos precursores, porque eu fiz campanha para batizar. Eu consegui batizar uns 200 niños. Não posso falar niños. Tinham até casais se batizando. Agora, a questão da diferenças das religiosidades, se pertence à igreja católica, pentecostal, irmão, aí nós estamos todos divididos. Porque existem (...) e existem católicos. Mas geralmente as festas se fazem na Praça X, no Memorial de América Latina. Nós acreditamos muito na virgem de Copacabana, Virgem de Urkupiña, Virgem de (...). Então, nós acreditamos muito nisso. Que tem irmãos que vêm aqui e formam suas próprias igrejas, tem. Eu não tenho nada contra eles.

Pesquisador: E, assim, a questão, qual é mais ou menos o perfil do boliviano que chega aqui e procura se batizar aqui. São só crianças ou são os adultos também?

Entrevistado: Não, geralmente se faz isso só por religiosidade, porque nesta última campanha que a gente fez no ano 2014, que eu fiz aqui na igreja Z, então nós batizamos quase 150 crianças. Aí tinha brasileiros e tinham bolivianos. Isso se faz mais por fé e por religiosidade, porque, na verdade, o certificado de batismo não serve muito por aqui. Mas se faz mais pela fé.

APÊNDICE H

Os “desclassados”

Maria é uma boliviana de La Paz que chegou ao país há 15 anos. Ela tem origem indígena, como ela mesma diz: “eu posso ter até algum indígena na família, porque obviamente eu sou pequena, a cor e tudo. Deve ter. Tem”. No entanto, ela cresceu na cidade e não sabe falar os dialetos indígenas. Isso a coloca em uma posição inusitada, uma espécie de limbo social, pois é discriminada tanto pelos brancos da cidade onde cresceu quanto pelos indígenas que falam os dialetos. Ela afirma que qualquer descendente de indígena é bem tratado na Bolívia, desde que saiba falar o dialeto *aymará* e/ou o *quéchua*. Por não ser nem branca e nem indígena, ela se qualifica como parte de um grupo que não é nem uma coisa nem outra, ou seja, um grupo que não forma nenhuma classe propriamente dita ou “os desclassados”, segundo as palavras da entrevistada: “Aqueles que não são do povo, nem são da cidade. Nem são espanhóis, nem são índios. São gente que não tem, não tem uma classe, a gente chama de ‘desclassados’”.

Ela afirma que sentiu a discriminação ainda mais forte quando chegou ao Brasil, pois além de lidar com a discriminação dos compatriotas, teve que lidar com a dos brasileiros e dos outros estrangeiros, como os coreanos. Ela afirma que a ascensão social dos bolivianos está fazendo com que os coreanos sejam expulsos do ramo da costura, assim como estes fizeram antes com os libaneses (ela coloca isso como uma conquista dos bolivianos, o fato de se estabelecerem no ramo da costura).

Sobre os preconceitos entre os compatriotas, ela afirma que os bolivianos que vieram de Santa Cruz de la Sierra, chamados de “crucenhos”, discriminam aqueles bolivianos vindos de La Paz, ou “pacenhos”. Enquanto os pacenhos ocupam os cargos menos prestigiados, como operadores de máquinas de costura, os crucenhos são bordadores, ramo do qual se apoderaram e ao qual não permitem a entrada de pacenhos. Essa divisão social do trabalho na sociedade receptora reflete as diferenças regionais existentes na Bolívia. Os crucenhos são descendentes dos brancos conquistadores, o que os torna propensos a discriminarem a população de origem indígena. Os pacenhos, por sua vez, têm divisões internas entre si: os pacenhos da cidade e os pacenhos da zona rural. Os pacenhos da zona rural costumam ter

origens indígenas, enquanto os da cidade têm menos origens (como é o caso de Maria, uma “desclassada”).

Há um termo pejorativo usado pelos cruenhos para se referir aos bolivianos de origem indígena, que é o termo *colla*, como afirma a entrevistada:

O lugar, de onde venho é (...) a cultura que imperava. Não é a mesma cultura que dominava Santa Cruz. Então, eles nos chamam de collas. Que é um jeito despectivo [pejorativo] deles de falar que somos indígenas, índios, sei lá. E eles não, eles são descendentes de conquistadores. Então, quando eles falam colla, eles estão querendo nos atingir.

Assim, Maria lida com os preconceitos vindos de ambas as partes, tanto dos cruenhos, como dos pacenhos de origem indígena, pois ela não é totalmente uma coisa nem outra. No entanto, sua posição também faz com que ela tenha a vantagem de se dar bem tanto com “pessoas do povo” como com “pessoas da cidade”, pois o fato dela ser um contato diferente a torna mais interessante para seus amigos, aqueles que sabem valorizar sua singularidade. Assim, ela preza a sua capacidade de fazer amizades tanto entre as pessoas “do povo” como entre as “brancas da cidade”.

Essa facilidade de fazer contatos e essa autenticidade que lhe confere ser diferente dos demais se tornou, inclusive, um trunfo que soube usar a seu favor no Brasil, pois fez dessa capacidade um instrumento para arrumar serviços. Ela trabalha como modelista e diz que tem cerca de cinco firmas que costumam a contratar. No entanto, por ética, não copia os trabalhos que vendeu em uma firma para outra, para evitar causar o que ela chama de “concorrência desleal” entre essas firmas, que venderiam um produto igual. Assim, ela foi ganhando em credibilidade, o que fez o seu trabalho ser cada vez mais requisitado, mesmo em tempos de crise econômica. No entanto, tem trabalhado apenas dois dias por semana, pois quer se dedicar aos estudos como estilista, trabalho que já desenvolve ocasionalmente. Assim, pretende ganhar mais dinheiro e adquirir uma casa própria. Ela tem em mente, assim, poder oferecer estabilidade à sua filha única.

Ela diz que a 2ª geração de bolivianos não quer trabalhar com costura, mas quer ensinar a sua filha sobre como modelar roupas, mexer em fiação elétrica, entre outros afazeres, para que ela possa se virar caso não encontre uma vaga de trabalho em sua formação

escolhida. Ela deseja para sua filha, antes de tudo, estabilidade e independência, mediante a educação, o trabalho e a aquisição da casa própria.

A filha sofre, de vez em quando, discriminação por ser descendente de bolivianos. Os colegas não acreditam que ela seja brasileira, o que a enfurece. A mãe diz que quer ensiná-la a se defender e, por isso, tem tentado promover maior interação entre os alunos brasileiros e bolivianos na escola que estuda sua filha, pois na mesma só existem sete filhos de bolivianos no período da manhã e um na tarde. Assim, a escola abriu a possibilidade de ela levar outros imigrantes e promover um evento de integração cultural, oportunidade que ela está estudando para aproveitar da melhor forma. Espera, dessa maneira, mostrar que o boliviano e seus descendentes são pessoas iguais a quaisquer outras.

Esses fatos revelam, ainda, as dificuldades enfrentadas por bolivianos de primeira e segunda geração em se integrar à sociedade brasileira. O que, no entanto, parece mais fácil para Maria, que sempre se sentiu estrangeira em sua própria terra e, desde lá foi se habituando a lidar com as discriminações advindas do fato de ser uma “desclassada”.

Entrevista com Maria:

Entrevistador: (...).

Maria: É assim. Qualquer que seja descendente de indígena, é bem tratado. Qualquer um que eles veem que é um pouquinho mais branco, fala um pouquinho melhor, aí eles discriminam. Se eu vou pra lá, eu não sei falar dialeto, eu posso ter até algum indígena na família, porque obviamente eu sou pequena, a cor e tudo. Deve ter. Tem. Só que a gente cresceu na cidade. A minha mãe não fala dialeto. Minha bisavó conhecia. Minha tataravó sabia, acho que é quéchua, não sei. Então, eu não sei. E tem gente que chega pra mim, mesmo boliviano, fala aymará, fala em quéchua e eu não entendo. E sou discriminada por causa disso. Por a parte da gente (...), dos poucos, de fora da cidade. E sou discriminada na cidade pela gente que é mais clara, mais grande. Porque tenho traços indígenas. Eu não vou negar. **Então, é, eu chamo assim a minha classe de gente, que eu tenho que ter de alguma classe social lá, e somos os “desclassados”. Aqueles que não são do povo, nem são da cidade. Nem são espanhóis, nem são índios. São gente que não tem, não tem uma classe, a gente chama de “desclassados”.** A gente que, dos dois lados, vão nos discriminar. Ou também dos dois lados vão nos respeitar e nos admirar, dependendo de como você vai na pessoa. É, eu tenho amigos que são do povo, que eles me adoram, gostam de mim. E tenho gente da cidade que também, é doida por mim. Que, ele saem assim, “ah, alguém diferente, das (...)”. É assim, eu aprendi a sobreviver com isso. Só que aqui [no Brasil] é mais forte.

Entrevistador: Aqui, quando você chega aqui é mais forte?

Maria: Porque você tem que lidar com a discriminação dos seus conterrâneos, dos bolivianos. Você tem que lidar com a discriminação do brasileiro. E com a discriminação dos outros: coreanos. É muito mais forte. Nossa, eu vivo numa paranoia. Se alguém sorri na frente de mim, eu acho que estão tirando sarro de mim, então eu fico um pouco pra baixo, eu fico um pouco mal. Mas com o tempo eu aprendi a falar: “opa, você me conhece, você está procurando algo, você queria me perguntar algo?”. Aí eles falam: “não, eu só queria saber se você era boliviana.” “Não, eu sou boliviana sim, tem alguma curiosidade?” Aí eles: “não, desculpa, é que tem uns bolivianos assim, tem uns mais escurinhos, não sei, não sei.” E eu tendo fazer amizade. E com quem é grosso, assim, atrevido com minha gente, eu brigo. E brigo muito. Na feira até, se você vai no final da tarde, assim, vai como quem não quer nada, você vai ver: o tratamento que recebe minha gente é muito ruim. É muita senhora de idade que chegou agora. Que ainda caminha com os saiotos dos indígenas. Saias bem longas, a vestimenta deles. Então, não entendem o português. E são tratadas do pior jeito. Chamam elas de palavrão mesmo, bem forte, que eu entendo. E elas não ligam, porque não estão entendendo. Ah, esses aqui sei lá, esses aqui não sei o que. E eu fico muito chateada. E eu falo, “tenha mais educação, essa senhora é mãe de família; você tem mãe, você tem filha, você tem irmão, você tem mulher, não trata assim ela.” E às vezes elas não sabem porque estou brigando. Aí eu falo em castelhano pra elas. “Quer saber o que ele te falou? Te falou isso e isso aqui, isso que significa”. E elas ficam vermelhas [de raiva]. Eu vejo a indignação delas. Então, da próxima vez que você escutar uma coisa dessas, não compra dessa pessoa, compra de outra. Aí eu falo pra ele: “Ela está culpando de você estar te ajudando a vender teu lixo”. Porque a fruta que estão vendendo no final da feira é lixo. Poderia ser jogado fora. Acho que até pega o que jogam no Mercado e vendem pra gente. Porque a gente compra. Bom, fazer o que. Por economizar, tem muito boliviano que vai no final da feira. Então, eu falo pra eles: “Ela está comprando teu lixo e você está maltratando ela”. Então, eles já me conhecem bem. Porque quando eu vou, eu falo: “opa, opa.” Quando eles estão tentando subir o tom de voz, eu falo “opa”, “vê como você me trata”. Aí as vezes eles falam pra mim, “ não estou falando com você”. “Não interessa, eu falo, vocês estão falando com uma senhora que não está entendendo, isso é covardia, isso não se faz”. Então, eles meio que já me conhecem. Então, quando eu cheguei, eu enfrentei tudo sozinha, não tinha ninguém que falasse: “ah, não pode fazer isso”. Que chegasse pra mim e falasse: “sabe o que ele falou? Ele falou isso pra você”. Ninguém. Que pena (...) essa desconfiança, se é amigo, se não é amigo. E ainda essa diferença social pesa, e pesa muito.

Entrevistador: E você falou que tem um grupo aqui que é de Santa Cruz. Esse grupo vem, ele vem da Bolívia até aqui pra São Paulo pra trabalhar como costureiro também ou (...)?

Maria: É eles empezaram como costureiros. Outros vão no ramo da comida. A maioria são bordadores, dos de Santa Cruz [refere-se à cidade Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia], porque tem um que entrou nos bordados, que dá pra fazer, então não chamam os pacenhos [originários de La Paz, na Bolívia], não chamam a gente de La Paz, só chamam os mesmos cruzenhos, porque é gente de Santa Cruz, então eles pegaram esse ramo pra eles. Bordados é muito difícil você encontrar um pacenho. É mais gente de Santa Cruz que você encontra. Ah, então as mulheres fazem comida. Eles se diferenciam sim, pegam transporte, sei lá o que. Não tentam ser costureiros. Por quê? Porque acham que isso é dos pacenhos. Um trabalho que é desqualificado. E assim vai. Acho que não vai mudar. Vai demorar muito tempo ainda para mudar a cabeça deles. Para mudar as nossas cabeças também, da parte que é agredida, né, em não permitir. Ou de deixar de se sentir ofendido por uma palavra. Tem. Você vai

pesquisar de civilizações pré-colombinas. E você vai ver o que é a cultura *colla*, a cultura *inca*. A cultura, as diferentes pernas que compõem o que é Bolívia agora. As nossas origens. O lugar, de onde venho é (...) a cultura que imperava. Não é a mesma cultura que dominava Santa Cruz. Então, eles nos chamam de *collas*. Que é um jeito despectivo [pejorativo] deles de falar que somos indígenas, índios, sei lá. E eles não, eles são descendentes de conquistadores. Então, quando eles falam *colla*, eles estão querendo nos atingir. Quem permite, quem permite. Quem não, olha pra eles e fala: “sou, graças a Deus eu venho de uma cultura”. E eu falo. “E não venho do povo não”. Um povo selvagem, que pulava árvore com árvore. Eu venho de uma cultura. Aí eles ficam me olhando, porque não entendem o que estou falando. Mas sei lá, eu já falei e eles não entenderam. E às vezes falam: “por que você falou isso?” “Aí está, que mesmo de onde você vem, você não entende, que tristeza.” Que eles não falam o espanhol do dicionário. Eles misturam muitas coisas. Não é um castelhano correto. Não é espanhol, não é nada. Eles falam bem, tudo enrolado, tudo com gíria. Então, eu tenho orgulho de onde eu venho, eu tenho orgulho do que sou. Mas me dói que as outras pessoas sofram ainda por isso. A mim me chamam de *colla*, eu falo: “não vai cair um fio do meu cabelo por isso.” Sei quem sou. Então, eu tenho muitos amigos de Santa Cruz. Por incrível que pareça, eu tenho muitos amigos de Santa Cruz que gostam muito de mim, que a gente se dá super bem, mas tem muitos. Muitos não, todos eles são discriminados[es?]. Vendo fundo, acho que sempre estão com um pezinho atrás comigo.

Entrevistador: Entendi.

Maria: Então, as pessoas que eu te apresentei, por essa mesma razão. A maioria é mesmo de La Paz. Pode ser de povo, pode ser da cidade, mas é de La Paz.

(...)

Maria: E sabe como a gente conhece de onde que é? Pelo jeito de falar. Falou castelhano direitinho, é pacenho, é da cidade. Um castelhano meio misturado, aí você começa a desconfiar que é de um povo, de algum lugar, da cidade que não é. Aí, eu sempre falo, você não me mente, você não é da cidade. Aí eles falam, “é, eu sou de El Alto, sou de um povo, de aqui, de lá”.

(...)

Entrevistador: Outra questão, sobre o seu projeto de vida aqui no Brasil. O que você espera fazer. Você tem algum projeto, o que você pensa pro seu futuro aqui no Brasil? O que você ainda quer fazer?

Maria: Então, quando eu cheguei, era assim. A gente veio pra juntar dinheiro, pra voltar pro meu país. O único que a gente pensa quando vem pra cá é isso. Vamos trabalhar um tempo e vamos embora. Mas com o transcurso do tempo, a gente se acostuma. Eu me acostumei que aqui, até posso ficar sem trabalhar um mês, mas eu vou ter dinheiro no final do dia. Por quê? Porque eu vou fazer um freelance. Eu vou fazer um bico aqui, um bico lá. Não vou morrer de fome. Que você pega as oportunidades que tem, no mercado, as coisas mais em conta, sempre conta com a solidariedade de alguém, não falo só da Igreja, falo de um amigo que vai emprestar, que não sei o que, que confia que você vai trabalhar amanhã. Ou mesmo vai te cobrar o empréstimo com trabalho. E fazer:

“ah, você me empresta cem reais?” “Tudo bem, eu te empresto.” “Ah tem um serviço, você quer?” Então eu vou e faço o serviço pra ele. Tem isso. Em Bolívia não. Por isso, se você não tem, não tem e acabou, não tem mesmo.

(...)

Entrevistador: E você falou bastante da sua filha, o que você deseja para os seus filhos no futuro?

Maria: Pra minha filha. Que ela seja aceita. Que ela se integre nessa sociedade. Ela é brasileira, pelo amor de Deus, discriminada em seu próprio país. Porque chamam a minha filha de boliviana. Bom, despectivamente [pejorativamente]. Minha filha é linda, é meiga, é tudo, inteligente. Aí falam, você é muito linda, mas você é boliviana, né. Aí minha filha vem assim, pê da vida, como falam. Fala, mãe, eu não sou boliviana e o pessoal fala que eu sou boliviana. Então, tudo bem. Você tem vergonha de ser boliviana? Mas eu não sou boliviana, ela disse. Tudo bem filha, mas você é descendente de bolivianos, você não tem que sentir vergonha. Da próxima vez você fala, sou brasileira igual que você. Mas eu sou descendente de boliviano sim, minha mãe e meu pai são bolivianos. Não, mas eu falei e eles não acreditam. Então eu vou tirar um xerox do seu RG e você vai enfiar na cara deles, para falar, olha aqui, sou brasileira igual que vocês. Se de criança você tem que fazer isso, eu vou ter que ensinar a minha filha a se defender e a conscientizar os outros. Porque é hora de que eles sejam aceitos pelo que são. São descendentes de bolivianos, não são o bolivianinho ou o bola, ou sei lá as coisas que eles falam, ou o bolita, que eu sempre escuto. Às vezes minha filha fica muito magoada. Então, eu espero que com o passar do tempo ela possa se integrar e possa ser aceita. Mas esse é o jeito de mudar a mentalidade dos pais, né, das crianças. Porque se a criança fala isso é porque escuta isso na casa. Então, eu estou fazendo isso agora, estou vendo com a Pastora da Criança, de levar algumas crianças, de integrar algumas crianças nas diferentes instituições que tem, porque tem uma Instituição, o X, que lá abriu uma aceção pra mim, ela perguntou, você conhece um grupo de mães, com um grupo de filhos descendentes de bolivianos, paraguaios, estrangeiros? Traz para cá. Então, estamos vendo um jeito de levar, porque onde minha filha está, essa instituição tinha uma só boliviana, uma menina, descendente de bolivianos. É brasileira, mas descendente de bolivianos. Porque ninguém mais se atrevia a ir pra lá. Eu levei minha filha, aí vira que tinha dois. Agora tem oito. É pouco, né. Pra 150 alunos, só oito descendentes de bolivianos, é bem pouco. Sendo que o bairro predomina por bolivianos, o Brás. Então, agora ela vai abrir umas vagas pra nossas (...) e estamos tentando levar. Tem oito no turno da tarde e tem um (...).

Entrevistador: É uma escola particular isso?

Maria: Não. É uma escola que depende do voluntariado da igreja. São freiras que administram aquele lugar. Não cobram um centavo. Só que os bolivianos são muito desconfiados, tem muito medo do que possa acontecer. Então, agora vamos a tentar levar mais crianças, porque no turno da manhã tem só uma menina descendente de bolivianos, só uma. E os mesmos meninos falam que não conhecem muito, assim. Mas eles fala que já está cheio de bolivianos. Eu brigo até com os meninos, eu falo que não são bolivianos, que são descendentes de bolivianos. Se você ver, a maioria são brasileiros igual que você. Aí eles ficam me olhando. Porque eles, mesmo os meninos, acham que por eu ser boliviana ou por as mães dos outros meninos serem bolivianas, e não entender algumas gírias ou algumas coisas que eles falam, acham que somos ignorantes, nos veem como uns babacas. Eles acham

que, tirar sarro da gente é normal, porque alguns não entendem o significado. Alguns não querem brigar. E eu acho que, de algum jeito, temos que corrigir isso. Então, eu estou pensando nisso, de reunir um grupo de mães aqui e tentar levar mais gente pras escolas. Eu nunca deixo de participar, (...), pra eles saberem que estou aí. Eles saberem que minha filha não está sozinha, que minha filha tem pai e mãe que vai sempre proteger ela. O legal seria que eles soubessem que a comunidade está unida e está forte, que somos gente normal, igual que eles, pensamos igual que eles e que o grau de estudo em Bolívia é o mesmo que aqui. Se não que é melhor. Porque de toda gente que você vai entrevistar, dificilmente você vai encontrar uma analfabeta, alguma pessoa que não tenha terminado todo o curso médio em Bolívia, dificilmente. Tem muito profissional aqui que está trabalhando de costureiro. Não tinha oportunidade de trabalho lá, estão aqui.

Entrevistador: E você tem alguma, você deseja que a sua filha trabalhe com o que, quando ela ficar grande?

Maria: Eu queria que ela virasse freira. Por quê? Eu vou explicar porque. Porque todo mundo fala que eu sou doida. Eu não tenho mais filhos e não vou ter mais filhos. Eu não quero minha filha sozinha. Eu não vou voltar pra Bolívia. Então, ela jogada no Brasil sozinha, se eu morrer, se o pai dela morrer. Pra mim é uma dor muito grande. Se ela ficar em um convento, sempre vai ter as irmãs que vão cuidar por ela. Eu fico com isso na cabeça quando eu vi as irmãs, as diretoras da escola da minha filha, que quando ela estava pequena, ela estava em uma escola de freiras. Eu pagava para ela estar lá. Porque tinha oficina de costura e tinha mais dinheiro, né. E elas trouxeram uma irmã delas, uma freira de 91 anos, de (...), só pra cuidar dela. E todas elas cuidavam com o maior carinho, sabe. Vigando quando dormia. A outra vigando o banho, a comida, tudo. É uma irmandade. Aí você não precisa ter primo, ter irmão, sobrinho. Elas se cuidam, elas se amam muito. Eu queria isso pra minha filha. Mas ela não quer. Eu falou, “vou pensar”.

Entrevistador: Então você acha que ela quer o que, em termos de profissão?

Maria: De tanto que ela viu, de todas as coisas que acontecem aqui, de tanto que ela me escuta, de tanto que ela vê, ela fala assim: “mãe, eu não sei ainda se eu vou ser veterinária ou vou ser médica, eu não sei”. Está decidindo. Pra quê? Pra abrir consultório de graça? Para os bichos ou para as pessoas. Então, vou fazer o que? Eu vou ter que esperar. Que ela não está pensando em uma profissão que renda dinheiro. Ela está crescendo mais no sentido de querer ajudar. Ajudar os outros. Ou também está pensando com carinho em ser freira. Mas ela fala que sei lá, que não quer. Não quer casar, ela vai ficar solteira toda vida. Vai ficar comigo. Então, triste, pra uma mãe, pensar que minha filha vai ficar comigo, ai meu Deus, quando que eu vou me livrar desta menina? Mentira, estou brincando. Eu sou assim, eu perco o amigo, mas não perco a piada. Então, eu vou juntar um dinheiro, vou comprar minha casa, eu tenho fé nisso. Porque a minha profissão rende muito dinheiro. Se eu fizer freelance todos os dias cobrando 200 reais por dia, é 4 mil reais no mês e é um trabalho bem (...).

Entrevistador: Você está conseguindo trabalhar?

Maria: Não, eu trabalho dois dias por semana, um dia às vezes.

Entrevistador: Mas porque você quer ou por causa da crise?

Maria: Porque eu quero. Porque assim, eu sofri de depressão nesse ano, muito forte. Uma depressão profunda. Que eu tive que passar pelo psiquiatra e tomar medicação pesada. Graças a Deus que estou saindo de tudo isso. Porque eu comecei com (...), sei lá, todos os problemas se juntaram. Então, agora estou me organizando mentalmente para o próximo ano, assim que terminar de receber meu seguro-desemprego, eu começar a trabalhar fixo de novo. Aí meu salário vai de R\$ 3.500,00 para cima. Vou ainda fazer um curso profissionalizante de estilista e, é de R\$ 6.000,00 pra cima. E o bom é que aqui eu tenho tempo de estudar, tem curso tudo de graça, tem curso online. O único que você tem que ter é capacidade. Isso eu tenho de sobra. Então, é só pegar um belo de um diploma (...). Eu tenho assim, para fazer freelance, cinco pessoas. Eu só vou pra duas pessoas. Porque não quero me estressar muito. Porque assim, se você trabalha no ramo da confecção, eu sou modelista, então eu ganho por molde. E você vê, eu não sou dessas pessoas que gosta de vestido e (...), eu sou simples, gosto de ser assim. Então, eu não quero misturar a loja tal com a loja de tal, levar uma tendência que eu estou levando para cinco pessoas, isso é desleal. Então, dentro do possível. Ah, essa aqui trabalha com tecido plano, eu vou trabalhar com essa e com essa outra que trabalha com tecido de malha. Que aí os modelos não vão ser os mesmos. Eu posso usar minha criatividade para ajudar essa loja e ajudar essa outra loja. Porque se eu vou para três que só tem tecido plano, uma hora mais tarde eu vou repetir um modelo pra essa, pra essa e pra essa. E aí vai haver uma competência meio que desleal pra eles, entendeu. E eu não quero me prestar pra isso. Tem muita modelista que faz isso. Trabalha freelance pra cinco empresas e leva uma só moda para as cinco. Aí acaba com as cinco lojas de uma vez. Então, eu não faço isso. Por isso que estou bem solicitada, graças a Deus.

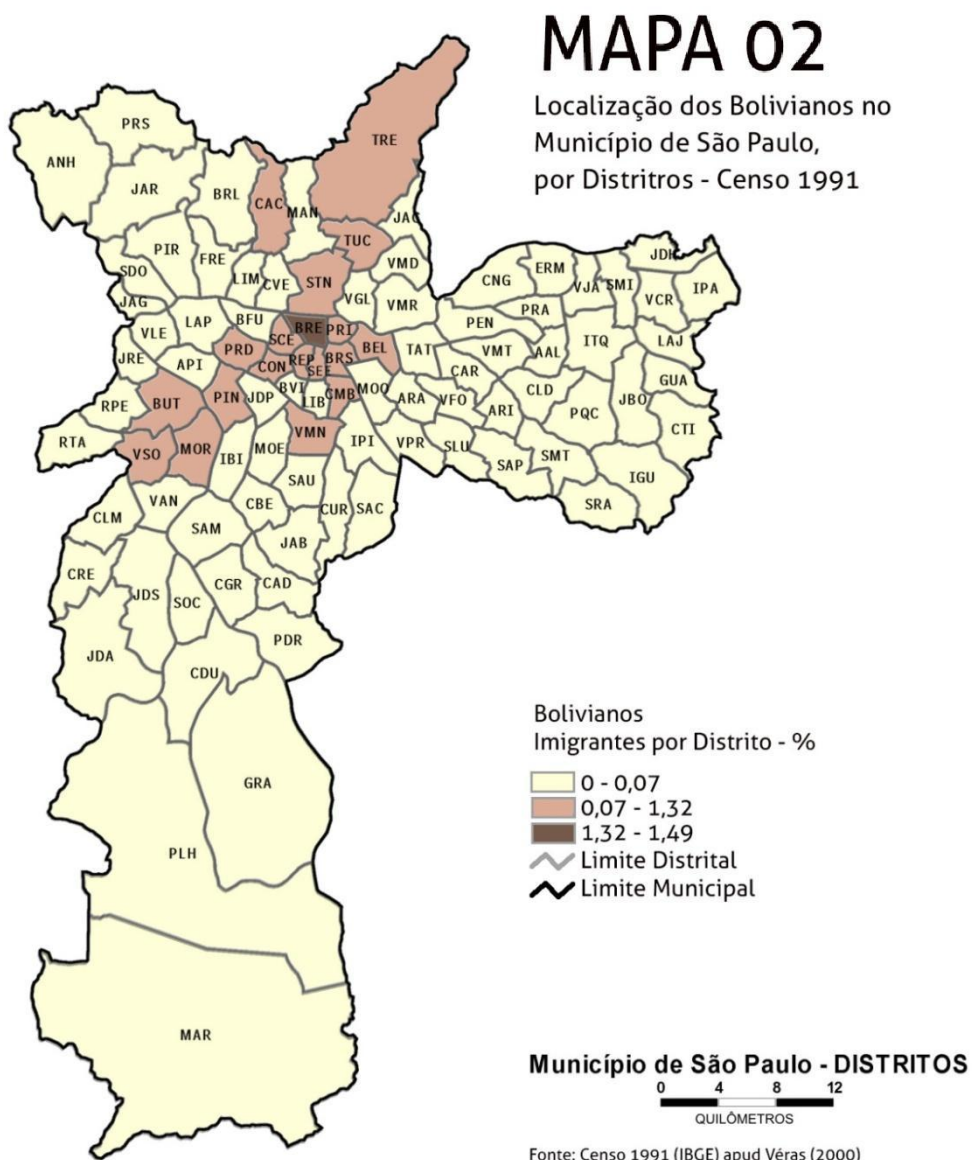
Entrevistador: Aí você ganha em credibilidade.

Maria: É, porque eu também tenho muito e eu vi isso agora. Que as pessoas com as quais eu trabalho, essas dois estão comigo, uma viajo. Não está ruim só pra os bolivianos, pra tudo, em realidade pra todo ramo da costura que são coreanos, libaneses, está muito ruim. A pessoa que me dava emprego três dias por semana, ele quebrou, fechou a loja. E eu achei que ia ficar por essa, que ele já mudou de ramo para comida, ele está vendendo frango frito. Só que também não conseguiu. E agora ele está partindo para a Coréia nesses dias. Depois de 15 anos ele está partindo para a Coréia. É triste. É triste. Porque sente muito (...). Então, eles falavam pra mim. Eles viam o que eu conseguia fazer. Chegou um dia em que deixavam o tecido, o aviamento e falavam: “faz o que você quiser, o que você acha que a gente tem que fazer?”. Aí, esse é trabalho de estilista. Aí, se cobra muito mais. O meu dia de estilista é 500 reais, o dia. Então, aí eu comecei a pensar. Eu estou fazendo trabalho de estilista? Então eu vou estudar para estilista. E seja o que Deus quiser, eu vou fazer isso. E com esse dinheiro vou comprar uma casa. Pra que minha filha tenha estabilidade. Para que nunca mais tenha que pensar, “eu vou mudar de bairro ou vou fazer isso”. Uma vez que você tenha uma casa, você não vai se mexer (...), aí você só vai ter que pensar se vai comprar um carro ou que ônibus você vai pegar para ir pra cá, para ir pra lá. A vida é mais simples.

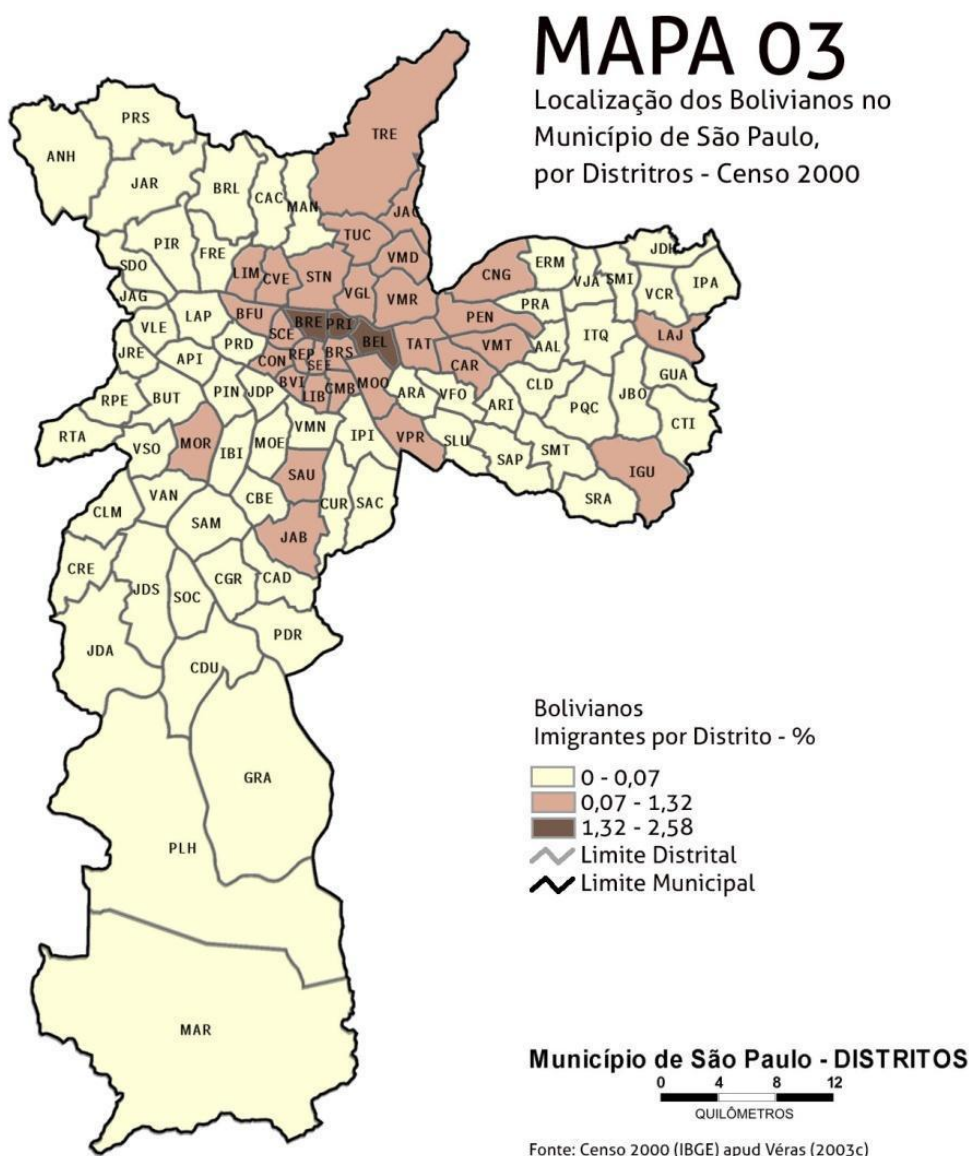
E eu quero dar essa estabilidade econômica pra minha filha. Eu acho. Eu, ela, merecemos. É isso que eu quero pra mim. Então eu vou ficar aqui.

(...)

ANEXO A



ANEXO B



ANEXO C

Tabela 05: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por distrito, segundo o Censo 1991 (IBGE)				
Distritos	Total da população	Nº Absoluto de bolivianos	Frequencia relativa (B/A)	
Região Norte				
Anhanguera	12408	0	0,00%	
Brasilândia	201591	95	0,05%	
Casa Verde	96396	19	0,02%	
Limão	90422	41	0,05%	
Santana	137680	104	0,08%	
Tucuruvi	111884	103	0,09%	
Vila Guilherme	61625	39	0,06%	
Vila Maria	122661	69	0,06%	
Jaçanã	86830	53	0,06%	
Mandaqui	104021	28	0,03%	
Perus	46302	0	0,00%	
Tremembé	125074	111	0,09%	
Vila Medeiros	156140	91	0,06%	
São Domingos	70386	9	0,01%	
Freguesia do Ó	152674	45	0,03%	
Jaraguá	93184	0	0,00%	
Cachoeirinha	125852	140	0,11%	
Pirituba	152305	23	0,02%	
Subtotal Norte	1947435	970	0,05%	
Região Oeste				
Butantã	58020	56	0,10%	
Jaguará	29798	0	0,00%	
Lapa	70320	8	0,01%	
Perdizes	108839	124	0,11%	
Morumbi	40032	43	0,11%	
Pinheiros	78645	82	0,10%	
Alto de Pinheiros	50353	14	0,03%	
Jaguaré	44361	0	0,00%	
Raposo Tavares	82890	0	0,00%	
Rio Pequeno	102793	20	0,02%	
Vila Leopoldina	26828	14	0,05%	
Vila Sônia	83005	191	0,23%	
Barra Funda	15978	0	0,00%	

Jardim Paulista	103138	45	0,04%
Subtotal Oeste	895000	597	0,07%
Região Centro			
Bela Vista	71824	9	0,01%
Bom Retiro	36136	538	1,49%
Brás	33536	98	0,29%
Consolação	66590	77	0,12%
Liberdade	76245	34	0,04%
Sé	27188	28	0,10%
República	57796	171	0,30%
Santa Cecília	85830	270	0,31%
Pari	21298	87	0,41%
Subtotal Centro	476443	1312	0,28%
Região Leste			
Belém	49698	436	0,88%
Vila Formosa	97939	0	0,00%
Vila Matilde	109023	64	0,06%
Tatuapé	81840	36	0,04%
Cangaíba	115069	70	0,06%
Água Rasa	95099	7	0,01%
Aricanduva	96511	97	0,10%
Artur Alvim	118532	22	0,02%
Itaim Paulista	163270	30	0,02%
Itaquera	175365	33	0,02%
Jardim Helena	118380	22	0,02%
São Lucas	152035	9	0,01%
São Mateus	150764	89	0,06%
Mooca	71999	0	0,00%
São Miguel	102965	25	0,02%
São Rafael	89863	11	0,01%
Sapopemba	257616	0	0,00%
Vila Curuçá	124299	0	0,00%
José Bonifácio	103712	0	0,00%
Parque do Carmo	54744	12	0,02%
Vila Jacuí	101236	0	0,00%
Carrão	87335	10	0,01%
Cidade Líder	97370	14	0,01%
Cidade Tiradentes	96281	18	0,02%
Ermelino Matarazzo	95608	0	0,00%
Guaianases	81372	0	0,00%
Ponte Rasa	102703	26	0,03%
Lajeado	112807	29	0,03%
Penha	133005	14	0,01%

Iguatemi	59819	8	0,01%
Subtotal Leste	3296259	1082	0,03%
Região Sudeste			
Sacomã	211201	10	0,00%
Saúde	126595	72	0,06%
Cursino	110435	8	0,01%
Cambuci	37070	28	0,08%
Ipiranga	101534	30	0,03%
Jabaquara	214351	58	0,03%
Vila Mariana	132824	113	0,09%
Vila Prudente	114297	0	0,00%
Subtotal Sudeste	1048307	319	0,03%
Região Sul			
Santo Amaro	75556	6	0,01%
Campo Belo	77952	27	0,03%
Campo Grande	82052	10	0,01%
Campo Limpo	159470	15	0,01%
Capão Redondo	193498	0	0,00%
Cidade Ademar	230795	44	0,02%
Cidade Dutra	168821	8	0,00%
Grajaú	193753	33	0,02%
Moema	77340	31	0,04%
Itaim Bibi	107495	15	0,01%
Jardim Ângela	178372	6	0,00%
Jardim São Luís	204285	5	0,00%
Parelheiros	55593	0	0,00%
Pedreira	86002	24	0,03%
Marsilac	5992	0	0,00%
Vila Andrade	42576	0	0,00%
Socorro	43192	14	0,03%
Subtotal Sul	1982744	238	0,01%
Total	9646188	4518	0,05%
Fonte: Dados do Censo Demográfico (IBGE) de 1991 apud Vêras (2000)			

ANEXO D

Tabela 06: Localização dos bolivianos no Município de São Paulo, por distrito, segundo o Censo 2000 (IBGE)			
Distritos	Total da população (A)	Nº Absoluto de bolivianos (B)	Frequencia relativa (B/A)
Região Norte			
Anhanguera	38427	11	0,03%
Brasilândia	247328	63	0,03%
Casa Verde	83629	242	0,29%
Limão	82045	167	0,20%
Santana	124654	135	0,11%
Tucuruvi	99368	154	0,15%
Vila Guilherme	49984	416	0,83%
Vila Maria	113845	375	0,33%
Jaçanã	91809	144	0,16%
Mandaqui	103113	59	0,06%
Perus	70689	0	0,00%
Tremembé	163803	150	0,09%
Vila Medeiros	140564	240	0,17%
São Domingos	82834	0	0,00%
Freguesia do Ó	144923	23	0,02%
Jaraguá	145900	24	0,02%
Cachoeirinha	147649	43	0,03%
Pirituba	161796	107	0,07%
Subtotal Norte	2092360	2353	0,11%
Região Oeste			
Butantã	52649	21	0,04%
Jaguará	25713	0	0,00%
Lapa	60184	28	0,05%
Perdizes	102445	74	0,07%
Morumbi	34588	47	0,14%
Pinheiros	62997	28	0,04%
Alto de Pinheiros	44454	7	0,02%
Jaguaré	42479	18	0,04%
Raposo Tavares	91204	29	0,03%
Rio Pequeno	111756	0	0,00%
Vila Leopoldina	27311	8	0,03%
Vila Sônia	87379	17	0,02%

Barra Funda	12965	10	0,08%
Jardim Paulista	83667	54	0,06%
Subtotal Oeste	839791	341	0,04%
Região Centro			
Bela Vista	63190	66	0,10%
Bom Retiro	26598	685	2,58%
Brás	25158	262	1,04%
Consolação	54522	146	0,27%
Liberdade	61875	78	0,13%
Sé	20115	29	0,14%
República	47718	174	0,36%
Santa Cecília	71179	146	0,21%
Pari	14824	252	1,70%
Subtotal Centro	385179	1838	0,48%
Região Leste			
Belém	39622	542	1,37%
Vila Formosa	93850	0	0,00%
Vila Matilde	102935	138	0,13%
Tatuapé	79381	66	0,08%
Cangaíba	137442	151	0,11%
Água Rasa	85896	0	0,00%
Aricanduva	94813	0	0,00%
Artur Alvim	111210	72	0,06%
Itaim Paulista	212733	63	0,03%
Itaquera	201512	111	0,06%
Jardim Helena	139106	8	0,01%
São Lucas	139333	0	0,00%
São Mateus	154850	25	0,02%
Mooca	63280	99	0,16%
São Miguel	97373	19	0,02%
São Rafael	125088	9	0,01%
Sapopemba	282239	41	0,01%
Vila Curuçá	146482	0	0,00%
José Bonifácio	107082	0	0,00%
Parque do Carmo	64067	30	0,05%
Vila Jacuí	141959	21	0,01%
Carrão	78175	69	0,09%
Cidade Líder	116841	39	0,03%
Cidade Tiradentes	190657	79	0,04%
Ermelino Matarazzo	106838	64	0,06%
Guaianases	98546	18	0,02%
Ponte Rasa	98113	20	0,02%

Lajeado	157773	261	0,17%
Penha	124292	149	0,12%
Iguatemi	101780	78	0,08%
Subtotal Leste	3693268	2172	0,06%
Região Sudeste			
Sacomã	228283	13	0,01%
Saúde	118077	99	0,08%
Cursino	102089	23	0,02%
Cambuci	28717	44	0,15%
Ipiranga	98863	49	0,05%
Jabaquara	214095	184	0,09%
Vila Mariana	123683	72	0,06%
Vila Prudente	102104	91	0,09%
Subtotal Sudeste	1015911	575	0,06%
Região Sul			
Santo Amaro	60539	28	0,05%
Campo Belo	66646	29	0,04%
Campo Grande	91373	26	0,03%
Campo Limpo	191527	30	0,02%
Capão Redondo	240793	57	0,02%
Cidade Ademar	243372	101	0,04%
Cidade Dutra	191389	60	0,03%
Grajaú	334289	0	0,00%
Moema	71276	21	0,03%
Itaim Bibi	81456	45	0,06%
Jardim Ângela	245805	0	0,00%
Jardim São Luís	239161	10	0,00%
Parelheiros	102836	10	0,01%
Pedreira	127425	17	0,01%
Marsilac	8404	0	0,00%
Vila Andrade	73649	0	0,00%
Socorro	39097	10	0,03%
Subtotal Sul	2409037	444	0,02%
Total	10435546	7723	0,07%
Fonte: Dados do Censo Demográfico (IBGE) de 2000 apud Vêras (2003c)			